



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM SOCIOLOGIA – PROFSOCIO

ANGELA DO CARMO ALVIN PIRES

**A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DURANTE A PANDEMIA DA
COVID-19 (2020/2021): UM ESTUDO DE CASO.**

Londrina
2023

ANGELA DO CARMO ALVIN PIRES

**A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DURANTE A PANDEMIA DA
COVID-19 (2020/2021): UM ESTUDO DE CASO.**

Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

P667a Pires, Angela do Carmo Alvin .

A Educação em Tempo Integral durante a pandemia da Covid- 19 (2020-2021): : um estudo de caso / Angela do Carmo Alvin Pires. - Londrina, 2023.
239 f.

Orientador: Ileizi Luciana Fiorelli Silva .

Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Educação no Paraná; - Tese. 2. Ensino Remoto; - Tese. 3. Educação em Tempo Integral; - Tese. 4. Novo Ensino Médio. - Tese. I. Silva , Ileizi Luciana Fiorelli . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional. III. Título.

CDU 3

ANGELA DO CARMO ALVIN PIRES

**A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DURANTE A PANDEMIA DA
COVID-19 (2020/2021): UM ESTUDO DE CASO.**

Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito para a obtenção do título de Mestra.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Orientador Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça
UNESP- Marília

Profa. Dra. Margarida Cássia Campos UEL

Profa. Dra. Ligia Wilhelms Eras -IFSC

Profa. Dra. Angelica Lyra de Araújo – UEL

Londrina, 03 de abril de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqueles que contribuíram para que este trabalho se realizasse, especialmente, à minha orientadora Profa. Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva, que com muita paciência e sabedoria soube conduzir e enriquecer este trabalho. Sempre muito solícita e com intervenções pontuais, proporcionou aprendizado e amadurecimento em meus estudos, bem como valorizou meus esforços desde a concepção, projeto e desenvolvimento da pesquisa. Minha gratidão e admiração!

À minha família, que me incentivou a sempre estudar, mesmo com tantas dificuldades sendo vencidas e transformadas em conhecimento e experiências de vida. Aos meus pais, Maria Aparecida de Expedito (in memoriam), que não tiveram a oportunidade de estudar, mas que souberam criar uma grande família com laços e valores sólidos.

Ao meu companheiro de tantos anos, Ederval, com o qual pude contar o tempo todo durante esses anos de professora e estudante, meu companheiro dos estudos, das viagens, da vida.

À minha filha Victória, pela ajuda imprescindível nas horas de pânico e de desespero em não saber lidar com tantas ferramentas e tantas informações sobre o uso das tecnologias digitais. Pelas suas brigas e discussões sobre a capacidade de realizar este trabalho, pelo seu incentivo incondicional.

Ao meu filho Ricardo, que acompanhou meus primeiros estudos na graduação e agora é o pai dos meus netos Bernardo, Valentina e Manuela, que estando sempre presentes na minha casa puderam também me apoiar nesta caminhada.

À minha amiga Fabiana, que incentivou a iniciar os estudos, mesmo estando no início de uma pandemia que colocou a todos num período de isolamento e angústias, sempre me apoiando e trocando ideias, textos e angústias. E no meu caso, sem muitas perspectivas de estudar e me aventurar no Mestrado Profissional-PROFSOCIO, depois de tanto tempo que havia terminado a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina.

Onde quer que haja
mulheres e homens, há
sempre o que fazer, há
sempre o que ensinar, há
sempre o que aprender.

Paulo Freire

PIRES, Angela do Carmo Alvin **A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020/2021): UM ESTUDO DE CASO**. Dissertação apresentado ao Mestrado em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) na Universidade Estadual de Londrina, 2023. 239fls

RESUMO

Esta pesquisa trata da Educação em Tempo Integral no Ensino Médio a partir do estudo realizado junto a estudantes do Ensino Remoto durante a pandemia da Covid-19, no período de 2020 a 2021. Analisamos os processos de ensino e aprendizagem no contexto da pandemia causada pela Covid-19, quando foi implementado o atendimento educacional emergencial de forma remota através de plataformas educacionais on-line. Plataformas que já existiam, mas que, devido a necessidade imediata, foram acionadas para atender o fluxo de atividades disponibilizadas aos/às estudantes da rede pública do estado do Paraná. A um só tempo as escolas estavam vivenciando a implantação da Reforma do Ensino Médio, a partir da lei 13451/2017 e da BNCC de 2018 e do Ensino Remoto. Algumas escolas, vivenciavam, ainda, a implementação do Tempo Integral, como é o caso que investigamos no Colégio Estadual Jayme Canet, em Bela Vista do Paraíso-PR. Diante desse contexto, as questões que buscaremos responder são: Como os estudantes do Colégio Estadual Jayme Canet avaliam, percebem e sentem os desafios desse contexto muito especial para a sociedade e para a educação? Como a parcela da escola percebe e age diante das mudanças nos tempos e espaços no Ensino Médio, alterados pela Reforma (Novo Ensino Médio), pela permanência em tempo integral e pelo ensino remoto criado como alternativa durante a crise sanitária? A investigação foi realizada desde a noção de relação dos estudantes com a escola e com os saberes de Charlot e do conceito de percepção de Lahire. Os estudantes que acompanhamos tinham entre 17 e 19 anos de idade e frequentavam a terceira série do Ensino Médio. A pesquisa é de caráter descritivo, tendo por base a construção de questionário disponibilizado aos estudantes através de plataformas educacionais. Dos 43 estudantes matriculados nas duas turmas que tiveram acesso às questões, 37 responderam e constituíram a nossa base de dados sobre os jovens estudantes em novembro de 2021. Foram utilizados instrumentos de coleta e análise de dados obtidos através de aplicação de formulários on-line, denominadas de Google Forms. Como resultados podemos sintetizar: a) os estudantes já tinham alguma facilidade com os aplicativos e ferramentas implantados na pandemia; poucos demoraram para se adaptar por falta de equipamentos e de conhecimentos sobre as ferramentas; b) a maioria tinha acesso à internet em casa, diferenciando-se dos dados do Brasil em geral e do estado em particular; c) indicaram sentir muita ansiedade e maior dificuldade com a área de exatas se comparadas com a área de humanas; d) ocorreu maior controle do trabalho docente e discente e a plataformização do ensino se intensificou na pandemia e seguiu se aperfeiçoando mesmo depois do retorno presencial.

Palavras chaves: Educação no Paraná; Ensino Remoto; Educação em Tempo Integral; Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

This research deals with Full-Time Education in High School based on the study carried out with Remote Learning students during the Covid-19 pandemic, from 2020 to 2021. We analyze the teaching and learning processes in the context of the pandemic caused by the Covid-19, when emergency educational assistance was implemented remotely through online educational platforms. Platforms that already existed, but, due to an immediate need, were set in motion to meet the circulation of activities made available to public school students in the state of Paraná. At the same time, schools were experiencing the implementation of the High School Reform, based on Law 13451/2017 and the 2018 BNCC in addition to Remote Learning. Some schools were also experiencing the implementation of Full Time, as is the case we investigated at Colégio Estadual Jayme Canet, in Bela Vista do Paraíso-PR. Given this context, the questions we will seek to answer are: How do the students of Colégio Estadual Jayme Canet evaluate, perceive, and feel the challenges of this very special context for society and education? How does the school component perceive and act in the face of changes in times and spaces in High School, altered by the Reform (New High School), full-time permanence and remote teaching created as an alternative during the health crisis? The study was carried out from the notion of students' relationship with the school and with Charlot's knowledge and Lahire's concept of perception. The students we observed were between 17-19 years old and were in the third grade of high school. The research is descriptive in nature, based on the construction of a questionnaire made available to students through educational platforms. Out of 43 students enrolled in the two classes who had access to the questions, 37 answered and constituted our database on young students in November 2021. We collected and analyzed data obtained through the application of online forms, called from Google Forms. As a result we can summarize: a) students already had some ease with the applications and tools implemented in the pandemic; few took time to adapt due to lack of equipment and knowledge about the tools; b) the majority had internet access at home, differing from data from Brazil in general and from the state in particular; c) they indicated feeling a lot of anxiety and more difficulty with the natural sciences and mathematics area compared to the human science area; d) there was greater monitoring of teachers and students work and the platforming of teaching intensified during the pandemic and continued to improve even after the in-face return.

Keywords: Education in Paraná; Remote Learning; Full-time Education; New High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Institutos e Fundações financiadores de Projetos Educacionais

Figura 2- Parceiros Técnicos

Figura 3 Cronograma com as disciplinas e o número de aulas

Figura 4- Renda média do município de Bela Vista do Paraíso

Figura 5- O Estado do Paraná e Região Metropolitana de Londrina

Figura 6- Mudanças de denominação do Colégio Jayme Canet

Figura 7- Taxa de escolarização do Município

Figura 8- Figura com a localização do Colégio Estadual Jayme Canet.

Figura 9- Profissionais do Colégio Estadual Jayme Canet

Figura 10- Termo de Compromisso para Implantação das Escolas de Tempo Integral

Figura 11- Número máximo de escolas e de matrículas por estado

Figura 12- Síntese das principais políticas educacionais, ano e Governo

Figura 13 Atos normativos sobre o enfrentamento ao Coronavírus Paraná /Brasil

Figura 14- Orientações sobre o uso de máscaras de proteção

Figura 15- Estados e cidades onde o uso de máscaras é compulsório.

Figura 16- Horário de aulas

Figura 17- Composição curricular adotada pela SEED em 2021

Figura 18- Composição curricular adotada pela SEED em 2022

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APP – Associação dos Professores do Paraná
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CNE- Conselho Nacional de Educação
CONSED- Conselho Nacional dos Secretários de Educação
DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais
EM – Ensino Médio
EMTI – Ensino Médio em Tempo Integral
FGV- Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB _ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDB- Leis de Diretrizes e Bases
MEC- Ministério da Educação
MP – Medida Provisória
NEM- Novo Ensino Médio
PL- Projeto de Lei
PNE- Plano Nacional de Educação
PPP- Projeto Político Pedagógico
PSS- Processo Seletivo Simplificado
SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEED- Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SESA- Secretaria da Saúde do Estado do Paraná
UEL- Universidade Estadual de Londrina
UF- Unidade Federativa
UFPR- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

Introdução	16
1 - AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.....	23
1.1 O Ensino Médio na Legislação Educacional e no Plano Nacional da Educação	37
1.2 - As Escolas de Educação em Tempo Integral (2013 a 2017)	45
1.3. O Papel do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE.....	53
1.4 O Estado do Paraná e as Legislações Educacionais Vigentes	61
1.5 Colégio Jayme Canet- 2017, 2018, 2019	75
1.6 Histórico do Colégio Jayme Canet.....	82
1.7 A Implantação da Educação Integral	96
2- A PANDEMIA (2020) E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL (2020)	102
2.1 – Como a escola em período Integral foi atendida na pandemia.	117
2.2 – O atendimento remoto e os desafios enfrentados.	122
2.3- Currículo funcionando – o currículo adaptado.....	131
2.4 – O ensino da Sociologia como componente escolar na pandemia e na reforma do ensino médio 2021	136
2.5- As mudanças e permanências nas grades curriculares (2021/2022).	141
3 – OS JOVENS ESTUDANTES DO COLÉGIO JAYME CANET	148
3. 1. Caracterização	151
3.2. Identidades Construídas: Quem são os Jovens?.....	156
3. 3. Gênero e escolarização- EM 2021/2022	160
3.4 -Perspectivas educacionais.	165
4- METODOLOGIA APLICADA: TESTANDO O SURVEY.....	169
4.1- Descrevendo e interpretando as respostas dos estudantes.....	170
4.2 – Os impactos da pandemia	181
4.3– Perspectivas para a Educação Integral.	206
4.4 Desafios a serem contornados	208
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
6. REFERÊNCIAS.....	219
7. Apêndice.....	224
8.Anexos.....	234

APRESENTAÇÃO

A pesquisa realizada é parte do trabalho docente no ensino de Sociologia ao longo dos anos, desde sua implantação lenta, sua expansão e a mais recente redução de sua carga horária nas escolas do estado do Paraná (2022/2023). O conhecimento e o ensino de Sociologia vem sendo atacado e hostilizado, numa clara tentativa de descaracterizá-lo como elemento de fomento à criticidade, que juntamente com as disciplinas de Filosofia e Arte acabaram por perder espaço no Novo Ensino Médio, fruto das mudanças geradas pelo imediatismo do capital financeiro e pelo mundo do trabalho, e ainda com o propósito de retirar da formação dos/as jovens estudantes parte do conhecimento que formam as Ciências Humanas.

As atividades desenvolvidas são parte de um processo que se iniciou durante minha formação acadêmica no final dos anos de 1990. Meu ingresso na Universidade Estadual de Londrina no curso de Ciências Sociais se deu em 1995, em uma época de muitas aprendizagens, que pude experimentar nesses anos até o término em 1998. Nesse período, vivenciei as propostas de criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, Lei nº 9.394/1996), que fervilhava nos debates sobre a direção que a educação brasileira estava tomando. Eram diversas propostas sendo debatidas e, nós estudantes estávamos na perspectiva da volta da disciplina Sociologia aos currículos escolares.

Naquela época, a Sociologia não estava estruturada formalmente, como disciplina escolar na maioria das instituições de ensino. Travava-se uma luta para ser reinserida nas grades curriculares do Estado do Paraná, assim como em todo o Brasil. E assim, como já é de conhecimento geral, a Sociologia não foi contemplada para estar presente nas escolas brasileiras como disciplina obrigatória. A luta estendeu-se até o ano de 2008, quando finalmente através da Lei 11.684/08, tornou obrigatória a presença da disciplina de Sociologia no currículo de todas as escolas brasileiras.

Assim como para muitas estudantes, a entrada na universidade mostrou-se desafiadora, pois ao ser mãe ainda na adolescência, o percurso de formação acadêmica, teve que ser postergado. A questão é, como mãe e estudante, precisamos nos dividir entre o cuidado dos filhos, da casa, e da família. A dedicação aos estudos e um futuro a trilhar em busca de realização pessoal e profissional acabou por abrir novos caminhos. Todas as dificuldades valeram a pena, o sonho e a realização, foram processos intrínsecos nesta caminhada, que ainda se faz. O fato de terminar os

estudos e iniciar a carreira no magistério também possibilitou acompanhar de perto a formação acadêmica dos filhos. E, agora, dos netos.

Ao longo dos anos, a dedicação ao trabalho e os desafios enfrentados foram muitos. Terminei os estudos secundários no Colégio Estadual Jayme Canet em 1993, iniciei o Curso de Magistério em 1987, terminei apenas o primeiro ano, e pausa na vida acadêmica, fui mãe na adolescência, aos 16 anos. Voltei em 1992, já no curso de Técnico em Contabilidade, no noturno e assim conclui o Ensino Médio. Em 1994, passei no vestibular, e em seguida em 1995, entrei na Universidade Estadual de Londrina para cursar Ciências Sociais, voltei ao Colégio Estadual Jayme Canet em 2002, como professora de História. E entre idas e vindas como professora de várias disciplinas ao longo dos anos, atuei no Ensino Médio Regular e no Curso de Formação de Docentes, entre os anos de 2009 até 2015.

Com o intuito de estar sempre buscando novos conhecimentos e práticas pedagógicas diferenciadas, que através de muitos cursos e formações continuadas, puderam fortalecer o trabalho em sala de aula. E, na expectativa de contribuir com a formação de tantos/as jovens estudantes em relação direta do convívio e de vivências sociológicas com o processo de ensino-aprendizagem, uma hora ensinando e muitas delas aprendendo. A participação, em especial, do Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio, em 2014 e 2015, foram cruciais para pensar na possibilidade de compreender a formação dos jovens estudantes brasileiros.

A experiência sociológica, a valorização do conhecimento e a interação com os estudantes, das mais variadas idades e séries, sempre foi uma constante busca de aperfeiçoamento de minha experiência e vivência pedagógica. No entanto, o enfrentamento da pandemia da Covid-19, mostrou-se como um período ímpar na história recente da educação, local e global. Todos sofreram, muitos perderam as vidas, outros ficaram sequelados, e ainda muitos conviveram com o luto de pessoas próximas ou conhecidas.

Ensinar durante a pandemia e a implantação do Novo Ensino Médio exigiu novas práticas educativas e muitas outras adaptações para que o trabalho pedagógico fosse realizado. Os desafios mostraram-se gigantescos, e ainda assim, aqueles que deveriam zelar pela saúde física e mental da população atuaram contra o conhecimento científico produzido e acumulado e incentivaram práticas sociais destrutivas desde crenças infundadas. O vírus da covid-19 espalhou-se e aterrorizou

os mais variados locais do país e do mundo. O isolamento social trouxe-nos dificuldades, possibilitou profundas reflexões sobre o sentido da vida, mas também trouxe o estímulo para aprender, para estudar e continuar compartilhando as vivências e experiências no cenário da educação.

A educação pública sendo também parte do contexto da pandemia, teve que reelaborar suas bases de atendimento aos/as estudantes, no caso aqui, os alunos matriculados no ensino médio de uma escola em Tempo Integral. Os desafios enfrentados tiveram início no ano de 2020, quando em meados de março foi decretado a pandemia e a conseqüente suspensão das aulas presenciais.

O atendimento aos alunos durante a pandemia do Covid-19 se deu de diversas maneiras, ao longo dos anos de 2020, 2021 e ainda em 2022. Registrar a maneira que os professores e alunos/as passaram por esta experiência é uma forma de colaborar com a reflexão sobre o processo ensino aprendizagem de muitos brasileiros, que durante a pandemia tiveram que reaprender e reorganizar o processo educativo.

A sociedade brasileira que sempre se estruturou com profundas desigualdades sociais, culturais e de aprendizagem sentiu de forma mais dramática as escassas possibilidades de formas de lidar com o período pandêmico. Desde atendimento remoto emergencial via plataformas de ensino, passando por períodos de realizações de vídeos chamadas, as reuniões via *Google Meet*, materiais impressos formatados pelas secretarias de educação estaduais ou municipais, ou mesmo os materiais elaborados por professores e entregues aos alunos/as. Muitas vezes também a participação de alunos e professores e mesmo de pais em diversos grupos de WhatsApp, bem como os grupos das salas de aulas, de professores, dos colégios etc. entre outros foram implementados. Nesse momento as desigualdades gritaram!

E pensar a educação em tempo integral e a viabilidade de atendimento aos jovens estudantes que não tinham acesso à Internet, com aparelhos celulares com tecnologias defasadas, ou mesmo aqueles que tinham as condições técnicas necessárias, mas nunca tinham usado as plataformas ou e-mails como modo de comunicação, bem como os desafios de comunicação por meio de murais de salas de aulas criadas arbitrariamente com os dados dos alunos. Sem nenhum tipo de preparo, ou por vezes através de tutoriais confusos, esperava-se que os educandos e educadores fossem socializados nos novos meios digitais ou midiáticos. Sem contar

é claro, com os casos em que webnários eram obrigatórios para aprender a lidar com as ferramentas digitais.

Outra face do atendimento remoto, no caso do estado do Paraná, foi a disponibilização de aulas gravadas por professores contratados ou mesmo da rede, mas sem vínculo nenhum com os estudantes, através de contratos com emissoras de TV. Horários definidos a critério das emissoras, com contratos de origem e acesso duvidosos. Soluções rápidas e carregadas de marketing, foram propagandeadas pela Secretaria de Estado de Educação-SEED, como milagrosas e que atingiam a grande maioria dos alunos das diferentes etapas educacionais. Compreender todo esse processo é um exercício de leituras e análise de situações desencadeadas pela pandemia ao longo dos anos de 2020 e 2022. E ainda a reestruturação da oferta do Ensino Médio de acordo com as orientações da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, e a implantação dos componentes curriculares ou itinerários formativos.

O enfrentamento à pandemia, e simultaneamente todas as mudanças curriculares, alteraram o trabalho pedagógico, e geraram insegurança e medo na categoria. Tudo isso configurou-se em muitos desgastes entre os docentes de todo o estado do Paraná. Muitos docentes adoeceram e ainda continuam sofrendo as sequelas da Covid-19, que muitos contraíram ou pelas perdas por ela causadas. Muitos colegas de trabalho relataram problemas psicológicos que ainda persistem, suas apreensões e angústias, mas ao invés de terem apoio por parte da mantenedora, tiveram um aumento de trabalho, vigilância constante e muita pressão por desempenho, tudo isso em plena pandemia. O descaso com essas e outras questões também envolvem as demandas salariais e perdas de direitos duramente conquistados.

Como professora pude sentir o peso desse novo trabalho docente, a grande quantidade de atividades a serem desenvolvidas, bem como a forma de condução de mudanças curriculares, a ausência de debates sobre as aulas de sociologia e a obrigatoriedade de ministrar outros componentes curriculares etc. Exaustão não é apenas uma palavra, ela é cheia de outros sentidos, de outros pesos que se sobrepõem ao desafio de conciliar a vida pessoal, a profissional e a emocional. Não só a saúde física como a mental foram afetadas, os traumas da gestão por resultados acabaram gerando outros transtornos que ainda estão sendo tratados.

Em meados de maio de 2020, recebi um e-mail, de um dos meus contatos que informava sobre a abertura de edital para o Programa de Mestrado Profissional em Rede-PROFSOCIO, na UEL. No início fiquei interessada, mas um pouco apreensiva, pois o processo seletivo era em várias fases. Uma delas era a Carta de Intenções, não sabia ao certo o que gostaria de estudar, principalmente por estar no início de uma pandemia, e que não se sabia ao certo quando iria terminar e nem imaginávamos as terríveis consequências que ela teria. Deu um certo desânimo. Mas uma amiga e colega de trabalho, professora Fabiana, também licenciada em Ciências Sociais, me deu uma força. Fizemos a inscrição, a carta de intenções e passamos por todo a seleção até chegarmos ao início do curso.

No início de 2021, iniciamos as aulas por via Meet, e assim foram todas as disciplinas cursadas ao longo dos anos de 2021, 2022. Passamos longas horas em reuniões e aulas remotas (síncronas), com um grupo de professores e colegas das mais variadas áreas do estado do Paraná. Assim, pudemos conhecer professores e outros estudantes de todo o Brasil, e até de outros países. O aprendizado foi enriquecedor, a experiência de estudar e trabalhar na pandemia foi desafiadora, trocávamos conhecimentos, expectativas e sofrimentos. Ser aluna e professora, ensinar e aprender na pandemia e em seus desdobramentos, não foi fácil. Os limites foram ultrapassados. Um dia se me perguntarem como passei pela pandemia poderei dizer: estudando, aprendendo e registrando minhas impressões e daqueles com os quais convivi.

Introdução

Este trabalho analisa a proposta de Educação em Tempo Integral (ETI) implantada no Colégio Estadual Jayme Canet, em Bela Vista do Paraíso-PR, a partir das mudanças ocorridas com a publicação da Medida Provisória 746/2016, que promoveu alterações no Ensino Médio, e posteriormente, a Reforma do Ensino Médio de 2017, através da Lei nº 13.415/17, que fomentou o modelo de ensino como uma de suas possibilidades. O processo de mudanças iniciadas no referido colégio com a implantação da ETI (Educação em Tempo Integral), coincidiu com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC de 2018, e produziu novos desdobramentos e nova organização para toda a escola.

Como professora no referido Colégio, a pesquisa/investigação ocorreu por meio da observação participante, e o estudo de caso foi o procedimento metodológico escolhido com o intuito de contribuir com a discussão sobre o processo ensino aprendizagem no contexto de mudanças e propostas para o Ensino Médio. Sendo este, o período de formação escolar que concentra vários dilemas e tem gerado muitas discussões nos últimos tempos, seja por sua especificidade de formar uma nova geração de trabalhadores, seja pela forma que esta formação ocorre. Ser professora e pesquisadora é um desafio que se desdobra em várias etapas de um processo de construção do conhecimento pautado nas incertezas das políticas públicas para a juventude.

A metodologia utilizada para compreender a atividade desenvolvida se deu por meio de acompanhamento, observação e coleta de dados com finalidade de aprofundar o conhecimento sobre a Educação em Tempo Integral no Ensino Médio. Através do acompanhamento do cotidiano escolar antes da pandemia, durante e depois da volta às aulas presenciais, colaborou para conhecer melhor os desafios de aprender e ensinar durante o período em estudo. O registro de atividades desenvolvidas durante o período em análise contribuiu para compreender como os/as estudantes vivenciaram o isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19 e sua relação com as atividades escolares. O estudo de caso foi a técnica utilizada nessa pesquisa por contar com metodologias que contribuíram para conhecer e interpretar os/as experiências de um pequeno grupo de estudantes. Pois sendo uma ferramenta específica de produção de dados, trata-se de uma estratégia que mobiliza

diferentes metodologias, sobretudo as de caráter qualitativo (como observação participante, entrevistas em profundidade, histórias de vida etc.), mas também quantitativo (surveys, dados quantitativos secundários, mapeamentos etc.). Essa metodologia permite apreender diversas dimensões da vida social, no caso específico do grupo de estudantes e docentes em análise.

Na tentativa de descrever e analisar um período em especial e a sua relação com o macro e o microssocial, relacionando os acontecimentos nacionais, regionais e locais, sem abandonar a postura investigativa tão necessária à prática da produção de conhecimento sociológico. A abordagem da realidade através da atividade de ensino numa escola de pequeno porte, com número limitado de alunos, se deu através dessa pesquisa na qual a experiência cotidiana e as teorias sociológicas foram as principais fontes de conhecimento nessa empreitada.

A questão central nessa pesquisa foram as condições de atendimento aos estudantes durante a pandemia, o registro de atividades, decorrentes do atendimento remoto. O principal desafio enfrentado foi acompanhar os desdobramentos da pandemia da covid-19, que provocou a suspensão das aulas presenciais e instaurou o atendimento remoto emergencial na educação brasileira. Diante de uma realidade ímpar no cenário educacional, e em especial no caso brasileiro, o atendimento aos/às estudantes nesse período foi precarizado.

O tema e o problema da pesquisa foram elaborados no contexto de ensino de Sociologia. Como professora desde 1999, acompanhei as várias posições que a sociologia assumiu nos currículos, ora como disciplina e ora como componente de uma área. Após as reformas realizadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular, 2018) e da legislação referente ao Ensino Médio de 2017, volta-se a organização por áreas de conhecimento. Essas mudanças que estão ocorrendo fazem parte da implantação do que se intitula “Novo Ensino Médio” -NEM, ensejada através da Lei 13.415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, e estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio, definindo uma nova organização curricular. Por esta nova organização, as disciplinas escolares deixam de existir para compor os chamados itinerários formativos com focos nas áreas de conhecimentos e suas tecnologias. Assim é do lugar de professora de sociologia que olho para o Ensino Médio e busco uma compreensão mais ampla dessa etapa da Educação Básica.

Para compreender as mudanças na oferta e modalidades de Ensino Médio retomei a história recente começando com o Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio, que teve início no ano de 2013 e nos anos de 2014 - 2015 aprofundaram as discussões sobre esta etapa da educação básica, ofertando uma formação a professores e pedagogos, bem como vários estudiosos da área da educação. O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foi regulamentado pela Portaria Ministerial de 22 de novembro de 2013. Através dele, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais firmaram um acordo a fim de assumir um compromisso pela valorização e formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuavam no Ensino Médio, nas áreas rurais e urbanas.

No ano de 2016, através da Medida Provisória (MP) 746/2016, que foi convertida depois em forma de lei, que se apoiava na premissa de combater os principais problemas enfrentados na última etapa da educação básica brasileira. Uma das justificativas seria a alta taxa de desistência, bem como o discurso de que o ensino médio era desconectado dos jovens. A formação para a vida e para o trabalho, também deveria estar atrelada ao mercado. Alguns estudos e debates por parte de especialistas em pesquisas e observatórios sobre o Ensino Médio, tais como Juarez Dayrell, Mônica Ribeiro da Silva, entre tantos outros, foram realizados, mas todos foram desconsiderados em nome de uma pretensa “Reforma” do ensino médio, que ocorreu sem o envolvimento daqueles que realmente estavam construindo o debate nacional. O que foi construído no Pacto Nacional para o fortalecimento do Ensino Médio e todas as outras políticas curriculares foram atropeladas e apagadas.

A partir daí, temos então, o Ensino Médio apresentado e dividido por áreas do conhecimento, ou itinerários formativos e não mais as disciplinas curriculares. Assim, a estrutura proposta e suas novas modalidades foram as seguintes, descritas no Art. 35-A da nova BNCC, que articula as mudanças na estrutura do Ensino Médio, assim:

A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - Linguagens e suas tecnologias;
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas. (BRASIL.2017)

Alguns estados, como Pernambuco, um dos pioneiros na implantação da Educação em Tempo Integral já tinham algumas experiências nesta modalidade e até já era prevista desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, Lei nº9.394/96. Mesmo tendo alguns estados já incorporando a Educação em Tempo Integral no Ensino Médio, é só a partir de 2016 e 2017 que há um aumento significativo em sua oferta. Com a possibilidade de ampliação da oferta dessa modalidade de ensino estudamos as experiências já efetivadas, bem como as limitações e possibilidades que ensejam para a Educação em Tempo Integral no Ensino Médio.

O Novo Ensino Médio, o NEM, que começou a ser implantado no ano de 2022 nas escolas brasileiras, e que apresenta diversas modalidades de ensino, dentre elas estão as Escolas de Tempo Integral como parte da formação de jovens estudantes de várias regiões do Brasil. Para compreender as mudanças propostas pelas reformas, recorreremos à legislação vigente, bem como a possibilidade de destacar as várias limitações e retrocessos existentes nas legislações que norteiam a educação brasileira.

Para desenvolver esta atividade de pesquisa, participação e observação, em uma escola de Educação em Tempo Integral no ensino médio, recorreremos aos pressupostos teóricos e sociológicos de Bernard Charlot, e seus estudos sobre a relação com o saber. E ainda Bernard Lahire e François Dubet sobre as concepções do cotidiano na escola, bem como o processo de socialização contemporâneos. Todos estes autores comprometidos em compreender o processo educativo contemporâneo, bem como outros autores envolvidos com as juventudes e a formação escolar.

As reflexões que serviram de referência nesta dissertação explicitam as várias contribuições sobre políticas educacionais, bem como sua relação com estudos e perspectivas sobre o ensino médio, e abarca também as percepções dos estudantes sobre o processo educacional. Desse modo, a fim de contribuir com o debate, sobre os temas já descritos, podemos elencar a contribuição de alguns teóricos e estudiosos sobre as políticas educacionais e seu papel em sua compreensão e desdobramentos entre eles podemos citar :Abramovay (2003), Brandão (2006), Charlot (1996,2000), Dayrell (2007/2014), Dubet (1994,1997,2012), Gadotti (2009), Guimarães (2021) Lahire (1997), Winner (2010), Machala (2017), Moll (2012), Saviani (2007,2008), e Arroyo (2012) entre outros.

O presente trabalho se deu a partir de estudos que tinham por base os postulados de Anísio Teixeira sobre a Educação Integral, mesmo que não esteja implícito a formação do estudante do ensino médio. Cabe lembrar que as disputas do currículo para sociologia no ensino médio foram debatidas por vários autores entre eles estão os estudos de Meucci (2014), Resende (2009) Silva (2015), Freitas (2018) e Garcia (2017) entre outros. Alguns estudos são relatos de experiência ao longo de anos de acompanhamento sobre as temáticas envolvendo juventudes e o processo de escolarização. A reflexão sobre a importância das mudanças de paradigmas na educação situa Laval (2004) e Kuenzer (2017) como críticos da interferência do mercado no campo educacional.

Por se tratar de uma escola com ensino em Tempo Integral, os desafios foram maiores ainda, pois as adaptações necessárias não foram efetivadas no atendimento remoto. O uso das tecnologias disponibilizadas aos estudantes, eram por vezes incompatíveis com as condições sociais e econômicas de muitos deles. Para compreender a relação do aluno com os saberes e com a escola foi necessário acompanhar e descrever diversas situações do dia a dia, com o intuito de apreender sobre essa realidade: Colégio Estadual Jayme Canet, situado em Bela Vista do Paraíso-PR, que implantou simultaneamente o Tempo Integral, o Novo Ensino Médio e o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Para fundamentar a metodologia desta pesquisa é necessário recorrer às concepções de Bernard Lahire (1990), onde o autor aponta que a história das formas de aprendizagem escolar, a natureza dos saberes transmitidos pela escola e as relações socialmente diferenciadas com esses mesmos saberes produz trajetórias distintas para os indivíduos, que acionarão disposições do habitus de forma plural e diversa. Para este autor, a pesquisa escolar, de caráter sociológica, é uma possibilidade que considera a relação reflexiva com a linguagem, do ascetismo, do domínio dos métodos do trabalho intelectual e dos hábitos de planificação do trabalho.

No primeiro capítulo é apresentado o objeto de estudo e sua construção sociológica tendo por referência a Educação em Tempo Integral, a partir de sua historicidade e o conjunto de legislações que a subsidiam, diferenciando a Educação Integral e a Educação em Tempo Integral. A Reforma do Ensino Médio ou Novo Ensino Médio (NEM) e seus desdobramentos. Também são descritos o papel dos Institutos de Corresponsabilidade da Educação, ICE's, como formuladores de práticas

pedagógicas e intervencionistas na formação de jovens brasileiros em diversas regiões do país. Ainda será contextualizado o estado do Paraná e o modo de implantação de tecnologias a serviço de uma formação escolar pautada na suposta eficiência na busca de resultados no campo educacional. Também é possível perceber como os educadores e o sindicato dos trabalhadores em educação APP-Paraná, enfrentaram e ainda lutam com resistência às mudanças engendradas.

Realizamos a correlação da criação das políticas educacionais nos níveis, federais, estaduais e das escolas, destacando o caso do Colégio Jayme Canet em Bela Vista do Paraíso-PR. Demonstramos a complexidade da configuração dos sistemas de ensino e das políticas educacionais desde a escola até as áreas de estudos. Operamos com a sociologia que ajuda a entender as teias tecidas no nível microsocial, na escola de um pequeno município; e no nível macrosocial, nos governos federais e estaduais formulando e gerenciando as políticas.

No segundo capítulo, descreve-se os desenhos curriculares advindos do Programa Paraná Integral e os impactos nas disciplinas, tais como, Sociologia, Arte e Filosofia, em prol de componentes curriculares como Estudo Orientado, Projeto de Vida e Educação Financeira. Como docente da disciplina de Sociologia, observadora e pesquisadora, faz-se necessário explicar a situação da docência dessas áreas de conhecimento, pois isso tem reflexos nas condições de trabalho dos docentes e dos discentes. As mudanças nas cargas horárias vão configurando a presença/ausência de conhecimentos, da adesão dos discentes à Escola de Tempo Integral que, além dos novos desenhos curriculares, tiveram que se adaptar ao Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia da Covid-19.

No terceiro capítulo segue-se a exposição sobre as especificidades da escola em que se dá a construção e desenvolvimento desses estudos, suas características, historização e mudanças ocorridas ao longo do tempo. O que faz ou fez os estudantes optarem por ali estudarem e finalizar uma etapa da educação escolar. Ainda dentro de uma perspectiva interpretativa é possível pensar e refletir sobre os estudantes e os saberes, forjados ou construídos nesse estabelecimento de ensino. As expectativas em relação à vida e os desafios de conviver e aprender numa sociedade em constante mudanças, bem como a pedagogia da “escola da escolha” ganham visibilidade.

No último capítulo apresentam-se alguns dados sobre os/as estudantes da Educação em Tempo Integral, destacando a relação entre os/as estudantes e a

comunidade escolar, os tempos e os espaços formativos a partir da observação empírica. Como o estudo de caso revelou a problemática de caracterizar a Educação em Tempo Integral dentro de uma perspectiva de análise que considera este tipo formação educativa idealizada e como possível solução para a etapa de ensino em que se encontram os/as jovens estudantes.

Para finalizar, apresentamos uma série de perspectivas sobre a educação em Tempo Integral como possibilidade de ensino aprendizagem e como os resultados obtidos podem ressignificar o debate acerca das mudanças postas com a nova BNCC e a Reforma do Ensino Médio, no contexto da pandemia da Covid-19. Registrar esse período permitiu refletir sobre as limitações da educação brasileira e como a pandemia ressignificou os contatos sociais, a convivência familiar e o papel da educação.

1 - AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

Neste capítulo trataremos sobre os conceitos de Educação Integral e Educação em Tempo Integral, que ao longo dos tempos foi se alterando para dar conta das especificidades que se colocaram ao implantar a extensão de tempo escolar à fase final da Educação Básica, ou seja, no Ensino Médio. Como forma de distinção e aplicabilidade cada uma delas é carregada de significados e expectativas educacionais nos níveis, federais, estaduais e das escolas e, em especial, onde se passa essa pesquisa numa perspectiva macro e microsocial. Também é necessário conhecer a atuação das gestões de institutos privados na educação, bem como as legislações que as possibilitaram. Ainda busca-se compreender como o estado do Paraná conduziu o sistema educacional durante a pandemia com a intensificação do uso de plataformas e outros aparatos tecnológicos, e ainda a utilização de sofisticados sistemas de controle sobre os profissionais da educação e estudantes.

O objeto de estudo desse trabalho é compreender e analisar as mudanças ocorridas nos últimos anos na educação básica brasileira, notadamente no que diz respeito ao Ensino Médio. Com o intuito de acompanhar e registrar como os jovens estudantes de um colégio de Educação em Tempo Integral vivenciaram e experienciaram o período da pandemia da Covid-19¹. A pandemia² que teve início no ano de 2020 ainda não acabou, no momento desse trabalho, por isso é importante refletir sobre os desdobramentos das mudanças ocorridas no Ensino Médio nos últimos anos e como interferiu na formação de jovens estudantes dessa etapa de ensino.

Num primeiro momento, cabe pensar sobre a realidade de uma escola de cidade pequena que atende estudantes do Ensino Médio, e que se encontra em fase de implementação e consolidação da Educação em Tempo Integral. A implantação da

¹ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. <https://www.gov.br/saude/pt-br> Acesso em 10/10/2022

² Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. <https://www.paho.org/covid19/historico-da-pandemia-> Acesso em 10/10/2022

lei aprovada em 2017, que desenhou esse novo modelo de ensino, foi efetivada a partir do ano de 2020 quando foi possível observar as mudanças e as permanências nesta modalidade de ensino.

Como característica principal, o Ensino Médio é um período que finaliza o ciclo da educação básica e, portanto, é uma fase que é permeada por muitas mudanças tantas físicas como intelectuais, sociais, políticas e culturais que operam na vida dos estudantes desta fase escolar. Por ser um período de descobertas e de questionamentos em relação ao futuro ou à vida adulta, também é uma fase de preparação para o mundo do trabalho, forma de acesso ao ensino superior ou qualquer outra possibilidade de escolha dos jovens estudantes.

As escolas de Ensino Médio em Tempo Integral apresentam suas especificidades e foram regulamentadas através de uma série de medidas e legislações que possibilitaram sua oferta. Desde o início dos anos de 2000, essa modalidade de ensino já vinha sendo implantada em vários estados brasileiros, em diferentes contextos, mas sem uma legislação específica para isso. A oferta pautada em legislação que abrangesse todo o país, de forma única, se deu através da MP746/2016³, que buscava legitimar sua implantação e financiamento. A implantação de um modelo de educação pautado na ampliação de tempo e dos espaços precisa ser discutida e compreendida como um processo em curso. É nesse sentido que a tentativa de compreender as relações entre a escola e as escolhas se entrelaçam, e é nesse sentido também que se percebe ainda um abismo entre o que os jovens estudantes querem ou necessitam e o que é pensado para eles.

Um dos projetos de políticas educacionais que deram início à implantação das escolas em tempo integral no ensino médio foi, notadamente, o estado de Pernambuco, onde vários estudos procuraram compreender a implantação e a organização dos espaços e tempos escolares. Entre eles estão Andréa Giordanna

³ As Medidas Provisórias são normas com força de lei, editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a Medida Provisória precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária. Seu prazo inicial de vigência é de 60 dias, e será prorrogado automaticamente por igual período, caso não tenha sua votação concluída nas duas Casas do Congresso Nacional. Se não for votada em até 45 dias, contados de sua publicação, entrará em regime de urgência na Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado), ficando sobrestadas, até que se termine a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> . Acesso em 07/08/2022

Araújo da Silva (2016) que discutiu a ampliação da jornada escolar e a multiplicação e a diversificação das ações pedagógicas no interior das escolas públicas brasileiras as quais têm sido consideradas estratégias políticas capazes de promover a requalificação da Educação Básica.

Já a discussão proposta por Lilian dos Santos Lacerda (2019) sobre o processo educativo e a formação dos estudantes, recai como uma crítica sobre as propostas educacionais e a aplicação prática da ampliação da jornada escolar e do atendimento regular aos estudantes. Isso porque, segundo ela a educação está incluída na lógica do capitalismo avançado e, assim, volta-se à confirmação da ordem social estabelecida, cumprindo a exigência de adaptação dos indivíduos, limitando as possibilidades de autonomia, de reflexão e de crítica da realidade. Ainda destaca que,

O processo educativo se apresenta em consonância ao mundo administrado pelo capitalismo avançado. O que predomina são atividades sem significados ou a ausência de experiências, já que ao indivíduo são permitidas apenas situações as quais podem ser assimiladas de forma ordenada. (LACERDA.2019. p119)

Cabe ressaltar que os estudantes dessa fase de aprendizagem não são consultados sobre suas próprias aspirações. Bem como numa alusão a uma letra de um RAP da Banda já extinta Charlie Brown Jr., que ainda no fim dos anos de 1990, levava a uma reflexão sobre os jovens do Brasil. Como num refrão da música: *“Eu vejo na Tv o que eles falam sobre o jovem não é levado a sério”*. O jovem no Brasil, segundo a canção nunca é levado a sério, e em outro trecho reforça a condição juvenil e a falta de espaço de diálogo e impotência: *“Eu sempre quis falar nunca tive chance. E tudo o que eu queria estava fora do meu alcance”*. Passadas mais de duas décadas vemos em 2017 uma nova investida contra a os estudantes secundaristas e a juventude brasileira, através da aprovação da Reforma do Ensino Médio, pela Lei 13415/2017⁴ que deu início às mudanças ainda em curso.

⁴. LEI Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Mesmo antes da aprovação da referida lei, os estudantes secundaristas e muitos outros jovens em todo o país, passaram a questionar os projetos de mudanças que estavam por acontecer. Logo após a edição da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, que prometia reformular o Ensino Médio, teve início uma série de ocupações em colégios e centros universitários, sendo atualmente objeto de estudo de muitas discussões sobre *o protagonismo dos/das jovens*.

Os/as jovens estudantes não se acovardaram. Ainda no segundo semestre do ano de 2016 teve início uma série de protestos com a participação de movimentos estudantis, e estes ocorreram em várias escolas e centros universitários de todo o país. Em consulta a produções acadêmicas, artigos, dissertações e teses sobre o tema, é possível encontrar vários relatos e estudos sobre a insatisfação de jovens secundaristas com as propostas de Reformulações na oferta do Ensino Médio.

A denominada Primavera Secundarista, foi registrada através de relatos das ocupações nas escolas públicas do estado do Paraná e de todo o Brasil. Segundo Kauana Nhaia Antonicomi, que participou das ocupações como professora e estudante universitária, e descreve a situação provocada pela edição da MP 746:

A precariedade da educação no país é palpável, tanto o corpo docente quanto o discente sofrem com o sucateamento e o descaso nas escolas e universidades públicas. O surgimento da MP 746 e a PEC 241 (atual 55) foram o estopim da chamada 'primavera secundarista', movimento que em 2016 se iniciou no Estado do Paraná e inspirou estudantes de todo o país a ocuparem mais de mil instituições de ensino em prol da luta por uma educação de qualidade (ANTONICOMI & SILVA, 2017. p 51)

As *ocupações* podem ser vistas como formas de resistência às mudanças que estavam por vir e uma forma de atuação dos movimentos estudantis, pois formou-se a partir do protagonismo político juvenil. Com inspiração em movimentos estudantis vindos do Chile, que em 2006 e 2011, realizaram uma série de protestos em torno do sistema educacional daquele país, e em defesa da qualidade da educação pública. Posteriormente o movimento de ocupações estudantis ganharam destaque também no Brasil.

Estudantes indicavam que um novo modo de protagonismo e ação estavam assentando suas bases, caracterizando-se, principalmente, pelas tomadas de decisões e sociabilidade fundadas na horizontalidade, pelo exercício da responsabilidade compartilhada, pela perspectiva da organização coletiva, bem como pela autonomia e independência em relação aos partidos, sindicatos e outras

instituições. Na primavera de 2016, via-se, assim, na ausência de bandeiras, um novo tremular (contra a reforma do Ensino Médio) e cujo lema seria: “por uma educação que nos ensine a pensar e não a obedecer” (PRATES e SILVA, 2017, p 9)

Anteriormente no ano de 2015, estudantes paulistas organizaram uma série de protestos e já haviam ocupado vários estabelecimentos de ensino contra as propostas de reestruturação do sistema educacional estadual. Naquela ocasião os protestos e as ocupações surtiram efeito, e o governador do estado Geraldo Alckmin suspendeu a reorganização do sistema. No estado do Paraná, as ocupações ganharam destaque nacional, seja por seu caráter contestatório, seja por sua expressiva participação de estudantes secundaristas.

Segundo Pacheco (2018) as ocupações que se iniciaram a partir de outubro de 2016 se tornaram motivações para o engajamento político, alcançando instituições de ensino superior estaduais e federais reforçando as demandas por reconhecimento e pela ampliação da participação. A autora destaca que no estado do Paraná houve ocupações em vários colégios, institutos federais e universidades por estudantes do ensino médio e universitários. Tinham como objetivo barrar as mudanças e as reformas educacionais propostas pelos governos estaduais e federal. O que assistimos foram momentos de posicionamentos de muitos estudantes secundaristas e universitários questionando a forma que se desenhavam a Reforma do Ensino Médio e as consequências que ela poderia ensejar.

Naquele momento, as ocupações mostraram-se como uma forma de protestar contra as investidas sobre a educação básica que vinha sendo gestada pelo governo federal. Com o intuito de questionar e derrubar a Medida Provisória 746/2016 decretada pelo então presidente da República Michel Temer, que havia assumido o poder após a deposição de Dilma Rousseff em 2016. O presidente Michel Temer iniciou uma série de mudanças na estrutura e organização do ensino brasileiro, a começar pela Reforma do Ensino Médio, posteriormente também providenciou a Reforma Trabalhista que vinha a retirar direitos trabalhistas. Seu governo foi marcado pela destruição de direitos trabalhistas e desmonte da educação pública, imprimindo assim o caráter e as disposições do neoliberalismo.

As ocupações simbolizaram também movimentos de repúdio ao então presidente Michel Temer, com manifestações e palavras de ordem, que aos gritos de “FORA TEMER”, mostravam a indignação e o descontentamento com as atitudes desse

governante, que arditosamente substituiu a presidente Dilma Rousseff após um processo de impeachment endossado por camadas da sociedade juntamente com a mídia brasileira. A luta dos estudantes era contra a reorganização escolar e o desmonte da educação pública, também contestavam a tramitação da PEC 241⁵ (Proposta de Emenda Constitucional) sobre o Teto de Gastos, com o objetivo de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido controle de gastos, ou seja, um ajuste fiscal nas despesas com serviço público do país durante 20 anos, o que afetaria os investimentos em Saúde, Educação e Previdência Social.

No caso do Colégio Estadual Jayme Canet, naquele momento histórico (2016), os estudantes estavam discutindo sobre os rumos que a educação secundária estava tomando, e se mobilizaram em assembleia na quadra do colégio. Debateram e chegaram a planejar uma ocupação que foi reprimida pela direção da escola e por pessoas da comunidade e até funcionários do estabelecimento escolar. Na ocasião, foi feita uma lista com nomes de professores, que foram acusados de colaborar com os estudantes. A lista deveria ser entregue ao Ministério Público, para tomar ciência e responsabilizar os docentes que poderiam estar envolvidos com a organização dos protestos. Desse modo, os estudantes não chegaram a ocupar a escola, mas acompanharam as ocupações pelos noticiários.

Nesse período muitos estudantes secundaristas e universitários de vários estados brasileiros impulsionaram também a discussão sobre projeto de lei denominado de Programa Escola sem Partido, que tramitava no Senado Federal sob o PLS193/2016⁶. Por este Projeto de Lei, o governo brasileiro deveria adotar medidas eficazes para prevenir a prática de *doutrinação política e ideológica* nas escolas e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Por ser considerado inconstitucional e ferir a liberdade de pensamento e de expressão de educadores e estudantes, o referido projeto de lei foi arquivado.

⁵ PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional) os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fonte: Agência Senado <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em 07/08/2022

⁶ Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Autoria do Senador Magno Malta (PL/ES) <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em 07/08/2022.

A partir desta MP746/2016, as discussões sobre o Ensino Médio avançavam e, mesmo com as intensas manifestações contrárias à sua efetivação, mas com muitas propagandas na mídia, o governo federal agiu para aprovar a referida reforma. O processo culminou com a aprovação da Lei 13145/2017, teve início a regulamentação sobre a oferta do Ensino Médio em Tempo Integral, que já vinha sendo efetivada em vários estados brasileiros sob domínio de instituições privadas.

Cabe aqui destacar a criação já em 2006 de um pacto firmado com a sociedade civil e o empresariado denominado de Todos pela Educação⁷, que começou a intervir diretamente nos rumos da educação brasileira. Esse organismo que se intitula como independente, na realidade representa várias instituições da sociedade civil e de institutos privados que atuam em nome de uma suposta qualidade da educação. Apela para o discurso da neutralidade, com a suposta missão de melhorar a qualidade da Educação Básica no Brasil, sem fins lucrativos, sem ligação com partidos políticos.

Na realidade recebem verbas dos estados e municípios para realizar as parcerias e com aval do Banco Mundial, o que pode ser verificado através de acordos de parcerias. No site oficial desse organismo ainda informa que são financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso garantiria a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado. Ora essa mudança culminou na gestão empresarial da educação em vários estados e municípios. Mais adiante conheceremos a atuação desses organismos e institutos na atuação, planejamento e gestão da Educação Básica, notadamente no Ensino Médio e os motivos pelos quais eles se impõem ao Estado.

Cabe lembrar que a Educação em Tempo Integral ofertada aos estudantes do Ensino Médio carece ainda de investigações mais aprofundadas no sentido de compreender como a escola e sua organização curricular pode interferir na formação de jovens num determinado contexto social. A produção acadêmica sobre a oferta e expansão do Ensino Médio em Tempo Integral ainda é recente, haja visto que a efetivação do Ensino Médio de forma gratuita e universal foi efetivado depois de muito tempo e de muitas políticas públicas implementadas ao longo dos anos.

⁷ É uma ONG, Organização Não Governamental que foi fundada em 6 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, em São Paulo, mais informações podem ser encontradas em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em 07 outubro de 2022 .

Segundo Monica Ribeiro da Silva, professora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e uma das estudiosas sobre o tema, é necessário reafirmar a importância dessa etapa de ensino, que é uma etapa importante na vida de tantos estudantes, mas que só foi tornado obrigatório tardiamente. Ressalta que a oferta dessa etapa de ensino também foi permeada por muitas disputas até e sua oferta foi garantida oficialmente a partir do ano de 2009⁸. Segundo ela,

O ensino médio, etapa conclusiva da educação básica, se depara ainda com o desafio da ampliação do acesso e da permanência e, ao mesmo tempo, com um quadro expressivo de abandono e exclusão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) foi atualizada pela Lei 12.061/09 que sinalizou para sua universalização e gratuidade. Posteriormente, a Emenda Constitucional 59/2009 definiu, dentre os preceitos constitucionais, a obrigatoriedade e gratuidade escolar dos 4 aos 17 anos de idade e a ampliação dos programas suplementares para toda a educação básica, focalizando material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde. (SILVA e JAKIMIU, 2022. p. 2)

Ainda segundo Silva (2016), entre as disputas ideológicas e sua relação com as práticas educativas estavam a “necessidade” de mudar os rumos da educação brasileira. Desse modo, segundo Silva (2016), vários organismos que influenciaram as políticas públicas da Educação Básica, procuravam nortear a definição das finalidades e modos de organização do ensino médio da qual resultou de um Projeto de Lei (PL 6.840/2013)⁹ que, ao propor alterar a LDB, recoloca em outras bases as finalidades e modos de organização do ensino médio. Era a fase de debates sobre as mudanças que culminaram na Reforma do Ensino Médio, que por sua vez, e de forma autoritária, desconsiderou os estudos e apontamentos de muitos especialistas e estudiosos sobre os rumos da educação brasileira.

Em estudo apresentado à Reunião Científica Regional da ANPED¹⁰, realizado em julho de 2016, Silva (2016) já evidenciava as tentativas de redefinir as finalidades

⁸ Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.

⁹ O PL (Projeto de Lei) nº 6.840/2013 é resultado do Relatório da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio – CEENSI e propõe alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 com vistas a instituir a jornada em tempo integral no ensino médio.

¹⁰ A ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela tem por finalidade o

e modos de organização do ensino Médio. Destaca no documento ainda a criação do Movimento Nacional em defesa do Ensino Médio¹¹, mostrando as contradições e os projetos que estavam sendo debatidos:

O Ensino Médio no Brasil possui pelo menos três marcas que o definem ao longo da história: considerado um ensino para poucos, somente muito recentemente surgem iniciativas que sinalizam na direção de torná-lo obrigatório; como segunda característica, as controvérsias em torno de suas finalidades, ora tidas como propedêuticas, ora como profissionalizantes, e por vezes as duas coisas ao mesmo tempo. Seja pela primeira ou pela segunda razão, a educação escolar dos jovens foi se instituindo ainda com a marca da desigualdade – de acesso, de permanência, de conclusão e de qualidade. (SILVA.2016 p.1)

Desse modo Silva (2016), destacou que cada período histórico contou com uma orientação própria imprimiu a esta fase de ensino diferentes orientações políticas, ora como formação técnica e profissional, ora com caráter universalista e reformulação em seus currículos, ora formadores de mão de obra para o mercado. Assim, coube ao MEC (Ministério da Educação), de acordo com as intenções, ideologias e a forte presença de organismos privados, e de forma apressada, implementar as novas diretrizes a serem assimiladas por professores e estudantes dessa fase de ensino. Mais adiante retornaremos essas questões.

A Educação Integral apresenta suas características de diferentes modos e expressa sua relação com a defesa de uma escola diferenciada. Cabe então pensar a Educação Integral de diferentes modos e com diferentes propósitos. A educação, como um processo inacabado, é a parte da construção de sujeitos históricos e sociais,

desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social.

<https://www.anped.org.br>. Acesso em 10/10/2022

¹¹ Movimento Nacional pelo Ensino Médio é composto por 10 entidades do campo educacional – ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da educação), CONIF (Conselho Nacional Das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e foi criado no início de 2014 com vistas intervir no sentido da não aprovação do Projeto de Lei nº 6.840/2013. <https://www.anped.org.br>. Acesso em 10/10/2022

de cidadãos frente às mudanças de seu tempo. Uma educação que compreenda a formação integral de pessoas capacitadas para viver essas transformações. É o que se configura como Educação Integral, como Moacir Gadotti bem enfatizou:

Experiências e análises sobre o tema estão ocorrendo em diferentes partes do Brasil. Mas, o tema não é novo; é tema recorrente, desde a antiguidade. Aristóteles já falava em educação integral. Marx preferia chamá-la de educação “omnilateral”. A educação integral, para Aristóteles, era a educação que desabrochava todas as potencialidades humanas. O ser humano é um ser de múltiplas dimensões que se desenvolvem ao longo de toda a vida (GADOTTI. 2009. p.21)

Segundo Gadotti, a Educação Integral parte do princípio de que a formação dos indivíduos de uma sociedade, se dá de maneira contínua, ao longo de toda a vida. Educar, já afirmava Paulo Freire, é um ato de amor, de coragem. Educação Integral defendida pelo educador Paulo Freire (1921-1997), seria emancipadora e ainda destacava uma visão popular e transformadora, associada à escola cidadã e à cidade educadora (no caso das escolas de educação Fundamental I). A escola seria um dos espaços em que a sociedade se configura, nela incidem as mudanças tecnológicas, as transformações causadas pelos meios de comunicações, novos hábitos são criados e velhos hábitos ainda permanecem.

Como nos educamos ao longo de toda a vida, não podemos separar um tempo em que nos educamos e um tempo em que não estamos nos educando. Como nos educamos o tempo todo, falar em educação de tempo integral é uma redundância. A educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências. O tempo de aprender é aqui e agora. Sempre. (GADOTTI. 2009. p.21-22)

Cabe lembrar que, sendo a escola pública uma conquista da sociedade, e é parte do direito à Educação e que se adquiriu muito tardiamente em nosso país. Apenas com a promulgação da Constituição Federal em 1988, esse direito foi legalmente assegurado aos brasileiros. Mas a proposta de uma escola que oportunize uma Educação Integral pode ser pensada de diferentes modos. A Educação Integral seria a concepção de uma educação plena com princípios humanizadores, e num processo contínuo de aprendizagem.

A Educação Integral estaria numa perspectiva de desenvolvimento pleno das potencialidades de aprendizagem. O tempo de aprender é inerente a experiência de viver. Por isso a escola deveria propiciar ao estudante uma proposta educativa em

que este, seja pensado em todas as suas dimensões, incorporando a cultura, a arte, a educação do corpo e os valores da cidadania à formação dos jovens estudantes. Para que haja sua consolidação, entende o ambiente escolar como uma instituição aberta ao seu entorno e aos saberes presentes na comunidade que a compõe.

Para referenciar a **Educação Integral** e diferenciá-la de **Educação em Tempo Integral**, é necessário conhecer o surgimento de ambas as ideias e seus contextos históricos. No início do século XX, podemos encontrar as diversas tentativas de conceituar a Educação Integral e suas dimensões. Observamos as mais diversas orientações político-ideológicas presentes na disputa por um projeto de educação nacional, que contemplasse a educação como sendo integral. Nesse sentido cabe ressaltar o papel das ambiguidades políticas presentes neste período.

Na década de 1930, por exemplo, o Movimento Integralista defendia a Educação Integral, tanto a partir dos escritos de Plínio Salgado, seu chefe nacional, quanto daqueles desenvolvidos por militantes representativos do Integralismo, e alinhados ao fascismo. Para esses, as bases dessa Educação Integral eram a espiritualidade, o nacionalismo cívico, a disciplina, fundamentos que, no contexto de suas ações, podem ser caracterizados como político-conservadores. Já para os anarquistas, na mesma década, a ênfase recaía sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, em uma clara opção política emancipadora.

Discutir e conhecer o conceito de Educação Integral nos remete a muitas outras possibilidades de ações educativas e, portanto, aqui é necessário referenciar teoricamente essas ações. No contexto da educação brasileira existem numerosos exemplos de Educação Integral, como é o caso do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, tendo como um dos seus redatores Fernando de Azevedo, em que afirmaram a educação por meio de escolhas sociais e políticas. Até aquele momento, prevalecia a ideia de que o país nunca tinha se preocupado realmente com a formação do povo brasileiro. De fato, a educação pública não era pensada como prioridade. Ou pelo menos não havia consensos para organizar modelos educativos que o país escolheria para si.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das

aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (Manifesto dos Pioneiros da educação Nova.1932p .188)

O Manifesto dos Pioneiros como ficou conhecido é um marco na História da Educação brasileira, sendo um dos desdobramentos da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, datado de 14 novembro de 1930. Daí em diante temos uma série de reformas em diferentes níveis de ensino, do ensino primário até a formação de universidades. A ideia de reconstrução educacional passava pela organização do sistema de ensino, a educação seria essencialmente pública, ressaltando o direito à educação como fruto da instituição do Ministério da Educação, consolidado pelo novo governo que se iniciava com Getúlio Vargas, a partir de 1930.

Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do comunismo familiar e dos grupos específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado. (AZEVEDO.1932. p.192,193)

Ao relacionar estas concepções de educação, é possível destacar os aspectos relacionados a consolidação da educação brasileira, através da modernização educacional. Nesse sentido pretendia-se democratizar o acesso de todos à instrução, a nação brasileira teria um direcionamento social da educação através do desenvolvimento de uma política pedagógica que promovesse a laicização das escolas, bem como sua nacionalização e a profissionalização dos educadores. A defesa do caráter universal da educação, mostra-se como o ideário da Escola Nova, com a probabilidade de mediar as transformações urbanas e industriais que vinham ocorrendo na sociedade brasileira, bem como combater as estruturas arcaicas do Brasil. A finalidade da educação, segundo Azevedo (1932), era a reconstrução das relações sociais, através da efetivação progressista da organização educacional.

Toda a profunda renovação dos princípios que orientam a marcha dos povos precisa acompanhar as profundas transformações no regime educacional: as únicas revoluções fecundas são as que se fazem ou se consolidam pela educação, e é só pela educação que a doutrina democrática, utilizada como um princípio de desagregação moral e de indisciplina, poderá transformar-se numa fonte de esforço moral, de energia criadora, de solidariedade social e de espírito de cooperação. (AZEVEDO .1932, p.203)

É notório que as ideias de Azevedo (1932), um dos pioneiros da Escola Nova, e defensor de uma reorganização educacional, ou melhor dizendo um plano geral de educação brasileira, ainda estavam intimamente ligadas a uma espécie de evolucionismo cultural. O educador Fernando de Azevedo, é lembrado por vezes, como um defensor da institucionalização de universidades e propulsor do ensino da sociologia, bem como sua defesa de caráter metodológico, sua organização e oferta. Anos mais tarde, tornou-se alvo de críticas tecidas às suas orientações de caráter racistas, relacionando a própria criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, como complementares e do qual deriva o Manifesto em defesa da educação. Desse modo, mostra indícios eugênicos na tentativa de explicar a formação da sociedade brasileira e seus desdobramentos. Este fato pode ser percebido através do Art. 138, da Constituição Federal de 1934¹², promulgada no governo de Getúlio Vargas.

A Educação Integral é analisada e descrita por muitos educadores e estudiosos da educação brasileira, com vistas a formar um conceito que defina suas atribuições e expectativas. Ao longo dos anos outras experiências de implantar projetos e programas de Educação Integral foram descritos como fragmentados ou foram alvo de críticas por parte de especialistas na história da educação brasileira por não serem contínuos ou de pouca duração. Nesse sentido, cabe lembrar as propostas de Anísio Teixeira na década de 1950, com a criação da chamada Escola-Parque, e a ideia de proporcionar o desenvolvimento pleno dos educandos nos diversos espaços educativos. Outras propostas dizem respeito a criação de Centros Integrados de Educação Pública, nas décadas de 1980 e 1990, em vários estados brasileiros.

A literatura sobre a Educação Integral ganha destaque a partir dos anos de 1990, quando retoma a preocupação com a temática. Em artigos citados, no livro “A Educação Integral no Brasil: Inovações em Processo” de Moacir Gadotti (2009), o autor analisa a educação integral a partir de sua historicidade, destacando as séries iniciais do processo de escolarização, não tratando especificamente do ensino médio, mas destaca que a educação em tempo integral potencializaria o acesso a uma educação cidadã. Propõe também a influência de Paulo Freire ressaltando que a

¹² - Constituição Federal de 1934, Art.138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934).

escola deve garantir o direito de aprender, promovendo o diálogo, a participação e a cidadania desde a infância. Busca-se nesse estudo contribuir com a discussão de uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

O tema da educação integral, segundo Gadotti (2009), volta ao debate público depois de alguns anos, entendendo-a como “um caminho para garantir uma educação pública de qualidade”. Nesse sentido, cabe refletir sobre seus impactos e as perspectivas para a efetivação de uma educação integral.

Experiências e análises sobre o tema estão ocorrendo em diferentes partes do Brasil. Mas, o tema não é novo; é tema recorrente, desde a antiguidade. Aristóteles já falava em educação integral. Marx preferia chamá-la de educação “omnilateral”. A educação integral, para Aristóteles, era a educação que desabrochava todas as potencialidades humanas. O ser humano é um ser de múltiplas dimensões que se desenvolvem ao longo de toda a vida. (GADOTTI, 2009.p21)

Assim, Gadotti (2009), ressalta que a educação é contínua, permanente. Para ele, nos educamos ao longo da vida toda, não podendo separar os tempos em que nos educamos. Falar em educação de tempo integral seria, então redundância, pois a educação se dá em tempo integral, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano em todas as vivências. Assim, o tempo de aprender, é aqui, é agora e sempre. Desse modo também Leclerc e Moll (2012), em Políticas de educação integral em jornada ampliada, INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, estabelecem a diferença entre a Educação Integral e a Educação em Tempo Integral, que será a base desse trabalho para contextualizar a discussão até aqui.

Educação integral remete ao legado diferentes movimentos teóricos e políticos que buscaram respostas para os problemas de seu tempo, considerando a lacuna entre direitos preconizados e sua realização, legado notadamente expresso no Manifesto dos Pioneiros de 1932; nas formulações de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro sobre a superação do caráter parcial e fragmentado do tempo e da oferta educativa propiciados aos estudantes, docentes e trabalhadores da educação; e no diálogo entre Paulo Freire, os movimentos sociais e as experiências governamentais. (LECLERC e MOLL. 2012 p. 23)

O uso das expressões “tempo integral” e “jornada ampliada” é estabelecido com base no marco legal da política educacional. As políticas de ampliação de jornada deverão levar à educação em tempo integral, referenciadas pela cobertura do financiamento da educação, conforme o que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – Lei nº 11.494/2007. (LECLERC e MOLL. 2012 p. 20)

Por essas sínteses da história recente, observa-se que a construção do que seria uma educação integral e uma educação em tempo integral é complexa. Os entendimentos sobre os termos variam. As concepções de educação tensionam as disputas e podemos verificar isso nas legislações criadas ao longo da história.

1.1 O Ensino Médio na Legislação Educacional e no Plano Nacional da Educação

Em diferentes períodos da história da educação brasileira, especialmente após o lançamento do “Manifesto do Pioneiros da Educação”, em 1932, que propunha entre outros pontos a reconstrução educacional no país, a idealização de um Plano Nacional de Educação começa a tomar corpo através da inclusão do art.150, na Constituição Brasileira de 1934. Segundo uma consulta ao PNE de 2001, é possível verificar que o referido artigo constitucional incorporado ao texto original, dava uma ideia de constituir uma legislação sobre a educação naquele período.

O art.150 declarava ser competência da União: "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País". Atribuía, em seu art. 152, competência precípua ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais". (PNE.2001)

Após a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024, de 1961, surge então mais uma proposta de criação do Plano Nacional de Educação. E em 1962, passadas quase três décadas de sua menção como projeto de implantação nacional na área da educação, novamente não se consolida, pois não possuía a força de lei, mas apenas uma iniciativa da Ministério da Educação e Cultura. Essa iniciativa foi aprovada pelo então Conselho Nacional de Educação, e basicamente tratava-se de um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos.

Mais tarde, em 1965, com o início da Ditadura Militar Brasileira (1964/1985), sofreu revisões e foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Já em 1966, uma nova revisão se chamou Plano Complementar Educação. Ainda de acordo com o PNE (2001), referido Plano, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando

a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos. Cabe lembrar, que a ideia de uma lei foi retomada em 1967, e mais uma vez, proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em encontros nacionais de planejamento, sem que a iniciativa fosse concretizada.

Durante o período da Ditadura Militar, através da Lei nº 5692/71 publicada em forma de decreto e instituída em 11 de agosto de 1971, há uma centralização da educação brasileira. Fixa, então, através de uma legislação que previa regulamentar o ensino de 1º e 2º graus, respectivamente, conforme a referida Lei de Diretrizes e Base, de 1971:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

§ 1º Para efeito do que dispõe os artigos 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau.

§ 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional.

Art. 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou/equivalentes.

Parágrafo único. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento do ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação. (DOU.1971)

Apenas em 1988, com promulgação da Constituição Federal, e passados então mais de cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. A legislação sobre os direitos inerentes ao cidadão e presentes no texto constitucional, dispõe que a regulamentação da educação brasileira é um direito conquistado e garantido na Constituição Federal de 1988. Em seu no artigo 205, assegura que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Pode ser compreendida como parte de um processo que vinha sendo gestado desde a redemocratização política brasileira nos idos dos anos de 1980.

A Constituição Federal de 1988 é vista como um divisor na história do Brasil, pois consolidou as demandas dos movimentos sociais que buscavam o restabelecimento da democracia no país. No campo da educação não bastava garantir seu acesso de forma gratuita, como um direito, era preciso também consolidar as formas de torná-la efetiva. Inicia-se um período de disputas políticas como o intuito de criar uma legislação para regular a educação no Brasil. Com a aprovação em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, conhecida como Lei nº 9394/96. Ao criar uma legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional o Brasil passa a organizar os níveis de educação básica e de nível superior, bem como sua regulamentação de oferta. A seguir, o que dispõe seus artigos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL. LBD 9394/96)

Nessa época, ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo com força de lei capaz de dar estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação. A partir daí, surgem vários movimentos no interior da sociedade brasileira, com o intuito de consolidar uma legislação que pudesse nortear os rumos da educação. O debate que se inicia no final dos anos de 1990, é finalmente apresentada e discutida no Congresso Nacional. A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2000, tinha por objetivo a elevação global do nível de escolaridade da população. Dentre os principais objetivos podemos destacar que envolvia a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência, com sucesso na educação pública.

Ainda sobre o PNE, o documento ressaltava a democratização do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Assim, o referido Plano Nacional de Educação (PNE) dá início a uma nova fase da educação brasileira, estimulando a implementação de propostas educacionais de acordo com os rumos que o país estava tomando, tendo por base os aspectos democráticos como os norteadores do debate sobre o ensino público no Brasil. Através de um conjunto de medidas e de legislação específica, a educação

brasileira acaba por apresentar uma evidência de seus principais problemas e abre caminho para uma configuração nova, destacando a participação dos envolvidos no processo educativo, tais como os profissionais da educação, conselhos escolares e toda a comunidade escolar, bem como suas diferentes realidades.

A tramitação e a aprovação do PNE, consagra uma importante vitória para a população brasileira, beneficiária deste conjunto de medidas com a finalidade de encontrar caminhos para os problemas inerentes à educação brasileira. Assim,

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta Lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art. 4º A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

Art. 5º Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.

Art. 6º Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000).

No ano de 2001, a lei apresentada e aprovada pelo Congresso Nacional entra em vigor através da sanção do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Com a aprovação do PNE pretendia-se ampliar o acesso, a permanência e a conclusão de todas as etapas da educação. Entre as etapas da educação, o Ensino Médio aparecia como uma preocupação em especial, pois esta fase da educação ainda carecia de investimentos e de orientações mais específicas e estava particularmente vulnerável à desigualdade social.

Outro desafio a ser enfrentado, segundo o PNE de 2001, dizia respeito à disputa entre uma educação profissionalizante ou acadêmica, com objetivos humanistas ou econômicos, o que poderia gerar privilégios ou exclusões de ordem

social. Todavia, o ensino médio, deveria atender toda a demanda com qualidade e propiciar a aprendizagem de competências de caráter geral, formando pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, com o objetivo de respeitar as diferenças e superar a segmentação social. Ainda, o PNE ressaltava que,

Preparando jovens e adultos para os desafios da modernidade, o ensino médio deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: autoaprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades (PNE.2001)

Ainda previa a expansão e a universalização do ensino médio, gratuito e de qualidade. O uso dos espaços, do tempo e dos recursos didáticos também deveriam ser repensados, já que muitas vezes a oferta desta etapa de ensino era majoritariamente no período noturno. Juntamente com outras determinações, o PNE, ainda previa o estabelecimento de sistemas de avaliação para acompanhar os resultados obtidos, bem como suas correções, através da implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e posteriormente o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), operados pelo Ministério da Educação (MEC), que através de sistemas estatísticos, passam a constituir mecanismos para promover a eficiência e a igualdade do ensino médio em todo o país. Cabe ressaltar, que a universalização do ensino médio, ainda era apenas uma intenção, pois sua regulamentação só veio a consolidar-se no ano de 2013.

Retomando alguns pontos já delineados, em especial aqueles em que se relacionam aos princípios e fins da educação nacional, fica claro que a educação básica é compreendida por atendimento de demandas de estudantes (dos 4 aos 17 anos) é obrigatória e gratuita. No caso do ensino médio a oferta e obrigatoriedade foram incluídos na LBD lei nº 9394/96 pela lei nº 12.796 de 2013. Através do seguinte:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades
I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL.2013)

A universalização da oferta do ensino médio gratuito e garantido por lei, a partir do ano de 2013, bem como a garantia da oferta das disciplinas curriculares como Sociologia e Filosofia, componentes curriculares obrigatórios, através da Lei nº11.684/2008 (BRASIL, 2008) passam a ser objeto de discussão por grupos de professores e especialistas na área da educação básica com vistas a repensar o ensino médio como o término da educação básica. Desse modo, e a fim de consolidar esta etapa da formação básica passam a ser considerados programas de formação continuada para professores para atuar nesta modalidade de ensino.

Já no final de 2013, através de Portaria nº 10.140, de 22 de novembro de 2013, foi instituído o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, com o intuito de refletir sobre o currículo do Ensino Médio, promover o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana, integral, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). As orientações a serem observadas diziam respeito às ações que tinham por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio; promover a valorização pela formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio; e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as DCNEM.

A formação continuada de professores e coordenadores se estendeu entre os anos de 2014 e 2015, quando teve início a formulação e implementação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, bem como pensar a educação como um direito de todos. Entre muitos desafios, que estavam postos, e que estavam sendo debatidos dizia respeito ao acesso ao ensino médio diurno, a efetiva melhoria do ensino noturno, ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação em tempo integral. Também destacava a discussão sobre a construção dos Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento e a Base Nacional do Currículo como formação indispensável do cidadão, propondo práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral. Neste processo de formação de professores e coordenadores já era discutido o redesenho curricular do ensino médio, suas possibilidades e limitações.

Outro aspecto a ser observado é que já em 2009, com a instituição do Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não profissionais, tem início uma série de discussões e tentativas de implementar atividades diferenciadas nesta etapa educativa. Uma importante ação por parte do Ministério da Educação (MEC), que também abriu caminho para a reflexão sobre as escolas em tempo integral iniciou no ano de 2007, com a instituição do Programa Mais Educação¹³, no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

O objetivo era ampliar espaços, tempos e oportunidades educativas, reduzir a evasão oferecer novas atividades educacionais etc. Com vistas a qualificar a experiência educativa de crianças e jovens no ensino fundamental por meio de ações culturais, educativas, esportivas, de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de lazer. Foi avaliada como uma estratégia do governo federal para a ampliação da jornada escolar.

No ano de 2014, uma nova versão do PNE, foi aprovada a Lei nº 13.005/2014, determinando as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 10 anos, ou seja, entre os anos de 2014 até 2024. Processo interrompido com o Golpe político e midiático sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff, que acaba por desencadear a Reforma do Ensino Médio e o surgimento de NEM, Novo Ensino Médio, no plano educacional e a Reforma Trabalhista no âmbito do trabalho.

É necessário discutir as alterações e as propostas de ensino após a concepção da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que alterou a legislação referente ao Ensino Médio como etapa de formação e preparo do jovem para o mundo do trabalho. Essas mudanças que estão ocorrendo fazem parte da implementação do que se intitula “Novo Ensino Médio” ensejada através da Lei 13,415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudança na estrutura do ensino médio, definindo uma nova organização curricular. Por esta nova organização, as disciplinas escolares deixam de existir para compor os chamados itinerários formativos com focos nas áreas de conhecimentos e suas tecnologias.

¹³ Programa Mais Educação MEC 2007. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar

Para compreender as mudanças na oferta do Ensino Médio, é preciso retomar o ano de 2016, e analisar a proposta apresentada por meio de uma medida provisória, que se calcava na premissa de combater os problemas enfrentados pela última etapa da educação básica brasileira. A partir daí temos então o Ensino Médio apresentado por áreas do conhecimento e não mais por disciplinas. A estrutura proposta e suas novas modalidades foram as seguintes, descritas no Art. 35 -A 1:

A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:
I - Linguagens e suas tecnologias;
II - Matemática e suas tecnologias;
III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
IV - Ciências humanas e sociais aplicadas. (BRASIL.2017)

Neste desenho curricular cada área do conhecimento passará a desenvolver as competências específicas de sua área, e devem estar relacionadas a um conjunto de habilidades que por sua vez corresponderão às aprendizagens que se impõem a todos os alunos do Ensino Médio. Esses componentes se tornarão obrigatórios nos três anos do ensino Médio, mas somente serão trabalhadas as habilidades específicas da língua Portuguesa e Matemática, deixando uma incógnita sobre as demais áreas do conhecimento e seu processo de aprendizagem.

Estas mudanças foram apresentadas como a base de um referencial próprio e não discutidas com os diversos setores vinculados à educação brasileira, deixando de lado um vasto debate que vinha sendo realizado desde 2013 por grupos de professores e pesquisadores brasileiros vinculados a várias instituições e universidades, com o intuito de apresentar possibilidades e sugestões para a formação de uma parcela de estudantes matriculados no ensino médio

Ressaltando que desde o início dos anos 2000, muitas escolas iniciaram o processo de ampliação da jornada escolar e a ocupação de espaços educativos, com o intuito de formar novos cidadãos. Um dos estados brasileiros que deram início à jornada ampliada foi Pernambuco, tido como referência na Educação em Tempo Integral, contando com várias experiências documentadas, e ainda trazendo a participação dos *Institutos de Corresponsabilidade pela Educação* em seu escopo, fortalecendo a relação público-privado no campo educacional.

1.2 - As Escolas de Educação em Tempo Integral (2013 a 2017)

As propostas de ensino em escolas em Tempo Integral, com ampliação de tempo e de espaços, podem variar muito e suscitar reflexões acerca de sua oferta, efetivação e manutenção. A reflexão sobre a educação integral e sua constituição parte de um modelo de ensino pautado numa extensão do tempo escolar e em diferentes espaços de aprendizagem fomentados pelas mudanças nas instituições de ensino que se deseja consolidar. As transformações ocorridas no Brasil contemporâneo e o avanço das políticas neoliberais tem se tornado constante na realidade educacional brasileira. Para tanto compreender estas mudanças e seus desdobramentos torna-se imprescindível para pensar o futuro da educação em instituições de ensino em Tempo Integral.

A implantação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) foi efetivada através da ampliação da jornada escolar e um redimensionamento do tempo e espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano. A reorganização curricular foi possibilitada através do artigo 5º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que foi ponto de partida para a oferta e reorganização dessa etapa de ensino conforme previsto no referido artigo.

Ao longo de muitos anos foram apresentadas diversas propostas de implantação de escolas que atenderiam os estudantes em Tempo Integral. E logo depois foram iniciadas as discussões sobre as propostas a serem implementadas no Ensino Médio. Recentemente teve início as análises sobre a implementação desse modelo de ensino em várias regiões do país, especialmente em estados da região nordeste como bem colocou Silva (2016), e Lacerda (2019) na região sudeste que se dedicaram a discutir os limites e possibilidades de Educação em Tempo Integral e suas especificidades. Assim como os pesquisadores Gadotti (2009) e Moll (2012), que abordam a ampliação de tempos e espaços na educação brasileira em seus estudos.

Para iniciar essa discussão podemos expor algumas experiências no ensino em tempo integral que já foram documentadas ao longo dos anos. Uma dessas escolas que já serviram de base para muitos estudiosos, especialmente na década de 1950 e nos anos seguintes, contaram com o apoio e planejamento de intelectuais da educação brasileira, notadamente Anísio Teixeira. A implantação das escolas com

atendimento em tempo integral no ensino fundamental, para crianças e adolescentes serviram de subsídios para muitos debates, questionamentos e entusiasmos.

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola “desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia. (BRASIL.2009. p 15)

Para viabilizar a Educação em Tempo Integral, Anísio Teixeira colocou em prática suas propostas que antes eram apenas ideias. Em Salvador, no estado da Bahia, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, foi a primeira instituição escolar a aplicar esta perspectiva da educação onde as atividades escolares começaram a ser ofertadas em contraturno. O espaço escolar que atendia os alunos foi chamado de Escola- Parque. Nos anos de 1960, outras experiências foram relatadas, como é o caso de centros educacionais em Brasília.

Na década de 60, Anísio Teixeira, na presidência do INEP, foi convocado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para coordenar a comissão encarregada de criar o “Plano Humano” de Brasília, juntamente com Darcy Ribeiro, Cyro dos Anjos e outros expoentes da educação brasileira. A comissão organizou o Sistema Educacional da capital que pretendia, o então presidente da república, viesse a ser o modelo educacional para todo o Brasil. O sistema educacional elaborado criou a Universidade de Brasília e o Plano para a Educação Básica. Para o nível educacional elementar, foi concebido um modelo de Educação Integral inspirado no modelo de Salvador, porém mais evoluído (BRASIL, 2009. p 16)

Posteriormente, no final dos anos de 1960, os projetos e programas de Educação Integral foram desativados permanentemente. O período conhecido como Ditadura Militar (1964-1985), promoveu a reforma da educação brasileira e desmantelou as experiências até então vinham sendo gestadas e implementadas. A reforma universitária ocorrida em 1968 e a profissionalização do ensino em nível médio, antigo 2º grau, são parte das mudanças que se deram durante este período. Ao final do período que ficou marcado pela centralização do ensino, bem como sua tecnificação e baixos investimentos na educação.

A Lei 5.692/71 foi instaurada em plena fase de expansão acelerada da economia do País. Nessa fase a modernização da economia brasileira implicou a redefinição das relações capital/trabalho, nos moldes em que elas vêm ocorrendo nas sociedades capitalistas desenvolvidas e que se

caracteriza pelo surgimento de grandes empresas e conglomerados econômicos e pela multiplicação das hierarquias ocupacionais. Em situações como essa, a pequena empresa de determinados ramos, em virtude de sua dificuldade para a produção em grande escala e para a introdução de novas tecnologias, tende a enfraquecer, levando consigo, nesse processo, os trabalhadores autônomos. A força de trabalho torna-se cada vez mais assalariada e dependente dos mecanismos formais de controle de seu ingresso e de sua mobilidade no mercado de trabalho. (BRASIL. INEP. 1982. p. 5)

Por um longo período a educação brasileira e as propostas pedagógicas diferenciadas não tiveram espaço. Em decorrência das mudanças políticas que vinham ocorrendo nos anos de 1980, com o fim da Ditadura Militar, houve novas possibilidades de reestruturar e repensar a educação e as propostas pedagógicas diferenciadas começaram a surgir. Novas e antigas ideias, demandas não atendidas, processos de redemocratização, pressões sociais, entre outros contribuíram para dar visibilidade aos problemas sociais e educacionais que se acumularam.

Outras concepções de Educação Integral e em Tempo Integral recomeçam a surgir no cenário nacional, bem como a possibilidade de sua oferta remete a tempos idos, e vem sendo gestada em nosso país. Mesmo assim, ainda não se consolidou como uma realidade. Por diversos motivos, e em tempo diferentes, muitos educadores brasileiros defenderam que a implantação de escolas que atendessem em Tempo Integral. As propostas curriculares visavam uma proposta diferenciada, a partir da integração de conhecimentos, voltados para a prática de esportes, desenvolvimento artístico e aulas de leitura.

Na década de 1980, a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs – constituiu-se como uma das mais polêmicas implantações de Educação Integral realizada no país. Concebidos por Darcy Ribeiro, a partir da experiência de Anísio Teixeira, e arquitetados por Oscar Niemeyer, foram construídos aproximadamente quinhentos prédios escolares durante os dois governos de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, cuja estrutura permitia abrigar o que se denominava como “Escola Integral em horário integral”. Vários estudos foram realizados sobre essa implantação, apresentando seus aspectos inovadores e suas fragilidades. (BRASIL.2009. p. 16)

A escola pública tem passado ao longo do tempo, por diversas mudanças guiadas por políticas públicas e práticas pedagógicas que, muitas vezes estão em descompasso com os anseios da sociedade brasileira. Os programas e projetos educacionais demandam a organização e distribuição de recursos, sejam eles financeiros, espaciais/estruturais ou humanos. A descontinuidade e a viabilidade que

estão em questão, demonstram a pouca relevância que os jovens estudantes parecem ter diante das políticas educacionais voltadas para as juventudes.

Uma forma de conhecer os problemas e desafios das escolas de ensino em tempo integral é buscar compreender os contextos em que foram implantadas, bem como a forma de organização. Outros períodos históricos podem servir de reflexão sobre os erros e acertos da oferta desta modalidade de ensino. Educação é um direito do cidadão e como tal, deve ser ofertada a todos. Como garante a Constituição Brasileira de 1988, a través de seu artigo 205 e 206.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

(Constituição Federal. 1988)

O acesso à educação passa a ser parte de um discurso pautado em novos modelos ou modelos revisitados de ensino. Uma dessas possibilidades é o aumento da jornada escolar, através da implantação das escolas de Tempo Integral, como uma forma de direcionar o atendimento ao estudante, permitindo um tipo de formação diferenciada, com aumento do número de aulas e de disciplinas voltadas à práticas pedagógicas amparadas por um discurso que lhe confere modernidade e flexibilidade de componentes curriculares, muitas vezes distantes das expectativas dos jovens estudantes. A ampliação do tempo escolar é uma face do problema a ser analisado, é preciso buscar meios de analisar qualitativamente o processo de escolarização dos jovens estudantes:

À construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar formas de existir. (BNCC, 2018)

Bem antes da estruturação da já vigente BNCC, Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2018, e que define o conjunto de aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver ao longo de toda a educação básica, já eram conhecidos os índices de qualidade de educação. Um desses índices é o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que está vinculado ao INEP, criado em 2007. Por meio desse sistema é possível consultar os níveis de educação brasileira, bem como os valores alcançados em cada etapa, por estados e municípios, respectivamente.

A qualidade da educação passa a ser apontada como o objetivo de tais mudanças, e propostas como uma forma de democratização do saber. Mas não é bem assim. Os discursos sobre a qualidade da educação, e a possibilidade da utilização de mecanismos que possam atestar essa suposta qualidade, passam a ser debatidos como possibilidades de implementação no ensino básico, notadamente o ensino médio, e passa a ser alvo de políticas de inserção desses sistemas avaliativos na educação brasileira.

Dessa forma os índices de IDEB, entre outros sistemas de avaliação, passa a mensurar a qualidade de educação considerando o rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho. Segundo o MEC, as taxas de rendimento são medidas pelo Censo escolar da Educação Básica. As médias são mensuradas pelo SAEB e através da Prova Brasil, avaliações feitas pelo INEP afim de diagnosticar a qualidade dos sistemas educacionais. São sistemas de avaliações internas e externas que acabam por mapear os resultados aferidos.

Entre os sistemas de avaliação que também colaboram para mensurar e avaliar os dados sobre a educação, é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) tradução de *Programme for International Student Assessment*, trata-se de um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O INEP é o órgão responsável pelo planejamento e avaliação dos resultados. Este sistema de avaliação tem o propósito de coletar informações sobre os conhecimentos e as aprendizagens dentro e fora da escola. Os resultados do PISA permitem ao país que o aplica avaliar conhecimentos e habilidades de seus estudantes a fim de introduzir políticas e práticas educativas condizentes com programas de países mais desenvolvidos em termos de políticas educacionais.

Assim parte do discurso sobre a qualidade da educação é permeado por organismos internacionais e aos poucos estão sendo controlados por empresas privadas e Institutos criados para apoiar e decidir os rumos da educação em nosso país. Para alcançar tais índices, os sistemas de ensino brasileiro, públicos e privados, vem implementando ações e desenvolvendo mecanismos a fim de estarem sempre avançando nos resultados. Padronizar os sistemas avaliativos podem ser indicativos de falta de respeito aos estudantes e suas potencialidades, bem como ferem a autonomia das escolas, em detrimento de índices que podem não revelar a realidade de todos os aspectos da educação, desconsiderando a regionalidade, bem como o público das escolas brasileiras.

Alguns estudiosos brasileiros, como Luiz Carlos de Freitas, analisando os programas e mecanismos de avaliações postos em vigor, questiona o incentivo às supostas melhorias na educação. Ressalta que há uma volta ao tecnicismo nas nossas escolas – tradicionais em sua maioria – pela via do fortalecimento da gestão e da introdução de tecnologias, acrescidas das teorias de responsabilização e avaliação externas (FREITAS.2014, p.1087). Afirma ainda que a disputa pelo campo da organização do trabalho pedagógico da escola, feita com vigor por estas teorias requentadas, pode ser vista a olho nu no interior das escolas. O autor observa que a educação passa a ser vista como componente das fórmulas de aumento da produtividade e de competitividade das empresas no cenário internacional atual, à medida que a mão de obra barata foi se fazendo escassa no Brasil.

Por este motivo, estamos vivenciando atualmente uma espécie de intervenção nas escolas públicas brasileiras, e em outros países também, através da disseminação e a atuação de programas educacionais que acabaram muitas vezes, submetendo o ensino público à lógica do empresariado e da privatização, desresponsabilizando o Estado do compromisso político-econômico de financiamento educacional. Para o autor,

É esta centralidade da avaliação escolar (fortalecida agora pela associação com a avaliação externa e as políticas de responsabilização) que é disputada e usada hoje pelos reformadores empresariais³ da educação para impor uma trava a possíveis avanços progressistas na organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola – seja em seus objetivos, seja em sua avaliação – fortalecendo seu controle ideológico sobre toda a estrutura educacional que forma milhões de jovens, ajustando-os a um padrão cultural “básico” de instrução. (ARROYO, 2009 apud FREITAS 2014 p. 1089)

Segundo Freitas (2014), a implantação das avaliações externas à escola seguidas de processos de responsabilização, como forma de alavancar o aumento das médias de desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais e nos exames internacionais. Paulatinamente, com ajuda pesada da mídia, a elevação de médias de desempenho dos estudantes passou a ser aceita como referência do que consideramos hoje uma boa educação (RAVITCH, 2010 apud Freitas 2014, p 1088), sem que uma reflexão crítica sobre as formas de organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola tenha força para retornar ao debate. Como resultado da introdução de políticas educacionais de cunho neoliberal, surgem os financistas de uma nova matriz educacional, voltada a cumprir metas estabelecidas por organismos nacionais e internacionais, e definir o tipo de educação ofertado pelo Estado.

Em meados de 2016, após o denominado Golpe político midiático, que consolidou o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, inicia-se um novo projeto de ampliar a participação de diversos setores da iniciativa privada na esfera educacional. Através da publicação da Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, foi instituído o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. A publicação desta portaria tinha como objetivo apoiar os sistemas de ensino público na operacionalização de ações voltadas à melhoria da qualidade da oferta do ensino médio em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Segundo o MEC, este programa teria duração de 10(dez) anos a partir da adesão, considerando sua implantação, seu acompanhamento e a mensuração dos resultados alcançados, conforme diretrizes da Portaria do MEC 727/2017. Outra meta estabelecia que no mínimo 50% das escolas públicas ofertariam a Educação em Tempo Integral e, em pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Destacava ainda, que o modelo do novo ensino médio deve ser compatível com as perspectivas da sociedade contemporânea e com os anseios dos jovens. Reiterava a necessidade de melhoria do ensino médio e a perspectiva de universalização do acesso e da permanência de todos os adolescentes de 15 a 17 anos nesta etapa da educação básica.

Dentre tantos problemas enfrentados pela sociedade num contexto de mudanças e novos desafios, aponta-se para o cenário de que a escola vive uma crise

crônica, permeada pelo mercado de trabalho e os novos ofícios. Na perspectiva de Laval (2004), já na introdução de seu livro, intitulado: A Escola não é uma empresa :O neoliberalismo em ataque ao ensino público, define a relação entre a escola e a empresa, sustentando que:

Na cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento, velha herança das Luzes, passa como uma ideia obsoleta. Ligada a uma mutação que ultrapassa de longe apenas o quadro institucional, essa crise toma múltiplas formas. Os professores exercem um ofício que perdeu muito de seus benefícios simbólicos e de suas vantagens materiais relativas. A massificação escolar não desembocou na grande mestiçagem social, no reino da meritocracia harmoniosa. As dificuldades de muitos estabelecimentos com forte recrutamento popular foram agravadas por políticas liberais que acentuaram a marginalização de ações importantes da população e aumento das desigualdades que afetam de muitas formas o funcionamento da escola. (LAVAL 2004. p IX)

Na esteira do avanço de propostas educacionais pautados pelo ideário neoliberal, impõe-se uma reflexão sobre as possibilidades e as limitações de pensar a escola como espaço de construção de saberes e práticas sociais. O discurso das reformas educacionais é pautado em um “novo modelo” de trabalhador que se quer forjar, e a escola seria um espaço dessa formação:

O novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na sujeição mais direta da escola à razão econômica. Ele depende de um "economismo" aparentemente simplista cujo axioma principal é que as instituições, em geral, e as escolas, em particular, só têm sentido dentro do serviço que elas devem prestar às empresas e à economia. O "homem flexível" e o trabalhador autônomo" constituem, assim, as referências do novo ideal pedagógico. (LAVAL,2004 p.3)

As articulações entre a escola e a economia constituem a base das mudanças no campo da educação em âmbito mundial, que fomenta também a que perda progressiva da autonomia da escola e a valorização da empresa. Assim se colocam o ensino e a aprendizagem como mercadoria a ser fabricada em sociedades puramente utilitaristas.

A inserção das escolas denominadas de EMTI, que a princípio eram vistas como modelos ou como solução para a permanência de muitos estudantes no ensino médio, podem apresentar algumas contradições. Uma delas pode estar relacionada aos fatores econômicos e sociais dos/das estudantes que procuram concluir a educação básica neste modelo de ensino. Outro fator são os investimentos necessários para a manutenção de uma escola que atenda em tempo integral, que

demandam recursos financeiros e humanos maiores e investimentos em infraestrutura para receber os estudantes e atendê-los durante sua permanência nela.

Com relação aos investimentos em infraestrutura, esta pode não ser a opção dos governantes, pois teriam que investir maciçamente em recursos humanos e financeiros para sua manutenção. Seria este o motivo em aceitar ou buscar parcerias com o ICE (Instituto de Corresponsabilidade da Educação)? Ou até adequar a organização e oferta dos novos itinerários formativos em consonância com a iniciativa privada e a gestão escolar controlada pelo ICE?

1.3. O Papel do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE

As políticas neoliberais, ou seja, uma pactuação entre liberais e conservadores com vistas a recuperar as taxas de acumulação de riqueza, tem por princípios privatizar várias áreas de domínio público, sendo uma delas a educação. Segundo Freitas (2014), criou-se um mercado educacional com acesso a verbas públicas para saciar a voracidade do capital, permeado por interesses diferenciados, mas complementares ideológicos e financeiros. As propostas econômicas e políticas, chegam ao campo da educação já nos anos de 1990, através de um conjunto de ideais que tinha por objetivo debater os rumos da educação como meio de intervir na formação de jovens. Seriam então, alguns empresários ávidos por formar um pacto entre o público e o privado, os reformadores da educação, que teriam assim o controle político e ideológico da escola. Para ele, os reformadores da educação isolam o direito de aprender dos demais direitos, já que na tese liberal o direito à educação seria a porta de entrada de outros direitos.

Segundo Freitas (2014), a partir da introdução de teses liberais/conservadoras derivadas da teoria do capital humano, cunhada a partir dos anos de 1970, e postas em prática nos anos seguintes. As políticas públicas foram sendo constituídas por meio de governos estaduais e municipais, e muitas vezes através de brechas legais de atuação dos institutos nos organismos federais, e sob forte pressão da internacionalização das políticas públicas educacionais, com respaldo do Banco Mundial e organismos como o OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), e Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Ainda segundo Freitas (2014), esta política atualmente aplicada visa também aprofundar o programa educacional neoliberal instalado no contexto brasileiro desde a década de 1990, submetendo o ensino público à lógica do empresariado e da privatização, desresponsabilizando o Estado do compromisso político-econômico de financiamento educacional. A forma de avaliar, bem como a padronização dos sistemas avaliativos, foram incorporadas à organização pedagógica, quase sem questionamentos, como uma fórmula mágica para elevação de índices e resultados.

Importa para este novo ciclo observar se ao longo do tempo as médias descem ou sobem e não se as formas de organização das práticas pedagógicas das escolas evoluem em direção a concepções avançadas de educação e de participação social da juventude. De fato, procura-se difundir que a questão da educação se resolve a partir de uma gestão eficaz das mesmas formas vigentes de organização pedagógica, associada a novas tecnologias educativas, responsabilização, meritocracia e privatização, motivando a consolidação de um neotecnicismo educacional. (FREITAS, 2014, p 1088)

Nessa perspectiva, cabe aqui analisar o surgimento do ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação¹⁴, tendo início no estado de Pernambuco, através de uma ação da iniciativa privada com o intuito de revitalizar e remodelar um antigo ginásio na cidade de Recife. No início dos anos 2000, O Ginásio Pernambucano (ver em Apêndices), foi visto como um marco inicial para a atuação de um grupo formado por ex-estudantes do referido ginásio, que juntamente com empresários e o Governo do estado de Pernambuco, reformularam a organização curricular e o ensino ofertado naquela instituição de caráter público.

A fórmula adotada foi o atendimento aos/às estudantes em período ou tempo integral e com treinamento e elevação salarial para os professores, premiação por resultados, aperfeiçoamento da gestão, controle social e integração comunitária. O ICE concebeu um programa de educação denominado PROCENTRO¹⁵, inaugurando um novo modo de ver, sentir e, em sua concepção, cuidar da juventude. Em 2004, o Ginásio foi reinaugurado como Centro de Ensino Experimental (CEE). Mas, contraditoriamente os antigos professores e alunos não puderam retornar para a

¹⁴ O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) é uma entidade sem fins econômicos, motivada a contribuir objetivamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, por meio da Educação Integral em Tempo Integral.

¹⁵ Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental, que consiste na implantação de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão no ensino médio, coordenado pelo ICE. Fonte : <https://innovacionconsentido.org/2017/09/12/ensino-medio-em-pernambuco-e-o-melhor-do-brasil/>

antiga sede. Foram selecionados novos alunos e novos professores. Assim tem início o que se denominou de busca pela “educação de qualidade”, para retomar o padrão de excelência do antigo ginásio, no qual haviam estudado em tempos idos, alunos como Clarice Lispector e Ariano Suassuna, entre tantos outros que ali estudaram.

A chamada educação de qualidade é parte do discurso do empresariado, que ávidos por abocanhar erários públicos, passa a afirmar, segundo seus critérios, que a educação no país seria um desastre. Os baixos índices de aprendizagem em português e matemática, áreas mais avaliadas nos sistemas padronizados de avaliações, seriam insuficientes para garantir um bom desempenho dos estudantes. Em consulta a reportagens e noticiários, é possível encontrar depoimentos que atestam a ideia de intervir nas escolas, com respaldo da mídia, através de manchetes como: Ginásio Pernambucano troca tradição por experimentalismo¹⁶ .

"Esse desastre não é exclusividade de Pernambuco: com pequenas variações, essa é a situação do aluno de escola pública no País", afirma o presidente da Philips do Brasil, Marcos Magalhães, principal liderança por trás do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, que agrega várias empresas e criou o modelo dos CEE's. O instituto bancou a implantação dos primeiros centros, mas atualmente todo o custeio fica por conta do Estado. À iniciativa privada cabe apenas a instalação de infraestrutura pedagógica: laboratórios, salas temáticas, biblioteca e auditório. (O Estado de S. Paulo 25/09/2006)

A tentativa de intervir e investir na educação remonta ao início dos anos de 2000, mesmo que na década de 1990 já tem início os movimentos em prol da educação brasileira com investidas neoliberais na escola e na formação de jovens cidadãos. Para Freitas, essas instituições privadas vêm produzindo materiais para retratar os índices da educação pública e basear as reformas nessas evidências numéricas. Assim,

[...]a questão é a produção de ‘política com evidência’, ao centrar-se na organização e análise dos números, oculta as concepções que jazem a estes e impede uma discussão sobre a concepção de educação e de sociedade que deve orientar o que entendemos por ser uma boa educação. E ao não discutir, impõe aquela que emerge juntamente com os números (FREITAS, 2018, p. 61).

Os grupos econômicos passam, então, a fomentar as reformas educacionais são criadas, sempre justificadas por uma “melhoria da qualidade da educação” e, na

¹⁶ Texto extraído de artigo do jornal O Estado de S. Paulo, em 25/de setembro de 2006. Fonte <https://portal.aprendiz.uol.com.br/content/ginasio- pernambucano-troca-tradicao-por-experimentalismo>

verdade, possibilitam o privado a ganhar espaço na educação pública, a exemplo da reforma do currículo escolar que ocorreu recentemente com a Base Nacional Comum Curricular. Freitas afirma que a

Base Nacional Curricular Comum, testes de responsabilização e outros dispositivos da reforma são mecanismos implantados de cima para baixo e ancorados em leis que, na prática, levam as redes públicas a recorrer a uma série de possibilidades de privatização por dentro do sistema público (Ball; Youdell, 2007; Adrão, et al. 2016), que conduzirão, em algum tempo, a própria retirada da escola do âmbito do setor público, reinserindo-a em um mercado educacional pleno (FREITAS, 2018, p. 79-80).

Assim, alinhado a defesa do suposto direito de aprender, o setor empresarial acaba por conseguir cumprir as diversas funções, desde as operacionais até as ideológicas, intervindo na formação do novo trabalhador e na quantidade de trabalhadores disponíveis, aumentando o controle sobre a escola e ocultando as raízes sociais das desigualdades acadêmicas (Freitas, 2014 p.1090). Sob o manto da eficiência do setor privado, as políticas públicas passam a agir na proposição de programas, projetos e formações dos profissionais da educação. Assumem o discurso de depreciação da escola pública.

Atualmente o ICE (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação), atua diretamente em 20 estados da Federação brasileira em parcerias com Secretarias de Estado de Educação ou em parcerias com prefeituras de diversos estados. Tem como investidores o Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Itaú BBA, Trevo Tecnologias Sociais, Jeep, EMS, Fiat Chrysler, Espírito Santo em Ação, Instituto Cacau Show e Instituto Conceição Moura. As soluções e propostas são apresentadas em materiais de apoio, de formação de professores e de gestão, incorporados pelas parcerias público privadas.

Institutos e Fundações financiadores de Projetos Educacionais

Instituto Natura foi criado em 2010 com o propósito de ampliar os investimentos em Educação já feitos pela Natura desde 1995. Investimentos que só são possíveis por meio da venda dos produtos da linha Natura Crer Para Ver, comercializados pelas Consultoras de Beleza Natura, sem a obtenção de lucro. Todo o recurso arrecadado é destinado às iniciativas de educação desenvolvidas pelo Instituto Natura. No Brasil, as ações são focadas em quatro compromissos: Alfabetização na idade certa via Regime de Colaboração, Ensino Médio em Tempo Integral, Articulação com Agendas Prioritárias da Educação e Educação e Mobilização para as Líderes e Consultoras de Beleza Natura. Em 2020, expandiu a atuação para países da América Hispânica. Tem sedes na Argentina, no Chile, no México, na Colômbia e no Peru, com o objetivo e o compromisso de melhorar de forma sistêmica o aprendizado das crianças e dos jovens desses países.

Instituto Sonho Grande é uma organização não governamental que acredita na mudança do país por meio da melhoria da Educação Básica, de forma mensurável e com escala.

Viven – Cidadãos para um Amanhã Melhor, é uma associação sem fins lucrativos, estabelecida no Brasil, e que tem como objetivo apoiar a formação de cidadãos globais nas escolas públicas e privadas. Tem como visão apoiar a formação de jovens protagonistas, com intenção, habilidades, criatividade, confiança e comprometidos em mudar, positivamente, a realidade ao seu redor. A Viven ampara sua atuação na metodologia da High Resolves para formação de jovens em liderança e cidadania global.

Figura 1- Fonte: <https://icebrasil.org.br/parcerias/> acesso em 23/09/2022

Todas essas informações encontram-se disponibilizadas no site do ICE¹⁷, e dão conta da presença na gestão de instituições de ensino, composta de vários institutos entre eles: Instituto Natura, Sonho Grande e Viven.

A composição dos denominados ICE's além de vários institutos, conta ainda com o apoio também dos chamados parceiros técnicos para dar suporte aos programas e as políticas de implementação de gestões centradas na formação de estudantes de diferentes níveis de escolaridade. Cada qual com interesses em contribuir com algum aspecto educacional e gerir processos de ensino-aprendizagem. A seguir, apresentam-se alguns deles:

Parceiros Técnicos

Instituto Qualidade no Ensino – IQE é uma entidade privada sem fins econômicos fundada em S. Paulo em 1994 e mantida com o apoio de empresas privadas e parcerias com governos estaduais e municipais. Sua missão é contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nas escolas da rede pública, notadamente no Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

STEM – Brasil é uma entidade privada sem fins econômicos, subsidiária do World Fund for Education com sede em Nova York, fundada em 2002, que visa contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública na América Latina, notadamente no ensino de Matemática, Ciências e Robótica. No Brasil atua em Escolas Públicas através da formação dos professores das áreas de Física, Química, Biologia e Matemática e a iniciação científica dos alunos através de práticas e vivências em laboratórios.

Figura 2- Fonte: <https://icebrasil.org.br/parcerias/> acesso em 23/09/2022

São muitos os institutos que se colocam como defensores da educação brasileira, sobretudo aqueles que formam parcerias através de acordos com governos estaduais, federais ou municipais, e ao mesmo tempo, tornam-se cada vez mais atuantes nos programas voltados a práticas educacionais pautadas nos ideais neoliberais. A chamada busca pela Educação de Qualidade pode ser vista

¹⁷ ICE- Instituto de Corresponsabilidade pela Educação . <https://icebrasil.org.br/parcerias/> . Acesso em 23/09/2022

como uma estratégia que vem de encontro com a possibilidade das entidades e institutos privados em gerenciar a formação de uma parcela de jovens estudantes que seriam num futuro bem próximo, os novos trabalhadores formados nos quadros da educação pública.

Segundo Dourado¹⁸(2007), as concepções sobre o que seria a Educação de Qualidade são complexas e existem muitas dimensões e fatores que interferem em sua construção. Também problematiza e questiona os conceitos e definições que embasam os estudos, as práticas e as políticas educativas nas últimas décadas . Ressalta que a qualidade da educação deve ser construída para todos.

Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alteram-se no tempo e espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais, decorrentes das alterações que embasam a reestruturação produtiva em curso, principalmente nos países membros da Cúpula das Américas (DOURADO, 2007p.3).

Na tentativa de implantar políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação muitos governantes tem se utilizado de estratégias de alinhamento às instituições privadas para definir os rumos da educação em suas gestões. Muitas vezes esse discurso é desvinculado da realidade educacional de cada região do país, e desconsidera os fatores que interferem em sua formação.

Ainda segundo Dourado(2007), são muitos e diversos os elementos para qualificar , avaliar e precisar a natureza , as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania. Disso advém também o problema sobre a formação para a cidadania, tão utilizada nas teses em defesa da educação e tão distantes da realidade de muitos.

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação

¹⁸ Ministério da Educação. INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. In; A Qualidade da Educação : Conceitos e Definições . **Luiz Fernandes Dourado**. <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3848>. Acesso em 23/09/2022.

básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional.(DOURADO.2007p.3)

Para esclarecer aspectos sobre o financiamento da educação e seus desdobramentos cabe lembrar que já em 2006, o mesmo autor destacava que havia um embate entre o público e o privado no campo educacional, revelava a persistência de forças patrimoniais na educação, favorecendo, dessa forma, várias modalidades de privatização do público.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar o papel basilar das políticas de financiamento e regulação da educação, uma vez que os processos de gestão educacional e escolar são fortemente induzidos pela lógica decorrente do financiamento adotado, resultante da caracterização do Estado e da articulação entre as esferas pública e privada. (DOURADO. 2007, p. 282-283)

Neste mesmo período destacava a importância da participação da sociedade civil organizada, especialmente o envolvimento de trabalhadores em educação, estudantes e pais na gestão educacional e a democratização dos processos de organização dos sistemas de ensino e não o contrário. A gestão educacional margeada por fatores intra e extraescolares, deveria atingir os graus progressivos de autonomia das unidades escolares a eles vinculados.

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo. Tal dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se, particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação (DOURADO 2026 p 925,926)

Entre vários artigos escritos para fundamentar a influência de alguns setores sobre a educação básica, destaca-se o trabalho de Acácia Zeneida Kuenzer ao esclarecer como ocorre o processo que se relaciona ao Trabalho e Escola: a flexibilização do Ensino Médio no Contexto do regime da Acumulação Flexível, no ano de 2017 onde analisa os impactos que a Reforma do Ensino Médio poderia acarretar tão logo iniciasse sua implantação. Naquele momento Kuenzer (2017), já refletia sobre a flexibilização dos projetos e das práticas pedagógicas, afirmando que embora o

debate não fosse novo, intensificou-se nos últimos anos, particularmente no que se referia à concepção do ensino médio e às novas formas de mediação das práticas pedagógicas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

No que se refere ao ensino médio, por um lado, tem-se a posição dos setores privados, representados pelas instituições que têm ampliado o espaço na discussão das políticas públicas, com o apoio e a identidade conceitual dos dirigentes que têm integrado o Ministério da Educação (MEC) nos últimos dez anos, e pelo Conselho de Secretários de Educação, que defendem a flexibilização dos percursos formativos, de modo a permitir que o aluno, assegurada a base nacional comum, opte pelo aprofundamento em uma área acadêmica, ou pela formação técnica e profissional, a partir de sua trajetória e de seu projeto de vida. (KUENZER 2017, p 333)

Mesmo antes da aplicação prática esses fundamentos se mostraram condizentes com o que está ocorrendo em nossos dias. Daí em diante Kuenzer (2017), passa a destacar a relação entre rigidez e flexibilidade, em relação aos embates entre os setores que defendem ações contrárias em relação à organização e oferta do Ensino Médio. Busca com clareza expor os fundamentos sobre a organização curricular e o aumento da carga horária prevista na legislação, através da Lei nº 13.415/2017, que acabava de ser aprovada de modo aligeirado e autoritário, destacava também a crise política e econômica que se abatia sobre o país.

As mudanças propostas podem ser agrupadas em dois eixos: carga horária e organização curricular. Com relação à carga horária, a Lei nº 13.415/2017 determina a ampliação progressiva para 1.400 horas, devendo os sistemas de ensino atingir 1.000 horas em, no máximo, 5 anos. Com essa ampliação, no próximo quinquênio, mantidos os 200 dias letivos, a carga horária diária será de 5 horas, até atingir progressivamente 7 horas diárias, ou seja, período integral. (KUENZER 2017, p 334).

Mais adiante apresenta uma possibilidade que ainda era pouco discutida, mas já conhecida, especialmente em alguns estados brasileiros e que necessitavam de regulamentação.

As escolas que passarem a ofertar o ensino integral a partir da vigência da Lei e a atender aos critérios estabelecidos pelo MEC terão apoio financeiro por dez anos, mediante formalização de termo de compromisso que explicita as ações a serem realizadas e as metas a serem atingidas. Esse repasse, calculado pelo número de matrículas cadastradas, embora obrigatório, dependerá da disponibilidade orçamentária do MEC. As escolas que estiverem localizadas nas regiões com menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e tiverem resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio terão prioridade no apoio financeiro. A organização curricular determinada pela Lei obedece ao princípio da flexibilidade, com redução de custos, o que contradiz a expansão da duração. (KUENZER, 2017.P334)

Como aponta Kuenzer (2017), a crítica é centrada especialmente sobre os rumos que os institutos poderiam trazer à formação de novos trabalhadores através de uma perspectiva centrada no utilitarismo e na praticidade imediatista. Afirma ainda que sob a justificativa da flexibilização das trajetórias curriculares para atender aos projetos de vida dos jovens, a organização curricular passa a admitir diferentes percursos. Lembrando que o problema na centralidade de o estudante ainda adolescente ter que decidir aquilo que não conhece e não está preparado.

Se os setores públicos (MEC e Secretarias de Estado da Educação) e privados (Fundação UNIBANCO, todos pela Educação, Sistema S, e outros) aplaudem a flexibilização, os intelectuais e estudantes que vêm defendendo, ao longo dos últimos trinta anos, uma proposta para os que vivem do trabalho, organizados em movimentos sociais ou individualmente, fizeram acirrado enfrentamento à proposta que se tornou lei. (KUENZER 2017 p. 336)

Por fim ainda critica a extensão da carga horária, que inviabiliza o acesso ao ensino médio a muitos jovens que precisam trabalhar, para a sobrevivência familiar, visto as condições que muitas famílias estão passando com o agravamento da fome e da miséria no contexto do pós- pandemia. E por fim, ainda há o problema da fragmentação da formação geral, que anteriormente poderia levar à formação integral da pessoa humana e não a sua própria fragmentação, a fim de atender as demandas do mercado rapidamente se refaz.

Apresentando esses contrapontos aos possíveis desdobramentos da Reforma do Ensino Médio, através da Lei Nº 13415/2017, e estando sob esses desígnios atuais e complexos, mas que determinam o trabalho pedagógico e o exercício em sala de aula, torna-se imprescindível compreender como essa lógica se estabeleceu no Estado do Paraná.

1.4 O Estado do Paraná e as Legislações Educacionais Vigentes

Para compreender melhor a situação e o avanço da Educação em Tempo Integral no estado do Paraná e em consonância com as políticas nacionais, seria necessário consultar mais informações e conhecer melhor os projetos de educação de forma geral para a sociedade paranaense. Mas essa dissertação tem o intuito de fomentar o debate sobre o Ensino Médio e não trataremos de outras fases da Educação Básica. Muitos projetos sobre a Educação em Tempo

Integral tiveram início em alguns municípios do estado e foram aos poucos sendo conhecidos, criticados ou adotados.

Apoiados no discurso de melhorar a qualidade da educação, o estado do Paraná, como outros estados, inicia a oferta da modalidade de Educação em Tempo Integral, como possibilidade de construir um tipo de ensino diferenciado dos demais até aquele momento. Desde o início dos anos de 2000, algumas escolas que ofertavam o ensino Fundamental I, começaram a implantar a Educação em Tempo Integral, especialmente em âmbito municipal. Experiências documentadas através de vários artigos, teses e livros, dão conta de como se deu o processo de aumento e ampliação de tempo de permanência nos espaços escolares, bem como os resultados apresentados.

Em relação ao Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, o período de início de novas abordagens educacionais, e atividades em contraturno ocorreram mais tardiamente. Destaca-se ainda como justificativa o fato da ampliação da jornada escolar na rede estadual de ensino do Paraná, ter sido ampliada a partir de 2008, com a oferta das Atividades de Ampliação de Jornada por meio do Programa Mais Educação e o Programa Viva a Escola¹⁹. O programa tinha por objetivo instituir, progressivamente, educação de tempo integral nas escolas da Rede Pública Estadual, a partir da oferta de Atividades Pedagógicas de Complementação Curricular vinculadas ao Projeto Político-Pedagógico.

O Programa Viva a Escola desenvolveu várias atividades de aprofundamento em temáticas diversificadas elaboradas por professores das escolas regulares. Em 2010 participei como professora num projeto de Cultura Brasileira, denominado de Relações Etnicoraciais na Escola. Mas, a partir do ano de 2011, houve a inserção do Programa das Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, em substituição ao Programa Viva a Escola.

Para compreender o recorte temporal, nesta pesquisa serão analisados os últimos anos das gestões estaduais e sua relação com as mudanças ocorridas na forma de gerenciar os programas educacionais relativos ao Ensino Médio, que teve

¹⁹ Resolução n.º 3683/08 – SEED. Compreende quatro núcleos de conhecimento: Expressivo-Corporal, Científico-Cultural, Apoio à Aprendizagem e Integração Comunidade e Escola. As Atividades Pedagógicas de Complementação Curricular serão assumidas pelo Programa como política planejada, organizada, dirigida e avaliada .
https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/coletanea2009.pdf Acesso em 17/09/2022

aprovada sua obrigatoriedade em 2009. O estado do Paraná nos últimos anos tem se tornado um laboratório de experiências educacionais em busca de índices “bons” e resultados quantitativos na educação pública. Mas que não são comprometidos com as políticas de valorização profissional dos educadores e são alinhado à administração gerencial no sentido de adotar o princípio da eficiência com viés neoliberal levado a cabo pelos governos de Beto Richa (2011 a 2018) e Ratinho Júnior²⁰ (2019 a 2022).

No início de sua gestão em 2011, Beto Richa²¹ já, em seu discurso de posse entre outros pontos, destacava que a educação seria a maior prioridade de sua gestão, ressaltando a importância de investir em educação integral nas áreas mais pobres do estado do Paraná. Mas não mencionou como isso ocorreria e, apesar do discurso de compromisso de seu governo com a educação, ao final de seus mandatos de 2011 a 2014, e depois sendo reeleito entre 2015 a 2018, sua condução à frente do governo do Estado ficou conhecida pelo Massacre do Centro Cívico²², dentre tantos outros episódios lamentáveis envolvendo seu governo.

Em seu primeiro mandato começa a despontar suas articulações com os princípios neoliberais que vê a administração pública com mais produtividade num estado enxuto. O enxugamento se deu não pela dispensa de funcionários públicos, mas pela flexibilização das formas de vinculação de recursos humanos postos em condição de precariedade. Ao longo dos anos em que esteve à frente do governo do Estado a educação básica – em todas as suas modalidades – foi a mais atingida pela política educacional do governo Beto Richa, sendo a principal vítima da redução nos investimentos.

²⁰ Carlos Roberto Massa Júnior, mais conhecido como Ratinho Júnior, é um empresário, comunicador e político brasileiro, filiado ao Partido Social Democrático. Foi deputado estadual, deputado federal, secretário de Estado e atualmente é o governador do estado do Paraná
<https://www.aen.pr.gov.br> Acesso em 23/09/2022

²¹ Carlos Alberto Richa, conhecido como Beto Richa. filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/richa-beto> Acesso em 23/09/2022

²² No dia 29 de abril de 2015, servidoras e servidores públicos do Paraná que reivindicavam seus direitos no Centro Cívico de Curitiba foram duramente reprimidos por policiais militares com cassetetes, balas de borracha, gás de pimenta e lacrimogêneo, sob as ordens do então governador Beto Richa (PSDB) e do secretário de Segurança Pública à época, Fernando Franceschini. Mais de 200 pessoas ficaram feridas na ocasião. O episódio ficou conhecido como o “Massacre do Centro Cívico”.
<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/milhares-de-servidoras-e-servidores-se-reuniram-em-curitiba-pr-para-lembrar-o-massacre-do-centro-civico1>. Acesso em 25/10/2022

Os ajustes foram feitos em muitas áreas administrativas, mas, em relação à educação os direitos duramente conquistados começaram a ser retirados, causando greves e protestos da categoria ao longo de seu governo. Um dos mais violentos golpes contra a categoria de educadores foi em relação ao sistema de Previdência da categoria. Conhecido como O Massacre do Centro Cívico 29 de abril de 2015, que reuniu milhares de educadores de todas as regiões do estado do Paraná. O ataque aos educadores por parte da Polícia Militar, através de um confronto que deixou 200 pessoas feridas e não impediu que a administração do Estado, com apoio de muitos deputados governistas legitimasse um assalto ao fundo de pensão dos professores paranaenses. Nos anos seguintes ocorreu a diminuição de horas atividades (Resolução 15/2018)²³ de toda a categoria docente, entre outros acontecimentos que merecem destaque.

De acordo com Lislaine Mara da Silva Guimarães (2021), em seu estudo denominado de Ensino Remoto Emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no estado do Paraná diante da pandemia de Covid-19, em que aponta os princípios de administração eficiente e a retirada de direitos dos profissionais da educação neste período. Enfatiza que nos últimos anos a situação tem sido desanimadora em relação aos desmandos e descasos com a educação pública do Paraná. Afirma ainda, que centrados na redução de despesas, num processo de ataque aos direitos trabalhistas e na precarização das condições de trabalho, essas medidas acabaram atingindo o magistério e todos os profissionais da educação.

Segundo Guimarães (2021), no Brasil, e em especial no Paraná, tem destaque no serviço público educacional o elevado número de contratos de trabalho temporários. Cabe lembrar que a nova organização da BNCC uniformiza o currículo escolar, centrando-o em habilidades e competências, em consonância com o modelo de globalização para política educacional - amparado em avaliações nacionais e internacionais - para buscar resultados mensurados por estatísticas de sucesso em exames e testes aplicados aos estudantes.

De acordo com Guimarrães (2021), embora o discurso oficial do Estado seja em prol da modernização e qualidade do ensino, na prática temos ingerência do interesse

²³ Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas Instituições Estaduais de Ensino do Paraná.

privado na educação pública, em nome do aprimoramento da relação custo-benefício, com o Estado cobrando desempenho e avaliando resultados dos gestores e educadores que têm que “fazer mais com menos”. Esse mesmo discurso que preconiza qualidade não aceita investir mais para obter melhores resultados. Desse modo, o discurso e o conceito de qualidade podem adotar diferentes significados de acordo com a ideologia política, e as orientações econômicas. Parece haver uma tensão entre qualidade e equidade, na medida em que as desigualdades na escolaridade e nas condições de escolarização da população brasileira são partes integrantes da nossa desigualdade social que se perpetua.

Segundo dados do CONSED²⁴, já em 2016 havia no estado do Paraná três (3) unidades escolares que ofertavam o Ensino Médio em Tempo Integral de forma experimental, funcionando nos Colégios Estaduais Júlia Wanderley, em Cascavel, Elenir Linke, em Cantagalo, e Dario Vellozo, em Londrina. A iniciativa fazia parte da Política de Educação Integral em Jornada Ampliada da rede estadual de ensino do Paraná e seria estendida para outras instituições, gradativamente. De acordo com dados da própria SEED, é possível mais informações sobre esse processo de implantação. Informa ainda que o Colégio Dario Vellozo começou com turma de 1ª série do Ensino Médio em 2016²⁵. O que chama a atenção é que desde o ano de 2017 a Educação em Tempo Integral já fazia parte de vários estabelecimentos de ensino em todo o estado. Primeiro houve a implantação do modelo e só posteriormente ao fim do primeiro ciclo de funcionamento ocorreu sua normatização.

Nos anos de 2016 e 2017 tem início uma série de discussões sobre essa modalidade de ensino e a partir de 2019, a Secretaria de Estado e Educação do Paraná, através da Instrução Normativa n.º 01/2019 – Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar e a Diretoria de Educação (DPEB/DEDUC/SEED), regulamentou a Educação em Tempo Integral – Turno Único, onde apresenta a concepção da oferta da Educação em Tempo Integral. Trata-se de um documento orientador sobre os termos desta modalidade de ensino no estado do Paraná.

²⁴ CONSED. Fundado em 1986, o Conselho Nacional de Secretários de Educação é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

²⁵ [Escola Dario Vellozo, C E-Ef M – Londrina, Paraná.](#) www.consultaescolas.pr.gov.br

Segundo os dados da MEC, informados no Censo Escolar²⁶ em 2020, eram ao todo 7.550.753 alunos matriculados no Brasil, sendo 425.477 no Paraná. A fase final da formação dos jovens estudantes paranaenses, em algumas instituições de ensino passaram a ser reelaboradas. A adoção das escolas de Educação em Tempo Integral vai se ampliando, mas ainda se mostra bem aquém do esperado.

É necessário questionar a baixa implementação ou inserção dessa modalidade de ensino no estado, que de acordo com as propostas iniciais do Plano Estadual de Educação (Lei nº 18.492/2015), havia a promessa de “oferecer Educação Integral em tempo integral em, no mínimo 65% das instituições de ensino públicas, de forma a atender, pelo menos, 60 % dos estudantes da Escola Básica, até o final da Vigência deste Plano²⁷. Por outro lado, o que se tem visto nos últimos anos especialmente em 2021, foi a implantação forçosa dos modelos de Colégios Cívico Militares que se multiplicam em todo o estado do Paraná, numa clara apologia aos desígnios deste Governo que se instaurou a partir de 2019. Em todo o estado do Paraná já se somam 206 Colégios Cívico Militares²⁸, espalhados por diversas regiões, e que atendem cerca de 110 mil alunos, segundo dados da própria Secretaria de Estado de Educação (SEED/PR).

Para compreender o cenário da implantação da modalidade de ensino em questão, é possível analisar alguns dados da SEED-PR, sobre a Educação em Tempo Integral no ensino médio. Em 2017, no Núcleo Regional Educação de Londrina, que atende a 19 municípios, dos cerca de cem (100) colégios que ofertavam Ensino Médio, apenas dois (2) tinham Ensino Médio em Tempo Integral. Em todo Paraná, segundo dados da SEED/Pr, apenas 22 colégios poderiam atender na modalidade de Educação Integral, tanto no Ensino Médio quanto no Fundamental II, estando aptos a

²⁶ O **Censo Escolar** é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. Publicado em 31/12/2020 11h44 Atualizado em 11/04/2022 15h54

²⁷ Lei Nº 18.492, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE-PR), com vigência por dez anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, no art. 184 da Constituição Estadual e no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

²⁸ Os Colégios Cívico-Militares são pertencentes ao Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná, em parceria entre a Secretaria Estadual de Educação e Esporte e a Secretaria Estadual da Segurança Pública. Decreto Nacional nº 10.004 e a Lei Estadual nº 20.338 que dispões sobre as Escolas Cívico-Militares, modelo nacional e os Colégios Cívico-Militares, modelo estadual.
https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares

implantar o ensino integral. Mas apenas dezenove (19) escolas ou instituições de ensino optaram por essa modalidade de atendimento.

A partir do ano de 2017, os estabelecimentos de ensino escolhidos para ofertar a Educação em Tempo Integral passaram a implementar as ações de adequação às demandas dessa modalidade educativa. Aos poucos foram somando-se outros estabelecimentos e conforme dados da própria SEED/PR, a partir de 2019, somavam-se setenta e três (73) colégios ao todo no estado do Paraná, sendo vinte e nove (29) estabelecimentos de ensino médio e outros quarenta e quatro (44) de ensino fundamental II. Atualmente, já se somam 167²⁹ colégios que atendem em período integral, sendo que em todo o estado cinco (5) colégios oferecem apenas ensino médio em tempo integral, 77 Ensino Fundamental II e Ensino Médio, 23 de ensino fundamental II, 4 ofertam o ensino médio e profissionalizantes e ainda 32 mistos com ensino fundamental, médio e profissionalizante. Outros 29 são mistos com ensino fundamental, médio, educação de adultos ou profissionalizantes ao mesmo tempo e apenas uma (1) escola que atende apenas educação infantil e ensino fundamental I, supridas pelo estado do Paraná.

Segundo fonte da Agência Estadual de Notícias (AEN) do estado do Paraná³⁰ em 2022 seriam 175 escolas de tempo integral em 107 cidades, e atenderia 40 mil alunos, o que ainda não se efetivou. O estado do Paraná conta com aproximadamente 1 milhão de alunos distribuídos em 2100 escolas públicas do ensino fundamental ao médio, bem longe de atender toda a demanda a que se propôs. No final do ano de 2020, uma nova modalidade de escolas de Educação em Tempo Integral se inicia. Um programa denominado de Paraná Integral³¹ passa a ser ofertado, com alguns diferenciais no atendimento aos alunos e aos professores. Das instituições que oferecem o Programa Paraná Integral são 60 unidades, em que o professor fica lotado com a carga horária de 40 horas semanais apenas em um colégio. Para tanto, o professor fica com aulas de sua formação e outras áreas não especificadas, segundo a concepção de criar um senso de comunidade. As outras 107 unidades de ensino

²⁹ Fonte – Educação em Tempo Integral. Governo do Paraná. Educação Digital Professor <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/eti>

³⁰ Agência Estadual de Notícias é um órgão do governo do Paraná que divulga notícias e propagandas do mesmo.

³¹ Paraná Integral – O Paraná Integral funciona de forma diferente das 65 escolas que atualmente ofertam turmas integrais no Estado. Os 34 colégios não terão mais turmas de turno matutino e vespertino. Apenas turno único, além do noturno, naquelas que o oferecem, para turmas que funcionarão independentemente do programa.

são chamadas de Integral Mais em que o funcionamento é parcial, ou seja, atende algumas turmas em período integral.

Esse modelo denominado de Paraná Integral, começou a funcionar no ano de 2021 e vem aos poucos ganhando novas unidades em todo o estado do Paraná. Todas as unidades de ensino dessa modalidade apresentam semelhanças entre si, uma delas é a gestão realizada em parceria com o ICE- Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, também chamado de Escolha da Escolha ³² . Neste modelo a escola não tem autonomia de gestão, pois a ideia é que o Instituto tenha desenvolvido

uma nova escola para a juventude brasileira. É um modelo de educação que oferece não apenas uma formação acadêmica de excelência, mas também amplia as referências sobre valores e ideais do estudante e o apoia no enfrentamento dos imensos desafios do mundo contemporâneo. O estudante e a construção do seu Projeto de Vida encontram-se no “coração” da Escola da Escolha. Nela, o estudante reflete sobre os seus sonhos, suas ambições e aquilo que deseja para a sua vida, onde almeja chegar e quem pretende ser, tanto na sua vida pessoal e social, como no mundo produtivo. Projeto de Vida é a solução central concebida pelo ICE para atribuir sentido e significado do projeto escolar na vida do estudante e levá-lo a projetar uma visão de si próprio no futuro, apoiado por todos que conjugam esforços, talentos e competências. (icebrasil.org.br)

Um dos pontos que também são destacados dizem respeito às gestões administrativas das escolas de Tempo Integral, pois nesses estabelecimentos de ensino não ocorrem eleições para definir a equipe diretiva³³. Lembrando que as eleições para a escolha de diretores sempre foram uma marca das gestões democráticas que se instauraram após o processo de Redemocratização do Brasil. A escolha dos gestores é feita através de indicação/designação, que são realizadas pelos chefes dos Núcleos Regionais de Educação de cada região. Em consulta à legislação publicado no Diário Oficial nº. 10940 de 21 de maio de 2021, é possível

³² Escola da escolha - A Escola da Escolha é o modelo de educação integral idealizada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação –. <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/> Acesso em 13/10/2022

³³ [Diário Oficial nº. 10940](#) de 21 de Maio de 2021. Resolução Seed nº 2.265 - 21/05/2021 - Consulta eleição de diretores. <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao> . Acesso em 13/10/2022

encontrar o texto que trata da consulta sobre a escolha das direções no estado do Paraná, dentre elas:

Súmula: Regulamenta o Processo de Consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares das instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais que lhe confere Decreto n.º 1.437, de 23 de maio de 2019, considerando o disposto na Lei n.º 18.590, de 13 de outubro de 2015, na Lei n.º 20.358, de 19 de outubro de 2020, na Resolução da SESA n.º 632, de 5 de maio de 2020, na Nota Orientativa da SESA n.º 51/2020 e o contido no Protocolado n.º 17.653.863-5,

Art. 5.º O período para a realização da Consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná poderá ser alterado, obedecidos os dispositivos da Lei Estadual n.º 18.590, de 13 de outubro de 2015.

Art. 6.º O Processo de Consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná obedecerá à seguinte organização:

I - supervisionado pelo Secretário de Estado da Educação e do Esporte;

II - coordenado pela Comissão Consultiva Central;

III - executado pelos Núcleos Regionais de Educação (NRE) e Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, por meio das Comissões Consultivas Regionais e Locais, respectivamente.

§ 1.º Serão excetuados deste Processo de Consulta:

I - instituições de ensino das Comunidades Indígenas e Quilombolas;

II - **escolas de educação integral**;

III - Colégios Cívico-Militares;

IV - Colégio da Polícia Militar do Estado do Paraná;

V - instituições de ensino das Unidades Prisionais e dos Centros de Socioeducação – Cense.

VI - instituições de ensino que funcionam em prédios privados, cedidos ou alocados, de instituições religiosas e as regidas por convênios ou congêneres celebrados com a SEED.

§ 2.º As instituições indicadas no §1.º acima terão resolução específica ou outro instrumento estabelecido entre parcerias que preveja outra forma de designação de diretores. (www.legislacao.pr.gov.br)

Ainda no final do ano de 2020, houve um processo de escolha que tinha regras definida, mas a candidata que trabalhava no colégio e que tinha realizado o curso de capacitação, e posteriormente, passado pelas entrevistas e todo o processo seletivo não foi reconhecida como gestora. Assim, todo o processo foi interrompido e outra professora, sem nenhum vínculo com o colégio foi designada pelo NRE (Núcleo regional de Educação) de Londrina. Essa é uma das características marcantes da gestão por resultado, onde ocorre a indicação da gestão escolar sem participação dos pais, professores, funcionários e demais comunidade escolar, descaracterizando o Conselho Escolar. Todo esse processo foi regulamentado através de uma resolução em que foi estabelecido este modelo de nomeação, o que ocorre também nos

estabelecimentos de ensino denominados de Cívico Militares, por meio da Resolução nº 59/2020- GS/SEED³⁴.

Desse modo, no início do ano de 2021, e em plena pandemia, mudou a gestão da escola. O processo de escolha tinha que estar de acordo com as determinações da SEED, mas foi cancelado. Através destes mecanismos a gestão do Colégio Estadual Jayme Canet foi entregue à professora Juliana Gomes da Silva, através do Ato de Designação: R0156922 de 05/04/2022, que já ocupava o cargo desde 04/01/2021. Como Secretário(a): Inês Marilde Barbana pelo Ato de Designação: R0156922 de 05/04/2022, que também já ocupava o cargo anteriormente, e ainda uma diretora auxiliar e um diretor auxiliar para o ensino noturno, ofertado no mesmo estabelecimento.

Os gestores das instituições que ofertam Educação em Tempo Integral, seriam designados a partir de um processo de credenciamento, por meio de edital GS/SEED, organizado pela Diretoria de Educação – DEDUC e Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar – DPGE da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Através da Lei 20338 - 06 de outubro de 2020.³⁵ O processo não é transparente e, muitas vezes o gestor não tem nenhum vínculo com o estabelecimento de ensino. É como uma intervenção que desconsidera o processo democrático, em que se pautava a escolha dos diretores escolares no estado do Paraná desde os anos anteriores.

Cabe destacar ainda, que nos estabelecimentos de ensino denominados de Cívico Militares e Educação Integral além de não haver escolha da equipe diretiva, os professores que trabalhavam nos estabelecimentos de ensino e que tinham lotação pelo Quadro Próprio do Magistério (QPM), perderam a lotação ficando à disposição da SEED, sendo avaliados o tempo todo, bem como o fato de novos professores poderem ser indicados pela própria direção, o que pode gerar parcialidade , ferindo as regras do funcionalismo público.

Todo esse clima de intervencionismo nas gestões das escolas públicas, em especial nas escolas de Ensino Integral, é visto como medidas autoritárias em relação ao processo de gerenciamento educacional, gerando um clima de desconforto entre os educadores, pais, estudantes e os demais funcionários das escolas. Os

³⁴ Altera o Edital n.º 48/2020 – GS/SEED, que trata do Processo de Credenciamento para a designação de diretores das instituições de ensino que ofertam Educação em Tempo Integral.

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020

Acesso em 06/09/2022

³⁵ Publicado no Diário Oficial nº. 10786 de 7 de outubro de 2020

despotismos sobre a designação de direções têm levado a questionar os rumos da democracia na atual conjuntura política do estado de Paraná, no que diz respeito a gestão escolar e o trabalho docente, entre outros.

E é assim, que através de uma seleção em que os pais, professores e demais partícipes da comunidade escolar não opinam, que se estabelece um tipo de gestão centralizadora, voltada a defender os interesses e desígnios de uma administração estatal, que desconsidera a importância dos servidores e docentes no desempenho das atividades educativas no dia a dia da escola. Essa interferência, a longo prazo, poderá reduzir ainda mais a atuação da comunidade escolar em defesa da educação pública no estado do Paraná. Outro ponto importante a ser destacado é a formação de APMF³⁶ (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), que tem como presidente o diretor da escola e era considerada uma instância colegiada de suma importância para a efetivação da Gestão Democrática e participativa na escola.

Outro órgão de grande relevância na condução das gestões administrativas nas escolas era o Conselho Escolar ³⁷, que segundo o Decreto nº 7687/2021, estabelece que o Conselho Escolar tem como membro nato o Diretor da instituição de ensino, que deve ocupar, necessariamente, a função de Presidente do colegiado (Paraná 2021). Desse modo as APMF's e o Conselho Escolar que eram órgãos de representação de pais, mestres e funcionários passam a estar atrelados às Direções das escolas. A APP³⁸ – Sindicato em suas publicações no dia 1 de julho de 2021, já chamava a atenção para o fato de as escolas estavam perdendo a autonomia,

De acordo com o requerimento, as APMF são órgãos de representação da comunidade escolar (pais, professores(as), estudantes desde que maiores de 18 anos, e funcionários(as)) das instituições de ensino, porém o decreto fere essa definição. No Art. 25 do decreto, o governador Ratinho Jr estabelece que a diretoria das Associações deve obrigatoriamente ser geridas pelos(as) diretores(as) e diretores(as) auxiliares, ficando com os cargos de Presidência e Vice-presidência. “Esse decreto é um reflexo das políticas que Ratinho já

³⁶ A APMF é uma organização que promove a participação da comunidade escolar na gestão da escola pública, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, portanto seus dirigentes e conselheiros não são remunerados. Através do Decreto.nº 7.687/2021, alterou o Estatuto das APMF's. <http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br>

³⁷ O Conselho Escolar é uma instância colegiada constituída por representantes da comunidade escolar e local em uma perspectiva democrática. Os segmentos sociais organizados, legalmente instituídos, regidos por estatutos e regulamentos próprios, reconhecidos como instâncias colegiadas de representação da comunidade escolar são: Conselho Escolar, APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar e Grêmios Estudantil. www.gestaoescolar.gov.pr.br

³⁸APP- Sindicato – Sindicato dos Professores do Paraná. www.appsindicato.org.br . Acesso em 20/10/2022

vêm implementando na educação, as quais reduzem a democracia nas escolas. O governador já proibiu a eleição de diretores(as) nas escolas Cívico-Militares e nas escolas de ensino integral. Proibir a comunidade de eleger um presidente e vice-presidente da APMF vai aprofundar essa política de redução da democracia na gestão escolar, desestimulando a participação da comunidade escolar no processo educacional”, completa Professor Lemos. A APP-Sindicato é contrária ao decreto nº 7.687/2021 e ressalta que é importante que a categoria se mobilize junto de suas comunidades para cobrar a alteração do decreto, garantindo assim que pais, educadores(as), estudantes e responsáveis participem da construção de uma escola pública de qualidade, gratuita e universal. (APP, 2021)

Ainda de acordo com a gestão do governo atual, de 2019 a 2022, deu início um processo de terceirização na contratação de agentes de apoio, bem como do setor administrativo, o que se segue com o controle da contratação de pessoal pela iniciativa privada e com os recursos públicos.

O referido processo de contratação foi aprovado depois da Reforma Trabalhista realizada em 2017, no Governo de Michel Temer, através da Lei 13.467, que alterou significativamente a Consolidação da Leis Trabalhistas. O conjunto de leis que havia sido criada em 1943, e que já passou pela incorporação e perdas de direitos trabalhistas pelos brasileiros, foi alterada com a contribuição da maioria dos legisladores deste país. A partir daí, no ano de 2020, no início da pandemia, e com o fechamento das escolas, devido à gravidade da pandemia da covid-19, que se espalhava e aterrorizava a população mundial, a Assembleia Legislativa do Paraná, aprovou, em sessão remota, uma lei ordinária que alterou os termos de contratação de pessoal nos estabelecimentos de ensino.

A Lei nº 20199/20³⁹, foi discutida e aprovada pelos deputados estaduais em três sessões, todas com apoio dos parlamentares alinhados ao governo estadual, haja vista que o projeto tinha sido proposto pelo próprio Poder Executivo. Com a sanção governamental, em 6 de maio de 2020, as mudanças nas contratações de trabalhadores começam gradativamente a ocorrer durante o início da pandemia da Covid-19, o que dispensava processos licitatórios. Assim foram criadas muitas empresas de recrutamento de trabalhadores na área da educação, que não gera vínculos com o estabelecimento de ensino, pois pode haver rotatividade de

³⁹ Publicado no Diário Oficial nº 10680 de 6 de maio de 2020, disponível na íntegra através do endereço, <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20199-2020-parana-estabelece-norma-geral-sobre-execucao-indireta-de-servicos-extingue-ao-vagar-cargos-conforme-especifica-e-da-outras-providencias>. Acesso em 18/06/2022.

trabalhadores em um mesmo município, bem como em outros estabelecimentos de ensino. Desse modo há uma grande quantidade de remanejamentos de pessoal nas escolas. Tudo isso ocorreu em plena pandemia, desconsiderando qualquer resquício de humanidade com os servidores que foram dispensados.

Toda a administração do atual governo estadual desconsidera os direitos dos servidores públicos conquistados através de muitas lutas. Nos últimos anos tem se intensificado o processo de retirada de direitos, de acordo com os legisladores de estado do Paraná, não são direitos, são privilégios que estão em dissonância com a atual administração pública. Ainda no final do ano de 2019, de mais um golpe na carreira dos servidores estaduais. A Assembleia Legislativa discutiu e aprovou a Lei Complementar 217⁴⁰, em 22 de outubro de 2019,

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei complementar: Art. 1.º A presente Lei Complementar institui a Licença Capacitação para servidores públicos efetivos civis e militares em exercício quando da publicação desta Lei, extingue a licença especial e institui o Programa de Fruição e Indenização de licenças especiais já adquiridas e não prescritas quando da entrada em vigor desta Lei. (PARANÁ, 2019)

A discussão e aprovação desta lei acarretou a extinção da Licença Especial, ou licença-prêmio que era concedida como um benefício apenas a servidores públicos. No Paraná, a cada cinco anos consecutivos trabalhados, o servidor podia se ausentar do trabalho por três meses seguidos, recebendo o salário integral. A discussão de como o servidor poderia ser substituir a licença especial por uma licença capacitação não foi regulamentada. Desse modo é consolidada a reestruturação da administração pública no estado do Paraná. Um dos segmentos mais penalizados com a perda de direitos é sem dúvida, são os profissionais da educação, notadamente os professores.

Atualmente, o Estado tem cerca de 150 mil servidores ativos e 133 mil inativos (aposentados e pensionistas). Em 2019, a educação básica⁴¹ representava o maior

⁴⁰ Publicada no Diário Oficial nº. 10548 de 22 de outubro de 2019 Institui o Programa de Fruição e Indenização de Licença Especial, bem como institui a Licença Capacitação no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

<http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/projeto-que-cria-a-licenca-qualificacao-para-servidores-passa-pela-ccj>

Acesso em 20/10/2022

⁴¹.Dados da Agencia Nacional de Notícias do Paraná.

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=103524&tit=Governador-autoriza-avanco-de-carreira-de-40-mil-servidores-do-ensino>> Acesso em: setembro de 2022

número de servidores do estado, sendo composta de 45,5 mil professores, 8.685 funcionários Agente educacional I (apoio) e 8.013 Agente educacional II (administrativo). Lembrando que há mais de dez (10) anos não existe concurso público para agentes educacionais no Paraná, e desde 2013, não há concurso para professores. Um fato que também provocou intensa discussão em relação aos processos seletivos para contratação de professores foi através de edital que previa uma prova presencial para os professores em plena pandemia, pois ainda não tinha sido disponibilizada vacinas para a população. A prova para PSS, depois de muita mobilização foi temporariamente suspensa, mas depois foi aplicada.

O ano de 2020 foi um dos mais conturbados em relação às medidas de governo estadual em relação à educação. Não bastasse a pandemia e toda sua complexidade, que ainda vai levar muito tempo para ser compreendida e analisada sob vários aspectos inerentes à sua evolução e controle, e ainda teremos que observar todos os seus efeitos e desdobramentos. Foi justamente nesse período pandêmico em que houve a maior retirada de direitos da categoria. Aqui não serão elencadas todos as arbitrariedades, como o processo de militarização das escolas públicas, o aumento da alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo que passou de 11% para 14%, suspensão de repasses ao funcionalismo estadual, eleições para diretores ou a suspensão de consultas no caso das escolas de Tempo Integral, resoluções com a diminuição das disciplinas de Filosofia e Sociologia e tantos outros ataques à educação pública. Tudo em um só ano e em plena pandemia.

Esse aspecto demonstra a articulação entre parte da Assembleia Legislativa do Paraná e o governo do estado na tentativa de desestabilizar a carreira do magistério. Em todas essas situações professores e os demais trabalhadores da educação tentaram negociar com o governo em vão. Atos de resistência e indignação tem sido frequentes diante de tantos ataques, mas ainda não se obteve reversão desses direitos perdidos durante a pandemia. A resistência talvez seja o ponto mais crítico entre os docentes, pois estes também se mostram fragilizados diante de retrocessos e injustiças que ocorrem com frequência nas escolas de todo o estado. Não podendo contar com o aparato judicial que por vezes se mostrou ineficiente, e defender os interesses do estado e não dos trabalhadores da educação. A resistência é cotidiana, mas ela é mascarada pelo medo e pelo aparato estatal que constrange os trabalhadores a serem apenas operários da educação perdendo o papel de atores

sociais. Durante a pandemia a Educação foi tida como prestação de serviço essencial, mas sem a devida valorização dos profissionais, sendo motivo de lutas da APP-Sindicato para reverter essa situação.

Os trabalhadores da educação, especialmente os professores, tem sido contratado pelo regime PSS (Processo Seletivo Simplificado), que a cada ano se torna mais complexo e não garante que os classificados irão realmente trabalhar. Conforme o Edital nº 41/2022⁴² . a seleção é realizada pelo Instituto Consulplan, que tem a incumbência de planejar e aplicar provas de conhecimentos e prova prática. O instituto também é responsável por organizar a cobrança de uma taxa para a realização das provas, bem como avaliar o plano de aula e um vídeo feito pelo candidato que deve ter entre oito (8) e dez (10) minutos. Segundo as orientações contidas no site da instituição, os professores devem ter passado por todas as fases do processo para lecionar no estado do Paraná no ano letivo de 2023.

1.5 Colégio Jayme Canet- 2017, 2018, 2019

Até o ano de 2016 era ofertado somente o Ensino Médio, tendo em 2017 a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral. Sem consulta pública ou anúncios prévios, a mudança ocorreu no início daquele ano letivo, sendo os alunos então matriculados no 1º ano do Ensino Médio, passaram a alunos do 1º ano do Ensino Médio em Tempo Integral. Houve então o início do atendimento aos estudantes nessa nova modalidade de ensino. Apesar de muitas publicações sobre as novidades que seriam as escolas de Tempo Integral, e das inúmeras narrativas sobre essa modalidade de ensino, nem todos envolvidos tinham conhecimentos plenos sobre a forma de conduzir as atividades pedagógicas no interior da escola.

Naquele ano ao todo foram matriculados 95 estudantes, que ao invés de serem alocados em três (3) salas de aulas, pois havia salas de aulas disponíveis para tal, eles foram distribuídos em apenas duas (2) salas de aula. Esse fato causou uma superlotação nas salas, com isso alguns pais passaram a questionar a possibilidade de redistribuir o número de estudantes por sala, o que foi negado pelo NRE (Núcleo Regional de Educação) de Londrina.

⁴² Edital nº 41/2022. Processo seletivo para professores do estado do Paraná. Consulta às regras através do site <https://www.pia.pr.gov.br> . Acesso em 24/10/2022

Para compreender o contexto sobre o início do Ensino Médio em Tempo Integral, é possível recorrer a algumas análises já realizadas sobre a experiência do Colégio Estadual Jayme Canet sobre o Ensino em Tempo Integral. Segundo Pires e Yamamoto (2021)

Houve alguns questionamentos por parte dos pais, pois nessa nova oferta os alunos passariam o maior tempo do dia no colégio, ou seja, uma carga de 45 horas semanais, distribuídas em 9 horas-aulas diárias de 50 minutos, uma hora para o almoço e dois intervalos de 15 minutos no período da manhã e outro no período da tarde. Nesse primeiro momento a maior parte dos alunos matriculados aceitaram e permaneceram no colégio, uma pequena parcela solicitou transferência para outras escolas ou para o Ensino Médio noturno. (PIRES e YAMAMOTO, 2021 p. 944-945)

Já no início do ano de 2017 teve início a oferta desta modalidade de ensino a partir da 1ª série, sendo paulatinamente implementado o Ensino Médio em Tempo Integral, que se consolidaria no ano de 2019. Nesse período inicial de 3 (três) anos vigorou uma organização curricular que abarcava diversas disciplinas escolares num arranjo que compreendiam 45 aulas semanais. Os dados a seguir mostram como eram distribuídas as aulas ao longo da semana e quais eram as determinações legais, com a seguinte disposição:

Cronograma com as disciplinas e o número de aulas

Ano de implantação 2017 Base Nacional Comum	Forma gradativa até 2019 nas três (3) séries igualmente distribuídas assim:
Linguagens, códigos e suas tecnologias	Língua Portuguesa 6 aulas, Educação Física 3 aulas e Arte 3 aulas
Matemática e suas tecnologias	Matemática seis (6) aulas semanais
Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia – 3 aulas semanais cada disciplina
Ciências Humanas e suas tecnologias	História, Geografia, Filosofia e Sociologia 2 aulas semanais para cada disciplina totalizando 35 aulas semanais
Parte Flexível – LEM – Letra Estrangeiras Modernas –Inglês LEM- Letra Estrangeiras Modernas- Espanhol Mundo do Trabalho Protagonismo Juvenil Componente Curricular eletivo Com duas (2) aulas semanais, totalizando 10 aulas semanais. Ao todo 45 aulas	

Figura 3- Tabela criada pela autora com base em dados coletados no local de pesquisa

Nos anos de 2017, 2018 e 2019 a distribuição de aulas era a mesma e o colégio funcionou desse modo, atendendo as turmas das 7:30 da manhã, com intervalo entre às 10:00 às 10:20, sendo o almoço servido às 12:00, retornando as aulas às 13:00 horas. Os estudantes tinham então mais duas (2) aulas e um intervalo das 14:40 até as 15 horas e posteriormente mais duas (2) aulas até às 16:40 horas.

Segundo Pires e Yamamoto (2021), em artigo sobre Ensino médio em tempo integral: implantação e mudanças: relatos de experiência, foi possível conhecer um pouco da realidade dos alunos e de professores do Colégio Jayme Canet no início da implantação da Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), em 2017 e os resultados obtidos até o ano de 2019.

As matrículas para a nova modalidade de ensino ocorreram no início do ano letivo de 2017, sendo ofertadas duas turmas que iniciaram o ano letivo da seguinte forma: 1º ano A com 47 alunos e 1º ano B com 48 alunos. Ao final daquele ano letivo alguns alunos não concluíram os estudos na modalidade ofertada e como resultado, houve a transferência de turno e de escola de 18 estudantes. Desses alunos que iniciaram o 1º ano A, 32 chegaram ao final, com 31 aprovados e 1 reprovado. Já no 1º ano B o número inicial de alunos que era de 48 no início do ano, terminou com 34, sendo 32 aprovados e 2 reprovados. (PIRES e YAMAMOTO. 2021p. 945)

Segundo as autoras em seus relatos de experiência, este período acabou sendo chamado de “tempo áureo” do Ensino Integral, com muitas práticas pedagógicas, novos conhecimentos, bem como passeios culturais e eventos organizados a fim de criar vínculos com a comunidade escolar e a sociedade belavistense. A chamada Reforma do Ensino Médio impactou os grandes centros e as pequenas cidades, e pequenos colégios, como é o caso do Colégio Estadual Jayme Canet. A partir da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), consolidada a partir de 2018, houve muitas mudanças impulsionadas por disputas ideológicas no intuito de implantar uma nova educação brasileira.

Muitas críticas foram tecidas a respeito desses documentos oficiais desde então. O que vale ressaltar aqui que a partir daí a nossa educação virou palco da adesão da pedagogia das competências, como decorrência dos princípios neoliberais dos gestores do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o príncipe das privatizações. Passado mais de vinte anos desde esses primeiros sinais dos reais planos para a educação em nosso país, em 2016 nos deparamos com a Medida Provisória nº 748/2016 sancionada pelo golpista Michel Temer e posteriormente transformada na Lei nº 13.415/2017 em fevereiro de 2017. Dessa forma, grosso modo, “nasceu” a (BNCC) Base Nacional Comum Curricular. (PIRES e YAMAMOTO. 2021, p. 942)

De acordo com estudiosos sobre o tema da reformulação e implantação de uma nova BNCC, que seria uma orientação acabou por provocar uma espécie de imposição.

A BNCC é uma política pública de Estado e, portanto, reúne um conjunto de atores individuais e coletivos. É uma ação pública que se configura nas interações entre atores locais e nacionais, centrais e periféricos, públicos e privados (Payre e Pollet, 2010). É isso que a qualifica como mais uma peça nos embates para a constituição de uma democracia no Brasil, para a configuração de um Estado democrático a partir da sociedade diversificada, desigual, fragmentada, cindida e dividida. O grande desafio é, realmente, criar a diversidade. Uma ação política fundamental de “algo comum” é a criação de arenas decisórias ampliadas para as políticas educacionais e, dentro delas, o currículo. Essa é uma das demandas da configuração dos governos e dos Estados democráticos. As arenas decisórias ampliadas da educação, criadas desde 1988, são uma novidade recente na política brasileira (SILVA; NETO; VICENTE, 2015, p. 331).

É nesse sentido que refletir sobre os avanços e retrocessos sobre a educação pública no Brasil, requer também pensar sobre a democracia, o direito à educação e o respeito aos estudantes que seriam a parte mais interessada numa educação de qualidade.

Esse quadro de mudanças trouxe consigo, dentre outros retrocessos e desrespeito com a democracia, a redução pela metade de disciplinas obrigatórias desde a Promulgação da LDB, no Estado do Paraná: Com o argumento da implantação da BNCC na educação do Estado do Paraná, as Instruções Normativas Conjuntas 09 e 011/2020 determinaram a redução da carga horária das disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia na Matriz Curricular do Ensino Médio em todo o Estado e a inserção das disciplinas de Educação Financeira e Cidadania e Civismo (nos colégios cívico-militares). Publicado em 16 de dezembro de 2020, período de encerramento do ano letivo de 2020 e ferindo os princípios democráticos, o documento causou indignação e frustração em muitos professores que sabiam que seriam prejudicados, porém “desarmados” para uma mobilização diante do contexto de pandemia de COVID – 19. (PIRES e YAMAMOTO. 2021, p. 943)

Desse modo, os anos de 2017 a 2019 foram de adaptações dos alunos, de professores e da equipe pedagógica à nova modalidade de ensino e seus desafios funcionando em dualidade com o ensino médio regular e noturno. Mesmo com uma grade curricular fixa, nesse período a equipe pedagógica, professores e comunidade tinham autonomia para decidir os rumos da escola e decisões a serem tomadas estavam relacionadas ao conselho escolar.

Cabe destacar que a partir do ano letivo de 2019, a disciplina de Mundo do Trabalho foi substituída pelo Projeto de Vida para os estudantes que iriam iniciar os estudos da 3ª série. Nesse primeiro contexto, os professores de Sociologia podiam lecionar além da disciplina de formação, Protagonismo Juvenil, Mundo do Trabalho e Projeto de Vida. A partir do ano letivo de 2020 essas disciplinas de Protagonismo Juvenil e Mundo do Trabalho foram retiradas do currículo e houve uma nova organização na oferta da Ensino Médio.

Nos anos de 2017 e 2018, ocorreram na cidade de Foz de Iguaçu, os Simpósios sobre Educação em Tempo Integral⁴³, que tinham como objetivo garantir formação pedagógica e técnica a professores, pedagogos, diretores e técnicos pedagógicos dos Núcleos Regionais da Educação que possuíam a oferta da Educação Integral em Tempo Integral. Os encontros foram realizados após a implantação da ETI (Educação em Tempo Integral), e relatavam as experiências de professores e diretores das escolas de Tempo Integral do Paraná.

Já no ano 2019, os Simpósios de Formação para os docentes da Educação em Tempo Integral foram encerrados. Apenas os diretores dos estabelecimentos de ensino é que foram levados até o estado de Pernambuco para conhecer como funcionava o Ensino em Tempo Integral naquele estado. Era o início das dolorosas mudanças que se iniciariam no ano letivo de 2020.

Os diretores voltaram trazendo as novidades que logo chegariam às escolas de Ensino de Tempo Integral, pois nesse período já iniciava a parceria dos Institutos de Corresponsabilidade pela Educação com a SEED-PR. Já em 31 de outubro de 2019 era firmado a parceria entre as entidades: Instituto Sonho Grande – ISG, Instituto Natura – IN e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE e a SEED, por meio de Acordo de Cooperação⁴⁴. Por meio desse acordo a gestão das escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Paraná ficam subordinadas ao ICE. Esse modelo de gestão foi denominado de Escola da Escolha, em alusão a ideia de que os

⁴³Simpósio sobre Educação em Tempo Integral. Disponível em:
<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Simposio-aborda-educacao-integral-no-ensino-medio>

⁴⁴ Extrato do Acordo de Cooperação nº 201900013 - referente a parceria da SEED e Instituto Sonho Grande - ISG, Instituto Natura - IN e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE Disponibilização de recursos técnicos e pedagógicos para o desenvolvimento de ações relativas ao modelo educacional Escola da Escolha na implementação do Ensino Médio em Tempo Integral, objetivando a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público de nível médio do Estado, assegurando a efetividade de suas ações no âmbito da rede pública, conjugado com ações comunitárias.
<https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos> Acesso em 12/09/2022

estudantes teriam autonomia em suas escolhas, e definiriam sua própria formação.

Mas o que se vê atualmente é a pressão do mercado econômico, a que estão atrelados esses institutos, para definirem o tipo de educação que os estudantes terão acesso. Para esclarecer melhor sobre esses acordos firmados entre a SEED e as empresas e institutos é preciso considerar que responsável por este e outros acordos foi o Secretário de Educação e empresário Renato Feder⁴⁵, era preciso implantar a gestão o mais rápido possível para o ano de 2020, que mal se inicia e já dava sinais do estava por vir. Mesmo com o início da pandemia e todas as suas mazelas que deixaram marcas em todo o mundo, gerando um clima de insegurança e medo. Mesmo assim a linha de austeridade falou mais alto. A gerência do estado continuou desrespeitando as vidas, aumentando a angústia de muitos profissionais. Era um sinal da força da privatização da educação pública do Paraná nas mãos do governo estadual e do Secretário de Educação, o empresário Renato Feder representante da Multilaser⁴⁶. Os interesses empresariais estão acima dos interesses da educação paranaense.

Para compreender o discurso sobre a defesa da educação e a suposta eficiência das gestões atreladas ao capital, retorno ao pensamento crítico de Laval (2004) que segundo ele, a competitividade econômica é também a competitividade do sistema educativos, inserindo cada vez mais a educação no mercado de capitais.

O novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na sujeição mais direta da escola à razão econômica. Ele depende de um "economismo" aparentemente simplista cujo axioma principal é que as instituições, em geral, e as escolas, em particular, só têm sentido dentro do serviço que elas devem prestar às empresas e à economia. O "homem flexível" e o trabalhador autônomo" constituem, assim, as referências do novo ideal pedagógico. (LAVAL, 2004, p. 3)

⁴⁵ Renato Feder é Secretário de Educação do estado do Paraná, desde o início do ano de 2019. É ex-CEO da empresa Multilaser, ou seja, diretor executivo e ainda é membro da diretoria da Multilaser, empresa que fornece diversos materiais e acessórios de informática.

<https://ri.multilaser.com.br/governanca-corporativa/diretoria-conselhos-e-comites>. Acesso em 03/10/2022

⁴⁶ A Multilaser fabrica e comercializa celulares, tablets, media players, autorrádios, GPS, pen drive, acessórios de informática, e games, smartphones, artigos esportivos, áudio e vídeo, com destaques maior para acessórios de informática, smartphones e tablets.

<https://canaltech.com.br/empresa/multilaser/> . Acesso em 03/10/2022

Ainda para Laval (2004), o objetivo de tornar a educação em um empreendimento e não como um fenômeno de emancipação. Para tanto, segundo ele, a padronização dos objetivos e dos controles, a descentralização, a mutação do "gerenciamento educativo", a formação dos docentes são, essencialmente, reformas "centradas na produtividade", mas, a escola neoliberal pretende também elevar a qualidade da força de trabalho no seu conjunto, sem elevar o nível dos impostos e mesmo, tanto quanto possível, reduzindo a despesa pública.

O controle direto e mais estreito da formação inicial e profissional é um dos grandes objetivos dos meios económicos. Essa formação não vai tão-somente determinar o nível de eficácia económica e o dinamismo da inovação, mas vai oferecer às empresas um mercado fortemente promissor. A educação não traz apenas uma contribuição essencial à economia, ela não é somente um input" em uma função de produção, ela é, daqui em diante, compreendida como um fator cujas condições de produção devem ser plenamente submetidas à lógica económica. Desse modo, é considerada como uma atividade que tem um custo e um rendimento e cujo produto é assimilável a uma mercadoria (LAVAL .2004 p 4)

Esta parece ser sem dúvida uma fórmula muito utilizada para elevar os índices de produtividade e controle, através de gestão comprometida com resultados e não com a aprendizagem efetiva dos estudantes, na produção do saber, mas na apropriação de conteúdo para atender as demandas formados neste interim. Seria então necessário encorajar a colaboração das empresas com o sistema de educação e formação e a integração, pelas empresas, da formação contínua nos seus planos estratégicos.

O caráter essencial da nova ordem educativa atém-se à perda progressiva da autonomia da escola que é acompanhada por uma valorização da empresa erigida em ideal normativo. Nessa parceria generalizada, a empresa se toma "qualificante" e aprendiz e termina por se confundir com a instituição escolar em estruturas de aprendizado flexíveis. (Laval .2004. p 4 e 5)

Dessa forma, a celebração de acordos com empresas interessadas em imprimir sua marca não somente na gestão, mas também em todo o processo de formação de um novo tipo de estudante e um novo tipo de trabalhador, que se intitula como autônomo, competente e solidário, e pronto para enfrentar os desafios do século 21, Para compreender como se deu todo esse processo de inserção das escolas de

Ensino Médio em Tempo Integral, vamos conhecer melhor o local onde teve início a discussão dessa dissertação.

1.6 Histórico do Colégio Jayme Canet

Para conhecer melhor o Colégio Estadual Jayme Canet, onde a pesquisa é realizada, é necessário conhecer as especificidades da pequena cidade que o abriga. Assim como outras cidades da região norte do estado do Paraná, Bela Vista do Paraíso⁴⁷, é um município de pequeno porte que conta com uma população de pouco mais de 15.400 habitantes segundo estimativa do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2021. Ocupa uma área de 242,689 km², situada na região metropolitana de Londrina⁴⁸, distante cerca de 40 km, com linhas de ônibus regulares todos os dias. Fica distante da capital do estado do Paraná, Curitiba cerca de 430km.

A economia está relacionada à agricultura mista, com pequenas propriedades rurais, algumas de agricultura familiar e produtoras de hortaliças, e ainda umas poucas grandes propriedades que cultivam cereais. Em relação ao IDH⁴⁹ (Índice de Desenvolvimento Humano) o município apresenta o valor de 0,716, considerado médio. Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) a renda per capita em 2019 era de 30.194,30 reais. Dados obtidos no site do IBGE, dão conta dos seguintes percentuais sobre a renda das pessoas do município.

Renda média do município de Bela Vista do Paraíso

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	2,0 salários-mínimos.
Pessoal ocupado [2020]	2.818 pessoas
População ocupada [2020]	18,3 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo [2010]	29,8 %

Figura 4 - Fonte: <https://lbge.gov.br/brasil/pr/bela-vista-do-paraíso/panorama>

⁴⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/bela-vista-do-paraíso/panorama>. Acesso em 02/10/2022

⁴⁸ <https://portal.londrina.pr.gov.br/perfil-da-regiao-metropolitana>. Acesso em 02/10/2022

⁴⁹- O IDH é uma medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país. <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh> acesso em 02/10/2022

Segundo estas informações, é possível compreender que alguns dados não foram atualizados em decorrência da pandemia, e da impossibilidade de coletar fielmente os dados informados. Por ser uma cidade pequena e não oferecer muitas oportunidades de trabalho, observa-se que a população em geral sobrevive, em média com apenas dois (2) salários-mínimos por pessoa.

Ainda de acordo com o portal da Prefeitura de Londrina, a Região Metropolitana de Londrina (RML), conta hoje com 25 cidades: Londrina, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertanópolis, Tamarana, Alvorada do Sul, Assaí, Jaguapitã, Pitangueiras, Sabáudia, Florestópolis, Porecatu, Primeiro de Maio, Arapongas, Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Miraselva, Prado Ferreira, Rancho Alegre, Sertaneja e Uraí.

A pequena cidade de Bela Vista do Paraíso, teve sua colonização advinda da cultura de café, e atualmente, tem sua economia voltada à agricultura e um comércio com poucas opções de ocupação. Pela proximidade com o município de Londrina, muitos bela-vistenses procuram trabalho na cidade vizinha, na tentativa de empregar-se na prestação de serviços, ou outras ocupações nas mais diversas empresas da região.

O Estado do Paraná e Região Metropolitana de Londrina



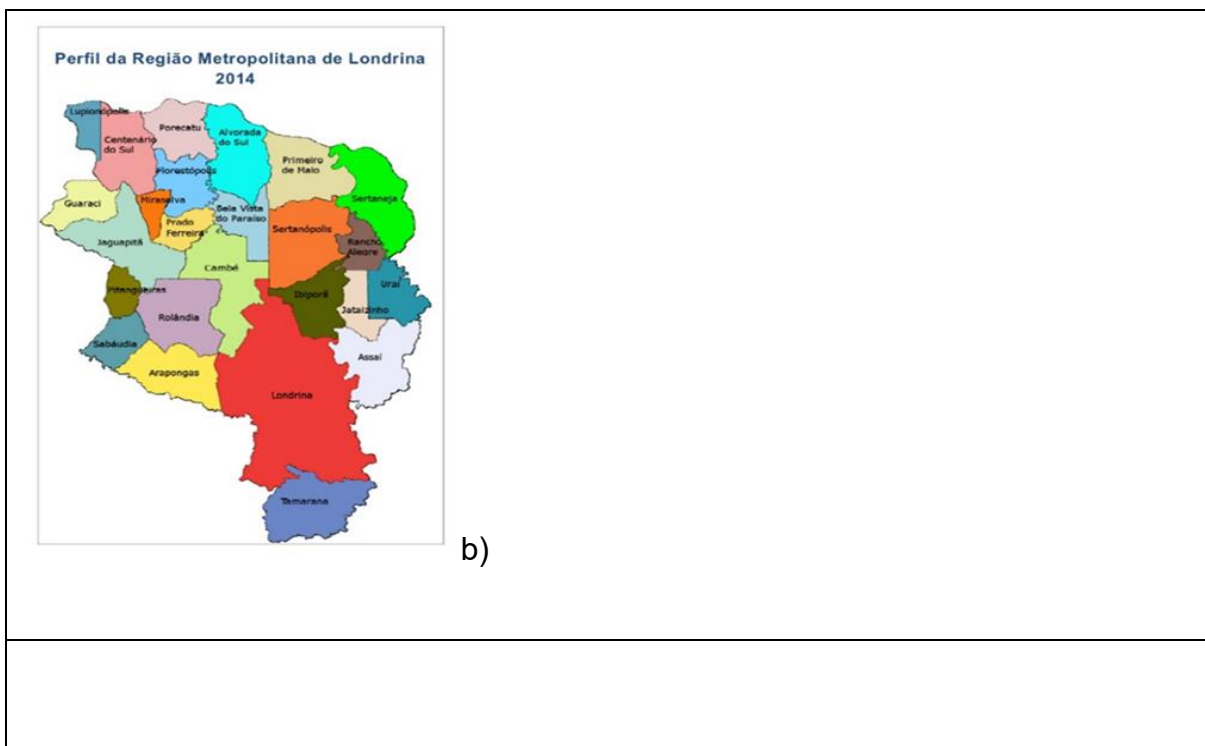


Figura 5- a) e b) – Imagens do Paraná e Município de Bela Vista do Paraíso- Pr e Imagem da região Metropolitana de Londrina . Fonte: <http://portal.londrina.pr.gov.br>
 Fonte: <http://diaadiaeducaçao.pr.gov.br>

Para compreender a relevância e as características do local onde se oferta Educação em Tempo Integral, objeto dessa dissertação, é importante conhecer as especificidades e a historicidade deste lugar. Para tanto é necessário buscar a origem e as mudanças pelas quais passou. Nos idos de 1970, onde hoje encontra-se situado o Colégio Estadual Jayme Canet, havia um terreno ainda sem construções. O terreno foi adquirido para abrigar a construção das futuras instalações de um estabelecimento de ensino voltado a atender a demanda de jovens estudantes da educação secundarista, o que hoje corresponde ao Ensino Médio.

Anteriormente já funcionavam dois estabelecimentos de ensino para os estudantes secundaristas, voltados a atender cursos de formação técnica e de Magistério ou Formação de Docentes, como hoje é conhecido. Os dois cursos eram ofertados em outros endereços, e cada qual atendia a um propósito. Desse modo, a nova construção seria utilizada e atenderia os estudantes secundaristas em uma região mais central do município e ainda daria mais visibilidade ao empreendimento.

Naquele período o governador do Estado do Paraná era o Srº Jayme Canet Júnior, que naquela época, sua família já era há muito tempo proprietária de uma

fazenda de café no município de Bela Vista do Paraíso⁵⁰, a Fazenda Horizonte. Atualmente seus herdeiros ainda mantém a fazenda, que hoje produz soja e milho entre outros, modelo de cultivo adotado depois das grandes geadas ocorridas na década de 1970, e que aos poucos acabou por modificar a estrutura de produção agrícola do norte do estado do Paraná. Ainda assim, é uma referência na produção agrícola no município. Como ocorre com frequência nos meios políticos, e em referência ao pai Jayme Canet, no ano de 1973 após ser inaugurado, o colégio recebeu este nome em memória ao patriarca da família Canet.

Segundo Ricardo Costa de Oliveira⁵¹, em *Genealogias Básicas das Famílias Gomes Mussi, Canet e Ferraz de Campos*, descreveu as relações de poder político e como as genealogias básicas das famílias paranaenses se perpetuaram ao longo dos tempos. Dessa forma, também se debruçou sobre a genealogia da família Canet, e ao analisar sua configuração, observa-se as relações entre várias famílias conhecidas nos meios políticos e empresariais do estado, dando origem e perpetuando uma rede de relações familiares e sistema de parentescos. Assim pode-se compreender como uma pequena cidade do interior do estado também está permeada por esse sistema de privilégios que se entrelaçam em relação aos estabelecimentos públicos.

No caso temos: Jayme Canet casado com Anita Lopes, era fazendeiro, comerciante e cafeicultor. Participou de Associações Rurais, Associação Comercial do Paraná e do Clube Curitibano. Faleceu em 15 de junho de 1964. Jayme Canet e Anita Lopes eram pais de Jayme Canet Júnior, sendo este casado com Maria de Lourdes Araújo, filha de Brasília de Araújo e Zulmira Fonseca, também pioneiros e fazendeiros nesta cidade de Bela Vista do Paraíso, região norte do estado do Paraná.

Aqui, no município de Bela Vista do Paraíso, também há outro estabelecimento de ensino que homenageia pioneiros e pecuaristas. São nomes conhecidos na região e na capital do estado. No caso, o Srº Brasília de Araújo, aparentado do então Jayme Canet, doou terrenos para que fossem construídos uma escola, estádio de futebol e até praças, anos antes no início da constituição do município, com a intenção de

⁵⁰ Bela Vista do Paraíso, fundada em 1939, emancipada em 1947, contava com pouco mais de 18.000mil habitantes no anos de 1970, e atualmente com estimativa em 2021era de 15.400 habitantes. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/bela-vista-do-paraiso/panorama>

⁵¹ ↑ Ricardo Costa de Oliveira (31 de agosto de 2016).É sociólogo e professor adjunto da UFPR. «*Genealogia Básica das Famílias Gomes Mussi, Canet e Ferraz de Campos*». Revista Núcleo de Estudos Paranaenses (DocPlayer). Consultado em 16/062022

valorizar seus empreendimentos imobiliários. Todos estes locais receberam o nome de Brasílio de Araújo, em sua homenagem.

A construção do estabelecimento de ensino se deu no início dos anos de 1970, era uma das épocas mais difíceis do período da Ditadura Militar no Brasil que se estendeu de 1964 a 1985. No entanto, no pequeno município, assim como em tantos outros recantos deste país, pouco se falava sobre a ditadura, a não ser pelos embates entre os partidos políticos que disputavam os votos dos munícipes na época das eleições, notadamente para o cargo de prefeito e vereadores. As eleições para governador eram indiretas, ou seja, a Assembleia Legislativa é que escolhia quem governava o estado. Sendo assim, os mais atrelados à situação política, que apoiavam a ditadura, tinham grandes chances de serem eleitos.

As disputas políticas estavam atreladas ao regime do bipartidarismo que havia sido criado em 1965, permitia a existência de apenas dois partidos políticos: a ARENA⁵² (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A ARENA teria sido fundada em 1965 para dar sustentação política à ditadura militar, de caráter conservador, era um dos mecanismos utilizados para justificar ações impopulares, foi dissolvida em dezembro de 1979. Já o MDB, abrigava os opositores do regime político instaurado a partir de 1964, de cunho antiautoritarismo foi criado em 1966 e acabou sendo extinto em 1979.

Sendo um dos representantes da ARENA, o então empresário e agropecuarista Jayme Canet Júnior⁵³(1925-2016), segundo informa o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) vinculado a FGV (Fundação Getúlio Vargas), foi governador do estado do Paraná entre os anos de 1975 a 1979. Filiado ao Partido da ARENA, desde 1966 havia sido vice-governador no período de 1973-1975 na gestão do governo de Emílio Hoffmann Gomes. Foi eleito Governador do Paraná, em eleição indireta, pela Assembleia Legislativa a 03 de outubro de 1974, tomou posse a 15 de março do ano seguinte. Ainda, segundo consta nos arquivos da CPDOC/FGV, Jayme Canet Júnior era proprietário da Rede de Hotéis Deville em Curitiba e em outras cidades brasileiras, também era Sócio fundador da empresa

⁵² BRASIL. Ato Complementar nº 4. Planalto, Brasília, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-004-65.htm>. Acesso em 29 de julho de 2022.

⁵³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/canet-junior-jaime>. Acesso em 29 de julho de 2022

Habitação S.A, Incorporadora e Desenvolvimento Imobiliário Canet Jr. Durante um período também foi Presidente da Café do Paraná, do Banco do Estado do Paraná, extinto Banestado, entre outros empreendimentos que gerenciou.

Depois do término de seu mandato esteve sempre em visita à pequena cidade, e em alguns períodos chegou a residir em sua fazenda. Durante muito tempo, sempre que estivesse por aqui, o ex-governador era visto com frequência em Bela Vista do Paraíso, em passeios pela cidade e no comércio local. No ano de 2016, veio a falecer em Curitiba. O nome da família Canet ainda é referência nesta região, seja pelo estabelecimento de ensino, que aqui é conhecido como “O Jayme”, seja por sua ligação com a economia e a política do estado do Paraná.

Lembrando que o Colégio Estadual Jayme Canet, desde o início sempre ofertou cursos de educação secundarista, ou seja, o que atualmente denomina-se de Ensino Médio. Por ofertar a educação profissionalizante durante muitos anos, muitos pais e avós dos estudantes que atualmente estão matriculados nesta escola, também estudaram nela. Alguns ainda frequentaram o Ensino Médio regular e outros tantos finalizaram seus estudos com os cursos de Magistério e Auxiliar de Contabilidade. Muitas professoras e professores que atuam em escolas municipais e na rede particular da cidade, realizaram o curso de Magistério ou de Formação de Docentes. Atualmente muitos professores e funcionários que passaram pelo colégio como estudantes são os trabalhadores da educação.

Em consulta à documentação existente no Colégio, é possível conhecer mais sobre a formação, estrutura e permanências, bem como as mudanças ocorridas ao longo dos anos neste estabelecimento de ensino. A seguir a descrição do colégio, bem como seu funcionamento, corpo docente e atividades desenvolvidas ao longo do tempo numa linha cronológica apresentada a seguir:

Quadro 2 Mudanças de denominação do Colégio Jayme Canet

Denominação	ANO
Colégio Comercial Estadual de Bela Vista do Paraíso Endereço- Rua Doutora Martha Silva Gomes,732 Decreto 25.133, de 28 de Agosto de 1959. Direção- Professor Ary Tucunduva, que tomou posse no dia 15 de fevereiro de 1960.	1959
Escola Normal Secundária de Bela Vista do Paraíso Endereço- Rua Joaquim Ladeia, nº 187. Decreto 5.539 de 20 de Dezembro de 1961 Direção – Professora Emerenciana de Vasconcelos Ehalt	1961

Escola Normal de Grau Colegial de Bela Vista do Paraíso	1963
Escola Normal de Grau Colegial Jayme Canet. Decreto Nº 901, de 26 de Abril de 1966	1966
Escola Normal de Grau Colegial Jayme Canet. Diretor, Carmelita Maria Borghi da Fonseca Endereço - Avenida Paraná, Nº 827. O prédio ainda estava em construção, a escola funcionou nesse prédio até o ano de 1975	1968
Inauguração do novo prédio. Colégio Comercial Estadual de Bela Vista do Paraíso Endereço - Rua Rocha Pombo, nº 953.	1973
Escola Normal de Grau Colegial Jayme Canet é transferida para Rua Rocha Pombo, nº 953.	1975
Apenas no ano de 1978 ocorreu a fusão dos estabelecimentos de ensino, assim nomeados: Escola Normal Colegial Jayme Canet e do Colégio Comercial Estadual de Bela Vista do Paraíso passa a ser denominado de Colégio Estadual de Bela Vista do Paraíso – Ensino de 2º Grau A partir de 1978 começa a cessação do curso, com matrículas apenas nas 2ª e 3ª séries e em 1979 forma-se a última turma.	1978
Colégio Estadual de Bela Vista do Paraíso – Ensino de 2º Grau Início da oferta dos cursos :Curso Técnico em Contabilidade, Curso Magistério e Curso Básica em Saúde.	1979
Em 14 de agosto de 1980, a professora Dulce de Oliveira Bandolin assumiu a direção do colégio, sendo a última diretora a assumir a direção através de indicação política, pois a partir de 1983, a indicação de diretores para as escolas estaduais do Estado do Paraná, passou a ser através de eleição direta.	1980
Colégio Estadual Jayme Canet – Ensino Médio, de Bela Vista do Paraíso, através da Resolução Nº 2870/81 de Reorganização do Ensino, publicada no Diário Oficial de 02/12/81.	1981
o Curso Básica em Saúde teve sua cessação gradativa iniciada em 1982, e em 1983 formou sua última turma que contou com apenas 11 alunos.	1982
Em 1983 o colégio passou a denominar-se Colégio Estadual Jayme Canet – Ensino de 2º Grau, Resolução 2976/83, publicada no Diário oficial de 01/09/83.	1983
Curso de Contabilidade, que passou a ser ofertado em 4 anos para se obter o grau de Técnico em Contabilidade e em 3 anos para o grau Auxiliar de Contabilidade. Ao final do 3º ano, o aluno já estava apto para ingressar no Curso Superior	1989
O curso Magistério passou a ser ofertado em 4 anos a partir do ano de 1991.	1991
No ano de 1997 foi iniciada a cessação gradativa dos Cursos Profissionalizantes: Magistério – através da Resolução Nº 2672/97 e Auxiliar/Técnico em Contabilidade – através da Resolução Nº 2674/97, sendo implantado o Curso de Educação Geral, em 3 anos, autorizado pela Resolução Nº 3373/97, através da adesão do Colégio ao PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná.	1997
Resolução Nº 3120/98, de 11/09/98, o Colégio passou a denominar-se Colégio Estadual Jayme Canet – Ensino Médio. Início de oferta do Ensino Médio Regular, matutino e noturno	1998
Realização de formatura das últimas turmas dos Cursos Técnica em Contabilidade e Magistério, encerrando-se assim a oferta de tais modalidades.	1999
Com a Resolução nº3717/06 ficou autorizado o funcionamento do Curso de Formação de Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade Normal, nível Médio. Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	2006

Resolução 4466/2009 DOE 05/02/10 – Reconhecimento do Curso de Formação de Docentes	2010
O curso teve sua última turma no ano de Curso de Formação de Docentes	2015.
Em 2017 por através da MP nº746/2016 foi implantado o Ensino Médio Integral de acordo com a nova proposta da Reformulação do Currículo de Ensino Médio. Implantação gradativa a partir da 1ª série O ensino regular funcionou ofertando as 2ª e 3ª séries até 2018, quando se formou a última turma. Nesse período o ensino médio noturno continuou a ser ofertado	2017 até 2022

Figura 6- Quadro elaborado pela autora de acordo com a documentação pesquisada no PPP, 2022

Como podemos verificar o processo de estruturação e oferta do Ensino Médio no município de Bela Vista do Paraíso, se deu em diferentes contextos e nos diferentes períodos históricos, políticos, sociais e econômicos. Bem como o fato de atender às mais diferentes demandas de formação escolar, como a implantação e desativação de cursos de Formação de Docentes ou Magistério, e ainda de formação de auxiliares de Contabilidade e afins.

A escolha do colégio para finalizar o processo de escolarização, pode ser observada em detrimento de outros estabelecimentos que também passaram a ofertar o ensino médio no município. Um exemplo disso é o Colégio Cívico Militar Presidente Vargas que está situado no Distrito de Santa Margarida⁵⁴. O modelo foi instituído através de uma rápida consulta à comunidade escolar no fim do ano de 2020, e em plena pandemia do Covid-19.

O colégio Presidente Vargas de acordo com a Lei 20338/2020⁵⁵, passou a ofertar a modalidade de ensino denominado de Cívico-Militar, no ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Com a implantação do modelo Cívico Militar, a comunidade de Santa Margarida ficou sem poder ofertar o Ensino Médio Noturno, que já funcionava anteriormente pelo menos há dez (10) anos. Com a implantação do modelo Cívico Militar o ensino noturno foi cessado, este fato pode ser visto como um instrumento autoritário por parte do governo do estado, utilizando-se da máquina administrativa

⁵⁴- Santa Margarida é um Distrito de Bela Vista do Paraíso, com aproximadamente 4.700 habitantes. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/bela-vista-do-paraíso/panorama>

⁵⁵ **LEI** 20338, 06 DE OUTUBRO DE 2020. Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20338-2020-parana-institui-o-programa-colegios-civico-militares-no-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>
Acesso em setembro de 2022

para fazer alusão de que todos os problemas da localidade seriam resolvidos com seu projeto de militarização da educação no estado do Paraná. No Colégio Cívico Militar Presidente Vargas, existe a oferta do Ensino Médio regular e neste ano teve início a implantação do Novo Ensino Médio.

Procurando atender as necessidades da comunidade, e com o fechamento do Ensino Médio noturno no Distrito de Santa Margarida, distante da cidade de Bela Vista do Paraíso cerca de quatro (4) quilômetros, os estudantes muitas vezes acabaram por desistir dos estudos provocando uma grande evasão, especialmente no ano de 2021. Por motivo da pandemia da Covid-19, muitos estudantes que foram transferidos para o Colégio Estadual Jayme Canet, acabaram por desistirem dos estudos em virtude de não conseguirem acompanhar as aulas por via Google Meet,⁵⁶ ou buscarem atividades impressas, nem tampouco acompanharam o denominado ensino de híbrido⁵⁷, que funcionou a partir do segundo semestre de 2021.

Por motivo da extinção de turmas e o fechamento da educação básica regular no período noturno, o que vem acontecendo há vários anos em todo o estado do Paraná, e especialmente por não haver no município a oferta de EJA (Educação de Jovens e Adultos), muitos estudantes foram excluídos do direito de estudarem. Sendo mais um elemento que contribui com uma desigualdade social latente. Atualmente é ofertado o Ensino Médio Regular no noturno para atender toda a demanda do município. São apenas três (3) salas de aulas, com oferta do 1º, 2º e 3º anos, onde estão matriculados cerca de 120 estudantes.

O outro estabelecimento de ensino público da cidade é o Colégio Estadual Brasilio de Araújo, que oferta também o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio Integrado a cursos técnicos como Técnico em Química em fase cessação de oferta, e a 1ª série do Técnico em Administração Integrado ao Novo Ensino Médio. É um

⁵⁶ Google Meet -O Meet é um aplicativo para fazer reuniões por videoconferência ou chamadas de voz que pode ser usado no computador e em dispositivos móveis (smartphones e tablets) eunião on-line com até 100 participantes e duração de até 60 minutos. <https://workspace.google.com>. Acesso em 15/10/2022

⁵⁷ -O ensino híbrido é uma metodologia na qual o ensino é desenvolvido tanto de forma presencial quanto on-line. Desde o início da pandemia de Covid-19, no Brasil, as escolas tiveram que adotar o modelo EAD (educação a distância), com aulas 100% virtuais para garantir a segurança de alunos e professores. <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em 15/10/2022

estabelecimento de ensino que também se encontra no centro da cidade, próximo à Prefeitura Municipal, onde estudam atualmente cerca de 430 estudantes, sendo cerca de 100 alunos no Ensino Médio, matriculados em cinco (5) turmas. E o restante dos alunos estão matriculados no Ensino Fundamental no turno matutino e vespertino. Muito de seus atuais estudantes são oriundos do colégio Cívico Militar Presidente Vargas de Santa Margarida, que deixaram a escola por não se adaptarem às normas de conduta impostas à Educação Cívico Militar ou por não serem mais aceitos na instituição. Muitos dos alunos recebem transferência quando não se adequam ao modelo de conduta exigido.

Na cidade ainda existe outro estabelecimento de ensino, que oferece educação regular, mas que é uma instituição privada. O Colégio Sagrado Coração⁵⁸, contava em 2021 como 186 estudantes, o colégio também se localiza no centro da cidade, próximo ao Colégio Estadual Brasílio de Araújo. Estavam matriculados cerca de 30 alunos no ensino médio no ano de 2021. É um colégio pequeno, onde a maioria dos estudantes matriculados estão na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Para se ter um panorama geral, referente à Educação no município de Bela Vista do Paraíso, pode se consultar os dados disponibilizados através do portal do IBGE- municípios que demonstra o quadro mais real sobre a educação no município. A seguir seguem-se alguns dados:

Taxa de escolarização do Município

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,3%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,5
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,5
Matrículas no ensino fundamental [2021]	1808
Matrículas no ensino médio [2021]	407
Docentes no ensino fundamental [2021]	147
Docentes no ensino médio [2021]	59
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	10
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	4

Figura 7 - *Quadro adaptado/criado pela autora de acordo com dados disponíveis em : <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/bela-vista-do-paraiso/panorama>

⁵⁸ Colégio Sagrado Coração Número de matrículas 186. Fonte: Censo Escolar 2021, INEP

Por ser uma cidade de pequeno porte todos os estabelecimentos de ensino ficam em áreas residenciais e até são relativamente próximos, com exceção do Colégio Cívico Militar Presidente Vargas, distante cerca de quatro quilômetros. O Colégio Estadual Jayme Canet, situa-se na região central do município de Bela Vista do Paraíso, em bairro residencial. A comunidade escolar representada pelos estudantes secundaristas residem na zona urbana (centro e bairros mais afastados), e alguns deles residem na zona rural em chácaras e sítios. O colégio também recebe estudantes vindos do Distrito de Santa Margarida, sendo que muitos estudantes utilizam o transporte escolar para se deslocar até a escola.

Como já descrito, o colégio tem longo histórico no atendimento a estudantes do Ensino Médio, etapa final da educação básica. É considerado um ponto de fácil acesso a toda a população bela-vistense, estando próximo ao Rotary Club e a CIRETRAN, também está situado ao lado de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), onde muitas vezes os estudantes e seus familiares podem contar com atendimentos médicos. Como observa-se na imagem abaixo.

Localização do Colégio Jayme Estadual Canet.

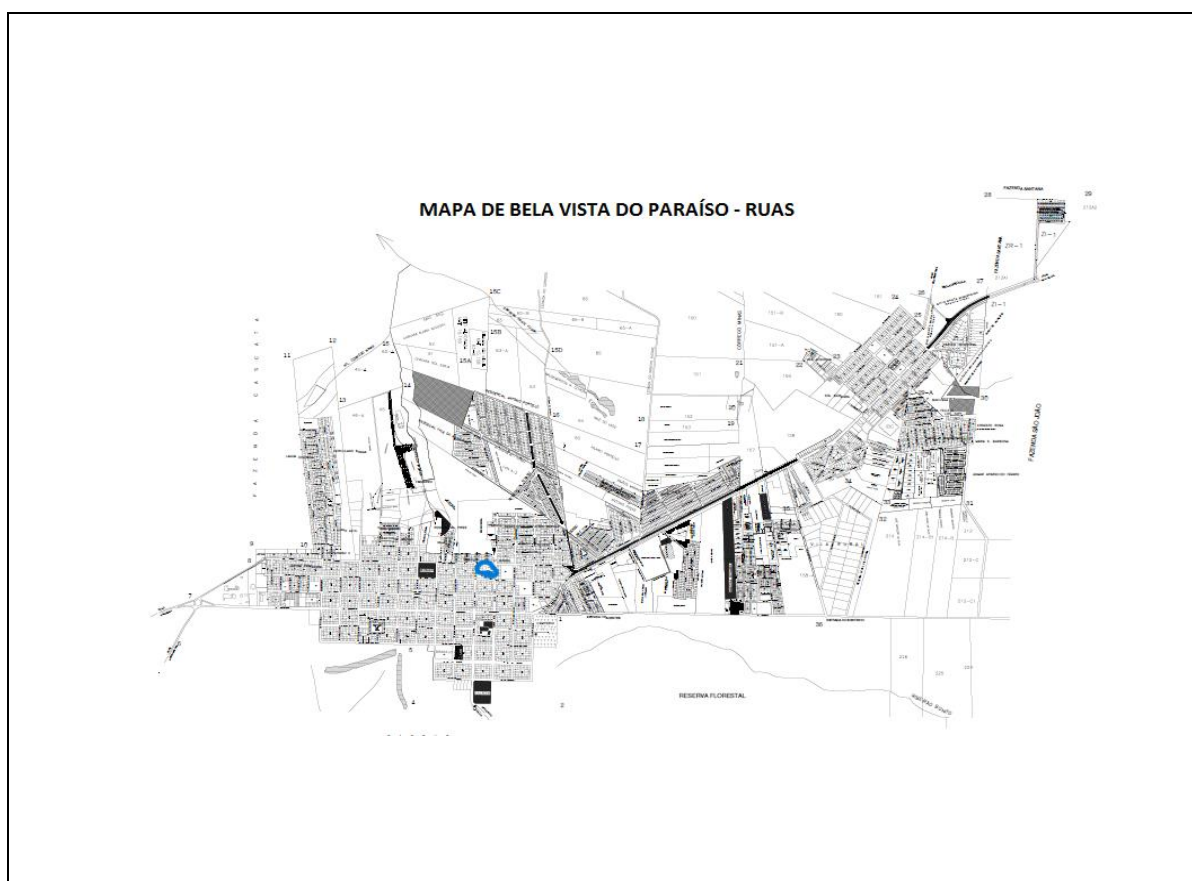


Figura 8- Imagem da localização do Colégio Jayme Estadual Canet. Google Maps

Ainda de acordo com o PPP⁵⁹ (Projeto Político Pedagógico) de 2018, disponibilizado pelo colégio, é possível observar que se trata:

de uma instituição social, limitada na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades. E é de suma importância que o conhecimento da realidade a qual estamos inseridos, saber quem faz parte desta instituição, qual cultura está seguindo, qual metodologia está sendo favorável, pois esta deve estar próxima aos objetivos envolvidos, buscando compreender todos os valores da gestão compartilhada: ética, equidade, compromisso e solidariedade. Estes valores servirão como norteadores da gestão para saber como transmitir e proceder nas questões cotidianas. O conhecimento da realidade escolar por todos vem a facilitar o trabalho do professor que precisa conhecer bem a matéria, saber transmiti-la, ligar o ensino a realidade do educando e o seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre seu próprio trabalho e participar de forma consciente e eficaz nas práticas de organização e da gestão da Instituição de Ensino. Além de buscar conhecimento, a participação escolar é também meio que possibilita um melhor envolvimento com a comunidade, propiciando uma maior aproximação entre gestor, professores, alunos e pais. (PPP.2018)

E continua ressaltando as práticas que vinha desenvolvendo ao longo dos últimos anos, baseando-se numa gestão democrática e participativa. Assinala também o caráter de seu processo educativo com atividades esportivas, culturais e artísticas. Reconhecendo a importância dessas práticas na formação de seus estudantes.

A instituição existe e muitas são as tarefas que cabe a ela; a principal de todas é educar e formar cidadãos para a vida, temos ainda os gestores (que precisam trabalhar para a ordem desse espaço escolar, e para o exercício dessa tarefa extremamente necessária a existência de uma gestão democrática e participativa. O colégio tem buscado implementar ações que intensifiquem não somente a participação dos pais, mas também da comunidade em geral. Desenvolver atividades que contribuam para a dinamização e integração do processo educativo, através de atividades esportivas, culturais e artísticas tem sido nosso objetivo. Parcerias com diferentes instâncias e instituições, o envolvimento mais intenso nas questões do mercado de trabalho, do relacionamento humano em ações comunitárias e em outras atividades que promovam uma boa formação dos alunos, tem sido a chave dos muitos progressos alcançados por nossa instituição.(PPP.2018)

De acordo com dados consultados no próprio Projeto Político Pedagógico, da instituição, em 2018, o Colégio Estadual Jayme Canet – Ensino Médio, procurava

⁵⁹ Pelo Projeto Político Pedagógico de um estabelecimento de ensino, pode se perceber a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las. 1 de dez. de 2010. A pesquisa encontrou a definição pelo endereço:

<https://gestaoescolar.org.br conteudo > o-que-e-o-proj>

Acesso em 11/10/2022

atender às necessidades da comunidade, ofertando o Ensino Médio Regular e o Ensino Médio Integral. O atendimento em Tempo Integral, implantado no ano de 2017, tem como princípio norteador melhorar, ainda mais, a qualidade educacional ampliando os tempos e espaço pedagógico, no sentido de possibilitar o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes do município. A oferta do Ensino Médio em Tempo Integral tem como objetivo a formação integral do jovem, contribuindo na formação do pensamento crítico e no seu desenvolvimento intelectual.

A Matriz Curricular do Ensino Médio Integral, em 2018 apresentava os componentes curriculares obrigatórios que compõem a Base Nacional Comum por meio das quatro áreas de conhecimento. Na parte diversificada, cada unidade escolar, poderá definir um componente curricular eletivo, elegido pela comunidade escolar. Em anexo, as Matrizes Curriculares do Ensino Médio Regular e Integral e a Proposta Pedagógica Curricular.

Quanto à estrutura física do colégio está instalado numa área de 4.798,41 metros quadrados, sendo 1.917,37 metros quadrados em edificações. Porém ainda não conta com banheiros adequados aos alunos que passam o dia todo neste ambiente. Não tem refeitório e a cozinha é inadequada para atender as necessidades de preparar todas as refeições do dia.

Atualmente possui 09 salas de aula, 01 sala para os professores, 01 Biblioteca, 01 Laboratório de Informática, 01 Laboratório de Física, Química e Biologia, 01 banheiro masculino e 01 banheiro feminino, 01 edícula. A ala administrativa é constituída de 01 sala para Secretaria, 01 sala para Direção, 01 sala para a Equipe Pedagógica, 01 sala para armazenar merenda, 01 banheiro masculino e 01 banheiro feminino (para uso de professores e funcionários) e 01 cozinha. Em outra ala estão a Biblioteca e o Laboratório de Informática. O Colégio também possui 01 pátio 01 quadra de esportes cobertos.

Também possui um terreno amplo que é utilizado como estacionamento e áreas de convívio comum. Um dos problemas do estabelecimento de ensino encontram-se nos banheiros, que não foram adaptados ao uso dos estudantes, que permanecem mais de 8 horas por dia em atividades escolares, e sem chuveiros para banho. Também inexistiam armários dedicados aos alunos que permanecem tanto tempo na escola. Mas apenas no final do ano de 2022, depois de mais de cinco (5) anos de funcionamento, e em plena campanha eleitoral, inclusive para a reeleição do

governador, foram entregues armários com qualidade e funcionalidades duvidosas.

A comunidade escolar é composta por professores, funcionários, equipe pedagógica e direção. Dos 26 professores que atuam na escola, 25 são licenciados, tendo especialistas, mestres e doutores. Ainda sobre o quadro de 26 professores 12 são efetivos e os demais 14 são contratados pelo regime de PSS (Processo de Seleção Simplificado). Este denominado PSS, ou seja, professores temporários, e que contraditoriamente tem se tornado um processo de seleção permanente e com todo tipo de avaliações, além de provas, recolhimento de taxas de inscrição, bem como sujeitos ainda aos desígnios e constantes acompanhamento de suas atividades por parte das equipes diretivas e gestoras das escolas.

Para compreender as funções de cada um dentro da escola é possível consultar os dados em

Profissionais do Colégio Estadual Jayme Canet

Profissionais da educação	Número de profissionais
Professores	26
Professores readaptados	2
Pedagogos	3
Funcionários de apoio técnico administrativo	4
Funcionários de apoio e manutenção/limpeza	4
Diretor	1
Diretores auxiliares	2
Trabalhadores de manutenção/limpeza terceirizados	5

Figura 9- *Tabela criada pela autora com dados coletados em consulta à administração escolar. (2022)

No período integral, os profissionais são distribuídos da seguinte forma: Pedagogos (2), diretora (1), diretora auxiliar (1), professor de matemática (2) , educação financeira e matemática (1), professora de inglês e de espanhol é a mesma; professor de geografia também leciona o componente curricular de projeto de vida e estudo orientado e disciplina eletiva ; professor de filosofia também tem projeto de vida, estudo orientado, pensamento computacional e disciplina eletiva , professor de História também tem componente de mentoria e disciplina eletiva; professor de biologia e disciplina eletiva; professor de química também tem praticas experimentais e disciplina eletiva, professora de língua portuguesa (1), professor de física (1), professor de educação física(1) professor de arte (1) e pedagoga de acompanhamento (1), atua com sondagem de altas habilidades de com deficiência de

aprendizagem , é recente no colégio. Professora de sociologia (1) atuou como professora do componente de estudo orientado, projeto de vida e disciplina eletiva.

É possível observar que pelo fato de ser uma escola pequena, com apenas seis (6) turmas, a maioria dos professores atua em mais de uma área. O que torna o convívio no dia a dia bastante intenso.

1.7 A Implantação da Educação Integral

Para compreender como ocorreu o avanço da Educação Integral e sua vinculação com as mudanças sociais, políticas e econômicas, ocorridas no país a partir de 2016, é necessário lembrar como ocorreu o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República. E posteriormente, com a edição da Medida Provisória nº746/2016, que iniciou o desmonte na educação brasileira, a Educação em Tempo Integral no Ensino Médio ofertado por escolas públicas no Paraná, ainda era incipiente, mesmo já sendo adotada em outros estados como São Paulo ou mesmo em Pernambuco.

Ainda assim, as mudanças estavam sendo gestadas bem antes de sua implementação, como se pode averiguar pelo Projeto Piloto⁶⁰, datado de 2015, feito pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Segundo essa orientação, a Secretaria de Estado do Paraná, por meio da Política de Educação Integral em jornada ampliada, tem como princípio norteador melhorar ainda mais, a qualidade educacional, ampliando os tempos e espaços pedagógicos, no sentido de possibilitar o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos(as) os (as) estudantes da rede pública estadual.

No final do ano de 2016, o Colégio Estadual Jayme Canet de Ensino Médio foi um dos contemplados com a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral⁶¹. Uma das prerrogativas para a implantação do atendimento em tempo integral dizia respeito ao índice do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que no ano de 2015 foi de 4,0. O objetivo é que fosse 5,0 ou seja, atingir um índice relativamente maior. Outra premissa é que deveria ser uma escola de periferia, e sem atendimento

⁶⁰ Orientações para a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral. Curitiba, datada de novembro, 2015

⁶¹ Ensino Médio em Tempo Integral, criado através da Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

no período noturno, que não é o caso deste colégio que oferta o ensino noturno até a presente data, bem como a localização que está próxima ao centro da cidade. Assim também foi desconsiderado o número mínimo de alunos que seria de no mínimo 400 estudantes matriculados na instituição, dado que continha nas determinações da implementação do programa, sendo o total de estudantes do colégio ser bem menor.

A ampliação da jornada escolar, do tempo e espaço de aprendizagens e o desenvolvimento humano, foi possível pela reorganização curricular implementada através do artigo 5º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012⁶², que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A adesão ao modelo de oferta de ensino passou a ser gradual a partir de 2017. A escolha dos estabelecimentos de ensino se deu através de um Termo de Adesão e o Formulário do Plano de implementação conforme exigências estabelecidas pela portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016⁶³.

Termo de Compromisso para Implantação das Escolas de Tempo Integral

Anexo I - Termo de Compromisso

O Governo do Estado de _____, neste ato representado pelo seu Governador(a), Sr./Sra. _____, portador(a) do RG no _____, inscrito(a) no CPF/MF sob no _____, doravante denominado Governo, e a Secretaria de Educação do Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob no _____, estabelecida na cidade de _____,

_____, Estado de _____, Rua/Av. _____,

_____, no, CEP _____, neste ato representada pelo seu Secretário, Sr./Sra. _____,

portador(a) do RG no _____, inscrito(a) no CPF/MF sob no _____, doravante denominada SEE, tendo em vista a Medida Provisória no []/2016, a Portaria no []/2016 e Resolução no []/2016 (Resolução), todas relacionadas ao Programa de Fomento à

Implementação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio de Escolas Estaduais (Programa), pelo presente, manifestam seu interesse em participar do Programa e comprometem-se a observar todas as regras e disposições constantes da Portaria e demais leis e atos relacionados.

A inobservância do disposto na Portaria e/ou demais leis e atos relacionados e/ou o envio de informações incorretas à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) e/ou à

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, poderá(ão) implicar no cancelamento da participação e da participação do Governo e da SEE no Programa, bem como de

suas escolas, sem prejuízo de outras penalidades previstas na Portaria e na legislação aplicável.

Local e data:

⁶² Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

⁶³ PORTARIA No - 1.145, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória no 746, de 22 de setembro de 2016.

<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49121-port-1145-11out-pdf/file>

Acesso em

20/10/2022

_____ [nome do(a) governador(a)] Governo do Estado de _____
_____ [nome do secretário(a)] Secretaria de Educação do Estado de _____

Figura – 10 Termo de compromisso – extraído do DOU./10.out 2016.

O referido termo deveria ser preenchido pela direção dos colégios para que o programa fosse implantado. A seguir pode-se observar o Termo de Adesão, extraído do Diário Oficial da união que deveria ser encaminhado ao Ministério da Educação.

Algumas escolas se inscreveram, mas muitas delas não atendiam os requisitos listados na portaria, mesmo assim foram escolhidas por critérios não revelados, e em alguns casos houve até interferência de políticos na escolha das escolas que atenderiam essa modalidade de ensino propagandeada que seriam a solução para aumentar não só o IDEB, mas também uma alternativa para fomentar a permanência dos estudantes frequentando o Ensino Médio.

Já o modelo de Plano de Implementação⁶⁴, também se encontra disponível para consultas, bem como todas as etapas e disposições a serem observadas. Assim o Plano de Implementação será preenchido em formulários específicos conforme critérios detalhados no Caderno de Orientações a serem divulgados pelo MEC no sítio eletrônico próprio. Ainda informa que os referidos Planos de Implementação serão submetidos à análise e aprovação de Comitê Gestor instituído pelo MEC, conforme definido no art. 15o, como condição para recebimento de recursos. Segue-se a lista dos estados, números de escolas e números de alunos em cada estado, conforme descrição no quadro abaixo.

Número máximo de escolas e de matrículas por estado, 2016

Estado (UF)	Nº Máximo de Escolas	Nº máximo de alunos
Acre	9	4.050
Alagoas	11	9.050
Amapá	8	3.600
Amazonas	18	8.100
Bahia	30	13.500

⁶⁴ -Também se encontra no documento já citado. Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> , pelo código 00012016101100025 Nº 196, terça-feira, 11 de outubro de 2016 ISSN 1677-7042

Ceará	30	13.500
Distrito Federal	8	3.600
Espírito Santo	16	7.200
Goiás	30	13.500
Maranhão	30	10.800
Mato Grosso	24	10.800
Mato Grosso do Sul	16	7.200
Minas Gerais	30	13.500
Pará	28	12.600
Paraíba	21	9.450
Paraná	30	13.500
Pernambuco	30	13.500
Piauí	26	11.700
Rio de Janeiro	30	13.500
Rio Grande do Norte	16	7.200
Rio Grande do Sul	30	13.500
Rondônia	10	4.500
Roraima	8	3.600
Santa Catarina	30	13.500
São Paulo	30	13.500
Sergipe	9	4.050
Tocantins	14	6.300
Total	572	257.400

Figura 11- *Extraído do Diário Oficial da União⁶⁵.

Vale lembrar que a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral no Colégio Estadual Jayme Canet se deu no início do ano de 2017, e tinha como perspectiva a formação integral e humana dos alunos ali matriculados. O Ensino Médio, que foi ponto de partida para a oferta e reorganização dessa etapa de ensino conforme previsto nesse artigo.

Cabe ressaltar que no ano de 2017, o referido colégio foi escolhido para implantação da Educação em Tempo Integral, o que ocorreu também de modo abrupto sem consulta à comunidade escolar envolvida gerando vários questionamentos quanto à sua viabilidade. Nota-se que, mesmo o referido estabelecimento de ensino não atendessem todos os requisitos para a adoção da nova modalidade, e não prevendo a curto prazo as adequações necessárias, o ensino integral foi implantado. Um dos problemas também apresentado é que o colégio ofertava e ainda oferta o ensino médio noturno.

Na esteira do avanço de propostas educacionais pautados pelo ideário

⁶⁵ Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016101100025

neoliberal, impõe-se uma reflexão sobre as possibilidades e as limitações de pensar a escola como espaço de construção de saberes e práticas sociais. O discurso das reformas educacionais é pautado em um “novo modelo” de trabalhador que se quer forjar, e a escola seria um espaço dessa formação. As articulações entre a escola e a economia constituem a base das mudanças no campo da educação em âmbito mundial, que fomenta também a que perda progressiva da autonomia da escola e a valorização da empresa. Assim se colocam o ensino e a aprendizagem como mercadoria a ser fabricada em sociedades puramente utilitaristas.

Segundo os documentos orientadores que serviram de base para a implantação da Educação em Tempo Integral, teria como princípio norteador melhorar, ainda mais, a qualidade educacional ampliando os tempos e espaços pedagógicos, no sentido de possibilitar o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes ali matriculados. A oferta do Ensino Médio em Tempo Integral, em princípio teria como objetivo a formação integral do jovem, contribuindo na formação do pensamento crítico e no seu desenvolvimento intelectual.

A adesão ao programa de Fomento à Educação em Tempo Integral, trouxe algumas dificuldades operacionais que diziam respeito aos professores e à equipe gestora, já que no início não houve uma adequação aos horários, e nem disponibilidade dos professores ficarem com lotação na própria escola em sistema de permanência. Outro fator pode ter sido a falta de orientações aos profissionais da escola quanto à necessidade de readequar metodologias e atividades diferenciadas para que os/as estudantes pudessem aprender e vivenciar o processo de construção de conhecimentos, práticas e saberes.

O processo de adaptação dos estudantes ao período integral também foi difícil, pois tudo era muito diferente das outras escolas. A novidade trazia em si muitos questionamentos sobre a forma de organização dos tempos e espaços, das atividades desenvolvidas, da alimentação, da higiene, dos projetos que envolviam e motivavam a permanência no colégio. O tempo vivenciado na escola, a dedicação aos estudos, as discussões entre os colegas, os conflitos, a convivência, enfim um período transições e de vivências compartilhadas.

As adaptações também foram difíceis para os professores, funcionários, equipe pedagógica e direção. A comunidade escolar foi modificada. Novos tempos, velhos espaços e um novo desafio: como lidar com a nova realidade? Uma nova organização

curricular, mais aulas, mais trabalho, mais preparo, mais dedicação, mais planejamentos e mais ações. Muitos professores se dedicaram a aprender, a ensinar e a trabalhar em equipe. Muitos projetos interdisciplinares foram realizados com dedicação e muita paciência em busca de integrar a escola, a família e toda a comunidade envolvida.

Por outro lado, a Secretaria de Educação do Estado, no início da implementação não fez nenhum investimento em reformas ou adequações na estrutura física do colégio para que os alunos pudessem ter as necessidades satisfeitas em relação à higiene, áreas de descanso e até para o preparo mais adequado da alimentação e refeitórios. No que se refere às condições de trabalho dos professores também não tinham horas atividades extras e tampouco podiam permanecer apenas em uma escola, dependendo da situação, trabalhavam em duas ou mais escolas. O fato de haver apenas duas (2) salas de aulas para o início do ano letivo em 2017, com mais de 90 estudantes pode ter sido um dos agravantes para que houvesse no decorrer do período a grande quantidade de remanejamentos e transferências.

Antes de passarmos ao segundo capítulo, que trata da pandemia e seu enfrentamento cabe destacar uma síntese com algumas legislações que moldaram a educação no Brasil.

Síntese das principais políticas educacionais, ano e Governo*.

1996	Governo FHC. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Criou a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1998	Governo FHC. Resolução CNE/CEB nº 3/1998, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
2001	Governo FHC . Lei nº 10.172/2001. Publicada em 09 de janeiro de 2001. PNE- Plano Nacional de Educação
2007	Governo Lula - Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, Programa Mais Educação constitui-se como estratégia de indução da construção da agenda de Educação em Tempo Integral
2008	Governo Lula. Lei nº11.684 de 2008 que obrigava o ensino da Filosofia e da Sociologia em todas as séries de todas as escolas do Ensino Médio no Brasil
2009	Governo Lula. Emenda Constitucional 59/2009 definiu, a obrigatoriedade e gratuidade escolar dos 4 aos 17 anos de idade e a ampliação dos programas suplementares para toda a educação básica, focalizando material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.
2012	Governo Dilma Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. e Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

2013	Governo Dilma. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Portaria nº 10.140, de 22 de novembro de 2013, Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
2014	Governo Dilma. Lei 13.005/14 de 25 de junho de 2014 que trata do Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos. Desafios e 20 metas a serem atingidas até 2024.
2017	Governo Temer. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Reforma do Ensino Médio.
2018	Governo Temer. Resolução Nº 4, de 17 de dezembro 2018. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base – Ensino Médio.
2019	Governo Bolsonaro Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro 2019 cria o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
2022	Governo Bolsonaro .Início da implantação do Novo Ensino Médio

Figura 12-Fonte: Adaptada e complementada pela autora desde a Linha do Tempo das Políticas Ensino Médio, organizada por CHAGAS (2019, p.35)

Através da observação de algumas leis e a trajetória de algumas políticas educacionais, é possível perceber que ao longo dos anos, desde a aprovação da LDB em 1996 até a implantação do Novo Ensino Médio em 2022, intensificou-se as regulamentações sobre a oferta do Ensino Médio. Também se nota que há períodos com avanços e retrocessos, como é o caso de discussões amplas sobre as possibilidades de mudanças educacionais, e até a imposição do Novo Ensino Médio e a criação das Escolas Cívico- Militares. Cada governo deixou suas marcas na educação brasileira, uns serão lembrados e outros serão culpados pela atenção dispensada a formação de tantos jovens.

2- A PANDEMIA (2020) E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL (2020)

Neste capítulo, descreve-se os desenhos curriculares advindos do Programa Paraná Integral e os impactos nas disciplinas, tais como, Sociologia, Arte e Filosofia, em prol de componentes curriculares como Estudo Orientado, Projeto de Vida e Educação Financeira. Aqui faz-se necessário explicar a situação da docência dessas áreas de conhecimento, pois isso tem reflexos nas condições de trabalho dos docentes e demais trabalhadores da educação.

As mudanças nas cargas horárias vão configurando a presença/ausência de conhecimentos, de pessoas e da adesão dos discentes à Escola de Tempo Integral que, além dos novos desenhos curriculares, teve que se adaptar ao Ensino Remoto na Pandemia da COVID-19. Para compreender o contexto escolar anterior à pandemia da Covid-19, é preciso também conhecer algumas mudanças significativas que alteraram a rotina de estudos e do trabalho docente nas escolas de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio do estado do Paraná.

Para elucidar essas questões é necessário informar como se deram tais mudanças e assim compreender o cenário da educação paranaense. No ano letivo de 2019 os estudantes do matriculados na 1ª série do Ensino Médio em Tempo Integral tiveram acesso a uma organização curricular que era do período de sua implantação em 2017. Com a antiga organização curricular, por exemplo, as aulas de Sociologia, que desde sua reinserção no ensino médio, em 2008, contava com 2 (duas) aulas semanais. Mas, no início do ano de 2020 os estudantes matriculados na 2ª série do Ensino Médio, foram comunicados que havia tido alterações na oferta de algumas disciplinas. Houve uma profunda alteração na grade curricular que causou um estranhamento em todos.

Um exemplo disso foi que as aulas de espanhol foram retiradas de grade de ensino, eram duas (2) semanais, bem como a redução de uma (1) aula de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física. Toda a alteração foi realizada para que os estudantes tivessem em troca seis (6) aulas de um componente curricular novo, o Estudo Orientado⁶⁶, que faz parte de uma proposta de ensino vinculada ao modelo de gestão do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, o ICE. O convênio entre a SEED e o ICE previa a adoção do Modelo da Escola da Escolha⁶⁷, por meio das Metodologias de Êxito e Práticas Educativas, a exemplo do Projeto de Vida, das Eletivas de Base, Eletivas de Itinerário Formativo, Tutoria, Pós-Médio, Estudo Orientado e Projeto de Corresponsabilidade Social.

O lema do Estudo Orientado baseado na Escola da Escolha, e divulgado como a solução para a educação no Brasil, teve seu modelo de ensino desenvolvido através da obra de Antônio Carlos Gomes da Costa⁶⁸, este modelo defende que com estratégia de que aprender a estudar é condição primordial para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Esse modelo tem por base fomentar uma educação do século XXI: o aprender a aprender com foco no estudante, assim o professor é visto como mediador/facilitador de um conhecimento que está ao alcance de todos. A

⁶⁶ Componente Curricular Estudo Orientado está relacionado com todas as áreas de conhecimento, considerando que aprender a estudar é condição para a continuidade do desenvolvimento do percurso escolar do estudante, esse componente prevê atender à necessidade de criar uma rotina de estudo que contribua para a melhoria da aprendizagem. SEED/DEB, 2018.

⁶⁷ Escola da Escolha materiais disponíveis em <https://icebrasil.org.br/novo-ensino-medio-vai-ao-encontro-das-premissas-do-modelo-da-escola-da-escolha-do-ice/> . Acesso em 22/10/2022

⁶⁸ Antônio Carlos Gomes da Costa – autor de diversos livros na área da educação entre eles a Pedagogia da Presença, também foi um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA 1990.

centralidade é o sujeito, ou seja, é um modelo que responsabiliza o estudante por seu sucesso e seu fracasso. É um discurso que supõe que estamos todos sujeitos às leis do mercado, reinventado o Liberalismo.

Até aquele momento os professores não tinham muitas informações sobre como desenvolver atividades com esse componente curricular que era uma novidade para todos. Depois do acordo assinado entre a SEED e o ICE, já descrito anteriormente, houve as adequações na oferta das disciplinas, que passaram a ser denominadas de componentes curriculares. Essas adequações na oferta das disciplinas anteciparam o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 011/2020, que dispõe sobre a Matriz Curricular do Ensino Médio na rede pública de ensino do Paraná.

Na tentativa de reverter as alterações e não mudar a oferta das disciplinas houve uma movimentação no colégio com a organização de um abaixo assinado feito por professores, pais e ex-alunos do colégio com o propósito de impedir as alterações. A professora de Sociologia e Protagonismo Juvenil, Fabiana Miyuki Yamamoto, foi a responsável por organizar um abaixo assinado a fim de não retirar a oferta da disciplina de Espanhol da grade, bem como não houvesse a redução de aulas de Filosofia e Sociologia. Mesmo obtendo apoio e muitas pessoas mobilizadas, todos os esforços foram em vão. Não se sabia que àquela época já havia sido decidido os rumos do Ensino Médio em Tempo Integral no estado do Paraná. Lembrando que já havia um convenio entre a SEED e o ICE, desde outubro de 2019, conforme já explicitado. A organização curricular estava então atrelada às determinações do ICE, tendo a substituído a grade de ensino de 2017 que se encontra em anexos.

No ano letivo de 2020, o ensino médio regular noturno não teve alterações na oferta de sociologia, continuando com 2 (duas) aulas semanais, mas a partir de 2021 as alterações foram feitas para adequação da nova matriz curricular. Ao iniciar o ano letivo de 2020, uma nova organização curricular no ensino médio Integral, entraria em vigor, e em poucas semanas de aula, quando os estudantes e professores ainda estavam em processo de adaptação às novas determinações e oferta de novas áreas do conhecimento, especialmente com o Componente Curricular Estudo Orientado.

Após o decreto da pandemia no início do ano de 2020 e o rápido avanço da COVID-19 dava sinais do que viria pela frente. Nada que tenha acontecido nos últimos anos se compara a situação vivida nos últimos tempos, especialmente entre março de

2020 e o ano de 2022. Desde o surgimento do vírus que provoca a infecção denominada de COVID-19 até os dias de atuais, o mundo todo passou por situações inusitadas. O processo de escolarização foi um dos setores mais afetados pela nova doença respiratória. O período da pandemia alterou sensivelmente a aprendizagem de milhões de estudantes ao redor do mundo.

Pouco se sabia como a pandemia evoluiria e quais os impactos teria sobre a vida das pessoas. Devido a gravidade da doença e a falta de vacinas, deu início a mobilização de vários setores na busca de alternativas para seu enfrentamento. Muitas ações foram empreendidas na tentativa de conter seu avanço ou mesmo em retardar sua disseminação. Para compreender melhor o avanço da COVID-19 Segue-se um breve histórico⁶⁹:

- Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.
- Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.
- Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional
- Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19. (OPAS, 2020)

O vírus da COVID-19 começou a circular pelo mundo em janeiro de 2020, e no Brasil o primeiro caso suspeito foi detectado em 22 de janeiro. A partir daí teve início o monitoramento de casos suspeitos., com acompanhamento pelas secretarias de saúde dos estados e da União. Ao longo do primeiro semestre de 2020, foram muitas resoluções e decretos que regulamentavam as atividades relativas à prestação de serviços de saúde, de educação e outros relativos aos desdobramentos da pandemia.

⁶⁹ Informações disponibilizadas pela Organização Pan Americana de saúde e Organização Mundial da Saúde. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

Também conhecida como SARS-coV-2 ou síndrome respiratória aguda grave do coronavírus. O enfrentamento à pandemia demandou muitas adaptações, no que se refere ao atendimento emergencial aos estudantes. Muitas dessas situações foram desencadeadas pela adoção das práticas de isolamento social, distanciamento e a adoção de quarentena⁷⁰, que passaram a fazer parte da rotina de aqueles que temiam pelas suas vidas e pelas vidas de seus contatos familiares e sociais. O vírus e as síndromes respiratórias desconhecidas que abalaram o mundo, impuseram novos modos de convivência. Apenas os serviços de atendimento à saúde formam tidos como essenciais em vários momentos da pandemia. A seguir é possível consultar algumas das medidas tomadas em relação ao enfrentamento da pandemia no estado do Paraná e no Brasil

Atos normativos sobre o enfrentamento ao Coronavírus Paraná /Brasil

Portaria n.º 188 (Ministério da Saúde - MS/GM)	03/02/2020	Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019- nCoV).
Lei Federal nº 13.979	06/02/2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Portaria n.º 356 (Ministério da Saúde - MS/GM)	11/03/2020	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Decreto Estadual n.º 4259 (DIOE 10648 de 18/03/2020)	18/03/2020	Institui o Comitê de Gestão de Crise para o COVID-19 no Estado do Paraná
Decreto Estadual n.º 4.315 (DIOE 10651 de 21/03/2020)	21/03/2020	Dispõe sobre a dispensa de licitação e procedimento para a modalidade pregão para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional

⁷⁰ Isolamento significa separação. Em medicina, o termo se refere principalmente a uma medida de separação de indivíduos acometidos por doenças infectocontagiosas de outros não infectados, com a finalidade de proteger os não infectados; a medida é frequentemente adotada em ambientes hospitalares. **“Distanciamento Social”** e tem por objetivo diminuir a interação e a proximidade entre pessoas numa comunidade onde alguns indivíduos infectados, mas ainda não identificados, podem transmitir a doença. **“Quarentena”**, portanto, significa a restrição do movimento de pessoas que se presume terem sido expostas ao agente causador de uma doença contagiosa, mas que não necessariamente estão doentes. Disponível em: http://www.uezo.rj.gov.br/mais_noticias/2020/04/covid-19-pandemia-quarentena-e-isolamento-social.html

		decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e adota outras providências
Decreto Estadual n.º 4.316 (DIOE 10651 de 21/03/2020)	21/03/2020	Dispõe sobre a manutenção do abastecimento e distribuição de produtos necessários e essenciais, inclusive merendas escolares, na rede pública de ensino em decorrência da pandemia da COVID-19, e adota outras providências.
Lei Estadual n.º 20.189 (D.O.E) 10677 DE 30/04/2020 (REPUBLICADO)	28/04/2020	Obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências

Figura 13-*Tabela parcial de dados obtidos junto administração.pr.gov.br

Em de março de 2020, o governador do Paraná assinou o Decreto nº 4.230/2020 no dia dezesseis (16) de março de 2020, que dispunha sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19. Era um sinal de alerta para o que vinha posteriormente. E nesse contexto, já no dia 17 março de 2020, através do Decreto 4258⁷¹, que alterou o art. 8º, do Decreto nº 4.230, de 2020 passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8.º As aulas em escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas com o Estado do Paraná, e em universidades públicas ficam suspensas a partir de 20 de março de 2020. Parágrafo único. O período de suspensão poderá ser compreendido como antecipação do recesso escolar de julho de 2020, a critério da autoridade superior dos Órgãos e Entidades relacionados no caput deste artigo.(PARANÁ, 2020)

Em abril de 2020, a SEED edita a Resolução nº 1.016 em 03/04/2020, suspendendo as aulas presenciais no estado do Paraná. Já no dia 06 de abril de 2020, começaram a funcionar sistemas que foram implantados através de ferramentas digitais que permitiriam o atendimento aos alunos da rede estadual de ensino, desconsiderando todas as especificidades de cada aluno, escola ou região do Estado. Este tipo de processo de ensino-aprendizagem foi denominado de Ensino Remoto

⁷¹ Publicado no [Diário Oficial nº. 10647](#) de 17 de Março de 2020.

http://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-

Emergencial⁷² (ERE). Que sofreu adaptações em cada modalidade de ensino, e que aqui será considerado como possibilidade de atender os estudantes do Ensino Médio da Educação Básica, que tem suas especificidades que serão tratadas mais adiante.

Uma das medidas sanitárias no combate à proliferação da Covid-19, foi a adoção do uso de máscaras, de início a recomendação era o uso de materiais descartáveis, mas em pouco tempo, e pela falta de tais insumos a sugestão foi utilizar máscaras caseiras de tecido. No de mês de abril o uso de máscaras começa a ser utilizada como medida de prevenção à covid-19, como lembra essa publicação da FIOCRUZ⁷³ em parceria com o Ministério da Saúde. A fim de registrar o uso das máscaras de proteção que acompanharam estudantes e professores tanto dentro quanto fora das salas de aulas, e por tanto tempo, segue-se algumas informações coletadas sobre o período mais intenso e preocupante da pandemia, quando ainda não existiam vacinas ou tratamentos específicos para controlar a disseminação do vírus.

Orientações sobre o uso de máscaras de proteção

Na última semana, o Ministério da Saúde divulgou novas orientações sobre o uso de máscaras para ajudar na prevenção contra o novo coronavírus: a utilização dos modelos de pano, que também funcionam como barreiras na propagação da doença. Desta forma, os equipamentos para proteção dos profissionais de saúde, que trabalham na assistência às pessoas doentes, ficam destinados a este fim. De acordo com o Ministério, desde o início da pandemia provocada pelo coronavírus, uma corrida mundial em busca de máscaras de proteção fez com que elas sumissem das prateleiras.

“Para proteger você e sua família, o Ministério da Saúde orienta a produção de modelo simples, de pano”, diz, em seu site. O Ministério lançou, ainda, uma campanha digital pela mobilização da população para fabricar as próprias máscaras de pano. Para ser eficiente como uma barreira física, a máscara caseira precisa seguir algumas especificações, como ter, pelo menos, duas camadas de pano, ou seja, dupla face; ser individual, ou seja, não pode ser dividida com ninguém; os materiais para confecção podem ser tecidos de algodão, tricoline, TNT ou outros, desde que cubram totalmente o nariz e a boca, sejam higienizados corretamente e que as máscaras estejam bem ajustadas ao rosto, sem deixar espaços nas laterais.

⁷² ERE- O Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi uma solução temporária, em caráter emergencial, para a oferta de atividades escolares, na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia de Covid-19. Estabelecida no estado do Paraná, de acordo com a resolução nº 1.522/2020 – GS/SEED e deliberação 01/2020 CEE/PR.

⁷³ Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição, vinculada ao Ministério da Saúde, que tem por finalidade desenvolver atividades voltadas para a área da saúde, educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. <https://portal.fiocruz.br> .

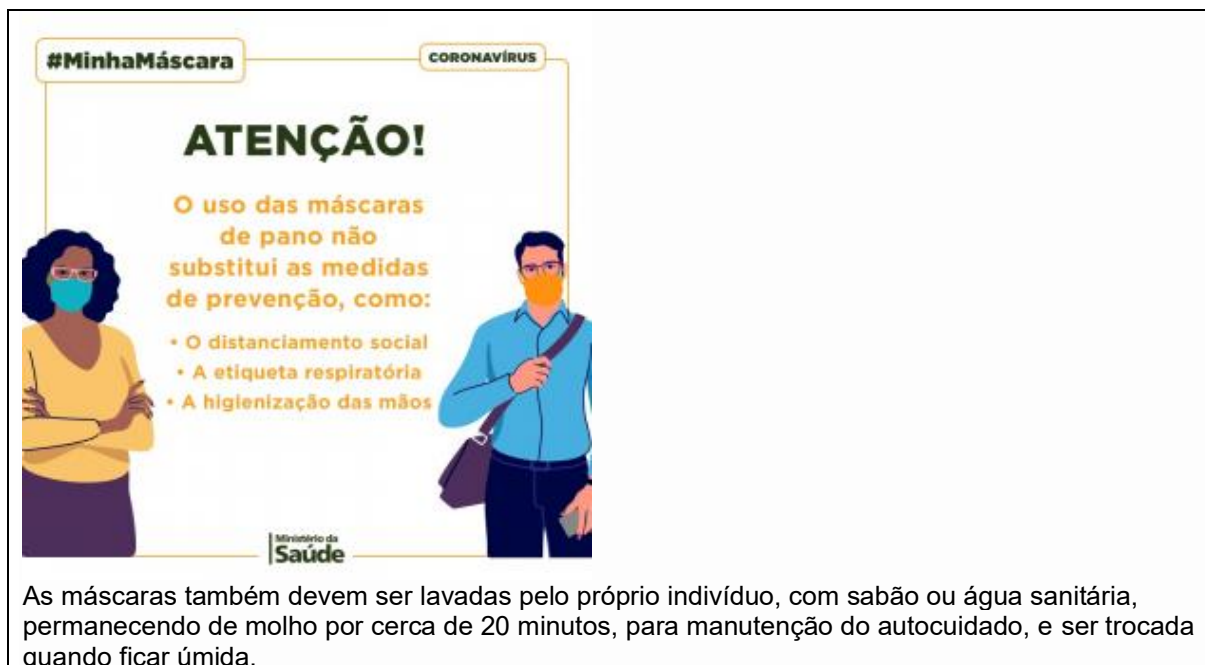


Figura 14 – Reprodução - Covid-19: Orientações sobre o uso de máscaras de proteção ,6 de abril de 2020 Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/covid-19-orientacoes-sobre-o-uso-de-mascaras-de-protecao/>

Em consulta a periódicos e informativos do período do início da pandemia, é possível verificar que em alguns estados o uso de máscaras foi realizado em períodos diferentes. No caso do estado do Paraná, porém, o uso de máscaras num primeiro momento não era obrigatório.

Estados e cidades onde o uso de máscaras é compulsório.

Covid-19: Brasil adota uso de máscaras como política de saúde pública.

O uso de máscaras de proteção facial já vinha sendo apontado como uma medida importante de proteção para evitar a infecção do novo coronavírus (covid-19). Com a ampliação da pandemia, essa atitude passou a ser tratada como políticas públicas de prefeituras e governos estaduais, com regras recomendando ou até mesmo obrigando a adoção deste recurso de prevenção contra a doença.

Saiba onde o uso de máscaras é obrigatório no Brasil



Figura 15 – Imagens de localidades em que o uso de máscaras é obrigatório⁷⁴.

Além do uso de máscaras foi recomendado a utilização de um produto chamado de álcool 70, é um desinfetante de média eficiência que contém álcool etílico e água (deionizada), ou seja, uma solução aquosa de álcool. Era um produto que logo desapareceu dos supermercados. Outro produto também começou a faltar: o álcool em gel, que havia sido desenvolvido a partir de 2009, durante surtos de gripe. Apesar de muitas propagandas sobre as aulas remotas o todo o investimento que isto demandou, as escolas careciam desse tipo de materiais que não foram repassados pela mantenedora, a saber a SEED.

Ao promover o isolamento social, e adoção de medidas de prevenção e cuidados de higiene, para conter a facilidade de transmissão e contágio da Covid-19, muitas atividades laborais passaram a ser realizadas através de trabalho remoto (home office) e teletrabalho como alternativas de manutenção de algumas atividades. Não houve tempo para um planejamento e preparo prévio para estes tipos de

⁷⁴ Imagem mostra estados e cidades onde o uso de máscaras é compulsório. - Agência Brasil <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/covid-19-brasil-adota-uso-de-mascaras-como-politica-de-saude-publica> . Publicado em 27/04/2020

trabalhos, de um modo geral o trabalho remoto exigiu adaptações e aquisições de habilidades que nem todos possuíam.

O sistema educacional mostrou-se como um dos mais afetados pela pandemia, principalmente pela proximidade dos estudantes em salas de aula, facilitando o contágio. A suspensão das aulas presenciais nos estavam de acordo com a Portaria nº 343/2020⁷⁵ e nº 345/2020⁷⁶ do Ministério da Educação (MEC). Ainda de acordo com a Portaria nº 345/2022 cada estado da Federação começou a organizar um sistema de ensino a distância para atender os alunos da educação básica.

A própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) aprovada em 1996, e retificada em 2017, regulamentava a oferta de Ensino a Distância, através do art. 80 da Lei nº 9.394/96, onde se encontra a possibilidade da oferta dessa modalidade de ensino. Dessa forma enfatiza que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Amparados pela lei e a fim de dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem, e sua validação, estabelece:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL.1996)

Desse modo, definindo a oferta a partir de recursos tecnológicos e ordenando sua estrutura, o estado do Paraná deu início ao atendimento aos estudantes por meio de interação não presencial. Através de um sistema que flexibilizou o processo didático-pedagógico entre os docentes e seus estudantes. A partir do dia seis (6) de abril, a Secretaria da Educação e do Esporte (SEED), optou por disponibilizar aulas

⁷⁵ Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. <https://www.in.gov.br>

⁷⁶ Fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino . <https://www.in.gov.br>

remotas e criar um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a interação entre os professores e os estudantes.

Logo depois teve início o processo de plataformização com a criação de salas de aulas virtuais com alunos e professores. O atendimento de quase 1 milhão de estudantes da rede pública paranaense passou a ser feito através de ambientes virtuais, especialmente da educação básica, no ensino fundamental II e no ensino médio. Desse modo, todas as escolas públicas de todos os municípios do estado do Paraná, tiveram praticamente o mesmo tipo de atendimento.

Para implementar o Ensino Remoto Emergencial, foi necessário que professores, equipes pedagógicas e os demais trabalhadores em educação aprendessem a utilizar as ferramentas digitais. Muitos professores não tinham conhecimentos acerca de utilização das plataformas, nem compreendia como funcionavam. Todas as informações eram encaminhadas para os professores através de grupos de recados das escolas, em áudios e vídeos encaminhados pelos chefes de Núcleos Regionais de Educação ou pelos diretores das escolas. Era uma sequência de recados sem fim, de dia, de noite, aos sábados, aos domingos, enfim o tempo todo. Informações desencontradas e dúbias, mais confundiam do que esclareciam os profissionais da educação, que eram notificados através de decretos e de resoluções sobre como conduzir ou não o trabalho.

Neste momento não há necessidade de relatar todas as determinações que se seguiram até a volta às aulas presenciais. Entre os meses de março a outubro de 2020, é possível consultar através do endereço eletrônico da APP- Sindicato⁷⁷ um compilado das leis, decretos, orientações, ofícios e regulamentos sobre o enfrentamento à pandemia. Também já existem uma série de trabalhos sobre o enfrentamento à pandemia em diferentes contextos. Mas para enfatizar a situação vivida por professores e funcionários das instituições de ensino público do estado, vale consultar ainda algumas determinações arbitrárias dirigidas aos professores.

De acordo com Guimarães (2021), uma das atribuições dos professores foi publicada através da resolução n.º 1.016/2020, publicada pela SEED em diário oficial no dia 8 de abril de 2020, são descritas no Art. 16 como atribuição do professor no ERE:

⁷⁷ APP- Associação de Professores do Paraná. Legislação durante a pandemia de Covid-19 (2020) https://appsindicato.org.br/legislacao_covid19. Acesso em 02/11/2022.

- I - fazer login no aplicativo “Aula Paraná”, conforme Anexo I;
 - II- respeitar a oferta diária das aulas para suas turmas, conforme Anexo I; III - participar efetivamente dos chats, estimulando a interação dos estudantes, promovendo a mediação da aprendizagem;
 - IV - complementar e fazer o enriquecimento pedagógico das aulas do aplicativo e do Google Classroom e Google Forms por meio de recursos didáticos (imagens, textos, gráficos, entre outros, observando a legislação que trata dos direitos autorais).
- Parágrafo único. No caso de o docente não acompanhar nenhuma das situações propostas pela mantenedora das aulas não presenciais e não executar a reposição durante o período do calendário escolar de 2020, este terá suas faltas computadas no RMF, as quais apenas serão retiradas quando da efetiva reposição, salvo se o professor estiver de atestado ou licença. (PARANÁ, 2020)

Foram dias de muita apreensão, todos atordoados com o avanço do contágio da Covid-19, projeções e dados sobre a proliferação do vírus que ainda não era totalmente conhecido. Mas, conforme as determinações legais, os professores foram coagidos a desempenharem suas funções, mesmo que de maneira improvisada e sem equipamentos necessários a essa modalidade de trabalho. O medo de serem penalizados num momento bastante tenso, acabou gerando muita insegurança entre os professores. Por outro lado a SEED, e o secretário de educação do estado do Paraná, alardeava que este sistema seria um sucesso.

Tudo feito às pressas, tudo propagandeado como soluções mágicas e inéditas, tudo disponibilizado por meio de conglomerados e redes de ensino conectadas. Com a criação do Aplicativo Aula Paraná⁷⁸ (disponível para celulares Android e IOS sem custo de dados móveis para os usuários), criado por empresas de tecnologias e a transmissão de aulas pela TV aberta e o *Youtube*, todo o sistema estadual de ensino parecia estar conectado. No início as transmissões das aulas eram gravadas por professores apenas da região de Curitiba, disponibilizadas e acessíveis através de computadores, celulares e TV.

Apenas depois de algum tempo é que os professores da rede pública estadual foram convidados a ministrar aulas remotas em estúdios ainda precários. Também houve a criação de material didático e atividades para serem disponibilizadas a todos os estudantes da rede estadual por meio de ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Com a criação das salas virtuais na plataforma virtual Google Classroom que é um

⁷⁸ - Aula Paraná – Aplicativo desenvolvido no período da pandemia de Covid-19, os estudantes da rede pública podiam assistir às aulas por meio de um aplicativo e em canais de TV vinculados à RIC, afiliada da Rede Record no Paraná.

sistema de gerenciamento de conteúdo para escolas que permite a criação, distribuição e avaliação de trabalhos, estava consolidado o sistema de contabilidade de dados tanto de professores quanto de estudantes. O acesso e o número de atividades realizados pelos estudantes eram registrados para serem transformados em presença e assim efetivar a contagem de frequência.

O aplicativo Aula Paraná era obrigatório para acessar as aulas remotas, pelos aparelhos celulares, o que nem todos os estudantes possuíam. Implantada de modo autoritário e imediatista a solução parecia mágica, mas logo começaram as dificuldades de participação na modalidade de ensino remoto.

As aulas remotas para os alunos das escolas públicas de educação básica, começaram a ser transmitidas no dia 6 de abril de 2020 em TV aberta, no *Youtube* e no Aplicativo Aula Paraná (disponível para celulares *Android* e *IOS* sem custo de dados móveis para os usuários). Essa nova realidade foi implantada de forma rápida e improvisada. Em apenas duas semanas após o decreto de suspensão das aulas presenciais, alguns professores da rede pública estadual foram convidados a ministrar essas aulas remotas em um estúdio improvisado (sem recursos profissionais de edição de imagem), elaborar material didático e atividades para serem disponibilizadas a todos os estudantes da rede estadual por meio de (AVA) ambiente virtual de aprendizagem (GUIMARÃES, 2021, p. 47).

Nesse período o trabalho docente foi completamente alterado e os professores precisaram aprender a dominar conhecimentos telemáticos, letramento digital, usar plataformas de ensino e tudo o que fosse necessário para cumprir as novas tarefas. E em muitos casos os professores foram obrigados a adquirir os aparelhos tecnológicos a fim de poderem trabalhar de acordo com o que foi estabelecido pela própria Secretaria de Educação do estado do Paraná. Vale ressaltar que não houve nenhum tipo de apoio por parte da SEED e nem de qualquer outro órgão do governo estadual para a aquisição de equipamentos necessários para o atendimento remoto aos estudantes.

As próprias escolas se mobilizaram e foram criados grupos de salas de aulas pelo aplicativo WhatsApp, para dar informações a alunos e professores sobre o funcionamento das atividades de ensino remoto. Ainda de acordo com Guimarães (2021), o ERE ofertado nesse período de pandemia de Covid-19, assemelha-se a EAD apenas no quesito tecnologia, mas difere por completo em sua metodologia de ensino, pois as aulas remotas são centradas na figura do professor transmissor de conteúdo com alunos receptores. Desse modo, as interações virtuais foram improvisadas,

consequentemente, as leituras, atividades e avaliações não utilizavam metodologias e ferramentas diversificadas, pois quem realizava as postagens das atividades com o nome dos professores eram os mecanismos disponibilizados pela SEED.

Para elucidar a situação das aulas gravadas e disponibilizadas pela SEED, é possível consultar como as entidades de defesa dos profissionais da educação do Paraná, por meio da APP Sindicato (Associação dos Professores do Paraná), que durante todo o ano letivo de 2020 e 2021 publicou em seu site informações referentes ao ensino remoto e as condições de trabalho de professores e o processo de aprendizagem de alunos no em diferentes situações.

Com a justificativa de que não tem dinheiro, o governo Ratinho Junior tem retirado direitos dos(as) professores(as) e funcionários de escola, mas, do dia para a noite, arrumou mais de R\$ 22 milhões para contratar, sem licitação, empresas privadas para implantar o projeto de ensino a distância na rede pública estadual, durante o período de isolamento social devido a Covid-19. O maior valor, R\$ 20,9 milhões, vai para as empresas de telefonia celular, contratadas para o uso de dados pelo aplicativo Aula Paraná. O segundo maior gasto, R\$ 900 mil, é com a TV Record. A emissora foi contratada para transmitir aulas através de canais abertos. Outro gasto, R\$ 300 mil, vai para a IP-TV LTDA, para a construção de uma “plataforma de streaming que dialogue com as operadoras de telefonia móvel”. (APP- SINDICATO, 2020)

Aos professores coube a tarefa de acompanhar as notícias diariamente através de mensagens, webconferencias ou tutoriais sobre o trabalho e a utilização das plataformas. Com o isolamento social demandou novas habilidades e atividades a serem desenvolvidas , tais como : capacitações on line, criar e responder formulários, fazer postagens nos murais das salas de aulas ou CLASSROOM⁷⁹ , preparar conteúdos e responder às duvidas dos estudantes que chegavam o dia todo e até a noite.

E ainda de acordo com Guimarães (2021) , os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná, cujas condições de trabalho estão inseridas num contexto de precarização e flexibilização, passaram a ter seus direitos, duramente conquistados, ainda mais atacados. Nesse contexto, a autora considera que a precarização da atividade docente tornou-se ainda mais evidente com a implantação

⁷⁹ O que é o Classroom - Google Classroom é um sistema de gerenciamento de conteúdo para escolas que procuram simplificar a criação, a distribuição e a avaliação de trabalhos. Ele é um recurso do Google Apps redirecionado à área de educação.
https://edu.google.com/intl/ALL_br/workspace-for-education/classroom/. Acesso em 26/10/2020

do ERE, levando os professores a responderem por exigências além da sua formação, resultando em um sentimento de desqualificação e de desvalorização profissional perante as novas condições de trabalho remoto impostas pelo governo do estado. Além disso, toda essa sobrecarga laboral tem causado estresse, esgotamento físico e mental na classe dos professores, manifestando um sentimento negativo de mal-estar, característico da síndrome de *burnout*⁸⁰, que é refletido no ambiente educacional sendo conhecido como mal-estar docente.

Apesar desta pesquisa situar-se no contexto da educação pública, os profissionais da educação privada também foram afetados pelas mudanças impostas pela pandemia e pelo distanciamento social. De um modo geral, todos os profissionais da educação, bem como de outras áreas, foram impactados pela pandemia da COVID-19. E necessitaram de adaptações para efetivar seu trabalho como docente.

Mas, segundo Guimarães (2020), diferentemente das escolas públicas que pouco utilizavam os sistemas de AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) as escolas privadas, de forma hegemônica, atendendo recomendação da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), optaram prontamente em substituir as aulas presenciais por virtuais, tendo como apoio o uso de diferentes ferramentas tecnológicas. Nas escolas privadas, o AVA já fazia parte da realidade de muitos estudantes, não como um substituto das aulas físicas, mas sim como uma forma de complemento ao processo de ensino e aprendizagem para viabilizar uma maior interação entre professores e alunos. Nesse sentido, as escolas privadas e seus alunos já estavam mais familiarizados com o ambiente virtual de aprendizagem. Ao passo que as aulas remotas em caráter emergencial foram inseridas rapidamente dentro de plataformas e aplicativos que já estavam em uso em grande parte das escolas privadas.

Para refletir sobre o período em que iniciou o surto da COVID-19 é necessário retomar alguns momentos elucidativos. No início da pandemia, nos meses de março, abril e maio, o desafio de compreender o que vinha pela frente fez que muitos

⁸⁰ Síndrome de Burnout – Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z>. Acesso em 26/10/2022

professores se questionassem sobre o papel da educação e da escola naquele momento ímpar em nossa recente história. Alguns professores deram início a uma forma de registrar os acontecimentos que estavam vivenciando, a fim de compreender os desdobramentos da suspensão das aulas e a indefinição do retorno presencial às escolas, e ao envolvimento presencial como os estudantes de várias etapas da educação, desde a educação infantil até aos níveis universitários.

É o caso de Oliveira (2020), ao relatar as experiências de professores e professoras da Educação Básica em Londrina- PR, e os desdobramentos que se fizeram necessários para o enfrentamento da pandemia. Os relatos fazem parte de uma coletânea produzida já no ano de 2020, tendo a professora Sandra Regina Ferreira de Oliveira como organizadora, e como o título de *Escolas em quarentena: o vírus que nos levou para casa*. Nesse caso, já nos levou a refletir sobre o que estaria por vir.

Diante da necessidade pujante, durante os meses de abril e maio, a sala de aula saiu da escola e se instalou dentro das casas. Em algumas localidades, esse processo se deu em menos de quinze dias; em outras, demorou um pouco mais. Agora, as escolas estão realocadas aos lares, mas temos um compromisso de, num futuro próximo, debruçar-nos sobre tudo o que foi feito, produzido, debatido e analisado com relação aos desdobramentos dessa medida. O material produzido e divulgado na internet sobre o assunto é riquíssimo e com variações infindáveis sobre as possibilidades e os limites do que vem sendo colocado em prática para a manutenção da educação escolar em meio à pandemia. (OLIVEIRA,2020 p.241)

Ao refletir sobre estes espaços e o papel da educação, da escola e dos lares sendo adaptados como novas salas de aula, também nos coloca frente ao desafio de analisar o papel da Internet que possibilitou em muitas situações essas adaptações, bem como as possibilidades de sua utilização como um meio em processos de aprendizagens. Por outro lado, também se evidencia a falta de acesso àqueles que deveriam ser considerados nas tomadas de decisão por parte das administrações, especialmente no âmbito federal e estadual.

2.1 – Como a escola em período Integral foi atendida na pandemia.

A proposta que se faz necessária é analisar o Ensino Médio em Tempo Integral e as perspectivas e vivências dos jovens estudantes que experienciaram o período da pandemia da Covid-19, e ao mesmo tempo, enfrentaram mudanças e adaptações no

que se refere ao atendimento escolar. Refletir sobre o período da pandemia da Covid-19, que ensejou uma série de situações nunca experienciadas entre os anos de 2020 até 2022. A suspensão das aulas presenciais ocorreu concomitantemente com as alterações das grades de disciplinas ofertadas entre os anos de 2019 até 2021.

O Colégio Estadual Jayme Canet, que a partir do ano de 2017, passou a ofertar o Ensino Médio em Tempo Integral, viu-se em meados de março de 2020, diante de um novo desafio: oportunizar o acesso ao Ensino Remoto em Tempo Integral. As dificuldades constatadas neste período também podem ser analisadas como parte da formação dos estudantes e relacionar quais foram os impactos da suspensão de atendimento presencial nas escolas e na vida dos estudantes.

Num mesmo período, os jovens estudantes do Colégio Estadual Jayme Canet tiveram que enfrentar dois desafios concomitantemente, uma mudança drástica na oferta dos conteúdos curriculares e uma pandemia que se instalava por todo o planeta. E, assim com o propósito de observar e registrar as situações que dizem respeito às condições de aprendizagem no contexto da pandemia, bem como a eminente Reforma do Ensino Médio, que está sendo implementada a todos os estudantes dessa faixa da educação básica, essa reflexão pode sugerir algumas considerações necessárias para pensar como o estudante adolescente viveu e experienciou esse momento único na História recente.

Por se tratar de uma escola pequena, o atendimento emergencial aos estudantes foi feito através de muitas adaptações que talvez numa escola maior tivesse outra disposição. No início da pandemia foram criados grupos de mensagens (WhatsApp) de salas de aulas com os alunos e professores, equipe pedagógica e direção e outros grupos de pais de alunos e direção do colégio para facilitar o contato entre a escola e a comunidade. Lembrando que o município é pequeno e que o número de estudantes no Ensino Médio Integral também é menor, se comparado às outras escolas do mesmo município.

As informações disponibilizadas através dos grupos de estudantes por meio de mensagens, ou de maneira presencial nas escolas, explicava sobre a instalação do aplicativo Aula Paraná. Para acessar as salas de aulas criadas e separadas por disciplinas, era necessário que os estudantes tivessem seu número de matrícula, o que causou uma grande confusão. A todo momento eram disponibilizados nos grupos

das salas de aulas, as informações sobre como saber o número de CGM⁸¹ (Cadastro Geral de Matrícula) ou como realizar as tarefas postadas nos ambientes de aprendizagem.

Por conta de suas especificidades, e características distintas, houve também o repasse e a distribuição de alimentos às famílias dos estudantes mais necessitados ou em situação de vulnerabilidade social. Alimentos estes que anteriormente eram destinados à merenda escolar, foram entregues modo sistematizado e organizado segundo as regras dispostas no Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Por meio do Decreto Estadual n.º 4316/2020, o Governador do Estado do Paraná, determina: Art. 1º. Determinar aos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional competentes o abastecimento, distribuição, logística e entrega dos alimentos perecíveis e não perecíveis da merenda escolar aos alunos em situação de vulnerabilidade, devidamente inscritos em programas de assistência social, durante o período de suspensão das atividades escolares decorrentes da pandemia da COVID-19. [...] Art. 4º. Caberá à Secretaria de Estado da Educação e Esporte – SEED a operação e coordenação da entrega dos alimentos, conforme disposto no caput do art. 1º deste Decreto. (PARANÁ,2020)

No caso do Colégio Estadual Jayme Canet, foram atendidas 17 famílias que estavam cadastradas no programa. Assim, os pais ou responsáveis pelo estudante recebiam uma espécie de cesta básica, quinzenalmente, também era o dia de pegar os materiais impressos para que os alunos que não tinham acesso a nenhum meio de interação com as plataformas de ensino continuassem os estudos em casa. Também vale ressaltar que no município muitas famílias receberam do Governo Federal um tipo de auxílio emergencial para custear parte das despesas, pelo fato de muitas pessoas perderem suas fontes de renda ou serem impedidos de trabalhar devido a ocorrência da pandemia. Posteriormente esse auxílio emergencial ficou conhecido como Auxílio Brasil.⁸²

⁸¹ Cadastro Geral de Matrícula ou CGM é a identidade do(a) aluno(a) no nosso sistema. Ele está informado em todos os documentos escolares oficiais do(a) aluno(a). Para obter o CGM do(a) aluno(a) basta: f) Acessar o Aplicativo Escola Paraná como responsável e clicar nas informações do aluno ou consultar o boletim. <http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br> . Acesso em 02/11/2022

⁸² Publicada no Diário Oficial da União, na edição extra de 2 de abril de 2020, a Lei 13.982, que trata do auxílio emergencial de R\$ 600,00 a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados que tenham sido atingidos pela medida de isolamento social.

No tocante ao uso das tecnologias disponibilizadas aos estudantes cabe lembrar que alguns estudantes desde o início do ano, e em anos anteriores, já faziam uso do laboratório de informática da escola, onde realizavam algumas atividades com os professores de determinadas disciplinas. Também alguns professores já utilizavam várias metodologias, como atividades complementares, para isso utilizavam o Google Classroom, em que os alunos acessavam com o e-mail particular e não o institucional. Num primeiro momento após a suspensão das aulas presenciais todos se mostraram apreensivos, mas acreditavam que a suspensão das aulas seria por pouco tempo. A cada semana que passava crescia o sentimento de ansiedade e muitas vezes de medo pelo que ainda estaria por vir.

Nos meios de comunicação as chamadas de veiculação de propagandas do governo estadual davam conta do seguinte discurso: Com o Aula Paraná, os estudantes e professores da Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED-PR) podem ter acesso gratuito a conteúdos digitais tais como: videoaulas, colaboração em vídeo, ambiente virtual de aprendizagem e material de apoio para estudos e atividades. As informações disponibilizadas através dos grupos de estudantes por meio de mensagens, ou de maneira presencial nas escolas, explicava sobre a instalação do aplicativo Aula Paraná, dessa forma:

O app está disponível para celulares que utilizam o sistema Android (na loja Google Play) e iOS (na App Store).

Para fazer login, o aluno deve colocar seu número do Cadastro Geral da Matrícula (CGM) no campo usuário

A senha é a data de nascimento do estudante, no formato DDMMAAAA

Os alunos que não se lembram de seus CGMs, devem acessar a Área do Aluno no site e escolher a opção recuperar CGM (PARANÁ,2020).

Os estudantes precisaram aprender a se relacionar com as tecnologias e ferramentas digitais, dentro do ambiente escolar, mas de suas casas, que passou a ser então adequada provisoriamente ao Ensino Remoto Emergencial. E assim foi o início do enfrentamento à diversidade de situações que a pandemia da Covid-19 ensejou. E assim, começaram a surgir as primeiras dificuldades registradas.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/governo-comeca-pagar-auxilio-emergencial-de-r-600-na-quinta-feira>

Uma delas foi com relação ao número de estudantes que não possuíam os recursos tecnológicos como smartphones, computadores e aparelho de tv que recebessem as aulas gravadas. Também começaram os questionamentos sobre as atividades que tinham que realizar para ficarem com presenças nas aulas. Mesmo que alguns estudantes já tivessem informações sobre como entrar e realizar as atividades propostas nas salas de aulas nos ambientes virtuais, a maioria não tinha, num primeiro momento, conhecimento de como funcionava o sistema.

Muitos professores gravaram tutoriais com explicações sobre como realizar, salvar e finalizar a atividade para efetivar sua participação. Em sua maioria eram questões de múltiplas escolha fora do contexto das aulas, padronizadas e de interpretações inexatas. Muitos estudantes relataram as dificuldades e diziam que não estavam aprendendo nada com as aulas remotas, nem mesmo com as atividades que eram disponibilizadas. A cada semana que passava crescia o sentimento de ansiedade e muitas vezes de medo pelo que ainda estaria por vir.

Através dos grupos de mensagem das salas os estudantes também relatavam sobre a angústia do isolamento, da falta da interação pessoal com os colegas da sala, da escola, dos professores e funcionários etc. Também havia muitos desentendimentos nos grupos, mensagens mal interpretadas, brincadeiras de mau gosto, aparecia de tudo. Algumas interações eram até engraçadas, outras nem tanto. Eram memes, vídeos, áudios, montagens, figurinhas criadas pelos estudantes ou compartilhadas a exaustão. E é claro uma enxurrada de Fake News⁸³, ou notícias falsas sobre a doença.

Um dos maiores desafios da época atual, talvez seja como minimizar os efeitos da desinformação sobre diversos assuntos, que levam a formação de ideias desconexas e até errôneas sobre temas que envolvem a saúde pública e tantos outros temas relevantes. Sobre esse tipo de disseminação de desinformações pode-se observar muitos estudos e propostas para diminuir as chamadas fake News. Segundo Mario Sérgio Vasconcelos, no livro organizado por Bernard Charlot denominado: Por uma Educação Democrática e Humanizadora, as chamadas Fake News disseminam

⁸³ Fake News ou notícias manipuladas com a intenção de confundir o leitor. Fake News, Desinformação e Infodemia. Qual a diferença? – O termo desinformação é comumente utilizado para se referir a tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas.” UNESCO – 2018. <https://www.blogs.unicamp.br>. Acesso em 02/11/2022.

informações assustadoras e falsas sobre diversos conteúdos, incentivando preconceito, ódio e violência.

Este tipo de informação rapidamente dissemina sentimento de revolta e as consequências são muitas. Incentiva preconceitos, o ódio, a violência e implica em prejuízos morais, econômicos, institucionais e políticos. Mais grave ainda, conforme estamos assistindo no cenário de pandemia da Covid 19 no Brasil, veicula notícias assustadoras e falsas sobre vacinas e ações preventivas e, em consequência, provoca a morte de milhares de pessoas. A constatada irresponsabilidade de ações, gestos e discursos de governantes, principalmente do atual presidente da nação, eleito fazendo uso de fake news e que abdica do conhecimento científico e de orientações sanitárias seguras, levaram o país a presenciar, até o momento, a banalização e morte de quase seiscentos mil pessoas. Estamos testemunhando diariamente o poder de intencionais “hackers” genocidas. Trata-se da maior catástrofe humana e ética já vista no Brasil desde a escravidão (CHARLOT, 2021, p.77)

Sem dúvida nenhuma um dos maiores desafios da atualidade é combater a disseminação de Fake News, que muitas vezes tem por objetivo confundir e desinformar a população através de notícias que mesclam conteúdos verdadeiros, ou usam dados verdadeiros, com dados falsos ou confusos. Todos os meios de comunicação podem servir como condutores de Fake News, mas especialmente as redes sociais têm servido como as maiores disseminadoras desse tipo de notícias sobre diversos temas de política à saúde pública.

2.2 – O atendimento remoto e os desafios enfrentados.

Os professores e funcionários do colégio não foram dispensados de suas atividades, deslocando-se até o local de trabalho em busca de encaminhamentos. No dia 20 de março da mesma semana de suspensão das aulas é que os docentes foram informados da suspensão das atividades por duas semanas. Num ato inédito a SEED decretou férias aos alunos e professores por um período de 15 dias. No início eram férias e houve até a edição de um novo calendário escolar. Entre os dias 20 de março e 4 de abril foi registrado como antecipação do recesso escolar. Como consta em anexo e consulta à página de gestão escolar da SEED.

Logo após a suspensão das aulas presenciais em meados de março de 2020, e depois de um período de duas (2) semanas de recesso escolar, período em que houve a implantação de plataformas e a criação de salas de aulas virtuais com a

inserção de professores, equipe pedagógica e os estudantes, inicia-se o ERE (Ensino Remoto Emergencial). A princípio, a interação entre os professores e estudantes era através de postagens realizadas em uma área das salas virtuais de aprendizagem chamadas de mural. Nele eram realizadas cotidianamente uma espécie de mensagem aos estudantes que acessavam a sala de aula virtual por meio de celulares, computadores ou notebooks.

O início do mês de abril foi o período da assistir a *lives* ou tutoriais para compreender como funcionavam as salas de aulas virtuais, ou Classroom, como realizar as postagens aos alunos, a tirar dúvidas através de grupos de WhatsApp de como prosseguir o trabalho docente através desses mecanismos. Em todo o estado do Paraná, os professores recebiam orientações parecidas. Segundo Guimarães (2021), o professor também precisa fazer postagens no mural do Google Classroom, no dia das suas aulas, para contabilizar sua presença. Cada postagem precisa conter no mínimo 44 caracteres e um conteúdo da disciplina e/ou) uma mensagem de incentivo para estudantes.

Cada vez que um aluno interagiu, respondendo a postagem do mural ou enviando uma mensagem particular com alguma dúvida sobre o conteúdo, o professor recebia uma notificação no aplicativo. Logo após a notificação, era necessário identificar o aluno, localizar sua turma para só então responder sua mensagem. As mensagens chegavam assim que os alunos interagiam ou realizavam alguma atividade. Mesmo sendo tudo registrado, dia, hora e tempo de interação, o trabalho docente não acabava nunca. Os estudantes realizavam as atividades no tempo deles, e aos professores cabia acompanhar a devolutiva do estudante, e isso ocorria muitas vezes fora do horário de trabalho docente.

A ansiedade de professores e estudantes só aumentava. Em meados de maio de 2020, com o auxílio de tutoriais e trocas de informações com algumas pessoas sobre interatividade, começaram a descobrir algumas ferramentas atreladas às plataformas Google, que hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na internet, que muitos não conhecia, nem tinham domínio. Mas, por certa curiosidade, angústia e a frustração com a situação desencadeada pela pandemia, fez com que buscasse um novo tipo de interatividade com os estudantes.

Foi o caso de reunir os alunos através da plataforma denominada de Google Meet. As primeiras reuniões foram de certa forma emocionantes, não se falavam das aulas,

nem de conteúdos, mas o fato de se conectarem e ter contato, mesmo que indireto com os colegas. Essa descoberta permitiu o contato com os estudantes e suas aflições, que através das reuniões via Google Meet, puderam expor suas experiências pessoais e familiares. Relatavam como eram os dias de modo geral, e a falta que sentiam de irem à escola. Aprendemos juntos a utilizar os recursos disponibilizados para o atendimento remoto emergencial, cada nova descoberta era compartilhada nos grupos de WhatsApp dos professores e dos estudantes.

Cada qual teve suas próprias vivências e percepções daqueles meses de isolamento social. Porém as semelhanças e diferenças da pandemia foram percebidas de modos distintos. Por se tratar de uma pequena cidade de interior, um carro de som anunciava as medidas de contenção da transmissão do vírus, bem como os cuidados a serem tomados. Em algumas situações os informes eram pedidos para que a população não saísse de casa. Era como um cenário de filmes com catástrofes que estaríamos prestes a presenciar.

Depois de algum tempo esses dispositivos começaram a ser utilizados em maior ou menor grau. E o que era para ser apenas mais uma forma de interação e possibilitar um contato, mesmo que à distância, acabou por tornar-se ao final de alguns meses obrigatório. Essas atividades de interatividade também ficavam registradas e ao serem compartilhadas deram início à contagem de conexões e até foram regulamentadas. Como num sistema de metas a serem cumpridas as cobranças começaram a serem feitas.

Toda uma estrutura estava atrelada ao uso das tecnologias disponibilizadas para o atendimento emergencial de forma remota, e o controle sobre as atividades docentes cada vez foi sendo mais aprimorada. Num momento de pandemia, de medo, de incertezas e de tantos desafios a serem enfrentados cabe lembrar que muitas ferramentas digitais foram utilizadas para gerir e contabilizar tudo o que se fazia virtualmente, era a nova organização do trabalho docente.

Dessa forma a utilização de uma ferramenta conhecida como POWER BI⁸⁴, que registra todas as interações realizadas nas plataformas disponibilizadas aos

84 -Um aplicativo de desktop do Windows chamado Power BI Desktop. Um serviço SaaS (software como serviço). O Power BI é uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas. Os dados podem estar em uma planilha do Excel ou em uma coleção

professores e estudantes foi implantada. Desse modo era possível a consulta de desempenho por escola, por professores e estudantes. A instituição de um modelo de frequência denominado de Power BI, tornou-se instrumento de coação e controle de todas as atividades desenvolvidas pelos educadores. A contabilização de presença dos professores estava atrelada às suas postagens diárias seguindo um horário definido por cada escola. Caso a postagem não fosse realizada no dia de sua aula, o professor podia ter o dia de trabalho descontado em sua folha de pagamento.

No mês de maio, muitas escolas chegaram a informar que estariam abertas para manutenção das atividades escolares e que disponibilizariam os computadores da escola para execução do seu trabalho remoto caso fosse necessário, conforme resolução 1733/20 GS/SEED⁸⁵. Foram retirados então alguns artigos que constavam na resolução que pode ser consultada:

§ 4.º Mediante necessidade da comunidade escolar, se solicitado com antecedência, os diretores poderão convocar os servidores na função de agente educacional II, em regime de escala, desde que respeitando o contido no §1.º do art. 1.º da Resolução n.º 891 – GS/SEED, de 2020, as diretrizes de segurança da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e da Organização Mundial da Saúde – OMS, para abrir o laboratório de informática para alunos ou professores que não disponham de televisão e acesso à rede de dados em telefone 3G ou 4G para a operação das aulas não presenciais (PARANÁ, 2020)

§ 6.º Na impossibilidade de realização de teletrabalho por parte do professor pedagogo e professor para manter o acompanhamento dos Livros de Registro de Classe On-line – RCO, a busca ativa de alunos e a adaptação curricular das matrizes diferenciadas, para adequação de conteúdo e atividades, quando necessário, os diretores poderão convocá-los, em regime de escala, desde que respeitado o contido no §1.º do art. 1.º da Resolução n.º 891 – GS/SEED, de 2020, as diretrizes de segurança da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e da Organização Mundial da Saúde – OMS (PARANÁ, 2020).

§ 9.º Para o atendimento das aulas não presenciais, os professores atuarão em regime de teletrabalho nos termos da Resolução n.º 1.522 – GS/SEED, de 2020.

Essas resoluções tinham por finalidade regulamentar a abrangência do sistema de aulas não presenciais, bem como regulamentava a definição de aula remota, aula em

de data Warehouse híbridos locais ou baseados na nuvem. Disponível em: <https://learn.microsoft.com>. Acesso em 22/10/2022

⁸⁵ RESOLUÇÃO N.º 1733/2020 – GS/SEED Súmula: Altera e acresce dispositivos à Resolução n.º 891 – GS/SEED, de 2020. Convocação de servidores durante a pandemia da COVID-19 e que preveem medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID19. https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/edu/resolucao_n1733_2020_gs_seed.pdf Disponível para consulta. Em 22/09/2022

tempo real e frequência de professores. Ainda informava que os professores que não dispunham de acesso à internet ou outros equipamentos para a realização do trabalho docente, deveriam ir até a escola, a fim de realizar as postagens obrigatórias no mural de suas turmas e o respectivo registro no LRCO. Instituíam ainda um regime de escala para não haver aglomerações e, conseqüentemente o contágio pelo vírus. Aqueles que não pudessem comparecer ao local de trabalho deveriam justificar e preencher um formulário eletrônico através da Divisão de Perícia Médica via e-protocolo.

Então os meses se passaram, o primeiro trimestre foi encerrado em 29 de maio de 2020, e registrado no LRCO (Livro de Registro de Classe Online). As presenças eram computadas pela realização de atividades realizadas no aplicativo Aula Paraná, as notas foram lançadas usando o mesmo critério. No início de segundo semestre, período compreendido entre 01/06/2020 a 11/09/2020, houve poucas mudanças. Mas no final de agosto, teve início uma série de intervenções e uma pressão da mantenedora, a SEED, para a utilização do Google Meet para a interação com os estudantes.

Já no dia 2 de julho de 2020, sem expectativas de vacinas ou tratamentos eficazes contra a covid-19, foi instituído o “Comitê Volta às Aulas”, através do Decreto nº 4960, vinculado à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, com o objetivo de elaborar e implementar um plano de ação com todos os protocolos necessários para o retorno às aulas presenciais pós-pandemia no âmbito do Estado do Paraná.

O Governo do estado do Paraná chegou a anunciar que as aulas voltariam em setembro, o que não aconteceu devido à alta de casos de Covid-19. Também em setembro de 2020, a SEED publicou uma resolução que alterava a forma pela qual o professor devia interagir com os estudantes. Era a obrigação de professores(as) da rede pública estadual a ministrarem aulas on-line em tempo real de acordo com os horários estipulados pelas escolas. Em 24 de setembro, a assinatura da resolução nº 3.817/2020 pelo Secretário da Educação, orientava as intervenções online. O Art. 4.º Ficam alterados os incisos I, II e III do art. 16 da Resolução n.º 1.522 – GS/SEED, de 2020, que passaram a vigorar com a seguinte redação:

I – realizar aula on-line em tempo real com os estudantes, com duração mínima de 15 minutos por aula, por disciplina, obrigatoriamente, uma vez por semana, com a presença de, no mínimo, 1 (um) estudante, observando o estabelecido no inciso II do §1.º do art. 3.º; (NR) a) Não havendo presença mínima de um estudante na aula on-line em tempo real, o professor deve comunicar ao diretor a ausência dos estudantes e utilizar como segunda

opção a interação no mural da turma no Google Classroom, após login, de acordo com o cronograma diário do Livro de Registro de Classe On-line – LRCO. (NR)

II – participar efetivamente dos chats e aulas on-line em tempo real, estimulando a interação dos estudantes e promovendo a mediação da aprendizagem; (NR)

III – complementar e fazer o enriquecimento pedagógico das aulas por meio de aula on-line em tempo real e de recursos didáticos (imagens, textos, gráficos, vídeos, entre outros), observando a legislação que trata dos direitos autorais; (PARANÁ, 2020)

Desse período em diante foram reuniões semanais, em que poucos estudantes podiam participar, mas que ficou muito explícito o que os estudantes sentiam e o que pensavam sobre a pandemia. Relatos dolorosos sobre os medos que sentiam, sobre os familiares que contraíram o vírus, sobre as condutas de algumas pessoas e entidades diante da pandemia, de muita desinformação e da quantidade de notícias falsas sobre formas de tratamento ou prevenção da Covid-19.

No mês de outubro, do mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação aprovou a Deliberação nº 05/2020, pela qual instituía as normas para o retorno de aulas presenciais no estado do Paraná a partir de 19 de outubro daquele ano, especialmente em regiões com baixa incidência de Covid-19, seria um projeto-piloto a ser estendido em todas as regiões do estado. Tudo isso ocorreu sem sequer tivesse início a liberação de vacinas, que só ocorreria em fins de dezembro de 2020. Nesse período o número de casos só aumentava.

Em novembro de 2020, uma das pedagogas da escola veio a falecer vitimada pela Covid-19. Momentos de tristeza e reflexões acerca do sentido da vida e do trabalho como professor numa época em que éramos cobrados incessantemente para cumprir as metas estabelecidas pela SEED, sem compaixão ou tempo de gerir nosso luto. Um luto que aliás era coletivo, pois tornou-se comum ouvir pelas ruas da pequena cidade, anúncios em carros de som que informava o nome da pessoa falecida, o parente que anunciava e muitas vezes acrescentavam: “conhecido por fulano/a de tal”. Dava mais angústia, por se tratar muitas vezes de uma pessoa conhecida por todos. E continuavam os informes: “por motivo de covid não haverá velório”.

Sensação de desalento, medo geral. Fiscalização nas casas das pessoas passou a ser frequente. As denúncias de festas clandestinas tomaram conta do repertório de meios de comunicação. Os meios de comunicação e mídias em geral registravam acontecimentos do meio local, regional, nacional e todo o planeta. O contágio, as internações, tratamentos esdrúxulos ou ineficazes, e mesmo o número

de mortes diárias, passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. O aumento do número de casos, passou a ser divulgados em tempo recorde. Os boletins das secretarias de saúde de municípios e do estado apresentavam uma grande quantidade de novos casos diariamente, bem como o aumento do número de mortes.

Para finalizar o ano letivo de 2020, convém lembrar que aos estudantes estavam obrigados pelo Ofício Circular nº 083/2020, este regulamentava que hipótese alguma, seriam dispensados de realizar as atividades (on-line ou impressas), para assegurar o cumprimento de, no mínimo, 800 horas de efetivo trabalho escolar para validação de suas frequências, bem como previa os encaminhamentos para o encerramento e validação do ano letivo de 2020. Dessa forma, o fechamento de notas e faltas de alunos ocorreu, bem como o programa de recuperação determinado pela SEED, denominado de Se Liga⁸⁶, a fim de oportunizar a recuperação de muitos estudantes que não haviam realizado as atividades durante todo o tempo. De acordo com as resoluções disponibilizadas pela SEED, o Programa se liga tem por objetivo a retomada de conteúdos essenciais para estudantes em situação de defasagem escolar.

Assim, muitos estudantes da Educação de Tempo Integral e do noturno que não haviam realizado nenhum tipo de interação, tanto via meios digitais quanto em relação aos materiais impressos e retirados no colégio, puderam concluir o ano letivo. Ao examinar parte da legislação que vigorou no ano de 2020, no que se refere ao enfrentamento à pandemia, cabe ressaltar o clima de patrulha e de fiscalização permanente do trabalho docente que teve início antes da pandemia e que se intensificou durante o período e até a atualidade. O trabalho docente foi acompanhado de perda de autonomia, de liberdade de cátedra e vigilância constante.

No final do ano letivo, em dezembro tive Covid, permanecendo em isolamento por 10 (dez) dias, os sintomas foram intensos, mas não houve complicações. Um cansaço imenso tomou conta, mas contraditoriamente, por força da situação e de fechamento do LRCO, tive que continuar trabalhando até o encerramento completo do ano letivo. Muitas preocupações com a doença e ainda ter que cumprir as

⁸⁶ O Se Liga! é uma ação de intensificação de aprendizagem voltada para a recuperação da aprendizagem. Cada escola tem autonomia para designar o professor que será alocado para as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas. A Seed acompanha a frequência e a evolução de resultado dos alunos participantes. Ocorrido em 30 de novembro até 18 de dezembro de 2020. <https://www.educacao.pr.gov.br/Programa-Se-Liga>

obrigações laborais. O ano letivo de 2021 traria ainda muitos desafios. A partir deste período, as determinações sobre o retorno de aulas presenciais também ficaram sob a responsabilidade de prefeituras, que muitas vezes tiveram que recorrer a Decretos Municipais para regulamentar a suspensão de aulas, pois eram responsáveis também pela oferta de transporte escolar.

Através do Decreto Municipal nº 047/2021, de 26 de janeiro de 2021, que dispunha sobre a suspensão de aulas presenciais no município de Bela Vista do Paraíso até a data de 28/02/2021. Desse modo as aulas presenciais só retornaram no Município de Bela Vista do Paraíso de modo presencial em 16 de agosto de 2021, nas escolas municipais e estaduais. As escolas particulares deram início ao ensino presencial e híbrido em maio de 2021.

Já no início do ano de 2021, as aulas foram distribuídas por videochamada, mas a semana pedagógica foi feita de modo presencial. No período do preparo de volta às aulas, tivemos professores e funcionários que foram infectados com o Covid-19, em decorrência da obrigatoriedade de a semana ser iniciada presencialmente. Neste período, houve casos muito graves de pessoas próximas aos professores e funcionários, que passaram por situações muito difíceis e com risco de morte.

Desde o início do ano letivo de 2021 alguns professores iam até o colégio para poderem realizar as chamadas de vídeo com os alunos, ou mais popularmente realizar Meet, especialmente aqueles que tinham muitos problemas com a cesso a internet ou tinham muito medo de não computar a aula pelo sistema de Power BI.

Já os professores que optaram por continuar realizando as aulas de suas casas, foram obrigados pela direção do colégio a assinarem um termo de responsabilidade, com o objetivo de se responsabilizarem por qualquer problema que houvesse em relação à quedas de energia ou falha de conexão com a Internet. Tudo isso gerou muito constrangimento aos docentes, que passaram a ser monitorados em suas casas. Todo esse processo acabou por gerar muitos problemas psicológicos e danos à saúde mental dos docentes.

Muitos professores relataram que um dos problemas enfrentados foi o fato de algumas resoluções da SEED, determinarem que os estudantes acompanhassem as aulas on line com as câmeras de celulares, tablets ou computadores abertos. Num primeiro momento para que houvesse interação com os alunos, mas que depois havia

um programa com reconhecimento facial⁸⁷ dos estudantes e dos professores. Utilizou esse mecanismo de forma experimental, mas exigia seu cumprimento, e ainda utilizou a tecnologia como mecanismo de propagandear as soluções mágicas em plena pandemia.

Em 11 de agosto de 2020, Dia do Estudante, a lembrança foi a de monitorar e constranger aqueles que nem sempre podiam mostrar a intimidade de seus lares, seus familiares que dividiam os mesmos espaços durante as aulas. Outro detalhe era o fato de que muitos equipamentos, especialmente computadores, eram ultrapassados e não dispunham de câmeras. Mesmo assim, o governo afirmava em suas redes sociais que com o uso intenso de tecnologia, o Paraná se tornou referência em modernidade na educação. Em todos os períodos de uso obrigatório de meios de interação via Google Meet, seja com estudantes, equipe pedagógica, ou diretiva houve excessos de exposição de imagens e situações constrangedoras que não poderiam ser comentadas, mas que ocorreram com frequência.

Em meados fevereiro, março e abril e maio de 2021, aumentaram muito o número de vítimas fatais atingidos pela pandemia. Num dado momento, a prefeitura do município chegou a decretar o fechamento do comércio, bem como atividades em academias, ou qualquer outro estabelecimento onde houvesse risco de contágio. Essas medidas ficaram conhecidas como Lockdown⁸⁸ como parte do enfrentamento ao coronavírus, pois os sistemas de saúde não davam conta de atender tantas pessoas ao mesmo tempo. O sistema de saúde que já era deficiente ficou sobrecarregado. Muitas campanhas de conscientização feitas por médicos e profissionais de saúde foram vinculadas nas mídias locais.

⁸⁷ Segundo a SEED-PR: *“Reconhecimento facial – Outro projeto em andamento na Secretaria para os próximos anos será o uso de um software de reconhecimento facial para a chamada. A iniciativa, além de facilitar a rotina do professor em sala de aula, vai auxiliar no combate à evasão escolar. A tecnologia de reconhecimento facial, que ainda está em fase de estudos e desenvolvimento, também poderá ser aplicada na modernização de diversos sistemas e processos existentes, como Matrícula On-line por meio de aplicativo, Controles de Acessos e muito mais.”*

<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Com-uso-intenso-da-tecnologia-Parana-se-tornou-referencia-em-modernidade-na-Educacao> Acesso em 04/10/2022

⁸⁸ Lockdown RECOMENDA. ATO Nº 036, DE 11 DE MAIO DE 2020. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos.

De acordo com a recomendação, os supermercados e comércio em geral não podiam atender, só farmácias podiam abrir. As pessoas eram orientadas a ficar em casa através de carros de som, que aumentava o clima de temor e insegurança. Os burburinhos, as conversas e vários outros meios de comunicação passavam a integrar pessoas e desinformações a respeito da pandemia. Até o período mais crítico por aqui em abril e maio de 2021, eram até 3 pessoas por dia sepultadas vitimadas pela pandemia.

A vacinação no município teve início em janeiro de 2021, mas só algumas pessoas podiam ser vacinadas, por idade, por serem agentes de saúde e profissionais em serviço de risco. Outros impasses sobre o calendário de vacinação, a demora da imunização, os argumentos anti vacinas e até aqueles que apoiavam um tal de tratamento precoce com medicamentos que nunca tiveram comprovados sua eficácia, mas que foram consumidos via orientação médica ou não.

2.3- Currículo funcionando – o currículo adaptado.

A fim de melhor compreender todo o processo de mudanças na organização das novas grades e matrizes curriculares, é necessário lembrar que a BNCC a partir de 2017, muitas vezes é utilizada como se fosse o currículo e não uma referência que necessita de adequações e adaptações. Nesse sentido a BNCC, ou seja, a Base Nacional Comum Curricular, estabeleceria os objetivos que se espera alcançar nos processos educacionais, já o currículo define como os objetivos poderão ser alcançados.

Assim parece que os Projetos Políticos Pedagógicos, ou PPPs, elaborado por cada escola, seriam obsoletos e não cumpriria mais a função de elaborar normas e organizar as atividades atendendo as diretrizes educacionais. Seria sistematização de atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo, organizando rotinas espaços e materiais a serem utilizados na escola. Um dos motivos para que seja sempre reestruturado ou realimentado sempre que surgem novas condições. O currículo pode ser adaptado às circunstâncias. Dessa forma para compreender o funcionamento das atividades educativas durante a pandemia é necessário rever alguns fatos.

Num primeiro momento, no início de abril de 2020, quando teve início a implantação das plataformas de ensino e a criação dos Classroom pela SEED, não havia ainda uma adaptação curricular aparente. O que se percebeu foi uma

sistematização de conteúdos feita de maneira rápida e apressada por técnicos da própria secretaria de educação. Um fato a ser observado foi o distanciamento da realidade educacional de estudantes de todo o estado, para quem eram confeccionados os materiais, para que tipo de aluno, em que foram baseadas as atividades que todos deveriam realizar? Alguns apontamentos sobre o fato de a plataforma criada não permitir uma interação instantânea entre os professores e estudantes.

Para atender a demanda e disponibilizar recursos didáticos que promovessem a mínima interação entre os estudantes e corpo docente durante a pandemia, foi necessário criar mecanismos possíveis para viabilizar possíveis aprendizagens. Depois de muitas reclamações, principalmente dos pais dos estudantes que não conseguiam acompanhar e nem tinham meios de adquirirem os aparelhos de notebooks, smartphones, tablets ou computadores que possibilitassem o acesso às plataformas tão rapidamente disponibilizadas para efetivar o processo de ensino aprendizagem tão propalado pela gestão estadual de educação, as escolas começaram a disponibilizar materiais impressos para os alunos que não tinham acesso aos meios digitais. No início tudo foi muito confuso.

A sistematização das atividades desenvolvidas de acordo com as aulas remotas não era compatível com a impressão de materiais utilizados. Dessa maneira, os professores do colégio produziam os materiais, enviava por e-mail e a escola imprimia e entregava aos estudantes que moravam em sítios, fazendas ou localidades aonde a Internet não chegava ou o aluno não dispunha de meios para acompanhar as aulas. Toda semana os professores precisavam ir à escola retirar as atividades para serem corrigidas e devolvidas aos estudantes.

O trabalho docente estava pautado em realizar postagens de atividades e explicações de como realizar. Em relação ao acesso e a resolução das atividades que foi ofertado aos estudantes, é comparado a sistemas de controle, onde os dados do aluno ficavam registrados e seu desempenho nas atividades também. Cabe lembrar que os professores e pedagogos nem sempre tinham acesso a esses dados, ficando difícil acompanhar todas as atividades realizadas e corrigidas pelo sistema adotado. Outro fato a ser registrado foi a oferta das chamadas trilhas de aprendizagem, com os conteúdos resumidos e que podiam ser formatadas para impressão, posteriormente

entregue aos estudantes sem acesso ao sistema de atendimento escolhido pela Secretaria de Educação do estado.

A percepção de que muitos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem também ficaram desestimulados a estudar nas condições que nos foram apresentadas. Já para os alunos que realizavam as atividades de maneira impressa ficaram muitas vezes distantes do processo de aprendizagem efetiva. Mesmo aqueles que assistiam as aulas pela televisão não as compreendiam, pois não era possível fazer perguntas ou qualquer outro tipo de interação com os profissionais que apresentavam os conteúdos programados pela SEED. Notou-se que as programações eram as mesmas para todos os estudantes do estado, a padronização desconsiderou as dificuldades, bem como não houve adaptações para o caso das escolas do campo, as escolas indígenas ou mesmo as escolas em tempo integral.

Várias questões podem ainda ser colocadas, esclarecidas e debatidas, mas o fato é que naquele momento da pandemia não houve consulta aos educadores, aos especialistas em educação ou qualquer outro tipo de consulta à comunidade escolar, coube apenas aceitar as imposições postas a serviço de um sistema baseado em índices mesmo em uma pandemia que atingia a todos. Ao observar como ocorreu o atendimento aos estudantes matriculados no Ensino Médio em Tempo Integral, durante o início e os períodos mais críticos da pandemia, pode-se observar que a forma que as orientações sobre a condução do trabalho pedagógico, foi realizado de acordo com as determinações legais da SEED.

Um dos pontos a serem destacados foi o papel fiscalizador dos Núcleos Regionais de Educação – os NRE's, através da Tutoria Pedagógica⁸⁹. Esse programa foi criado em 2019, e acabou se tornando um elemento de vigilância e pressão por parte da gestão estadual da educação no Paraná e acabou por pautar o trabalho de educadores de todo o estado. Nesse sentido, todas as adaptações ou adequações de atividades devia passar primeiro pelos tutores. As necessidades individuais, o que

⁸⁹ Tutoria Pedagógica -Programa criado pelo governo do estado do Paraná criado em 2019, a fim de transformar a educação paranaense por meio do acompanhamento pedagógico das equipes gestoras, realizando a formação continuada em serviço e fortalecendo a gestão escolar com foco na melhoria da aprendizagem, redução do abandono e reprovação.

https://www.educacao.pr.gov.br/tutoria_pedagogica

era necessário que o estudante aprendesse parece não ter sido a prioridade para a política educacional do estado do Paraná.

As chamadas tutorias já haviam sido implantadas desde o ano de 2019, sendo bastante criticada, especialmente pela APP-Sindicato que em seu entendimento destroem significativamente a autonomia pedagógica das escolas e não melhoram as condições de trabalho docente na rede pública paranaense. política educacional de natureza neoliberal em vigor atualmente no Estado do Paraná., causando insegurança, apreensão e insatisfação no cotidiano escolar. Já em maio de 2019, conforme observa-se em matéria da própria entidade: APP-Sindicato cobre respostas da SEED sobre condições de trabalho nas escolas

Durante a reunião, direção do sindicato cobrou pautas da categoria 29 de maio de 2019:

Tutoria Pedagógica- Sendo um modelo que desrespeita a autonomia do(a) professor(a) e das escolas, este projeto foi criticado pela direção da APP-Sindicato. O secretário reafirmou que o programa busca aproximar os Núcleos Regionais das escolas, com o intuito de reforçar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Também destacou que não há nenhuma orientação de fiscalização ou de intervenção na sala de aula. Contrária ao modelo fiscalizador, a direção do sindicato destacou que é preocupante o desrespeito que está proposta leva as escolas. **Controle de frequência e RCO-** Na última semana, a APP-Sindicato foi procurada por diversas escolas, que denunciaram critérios irregulares em auditorias sobre matrículas de estudantes. Na compreensão do sindicato essa auditoria está cometendo irregularidades podendo causar distorções nos resultados do ano escolar. Já na questão do Registro de Classe Online, a direção informou que há relatos de professores(as) e pedagogas(os) realizando trabalho em horário de descanso, além de utilizar equipamentos próprios para executar a demanda. A ampliação da jornada dos(as) pedagogos(as) também estão deixando a categoria mais adoecida. (APP- SINDICATO, 2019)

Antes da pandemia já se percebia um sistema de controle, através das tutorias e outros mecanismos que evidenciavam não de reforço da qualidade do processo de ensino aprendizagem que preconizava a SEED, mas uma espécie de fiscalização e intervenção nas escolas estaduais. Com o advento da pandemia, as denúncias de irregularidades e abusos aumentaram e a insanidade submetida em nome de uma suposta eficiência da gestão governamental. A vida do estudante, principalmente, a sua saúde mental e dos educadores não foi pensada. O que importa era e é oferecer todo o aparato midiático e tentar todo custo normalizar a situação.

Diferentemente das adequações no currículo escolar, o que se viu foi uma centralização de todas as atividades com pouca autonomia por parte dos docentes e das equipes pedagógicas. A partir do início do ano letivo de 2021, várias

determinações acabaram obrigando os professores a realizarem as chamadas de vídeo (ou Meet), em horário de aula, com duração de no mínimo de 40 minutos. Exaustivo para os professores e para os alunos que tinham os meios para acompanhar as aulas síncronas.

Enquanto as aulas on line foram adequadas e disciplinadas pela SEED que utilizou de vários mecanismos para determinar o trabalho de educadores, as orientações e determinações ocorriam o tempo todo, de forma constante e, mesmo que o contexto fosse de crise sanitária e social, era como se tivéssemos sido programados a aceitar todas as imposições. Sem sombra de dúvidas o período poderia ser chamado de controle remoto e não ensino remoto. As orientações eram para que houvesse reuniões por Google Meet, um alinhamento com todos os professores, equipe pedagógica e gestores, fora do período de trabalho.

Essa exigência teve início ainda em 2020, e a partir de 2021, passou a fazer parte da rotina de professores do colégio e em todo o estado, o que contribuiu para evidenciar a exaustão de muitos professores (as). Uma organização inicial no ano letivo de 2021 previa que as escolas de Ensino em Tempo Integral, deviam atender aos estudantes através de chamadas de vídeo de acordo com o horário escolar, totalizando 9 aulas diárias. Isso mostrou-se inviável, já que os estudantes não acompanhavam as aulas, mesmo aqueles que tinham os meios, não conseguiam ficar tanto tempo em frente às telas de celulares ou computadores.

Em meados de maio de 2021 parte das aulas on line eram realizadas pela manhã e no período da tarde os professores tinham que ficar o tempo todo 40 minutos com o *Meet* aberto na expectativa de algum aluno o procurar para tirar dúvida. Conforme imagem mostra, foi adequado um horário para os alunos participarem das aulas. Mas os professores ficavam à disposição em todo seu horário de trabalho. Nos horários em verde o professor podia ficar sem alunos, mas on line, no vermelho eram aulas e em azul eram os horários de aula de outras escolas. No caso também lecionava a disciplina de História, no Colégio Cívico Militar Presidente Vargas, no distrito de Santa Margarida e ainda Sociologia em um colégio particular, totalizando 46 aulas semanais.

Horário de aulas

MANHÃ	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
7:30 – 8:20	1B - EO	HA	3B - EO	1B - EO	3B - EO
8:20 – 9:10	1A - S	HA	2A - S	1B - EO	3A - S
9:10 – 10:00	1B - EO	1A - PV	3B - EO	2B - S	HA
10:20 – 11:10	-	1B - S	HA	-	3B - EO
11:10 – 12:00	-	2A - PV	3B - S	-	HA
TARDE	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13:00 – 13:50	HA	-	HA	-	-
13:50 – 14:40	1A - PV	-	1B - EO	-	-
15:00 – 15:50	3B - EO	-	1B - EO	-	-
15:50 – 16:40	2A - PV	-	3B - EO	-	-

Figura 16 – Material da autora, 2021

Assim nós professores trabalhávamos o tempo todo em frente às telas e cumprindo diferentes determinações em cada escola. Mesmo que os/as estudantes não estivessem on line, ou seja, não compareciam aos meets. Imaginem todos esses arranjos em uma escola em Tempo Integral com 9 aulas diárias, totalizando ao estudante 45 aulas semanais e os professores com uma carga horária de 40 horas ou mais, em alguns casos. Mal-estar, cansaço e dores de cabeça intensas marcaram este período com longas exposições às telas de computadores e smartphones adaptados ao dia a dia.

2.4 – O ensino da Sociologia como componente escolar na pandemia e na reforma do ensino médio 2021

Analisar o papel da Sociologia na escola é voltar a discussão sobre seu papel como disciplina escolar, como forma ou possibilidade de análise crítica à modernidade, como compreender a mobilidade social e global, como se manifestam as epidemias, ou sobre a globalização e as desigualdades sociais, por exemplo. Como a sociologia pode explicar e refletir sobre tantos temas em tantos contextos? Então podemos dizer que ela incomoda, traz à tona uma possibilidade de questionar a realidade construída. Ela incomoda sempre aqueles que tentam periodicamente reformar o ensino no Brasil, numa tentativa de modernizar, mas retrocedendo sempre. De tempos em tempos, através de resoluções, de decretos, de imposições a Sociologia deixa de fazer parte dos conteúdos escolares, ou a colocam num plano secundário.

A luta para consolidar sua oferta vem desde o século XIX, então podemos dizer que esta luta ainda continua até hoje, e ainda necessitamos que se lute. Nos últimos anos, especialmente a pós a Reforma do Ensino Médio em 2017, a luta para manter

sua existência nas escolas tem sido um desafio. Mesmo com a obrigatoriedade de ofertar todas as disciplinas escolares, sua oferta aqui no Paraná ficou reduzida a 1(uma) aula por semana a partir de 2020, e a partir de 2023 será ofertada apenas na 2ªsérie do Ensino Médio.

Cabe destacar que já em fins do ano de 2019, houve mudanças na oferta da Educação em Tempo Integral no Paraná. Esta seria a fase de transição que instaurou novas práticas pedagógicas ligadas à reformulação presidida pela SEED e em parceria com institutos privados, que tanto defendem uma pretensa qualidade da educação. E no final do ano de 2020 foi imposto, através de um decreto, a Instrução Normativa 11/2020, do governo estadual com o objetivo reestruturar as Matrizes Curriculares. Desse modo, a partir do ano letivo de 2021, através de um decreto, reduziu-se de duas (2) para apenas uma (1) semanal o ensino das disciplinas de Arte, Sociologia e Filosofia e, além disso, ainda introduziu aulas de Educação Financeira⁹⁰ a todos os alunos do ensino médio do estado do Paraná.

No caso das escolas de Ensino em Tempo Integral, as alterações só foram compreendidas no início do ano letivo de 2020, que trouxe como consequência a diminuição da carga horária, das disciplinas de Sociologia e Filosofia. No início do ano muitas foram as dificuldades enfrentadas na atribuição de aulas e locais de trabalho dos docentes dessas áreas. A redução de aulas de sociologia que passou a contemplar apenas uma (1) aula semanal, desencadeou um processo de ansiedade e frustrações em relação às mudanças em andamento.

Em meio a pandemia a gestão do governo estadual e a SEED, mudavam os rumos da educação básica e diminuía a aulas de Sociologia do ensino médio. Os professores que até 2020 tinham uma carga horária de 15 aulas semanais e mais 5 horas atividades, perfazendo o total semanal de 20 horas, atendendo em média 7 ou 8 turmas, passou a ser responsável por atender 15 turmas. Já os professores que com 40 aulas semanais passaram a atender 30 turmas, impossibilitando em grande medida o bom desempenho das aulas. Além é claro, de impedir o conhecimento mais

⁹⁰ Educação Financeira surgiu com um acordo entre a SEED e o Banco Central do Brasil. Acordo de cooperação técnica nº 202000002, com a finalidade de efetivação do Programa Aprender Valor. Financiado com recurso do Fundo de defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/acordos_docs/ACT_ASSINADO_PR.pdf. Acesso em 26/08/2022

aprofundado dos alunos em relação à sua própria realidade social, aos problemas sociais e ainda dificultando seu aprendizado sobre temas da contemporaneidade.

É nesse contexto de mudanças e reformas que se colocaram no cenário da educação brasileira que teve início o desafio de ensinar sociologia durante a pandemia. Foi necessário descobrir caminhos para o ensino da sociologia, que pautada pela mediação das plataformas de ensino e ferramentas digitais que se instituíram para o ensino remoto, se tornaram um desafio. Repensar a educação, os tempos e lugares e o próprio papel da sociologia como possibilidade de entender uma nova realidade que se instituíram para o ensino remoto e atendimento aos alunos do Colégio Estadual Jayme Canet.

Mesmo com metodologias diferenciadas não dá para desenvolver os conteúdos que antes eram trabalhados em 2 (duas) aulas na semana, isso impede as discussões, fragmenta os temas a serem trabalhados, dificulta o conhecimento e a relação estudante/professor. Mesmo com jogos, análise de charges, de música e pequenos vídeos, textos e indicações de materiais para estudo, que forma utilizados nas aulas remotas, tudo isso não dá conta de suprir essa falta de tempo de aula. Sequer de conhecer as realidades distintas que faz parte das vivências dos estudantes, impossibilitando de desenvolver a criticidade, como pode ser observado na pesquisa realizada como os estudantes sobre o ensino de sociologia, que se encontra no quarto capítulo.

A escola, como espaço de socialização, tem sofrido mudanças significativas ao longo dos tempos, a sala de aula já não é a mesma. A denominada pandemia do Novo Coronavírus, a Covid-19, alterou drasticamente muitos setores da sociedade, entre eles destaca-se a processo ensino aprendizagem e seus dilemas, limites e possibilidades. Diante do cenário que se colocou como alternativa de atendimento aos estudantes das escolas públicas do estado do Paraná, vale destacar a implantação sistemática de plataformas de ensino e a oferta de materiais com atividades impressas aos alunos, que não dispunham dos meios para acompanhar as aulas remotas e não tinham/tem acesso às tecnologias e ferramentas digitais.

Para avaliar e atribuir notas aos estudantes foi necessário que a somatória de todas essas atividades assíncronas contabilizaria uma nota e um número proporcional de presenças que precisavam ser registradas posteriormente no LRCO. Como bem lembrou GUIMARÃES (2021), para exemplificar a dimensão desse trabalho

burocrático, um professor de sociologia que trabalha 40 horas semanais e atende 15 turmas, com aproximadamente 40 alunos em cada uma, teria que realizar em média 600 correções e, posterior registro, de todas essas atividades semanais. Desde a nova organização de conteúdos, o planejamento anual da disciplina, até mesmo como avaliar o aluno no processo de aprendizagem, passaram a fazer parte do cotidiano de trabalho e novas rotinas escolares. Dentre tantos desafios o ensino de sociologia perdura ainda como uma espécie de resistência.

Cabe lembrar que no Novo Ensino Médio, aprovado em 2017, as disciplinas curriculares deram lugar aos itinerários formativos. Que ao contrário do discurso de que havia muitas disciplinas, ao todo eram 13, no ensino médio em tempo integral podem chegar até 21 disciplinas sem lastro científico. Essas mudanças de denominações desconfiguram a construção do conhecimento científico. Um dos pontos a serem debatidos é que o Ensino Médio regular contava com muitas disciplinas, o que podia torná-lo obsoleto, pois tinha muitas matérias ou disciplinas, mas é sabido que nesta nova configuração denominada de “Novo Ensino Médio” ou NEM, os itinerários formativos não foram agrupados, mas sim, constituem em muitas outras áreas de saberes que se descaracterizam como conteúdos científicos. Dois exemplos são o Projeto de Vida e a Educação Financeira, sem bases científicas e organizados desde as premissas de um empreendedorismo com toques de autoajuda aos moldes das redes sociais da Internet.

Uma das discussões sobre os impactos da Reforma do Ensino Médio, realizadas por Barbara Machala (2017), em um artigo denominado “A reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino da sociologia” expõe o percurso da disciplina de sociologia ao longo dos tempos passando por avanços e retrocessos, ao mesmo tempo que levantam questões que ainda não foram claramente explicitadas, e demonstram as fragilidades da Reforma do Ensino Médio:

A análise da MP 746/2016 e da Lei 13.415/2017 sob o prisma de seu impacto no ensino da Sociologia possibilitou a observação de consequências negativas em relação ao ensino médio de forma geral. Primeiramente, o instrumento escolhido – medida provisória – pelo governo para promover a reforma da educação desconsiderou pesquisas e propostas realizadas por profissionais da educação sobre a matéria e foi majoritariamente desaprovado pela sociedade por abreviar os ritos democráticos. Em segundo lugar, as propagandas veiculadas pela mídia apresentaram informações falsas aos telespectadores, na medida em que: (1) propunham a possibilidade de participação popular através de discussões que não foram viabilizadas na prática e (2) promoveram o pensamento de que os estudantes escolherão o

itinerário formativo que quiserem, quando, através de análise dos documentos que embasam a Reforma, descobriu-se que são os sistemas de ensino que escolherão os itinerários que fornecerão aos estudantes (MACHALA, 2017, p.24)

Já Rogéria Martins reitera, em seu artigo “Modalidades diferenciadas de ensino médio e ensino de sociologia: uma questão de reconhecimento ou redistribuição?”, que o acesso dos estudantes ao ensino Médio deve-se a um conjunto de fatores, dentre eles, uma legislação em vigor que garantisse a possibilidade da oferta do ensino médio nas mais diferentes modalidades que se explicitam a seguir:

A educação brasileira está pautada por diferenciados instrumentos legais que normatizam sua ação na garantia e ampliação de direitos sociais. Além de preceitos legais como a Constituição Federal e sua Emenda Constitucional n. 59/2009, há a legislação específica 9.394/96, e, dentre outras leis e documentos, o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNEB/2013 (Brasil, 2013), que projetam seu corpus institucional intencional de objetivos determinados na oferta do ensino. (MARTINS e FRAGA, 2015 p.268)

Neste mesmo artigo existem várias discussões realizadas em torno da oferta do Ensino Médio como parte de um processo de redistribuição de direitos e as várias considerações sobre o papel da sociologia na educação básica, vinculada a ampliação dos direitos sociais. Para os autores Martins e Fraga (2015), o papel da sociologia, enquanto disciplina escolar ou sua prática educativa, deveriam fomentar as discussões pela garantia de direitos e a consolidação de princípios fundamentais na defesa dos direitos humanos. Também analisam a metodologia de ensino e suas particularidades, bem como seu conteúdo programático que possibilitaria reforçar a institucionalização de direitos, entre eles o direito a educação básica como conquista da sociedade brasileira, o que se pode notar na passagem seguinte:

No que tange à educação básica, ela compreende a finalidade universal de desenvolvimento dos alunos, buscando, sobretudo, assegurar formação orientada para o exercício da cidadania e a inserção no complexo e dinâmico mundo do trabalho. Essa compreensão nos permite refletir sobre uma significativa dimensão na qual a educação formal se expressa e se manifesta, considerando o caldo cultural que ela recepciona, na prática educativa formal, na educação escolar – as modalidades diferenciadas de ensino. (MARTINS e FRAGA, 2015, p.269)

Mesmo que seus estudos não detalhem especificamente o Ensino Médio em Tempo Integral, levanta a perspectiva de discuti-lo como parte de uma proposta para esta modalidade de ensino, que já vinha sendo discutida há anos como possibilidade

de uma educação diferenciada para certos setores da sociedade no contexto da afirmação de direitos e busca de justiça social:

As modalidades diferenciadas referem-se às formas distintas que a estrutura e a organização do ensino seguirão para se adequarem às necessidades e às disponibilidades que garantam condições de acesso e permanência na escola, sobretudo para grupos sociais que demandam a cobertura de uma especificidade metodológica na oferta da educação escolar. (MARTINS e FRAGA, 2015 p.276)

Dentre as mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos cabe lembrar também, que a partir da política educacional do Governo Federal em 2016, o lançamento de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), criado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016. O Programa tinha por objetivo apoiar os sistemas de ensino público dos estados e do Distrito Federal a oferecer a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante. Ainda de acordo com esta portaria, O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), transferiria recursos financeiros para apoiar a implantação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral pelas SEE (Secretarias Estaduais de Educação).

2.5- As mudanças e permanências nas grades curriculares (2021/2022).

Desde que tomaram conhecimento da Instrução Normativa 11/2020, muitos professores destas disciplinas ficaram apreensivos sobre seus efeitos. Através da atuação de um grupo de professores organizados através do Coletivo Humanidades⁹¹, ainda no mês de dezembro de 2020, deram início a uma série de reuniões para tentar barrar essas alterações que impactaria não só a formação dos estudantes, como colocaria em risco a própria profissão de docentes das disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia. Segundo informações constante no site da APP- Sindicato, já em janeiro de 2021, antes do início do ano letivo, representantes das entidades de pesquisa e político-organizativas que defendem a manutenção da carga horária atual das

⁹¹ O Coletivo Humanidades, é formado por professores de sociologia, filosofia e arte da rede estadual de ensino que já em 2015, lutava pela educação paranaense. E em 2020, iniciava um movimento de revogação Instrução Normativa 011/2020. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/coletivo-de-humanidades-entrega-ao-nre-abaixo-assinado-pela-manutencao-das-disciplinas-de-sociologia-filosofia-e-artes/>. Acesso em 14/11/2022

disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes na grade curricular do Ensino Médio, estiveram no Núcleo Regional de Educação (NRE) de Curitiba para entrega o documento solicitando a revogação da Instrução Normativa 011/2020. (APP,2021).

O Coletivo Humanidades, formou-se primeiramente através de um grupo de professores que das áreas de Filosofia e Sociologia que travava batalhas contra o desmonte da educação paranaense desde a greve dos professores em 2015. O grupo de início, representava as ações referentes ao trabalho docente e às notícias sobre a educação paranaense, dele participam professores de diferentes regiões do estado. Até a presente data, o grupo é ativo e trocam mensagens por meio do aplicativo WhatsApp. Também tem um programa semanal aos sábados, na Rádio Cultura AM (Amplitude Modulada) de Curitiba 930 KHZ, em que realiza o programa com diálogos, crítica, política e resistência, a realidade em pauta, e o futuro da educação no Paraná. Apresenta-se como um dos principais movimentos de resistência contra os desmandos do governo estadual e vem tentando conscientizar a comunidade escolar sobre os efeitos das políticas devastadoras do governo de Ratinho Junior do PSD.

Segundo informações do próprio Coletivo Humanidades, através de suas redes sociais, mantém uma conta no Instagram: @coletivohumanidades, no Facebook: <https://www.facebook.com/coletivohumanidades>), além de professores e professoras da rede básica estadual, temos em nossa composição alunos e alunas do ensino médio, estudantes de graduação, funcionários e funcionárias de escolas, professores e professoras universitárias. O coletivo está aberto a toda pessoa que se interessar em defender uma educação pública e de qualidade no Estado do Paraná, acreditamos que esta deve ser discutida e construída no chão da escola e não decidida de forma autocrática pelos secretários e/ou governadores em atuação. Desde então, vem travando lutas desde a publicação desse documento e exige da SEED mais transparência, diálogo e respeito por parte da pasta comandada por Renato Feder.

Em muitos estados as grades curriculares do Novo Ensino Médio (NEM) só estão ocorrendo no ano de 2022, como é o caso do Paraná e Santa Catarina. Porém, segundo o acompanhamento do Movimento Todos pela Base⁹², saíram na frente na implantação da Reforma o Distrito Federal e o Acre, em 2019 e o Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, que desde 2020 deram início aos projetos de

⁹² Movimento Todos pela Base- Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio,

escolas-pilotos que incorporaram as mudanças. Desse modo, essas redes e as Secretarias de Estados da Educação, deram início à experiência que ampliaram a carga horária anual e incluíram a oferta de Projeto de Vida e Eletivas. Já os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Sergipe iniciaram as mudanças em 2021 e no caso do Rio de Janeiro as mudanças ocorrem em 2023.

Com a implementação do Novo Ensino Médio, as escolas tiveram que adaptar os horários das aulas pois anteriormente eram 25 aulas semanais e a nova matriz curricular apresenta 30 aulas semanais. Nas escolas regulares de Ensino Médio que atendem no período matutino foi acrescentado uma aula a mais e oferecem atualmente 6 aulas no período. Já no ensino médio noturno também são 30 aulas e as aulas podem ser ofertadas ao sábado, mas o/a estudante não precisa comparecer.

Outro ponto é a nova organização curricular que retira a Sociologia da 1ª série e só oferta na 2ª série, assim como a disciplina de Filosofia só é ofertada na 1ª série, com duas (2) aulas semanais. Já no final de primeira série, o estudante já tem que optar pelos itinerários formativos que cursará nas séries seguintes. Assim, o Ensino Médio em Tempo Integral, conta com aulas de Mentoria, Espanhol, Práticas Experimentais, Pós-Médio, e duas Disciplinas Eletivas. Além disso, os alunos têm agora duas aulas semanais de Educação Financeira durante os três anos. Vejamos como ficaram as aulas ofertadas aos estudantes:

Composição curricular adotada pela SEED em 2021

Obs.: Os Cursos com demanda especial/manual não estão computados.
Curso: Ensino Médio - Turno: Integral - Ano de Implantação: 2021-Simultânea

Disciplina	1o.	2o.	3o.
Carga Horária Total	49	49	49
Arte	2	2	2
Biologia	3	3	3
Educação Física	2	2	2
Filosofia	1	1	1
Física	3	3	3
Geografia	2	2	2
História	2	2	2
Língua Portuguesa	6	6	6
Matemática	5	5	5
Química	3	3	3
Sociologia	1	1	1
Disciplinas Eletivas	2	2	2
Estudo Orientado	6	6	6
Educação Financeira	1	1	1
L E M-inglês	2	2	2
L E M-espanhol	4	4	4
Práticas Experimentais	2	2	2
Preparação Pós-médio			2
Projeto De Vida	2	2	

Fonte: SAE
Data: 04/10/2022 11:06:11

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9.394/96.
*** Opcional para o aluno e computada na carga horária da matriz curricular.**

Figura 17. *Quadro construído de acordo com as informações consultadas na página: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas> em 04 /10/022.

Composição curricular adotada pela SEED em 2022

Curso: Novo Ensino Médio-integral - Turno: Integral - Ano de Implantação: 2022- Simultânea

bs.: Os com Cursos demanda

Disciplina	Composição Curricular	1o.	2o.	3o.
		Carga Horária Total	45	
Arte	Não Definido	2		
Educação Física	Não Definido	2		
Língua Inglesa	Não Definido	2		
Língua Portuguesa	Não Definido	3		
Filosofia	Não Definido	2		
Geografia	Não Definido	2		
História	Não Definido	2		
Matemática	Não Definido	3		
Física	Não Definido	2		
Química	Não Definido	2		
Biologia	Não Definido	2		
Componente Curricular Eletivo	Não Definido	2		
Componente Curric. Eletivo I	Não Definido	2		
Educação Financeira	Não Definido	2		
Estudo Orientado	Não Definido	4		
Língua Espanhola	Não Definido	2		
Mentoria	Não Definido	2		
Práticas Experimentais	Não Definido	2		
Preparação Pós-médio	Não Definido	1		
Projeto De Vida	Não Definido	2		
Pensamento Computacional	Não Definido	2		

especial/manual não estão computados.

Fonte: SAE
Data: 04/10/2022 10:56:18

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9.394/96.
* Opcional para o aluno e computada na carga horária da matriz curricular.

Figura 18 - *Quadro construído de acordo com as informações consultadas na página: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas> em 04 /10/022

A disciplina eletiva, seria a única que o estudante poderia realmente escolher, mas na escola em que se realizou esta pesquisa/observação/participação, os/as estudantes nem sempre escolhem, foi o que ocorreu nos anos de 2022 e 2023 em que a gestão acabou por escolher e implantar uma espécie de laboratório de testes com a introdução de uma eletiva, que na prática os/as estudantes já tinham como obrigatória, mas que nem todos a escolheriam, como aprofundar-se sobre programação por exemplo.

No caso a disciplina eletiva é a Robótica, que adicionada ao Pensamento Computacional, na visão idealizada dos Institutos de Educação (ICE), poderão formar um novo tipo de trabalhador que supere os desafios do século XXI, ou seja, que seja criativo para sobreviver no mundo mais dinâmico e sem empregos formais. Empreendedores de si mesmos. Dessa forma os estudantes matriculados têm até 21 (vinte e uma) disciplinas e na organização anterior havia 12 (doze) disciplinas. Também não se sabe como cada escola vai poder ofertar esses itinerários, bem como a possibilidade de os estudantes optarem por cursos técnicos juntamente como o Novo Ensino Médio.

De acordo com as novas orientações e organizações de matrizes curriculares, é possível ainda diferenciar a composição curricular como a oferta da Formação Geral Básica (FGB), organizada a partir do Currículo para o Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná, nele estão previstos também as competências e habilidades previstas na BNCC. Outra parte são os Itinerários Formativos, descritos como:

Os Itinerários Formativos são: Um conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade (BRASIL, 2018b)

Ainda conforme a Portaria nº 1.4323, de 28 de dezembro de 2018 (no fim do governo de Michel Temer), estabeleceu-se os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos, as unidades curriculares forma organizadas em torno de um ou mais eixos estruturantes a saber:

- I - Investigação Científica;
- II – Processos Criativos;
- III - Mediação e Intervenção Sociocultural;
- IV - Empreendedorismo.

Assim, as ementas apresentam quadros organizadores com objetivos de aprendizagem, bem como progressão na construção dos saberes, os objetos do conhecimento e conteúdo a serem trabalhados a fim de mobilizar o desenvolvimento das habilidades previstas. A finalidade seria a organização do trabalho docente nessa nova organização pedagógica e curricular do Ensino Médio no Paraná. Ao final da 1ª série os/as estudantes escolheriam quais seriam os Itinerários Formativos que desejassem realizar, mas não deixa claro como será a oferta e sua disponibilização⁹³.

⁹³ A implantação dos Itinerários Formativos está sendo realizada em 2023, quando já encerramos a pesquisa.

3 – OS JOVENS ESTUDANTES DO COLÉGIO JAYME CANET

Neste capítulo, serão apresentadas as especificidades dos/das jovens estudantes e da escola em que se dá o desenvolvimento desse estudo. Expondo suas características, períodos históricos e suas vinculações com as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Questiona-se o fato de os estudantes, de ontem e hoje, optarem por ali estudarem e finalizar uma etapa da educação escolar. Ainda dentro de uma perspectiva interpretativa é possível pensar e refletir sobre os/as estudantes seus saberes, e suas expectativas, forjados ou construídos nesse estabelecimento de ensino. As expectativas em relação à vida e os desafios de conviver e aprender numa sociedade em constante mudanças, bem como a imersão na pedagogia da “escola da escolha”, que foi apropriada pelos ICE’s e ganham visibilidade.

Desde o início deste trabalho/dissertação e participação/ observação, tenho procurado descrever e conhecer melhor os/as estudantes do Colégio Estadual Jayme Canet, onde atuo como professora desde o início dos anos de 2000. Como o foco aqui serão os/as estudantes que concluíram seus estudos até o ano de 2021, essa produção acadêmica visa descrever o processo de formação dos mesmos entre o ano de 2019, 2020 e 2021.

No início do ano de 2019, chegavam ao colégio um grupo de estudantes que haviam escolhido terminar essa fase dos estudos numa escola de Tempo Integral. Eram como tantos outros jovens sonhadores, com perspectivas de concluírem o ensino médio e depois quem sabe ingressarem em cursos superiores, ou iniciar uma profissão, trabalharem ou mesmo sem muitas ideias prontas para o futuro, seguir suas próprias vidas.

Os motivos que levaram estes/estas estudantes a escolherem o colégio para concluir o Ensino Médio foram os mais diversos possíveis, desde a proximidade com suas moradias e de acordo com o georreferenciamento⁹⁴., até pela tradição, visto que

⁹⁴ Georreferenciamento – Para melhorar a qualidade de vida e rendimento escolar, foi criado o Sistema de Georreferenciamento no Paraná. O sistema da Secretaria de Estado da Educação consiste em encaminhar os alunos da rede pública à escola estadual mais próxima de sua residência. Através deste sistema, que distribui e remaneja os alunos conforme a disponibilidade de vagas, a matrícula dos alunos da rede pública de ensino do estado está garantida na escola mais próxima de sua residência. No ato da matrícula, o estabelecimento de ensino deve registrar o código de identificação da Copel no cadastro do estudante no sistema do SERE. Caso a fatura da Copel não esteja no nome do responsável pela criança, deve ser utilizado outro comprovante, como fatura de telefone ou correspondência bancária e comercial.

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>

Acesso em 04/10/2022

o colégio tem um longo histórico em ofertar a etapa final do processo de escolarização da educação básica. E outros ainda por causa das famílias que viam o colégio como uma alternativa para a formação geral de seus filhos. Muitos estudantes que se matricularam no ano de 2019, vieram de escolas particulares com o intuito de terminar os estudos numa escola pública de olho no bom desempenho de estudantes em provas como o ENEM⁹⁵ e vestibulares da região norte do Paraná e em outras localidades, como pode ser observado nos dados da pesquisa realizada com esses estudantes.

Como já ressaltamos, no início do ano letivo de 2020, duas (2) turmas de estudantes iniciaram os estudos matriculados na 2ª série do Ensino Médio. Logo no mês de março teve início os rumores de um novo vírus que começava a preocupar todo o mundo. E, então, no dia 17 de março as aulas foram suspensas por temporariamente por quinze (15) dias. Começava então um dos mais sombrios períodos de toda a história recente. Era a pandemia do Novo Coronavírus, que foi denominado de Covid-19. Através do Decreto Estadual Nº 4258/2020⁹⁶, que funcionou como uma antecipação do recesso escolar de julho de 2020 e de dezembro de 2020.

Para tanto houve uma adequação ao calendário escolar⁹⁷, ainda informava o início das aulas remotas a partir do dia 06/04/2020. A partir de então este período foi descrito por muitos educadores como sendo um desafio que a educação atravessou, e deixará com certeza, suas marcas. Nesse sentido, o período da pandemia estruturou o Ensino Remoto Emergencial (ERE), e que veio consolidar, em certa medida, a plataformização de atividades de ensino.

Ao final do ano de 2021 distribuídos em duas (2) salas ao todo com 43 estudantes, nesse interim as mudanças de escola e de turno diminuiu sensivelmente o número de matrículas. Eram as turmas do terceiro A e terceiro B, que concluíam os

⁹⁵ ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio -Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni).
<http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791> . Acesso em 04/10/2022

⁹⁷ Anexo da Resolução n.º 1249/2020 - GS/SEED. Calendário Escolar. Antecipação do recesso escolar. <http://aluno.escoladigital.pr.gov.br> . Acesso em 05/10/2022

estudos passaram por muitas mudanças desde a 1ª série até a 3ª série. Como esse período foi vivenciado com as mudanças na grade de disciplinas e ainda experienciaram o início da pandemia da Covid-19, desde a suspensão das aulas presenciais, o início das aulas em ambientes virtuais e posteriormente o retorno presencial ou híbrido em meados de agosto de 2021. Durante o ano de 2021, os estudantes, professores e demais comunidade escolar usavam máscaras dentro e fora de sala de aulas, respeitando os protocolos de biossegurança.

Passaram por todos os percalços desse período entre a suspensão e o retorno às atividades presenciais. Foram 17 meses que estiveram estudando através de materiais impressos ou apenas pelo uso das plataformas, e posteriormente nas aulas on line e o sistema híbrido, que alguns estudantes estavam na escola e outros em casa e, portanto, acompanhavam as aulas pela plataforma *Google Meet*. Ainda assim, três estudantes terminaram o ano letivo de 2021 apenas com aulas pelo *Google Meet*. Para melhor compreensão é necessário explicar que estes estudantes apresentaram especificidades que foi considerada pela escola.

A saber, uma estudante acabou mudando-se para outra cidade a fim de realizar trabalhos como modelo profissional. Os outros dois estudantes não se adaptaram ao novo convívio na escola de tempo integral. Nesse caso, os estudantes apresentavam um transtorno do espectro do autismo, mesmo que em um grau mais leve. Ao final de 2021, as duas salas tinham um total de 43 estudantes. Sendo 23 na 3ª série A e 20 matriculados na 3ª série B. Ao todo nas duas (2) salas eram 18 estudantes do sexo masculino e 25 estudantes do sexo feminino.

Para diferenciar a relação desses jovens com a escola, cabe destacar que o contato com eles durante os anos letivos (2019,2020 e 2021) ocorreram também de forma diferenciada. Em 2019, ministrei aulas de sociologia e de componente eletivo de Cultura e Patrimônio em ambas as turmas. Já no ano letivo de 2020, com a redução das aulas de sociologia, passei a ministrar aulas de Estudo Orientado e Projeto de Vida para as 2 (duas) turmas e por fim no ano de 2021, ministrei apenas 1 (uma) aula semanal para a turma A de sociologia e 1 aula semanal de Sociologia e mais 6 (seis) aulas semanais de Estudo Orientado para a turma B.

Esse tipo de convivência acaba por gerar certas diferenças no relacionamento com as turmas, principalmente em relação ao tempo de convivência, é possível conhecer melhor os estudantes e compartilhar suas perdas e dificuldades.

Principalmente os estudantes que perderam entes queridos ou passaram por muitas dificuldades, fora do ambiente escolar. As percepções são também diferenciadas, a forma de trabalhar os conteúdos é diferente, pois em uma turma era pouco tempo para explicar e em outra o fato de ter mais aulas, mesmo com outra matéria, gerou mais engajamento. Como ocorre geralmente em escolas de tempo integral a convivência é um dos fatores que geram conflitos, mas também empatia.

3. 1. Caracterização

Ao chegarem ao Colégio Estadual Jayme Canet, em fevereiro de 2019, teve início uma série mudanças perceptíveis. Ali só tinham adolescentes entre 14 e 18 anos, em média. Tudo era novo para os estudantes, desde o fato de estarem entre adolescentes, pois nos colégios anteriores onde estudaram havia também estudantes que cursavam o Ensino Fundamental II, até o fato da maioria ter estudado em colégios diferentes. Muitos experimentavam as alegrias e as dores de serem jovens estudantes do ensino Médio. Era o início da tão esperada juventude, ou juventudes, como alguns autores que se dedicam a compreender essa fase da vida, tem se referido. Para tanto vamos pensar nesses jovens antes do contexto da pandemia, para melhor compreendê-los.

Eram, então os jovens estudantes do Ensino Médio, que foram aos poucos adequando-se aos tempos e espaços do colégio, que foram tornando os tempos de intervalo, de lanche, de saídas para passeios ou estudos em risadas e brincadeiras. A escola é sempre cheia de vida quando os estudantes se sentem acolhidos e passam a sentir que pertencem a ela, são além de usuários do sistema educacional, são pessoas em formação. Esses estudantes que se ocuparam em dividir os mesmos espaços com seus pares e compartilharam as mais diversas situações que se passaram nestes espaços de aprendizagens e conhecimentos. Cada ano letivo que se inicia é uma nova configuração que se desenha, é uma nova composição de estudantes da mesma faixa etária, mas tão diferentes entre si. Cada qual com seus desafios que a própria alma lhes impõe, ser jovem é uma experiência individual e coletiva, pois não se é jovem sozinho. A juventude é construída, e está em permanente construção.

Como categoria de análise, jovens estudantes como estes, também já foram descritos por pesquisadores do Observatório da Juventude⁹⁸ organizado pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerias) e tendo como colaborador o professor Juarez Dayrell, que trata do tema juventude e sua relação com o Ensino Médio, refletindo sobre a realidade juvenil brasileira. O autor denomina de Juventudes as múltiplas dimensões da condição de ser jovem, e passa a realizar um debate em torno do currículo para o Ensino Médio, considerando as questões como trabalho, cultura, ciência e tecnologia, que pode ser expresso, sobre a emergência do Novo Ensino Médio, na passagem seguinte:

Assim, a chamada crise atual do Ensino Médio não é mais do que a explicitação da ausência histórica dessa etapa educativa como possibilidade de todos, agravada por uma profunda perda de sentido identitário e pedagógico da instituição escolar. A chegada de sujeitos sociais não esperados (os pobres e os muito pobres), e muitas vezes não desejados pelas escolas, e o reiterado foco do Ensino Médio na preparação para a entrada na universidade ou na oferta de uma profissionalização esvaziada também de uma formação humana integral agravam essa situação. (DAYRELL. 2014 p.7)

Diante do exposto, bem como suas contribuições para entender a formação das juventudes e seus anseios, e diante da complexidade para pensar sobre as juventudes e suas especificidades, o trabalho de elucidar e compreender a escola como meio de acesso à vida adulta e suas exigências coloca-se como crucial para pensar e refletir:

Diante disso, entendemos não serem possíveis saídas simples, receitas, roteiros predeterminados, que novamente engessem as escolas de Ensino Médio em fazeres dissociados da compreensão da amplitude da tarefa formativa nesse momento da vida dos jovens e, principalmente, dissociados dos sujeitos jovens que muito têm a dizer de si, dos seus sonhos, dos seus projetos, dos seus saberes. (DAYRELL, 2014 p.8)

O problema que nos deparamos se torna presente ao compreender como a pesquisa e a ação pedagógica são essenciais para produzir novos conhecimentos de forma crítica sobre a atuação de professores de Sociologia diante das transformações que suscitaram com a implantação da Reforma do Ensino Médio no contexto da

⁹⁸ Observatório da Juventude é um programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação da UFMG. Desde 2002 vem realizando atividades de investigação, levantamento e disseminação de informações sobre a situação dos jovens.

pandemia, que trouxe novos saberes sobre o processo de ensino aprendizagem. Para referenciar a juventude buscamos subsídios junto a órgãos de pesquisa permanente sobre as *Juventudes* e o Ensino Médio, especialmente no Observatório do Ensino Médio⁹⁹, no Paraná e no Observatório da Juventude¹⁰⁰, através da Universidade Federal de Minas Gerais. Em ambos os espaços de estudos, análises, pesquisas e reflexões, registram as discussões sobre a juventude e sua relação com a vida escolar, especialmente no Ensino Médio.

As sínteses e estudos produzidos e organizados por Mônica Ribeiro da Silva da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Juarez Dayrell da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), assim como outros pesquisadores têm contribuído para pensar nas diferentes juventudes. A própria criação desses espaços de pesquisa é fruto das discussões que se iniciaram a partir de 2003 e que culminaram na elaboração de estudos sobre a juventude e sua relação como o Ensino Médio. Desse modo é importante conhecer as perspectivas desses jovens estudantes.

Conforme Silva e Oliveria(2016), em suas análises presentes em *Juventude e Ensino Médio: sentidos e significados da experiência escolar*, já no início da discussão traz uma definição bastante usual sobre o que é ser jovem e qual sua relação com o ambiente escolar. O Ensino Médio é uma fase de preocupações em relação ao futuro, às escolhas pessoais e até profissionais, mas também é um tempo de viver muitas emoções contraditórias,

O Ensino Médio tem sido campo de preocupações e de disputas quanto às suas finalidades ao longo do tempo. Em sua história, ora foi identificado como curso intermediário entre o ensino fundamental e o ensino superior, ora como tendo uma finalidade estritamente profissionalizante. Atualmente, encontra-se diante de dois grandes desafios. Um deles, estabelecido já desde 1996 pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) lhe confere a identidade de ser “educação básica”, o que significa que seja reconhecido também como um “direito”; o outro, impulsionado pela Emenda Constitucional 59/2009, que alterou a Constituição Federal

⁹⁹ O Observatório do Ensino Médio está localizado na Universidade Federal do Paraná e desenvolve atividades de pesquisa e extensão relacionadas ao acesso, permanência e conclusão, ao direito à educação, à formação de professores e às políticas educacionais para o ensino médio. <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/>. Acesso em 04/10/2022

¹⁰⁰ O Programa Observatório da Juventude (OJ) é uma ação de extensão, ensino e pesquisa inserido na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. situa-se no contexto das políticas de ações afirmativas. Objetiva realizar ações extensionistas, estudos e análises sobre a condição juvenil para conhecer, compreender e contribuir para a transformação da realidade dos/as jovens de MG. <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/>
Acesso em 04/10/2022

e prolongou o tempo de escolaridade obrigatória no Brasil para a faixa etária dos quatro aos 17 anos, reforça o sentido da ampliação do direito à educação e, além disso, indica que se assegure o acesso, permanência e conclusão para todos os que se encontram na idade entre 15 e 17 anos.(SILVA e OLIVEIRA, 2016, p. 6)

Em síntese, para os propósitos dessa pesquisa, partimos de uma compreensão que permite observar que juventude, no singular, expressa uma condição geracional ou populacional; e que no plural, *juventudes*, poderíamos reconhecer os sujeitos em face da sua heterogeneidade: de classe, gênero, cor, raça, etnia, credo, enfim, da diversidade de condições em que os jovens produzem suas identidades e, a partir delas, se relacionam com o “mundo da escola”.(SILVA e OLIVEIRA. 2016) .

Muitos pesquisadores e estudiosos do campo da educação tem se dedicado a refletir sobre o jovem estudante do ensino médio a partir de seus olhares e percepções acerca da aprendizagem e as relações com a sociedade em que se inserem. Os jovens estudantes passam a ser analisados, segundo Dayrell (2014), como parte de uma construção histórica denominada de juventude ou juventudes, envolvendo elementos relacionados à campos simbólicos e culturais e condicionamentos socioeconômicos que estruturam a sociedade que vivemos, nesse sentido:

Podemos afirmar que a juventude é uma categoria socialmente produzida. Temos que levar em conta que as representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. (DAYRELL, 2014, p. 110)

A partir daí a proposta de desenvolver uma análise sobre a percepção do processo de ensino e aprendizagem desses jovens e as vivências no ambiente escolar através de publicações de autores que primaram pensar sobre as possibilidades e os desafios da educação brasileira. Com o intuito de problematizar as implicações da Reforma do Ensino Médio e as alterações da BNCC, e o contexto da pandemia da Covid-19, considerando todas as suas problemáticas e o avanço das políticas de caráter neoliberal, é imprescindível a discussão sobre seus possíveis efeitos.

Importante destacar que os jovens estudantes são uma categoria de análise sociológica riquíssima, pois são eles os sujeitos históricos que

percebem a realidade social e seu espaço de atuação. São sujeitos no mundo da cultura. Encontra-se nesse espaço o que Juarez Dayrell destaca como o mundo da cultura. Segundo ele:

O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, educadores ou padrões, mas sempre tendo-os como referência, os jovens constituem culturas juvenis que lhes dão uma identidade como jovens. As culturas juvenis, como expressões simbólicas da condição juvenil, se manifestam na diversidade em que esta se constitui, ganhando visibilidade através dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual algumas de suas marcas distintas. Jovens ostentam os seus corpos e neles as roupas, as tatuagens, os piercings, os brincos, dizendo da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado. Ganha relevância também a ostentação dos aparelhos eletrônicos, principalmente o celular, cujo impacto no cotidiano juvenil precisa ser mais pesquisado. (DAYRELL, 2009, p. 19)

A produção social da cultura, a realidade social e tantas outras concepções fazem com que os jovens possam ser vistos como estudantes num determinado momento, mas também como seres que são construídos socialmente, são frutos de suas vivências. Suas concepções podem mudar, bem como suas aspirações sobre o que pretendem enquanto parte de uma determinada juventude. Assim como bem observa, Silva e Oliveira:

Quando tratamos de concepções sociológicas a respeito de determinadas categorias, é importante que se tenha em mente que tais concepções não são estáticas. Ao contrário, são sempre suscetíveis a novos olhares e aportes. É nesse sentido que entendemos que o recorte etário para a categoria juventude, até então utilizado recorrentemente por pesquisadores das mais diversas vertentes teóricas, possui – sobretudo na sociedade do pós-guerra, que trouxe consigo profundas remodelagens na estrutura econômica capitalista e, conseqüentemente, no mundo do trabalho – sérios limites. Damesma forma, as abordagens funcionalistas, de matriz positivista e iluminista, que imputam à juventude uma natural predisposição à transgressão e à delinquência são absolutamente inadequadas para qualquer análise social que se procure fazer. (SILVA e OLIVEIRA, 2016. p 138)

Como nos lembra, Silva e Oliveira (2016), assim como a própria categoria juventude e as transformações mais gerais que afetam a sociedade como um todo, também a visão de escola elaborada pelos jovens tem sofrido metamorfoses, de modo que o espaço escolar (ou a instituição escolar) passa por um processo de resignificação.

Vistas as questões gerais que nos levam a compreender os sujeitos jovens como centrais para um processo mais amplo de (re) construção e reflexão a respeito das políticas públicas para o ensino médio no Brasil, entendemos como necessário que se delimite sociologicamente a categoria juventude e, mais do que isso, que se discuta de maneira aprofundada como se dão os processos de construção identitária do jovem na sociedade atual. (SILVA e OLIVEIRA, 2016, p. 137 e 138)

Desse modo, enfatiza que as políticas públicas para o Ensino Médio deveriam levar em conta todo o processo de construção das identidades que se dá entre os jovens e a sociedade num determinado período e num determinado contexto. Seria necessário compreender a relação dos jovens com a escola ou de como são percebidos pelos seus professores e instituições, é um olhar diferenciado.

3.2. Identidades Construídas: Quem são os Jovens?

Com os mais diversos interesses os/as jovens estudantes vão aos poucos construindo suas próprias identidades, influenciados por outros jovens, por seus familiares, professores e até pelos influencers de redes sociais e youtubers. Vão se transformando, se tornando atores sociais que vivenciam experiências parecidas e, muitas vezes, tão diversas entre si.

A caracterização sociológica dos/das estudantes, pode ser construída a partir das informações dessa pesquisa, que teve por base acompanhar o cotidiano escolar entre os anos de 2020/2021, que durante a pandemia. Revelando que a maioria dos entrevistados se consideram brancos, sendo as estudantes uma parcela maior entre os entrevistados. Os dados também dão conta que a maioria dos entrevistados possuem renda média de 2 salários-mínimos, compatível com os demais moradores do município. Ainda de acordo com as teorias sociológicas acerca da categoria juventude, que será destacada mais adiante. A vivência no espaço escolar tem mostrado as várias formas de ser jovem em nossos dias e que mesmo em uma escola pequena não há homogeneidade entre os sujeitos, o que configura a dificuldade de tratar a juventude como sendo única.

Para compreender quem são os/as jovens é preciso compreender a escola que essa/essa estudante está, como ela é vista pela comunidade envolvente e como se define seu papel de educadora e sua função social. De acordo com a visão de Bernard Charlot (2000), o objeto de estudo seria a relação entre os saberes dos jovens e a

escola, o vivido e a experiência. Para tanto, estudar a relação com o saber é estudar este sujeito enquanto confrontado com a necessidade de aprender e a presença de saber no mundo. Assim sendo, não se pode deixar de considerar o sujeito ao estudar-se a educação. Mas nem por isso podemos esquecer que o sujeito da educação é um ser social. Sendo, portanto, um ser que necessita estar como outros iguais.

Ainda de acordo com Charlot (2000), para melhor conhecer o aluno (ou estudante aqui denominado), é preciso fundamentar-se em entrevistas, neste caso, porém elas devem ser interpretadas a partir do ponto que os entrevistados ocupam no espaço social. O sujeito do qual se fala é uma figura que o sociólogo constrói para dar forma individual a uma posição social. Então, só se vê e pensa o que é posição social. Quem e como são os jovens estudantes, é o que se procura definir.

Essa interiorização não pode ser entendida a partir da mera lógica do social; sua explicação requer a tomada em consideração da lógica específica do psíquico, isto é, do sujeito. O indivíduo (para usar um termo tão neutro quanto possível) não interioriza o mundo, apropria-se dele, em sua lógica de sujeito, o que é muito diferente. (CHARLOT, 2000, p. 37)

Ao compreender o jovem estudante, busca-se compreender a escola e a sociedade. Desse modo a escola não pode ser analisada como um sistema único, que transforma princípios em papéis. Segundo ele, a escola é estruturada por várias lógicas de ação entre elas estariam a socialização, a distribuição das competências e a educação.

Assim sendo, o sentido da escola deixa de ser dado e deve ser construído pelos atores: “de finir-se-á a experiência escolar como sendo a maneira como os atores, individuais ou coletivos, combinam as diversas lógicas da ação que estruturam o mundo escolar”. Ora, lembremos que essa atividade de articulação entre as lógicas da ação “constitui a subjetividade do ator”. A experiência escolar, pois, produz subjetividade; e experiências escolares diferentes geram formas diferentes de subjetividade: assim, a escola “fabrica, ou contribui para fabricar, atores e sujeitos de natureza diferente”. (CHARLOT, 2000, p. 40)

Ainda segundo Charlot (2000), toda relação consigo é também relação com o outro, e toda a relação com o outro é também relação consigo próprio. Há aí um princípio essencial para a construção de uma sociologia do sujeito: é porque cada um leva em si o fantasma do outro e porque, inversamente, as relações sociais geram efeitos sobre os sujeitos que é possível uma sociologia do sujeito. Sujeito esse que

passa ou passou pela experiência escolar, pela relação consigo e com os outros, neste caso com professores e colegas e com os diferentes saberes.

Por se tratar de um grupo de estudantes que passou por situações semelhantes, acabaram por se tornar o objeto dessa análise, com o propósito de conhecer melhor o perfil destes estudantes e sua trajetória escolar, que matriculados numa escola de Tempo Integral, viveram as adaptações impostas pelo distanciamento social, na tentativa de conter o avanço do vírus que tirou milhares de vidas, no Brasil e no mundo, ao longo da pandemia. Como construíram seu os saberes e conhecimentos em época da plataforma das atividades escolares.

Segundo Langdon Winner, ao analisar o papel dos meios digitais entre jovens, em *Sujeitos e cidadãos no mundo digital*, já em 2010, destacava a necessidade de compreender como poderia ser a aprendizagem por meios digitais. No caso aqui, a utilização de plataformas educacionais também permitiu o acesso a pesquisas e estudos realizados pelos/pelas estudantes que muitas vezes apenas copiavam materiais disponíveis em vários diretórios da Web.

A tarefa interessante é procurar entender como os jovens usam a web em sua aprendizagem e em seu trabalho. Sim, eles estão usando materiais livremente, mesmo descontroladamente, de todos os lugares, da Wikipédia, dos blogs, das páginas web e de uma grande variedade de outras fontes. Pessoas educadas em tempos mais antigos têm dificuldade para entender o que tais práticas envolvem. (WINNER, 2010, p. 47)

Nesse sentido, enfatizava o papel dos meios digitais também na própria atuação política de jovens que poderiam vir a ser reconstruída, e redefinida através da utilização de redes. A mudança que ocorreu após a utilização maciça de aplicativos de mensagens em tempo real pode ter servido para reduzir ou ampliar as discussões sobre os temas que mais são caros aos jovens, mas também pode ter sido utilizado para a desinformação e uma cultura que nega a tradição histórica dos conceitos e conhecimentos científicos.

Eu tenho enfatizado a fronteira entre as atividades online e os encontros políticos e sociais face a face porque me parece que esse limite é ignorado em demasia por aqueles fascinados com os espaços e lugares digitais, que os consideram os locais principais do que há de novo e interessante na democracia contemporânea. Minhas observações me levam a acreditar que as pessoas que fazem política exclusivamente online e não saem para esbarrar nos ombros dos seus vizinhos acabam tendo um número muito limitado de experiências, muitas delas narcisísticas, da política democrática. (WINNER, 2010, p. 57)

Tentar compreender a utilização de sistemas e suas aplicabilidades na vida social pode vir a se transformar em possibilidades de estudos sobre o processo de socialização através dos meios digitais, reformulando quem sabe as temáticas de sociedades que estão imersas nas atividades laborais e até de entretenimento vinculados a experiências digitais. Com essas experiências cada um atribuiu um sentido à escola nos diferentes períodos em que foi estudante e conviveu com a experiência de estudar apenas em casa. A relação estabelecida entre o fato de que a escola passou a ser em sua casa, mas a casa não era a escola.

Para refletir sobre as identidades juvenis e o sentido da escola, num momento de tantas indagações, é necessário conhecer e saber como pensavam os/as jovens estudantes. Observou-se que muitos deles sempre tiveram o desejo de ficar em casa, sonho de tantos adolescentes que foi substituído pelo medo de não poder sair de casa. Essas foram as algumas ambiguidades experimentadas ao longo da pandemia. Antes passavam o dia todo juntos, e na pandemia tiveram que aprender a viver separados.

As identidades juvenis se forjam em diferentes tempos e, igualmente, distintos espaços. O jovem se constrói como sujeito social por meio de interações com grupos dos quais faz parte, ao longo de sua vida. Nesse processo, mais do que “ser”, ele se configura por um (in)constante “ir sendo” jovem, de modo que, num jogo de aproximações e distanciamentos a grupos, pessoas, instituições, etc., ele constrói a sua própria identidade, dá sentido à sua vida, enfim, constrói significados às mais diversas experiências pelas quais passa. (SILVA e OLIVEIRA, 2016, p. 143)

O distanciamento social vivido por estes jovens pode ter forjado a criação de uma identidade comum ou pelo menos parecidas. Tiveram o processo de socialização parecido, viviam numa cidade pequena, em que é fácil conhecer as pessoas, muitos eram colegas de infância, estudaram nas mesmas escolas. Conviveram em espaços semelhantes antes da pandemia. Tiveram experiências escolares parecidas.

Ainda segundo os mesmos autores, para os jovens, de acordo com suas pretensões, de acordo com os significados que atribuem à experiência escolar, ser aluno adquire uma gradação de importância diferente, indo de uma obrigatoriedade a que se deve suportar até a possibilidade de usar a escola como

um motor de projeção social posterior. Nesse sentido , o que experienciaram na ausência da escola , enquanto espaço físico, pode ter sido fundamental para se compreenderem como estudantes. Compreender a escola e o estudante sempre foi e ainda será um desafio. Assim é possível perceber que antes da pandemia já se tinha expectativas de como compreender a construção dessa identidade juvenil, e após esse período observa-se as atenções voltadas novamente os/as jovens que passaram pelas situações parecidas e o que cada um aprendeu e como aprendeu, ainda será questionado por muito tempo.

Para finalizar, indicamos a urgência de que se re-signifique o espaço-tempo das escolas de ensino médio, favorecendo o sentido da escola como local privilegiado, ainda que não exclusivo, no qual a identidade juvenil se constrói. Para isso, entendemos como necessário que se insira nos cursos de formação de professores estudos sobre a juventude e suas relações com a escola, pois isso levaria à consolidação de relações menos estereotipadas ou preconceituosas; com a mesma finalidade, urge experiências curriculares que possibilitem uma experiência escolar plena de significação, que ultrapassem as organizações disciplinares formais e permitam, ao lado do aprendizado da ciência, da ética, da estética re-significados, a vivência de experiências próprias do universo juvenil, com suas múltiplas linguagens e formas de ver e viver o mundo. (SILVA e OLIVEIRA, 2016, p.155)

Nesse sentido, buscar saber como o jovem estudante do ensino médio, foi visto nesse período é imprescindível para analisar uma outra juventude que viveu em diferentes contextos. A problemática é, portanto, como encontrar meios e estabelecer canais de comunicação capazes de dar voz aos estudantes e suas inquietações durante a pandemia

O direito de ensinar e de aprender passaram por reformulações diante do contexto das reformas educacionais em meio a uma das maiores pandemias de todos os tempos. Ao longo deste período como docente e observadora de comportamentos, atitudes e expectativas, pressupõe-se que os estudantes tiveram pouco ou nenhum apoio por parte de órgãos competentes que se empenhassem em ouvir as necessidades dos estudantes, priorizando suas demandas.

3. 3. Gênero e escolarização- EM 2021/2022

Através de pesquisa e observação dos números de matrículas, frequência e conclusão do Ensino Médio, pode-se constatar não só a composição étnica, e racial dos/das estudantes, mas também em relação a sexualidade. Percebe-se a existência de um número maior de estudantes do sexo feminino em relação ao número de estudantes do sexo masculino, neste estabelecimento de ensino. Lembrando que as questões de gênero, nos últimos anos tem se tornado alvo de debates acalorados sobre sua necessidade de discussão nas escolas brasileiras. Os dados mostram as diferenças, mas seu debate ainda é limitado. Este fato pode ser melhor observado pelo número de matrículas e o número de formandos ao final do curso do Ensino Médio em Tempo Integral.

Os estudantes que cursaram e concluíram o Ensino Médio em período Integral ano de 2021, e que responderam ao questionário, totalizaram 54,1% se reconhecem como mulheres, 43,2% se reconhecem como homens e apenas 2,7% não se identificaram. Um questionamento a ser feito em relação ao número de estudantes do sexo feminino ser superior ao do sexo masculino pode estar ligado à cultura familiar para o trabalho precoce, que faz com que os estudantes do sexo masculino tenham mais facilidade de encontrar ocupações mesmo que precárias. Parece ser um movimento constante de busca por algum tipo de remuneração que lhe dê condições para seu próprio consumo (de produtos ou serviços) ou de seus familiares.

Segundo Dayrell (2014), podemos observar esse movimento com uma mudança constante dos empregos, reforçado pela própria precarização do mercado de trabalho, que pouco oferece além de “biscates” ou empregos temporários. Desse modo, um dos fatores pode estar ligado a necessidade de muitos estudantes terem que trabalhar para ajudar nas despesas da casa e com isso mudam de turno escolar, preferindo concluir os estudos no Ensino Médio Noturno.

No Brasil, a relação dos jovens com o trabalho é marcada por muitas desigualdades, e o Ensino Médio parece ser um espaço significativo para evidenciar esse fenômeno. Para uns, o tempo no Ensino Médio é vivido como etapa de formação e preparação para o acesso à universidade, ficando o trabalho como um projeto para depois da conclusão do Ensino Superior. Porém, para a maior parte daqueles que tiveram acesso a esse nível de ensino nas duas últimas décadas, a realidade de trabalho, de bicos ou de um constante se virar para ganhar a vida combinam-se às suas vidas de estudantes. (CORROCHANO *et al* e DAYRELL, 2014, p. 213)

Ainda de acordo com a autora, a busca por trabalho nem sempre está associada apenas às questões econômicas, ou para ajudar a família em seu sustento, muitas vezes pode demonstrar maior independência. Pode estar associado à ideia de consumo de bens materiais e simbólicos, bem como a realização pessoal. A inserção no mundo do trabalho parece ser mais cobrada dos estudantes do sexo masculino, mesmo que não seja uma obrigatoriedade. A escolarização das meninas pode estar ligada à possibilidade de ter uma melhor formação para tentar conseguir empregos mais facilmente ou seguir os estudos em cursos superiores. E ainda o fato de a família ter na escola a sensação de um lugar mais seguro para as meninas.

Embora a necessidade de renda seja um fator bastante relevante para que muitos comecem a trabalhar antes da conclusão da escola média, outros aspectos também devem ser considerados, tais como: a conotação moral do trabalho, a conjuntura do mercado de trabalho, o sexo (as chances de ser pressionado a trabalhar é maior entre rapazes), a escolaridade dos pais, a ordem de nascimento na família, a quantidade de irmãos, o tipo de configuração familiar, a região de moradia, a experiência, dentre outros. (DAYRELL, 2014, p.214)

Por outro lado, existe no país uma geração de jovens que apresentam dificuldades em terminar os estudos e ingressar no mercado de trabalho. Há mais de duas décadas muitos autores, como Monteiro (2013) e institutos de pesquisa, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e FGV (Fundação Getúlio Vargas), entre outros, acompanham produções acadêmicas sobre a juventude ou juventudes, e apontam que parte da chamada geração Nem-Nem, ou seja, nem estuda nem trabalha, na realidade precisa ainda ser investigada com maior profundidade. Pois, podem ser apenas o resultado de crise econômica e social que assola o país. Fora do mercado e fora da escola, parte da juventude necessita de ações que os envolva e os compreendam como frutos de uma época em transição. Ainda de acordo com Monteiro (2013), a juventude é um período crucial para a formação educacional e profissional das pessoas, gera preocupação o fato de uma parcela dos jovens estar afastada das escolas e do mercado de trabalho.

A análise mostra que a condição nem-nem é mais preponderante entre jovens com baixa escolaridade e de baixa renda, e mulheres, especialmente as com filhos. Quase metade dos jovens na condição nem-nem são mulheres com filhos que estão em casa. Essas mulheres têm níveis de inatividade muito altos (43% em 2011), mas sua participação no mercado de trabalho vem aumentando, ao mesmo tempo em que seu peso na população vem caindo devido à queda da fecundidade. Embora as tendências recentes sejam

positivas, esse grupo merece uma atenção especial para entender se a condição nem-nem é resultado da falta de opções para cuidado dos filhos enquanto trabalham ou estudam. Os dados aqui apresentados sugerem que isso de fato é um problema, visto que ter um filho de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, estão na condição nem-nem. (MONTEIRO, 2013, p. 2)

Ressalta também que a condição Nem-Nem apresenta os maiores índices de concentração nas famílias de baixa renda, na população jovem com baixa escolaridade e no grupo de mulheres jovens com filhos além de negros e moradores de áreas de periferias. Por outro lado, importa ressaltar que a tal geração Nem-Nem pode ser apenas um modo de definir os/as jovens que por terem ocupações ou trabalhos informais ou subempregos acabam por não estarem representados em estatísticas de institutos de pesquisas, mas considerados jovens fora do mercado formal de trabalho. Também pode ser temporária, já que a maioria dos/das jovens tem entre 15 e 29 anos e podem passar por diversas crises existências, por exemplo. É importante destacar que essas questões em relação a diferentes identidades sexuais que também se constroem nessa fase da vida.

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social. Nesse, o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. Essa realidade ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude. (DAYRELL, 2014, p. 112)

As juventudes, por estarem presentes em diferentes contextos, ora se identificam ora se diferenciam. E segundo Dayrell (2014), os jovens estudantes do ensino médio de deparam com esta realidade na qual vão se construindo suas identidades. A realidade do grupo que frequenta uma escola é específica e precisa ser conhecida. Como os jovens estudantes do Colégio Jayme Canet se identificam e com a própria composição de faixa etária e as relações em torno da sexualidade influenciaram no cotidiano durante a pandemia também evidenciaram a maior participação de estudantes do sexo feminino nas atividades realizadas e nas aulas on

line. Destacando que a condição juvenil seja talvez, diferente para as diferentes identificações sexuais.

As culturas juvenis, como expressões simbólicas da condição juvenil, se manifestam na diversidade em que essas se constituem, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual uma das suas marcas distintivas. Jovens ostentam os seus corpos e, neles, roupas, tatuagens, piercings, e brincos, que explicitam a adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado. Ganha relevância também a ostentação dos aparelhos eletrônicos, principalmente os diferentes tipos de aparelhos de MP3 e de telefone celular. E aqui temos que chamar a atenção para a presença cada vez mais marcante da cibercultura e das redes sociais presentes na internet entre os jovens. (DAYRELL, 2014, p. 116)

Em fins do ano letivo de 2021, a maioria dos estudantes que permaneceram no Ensino Integral, eram do sexo feminino. Observou também que os estudantes do sexo masculino, foram os que mais abandonaram os estudos no período integral e mudando de escola ou de turno para poderem trabalhar. A maioria dos estudantes que deixaram de frequentar a escola eram negros ou pardos, o que explica parte da exclusão de uma camada de jovens que poderão ter menos oportunidade de continuar os estudos num futuro próximo.

Já no ano letivo de 2022, as aulas começaram e aos poucos observou-se essa identificação de um maior número de estudantes do sexo feminino. Teve início também o recebimento de transferências de outras escolas dos municípios, de estudantes oriundos de outros colégios, especialmente nas primeiras e segundas séries.

Com a volta à quase normalidade, depois das restrições da pandemia e de todas as adaptações ao longo de dois anos, muitos estudantes começam a chegar no Colégio Estadual Jayme Canet. Através do acompanhamento de documentações na secretaria da escola, notou-se que a grande maioria das transferências recebidas são de estudantes que estavam matriculados no Colégio Cívico Militar Presidente Vargas, situado no Distrito de Santa Margarida. Um dos motivos alegados foi o fato do colégio ter escolhido o modelo de Educação Cívico Militar, e por isso não estar respeitando as individualidades, ou seja, muitos estudantes não se dispuseram a acatar a forma de conduta e disciplina impostos pela condução da gestão que se instalou após a mudança no modelo de atendimento aos estudantes.

Os estudantes do sexo masculino apontaram o fato de não poderem questionar a forma que eram tratados em relação aos gostos pessoais e suas individualidades, como por exemplo o fato de ter seus cabelos e barbas sempre cortados ou aparados segundo os padrões estabelecidos no código de conduta dessas instituições de ensino. Também tem o fato de os estudantes não poderem colorirem seus cabelos, ou usarem brincos ou piercings, ou quaisquer outros adereços que os diferenciassem. Já as estudantes do sexo feminino, no entanto também, não se sentiam confortáveis com as vestimentas, o uso do cabelo sempre preso, bem como outras disposições sobre o próprio corpo e à aparência.

Ainda sobre as matrículas deste ano (2022), um dado que aparece na modalidade Integral é que no início do ano letivo, dos 122 estudantes que frequentam o colégio, 80 são do sexo feminino e 42 são do sexo masculino. O Número de matrículas de estudantes do sexo feminino representa quase o dobro de matrículas de estudantes do sexo masculino, que estão regularmente frequentando a escola. Esses dados podem servir de base para novas investigações que podem suscitar outros questionamentos como, por exemplo, o fato das ocupações entre os estudantes do sexo feminino e do sexo masculino durante a pandemia.

3.4 -Perspectivas educacionais.

Com a Reforma do Ensino Médio, e posteriormente a reformulação da BNCC, o que ficou evidente foi a transformação de aprendizagens em competências, ou seja, a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para pretensamente resolver demandas da vida cotidiana, respaldando a cidadania e o mundo do trabalho. A Educação Básica foi vinculada ao desenvolvimento de competências gerais ao final de seu ciclo.

E o discurso das competências acabou por ensejar uma série de pontos que se tornaram centrais para compreender o papel da sociedade e o cidadão que se quer formar para atuar nesse contexto de mudanças de paradigmas. Seriam então, 10 (dez) competências a serem adquiridas pelos estudantes ao longo de sua trajetória educacional, sendo elas: Conhecimento; Pensamento Científico, Crítico e Criativo; Repertório Cultural; Comunicação; Cultura Digital; Trabalho e Projeto de Vida; Argumentação; Autoconhecimento e Autocuidado; Empatia e Cooperação;

Responsabilidade e Cidadania. As chamadas competências e habilidades tomaram conta da linguagem pedagógica nos últimos anos, atrelando o aprendizado dos/das estudantes a conseguir solucionarem problemas e desafios postos.

Assim definidas as competências requerem então, que sejam alcançadas a partir de uma nova visão idealizada, exigindo a formação de professores e diretores, bem como métodos de ensino e processos avaliativos. É um redimensionamento de papéis, da escola, do professor, do estudante. Mas contraditoriamente não se pensa em superar os problemas não resolvidos da educação brasileira, não se fala em educação popular. Muito se tem falado em seu caráter conservador e empresarial, visto que muitos institutos privados consolidaram seus interesses em detrimento do direito à educação.

As chamadas competências e habilidades que tomaram conta da BNCC, não contempla a luta por direitos sociais, por exemplo. A liberdade e autonomia do professor não é sequer considerada, pois a visão empresarial está pautada em metas a serem atingidas e não em processos de ensino aprendizagem permeados pela emancipação e formação da intelectualidade do estudante, da mudança qualitativa de vida. A aprendizagem flexível, como organização curricular e como metodologia, é uma das formas de atender à finalidade de formação desses profissionais, cuja força de trabalho poderá ser consumida de forma mais ou menos predatória, ao longo das cadeias produtivas, segundo as necessidades da produção puxada pela demanda. Necessário reafirmar que a pedagogia da acumulação flexível, especificamente a flexibilização do ensino médio, responde a demandas da base material do atual regime de acumulação; a ausência de diálogo e os embates ocorridos no breve transcurso de tempo entre a proposta e a sua aprovação, originada na articulação entre os setores privados e o Estado, atestam a força das bases materiais na estruturação das políticas públicas na acumulação flexível. (KUENZER, 2017, p. 342)

O debate sobre os rumos da educação brasileira e as mudanças trazidas pelas novas organizações dos currículos também foi tema do Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais-ABECS. O V Congresso Nacional, ocorreu em fins de novembro de 2022 em Maceió, realizado na UFAL- Universidade Federal de Alagoas, do qual participei como cursista. Nesse evento que reuniu professores da educação básica e pesquisadores de diversas universidades do todo o país, também se discutiu sobre o papel da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que luta pela efetivação e ampliação de políticas educacionais.

A Constituição Brasileira de 1988, trouxe consigo a noção de direitos, mas muitos deles ainda não foram plenamente efetivados, um deles é o direito à educação, dever da família e do Estado. Para que a educação pública, gratuita, laica, inclusiva e

de qualidade ocorra, ainda é necessário lutar para sua efetivação. Uma educação humanizadora ainda é a proposta de muitos educadores brasileiros, como Paulo Freire também foi. Assim como tantos professores preocupados com os rumos que a educação brasileira tem tomado, partem para o debate, ao contrário do discurso enraizado pelos reformadores e empresários da educação que pretendem formar um cidadão autônomo, solidário e competente.

A educação é uma produção de si por si mesmo, mas essa autoprodução só é possível pela mediação do outro e com sua ajuda. A educação é produção de si por si mesmo; é o processo através do qual a criança que nasce inacabada se constrói enquanto ser humano, social e singular. Ninguém poderá educar-me se eu não consentir, de alguma maneira, se eu não colaborar; uma educação é impossível, se o sujeito a ser educado não investe pessoalmente no processo que o educa. Inversamente, porém, eu só posso educar-me numa troca com os outros e com o mundo; a educação é impossível, se a criança não encontra no mundo o que lhe permite construir-se. Toda educação supõe o desejo, como força propulsora que alimenta o processo. Mas só há força de propulsão porque há força de atração: o desejo sempre é "desejo de"; a criança só pode construir-se porque o outro e o mundo são humanos e, portanto, desejáveis. (CHARLOT, 2000, p. 55)

A relação com o outro, e com o mundo é que constrói, segundo Charlot (2000), o ser humano, social e singular. Dessa relação é que a educação se consolidaria. A relação com o saber é construída, é significativa. Mas, na sociedade contemporânea pautada pela momentaneidade e o contexto da vida real, espera-se que o/a estudante seja protagonista e desenvolva seu projeto de vida. Seria então, responsabilizá-lo por suas escolhas, mesmo que não haja escolha.

Segundo a concepção da Pedagogia da Presença, concebida por Antônio Carlos Gomes de Costa (2001), e apropriada pelo ICE através de uma denominada Escola da Escolha, que o/a jovem estudante tenha constituído e consolidado uma forte base de conhecimentos e de valores. Que não seja indiferente aos problemas reais existentes e se apresente como parte de sua solução, e agregue competências que o permita seguir aprendendo nas dimensões pessoal, social e produtiva, executando o seu Projeto de Vida idealizado pelo empresariado. Nesse sentido, com o propósito de formar um novo estudante e um novo trabalhador, os padrões de qualidade podem afetar os/as estudantes de uma escola, de uma pequena cidade no interior do Paraná.

Num momento em que a educação do estado do Paraná passa por um desmonte sem precedentes, processo de privatização da administração e controle

pedagógico, denominado de Parceiro da Escola¹⁰¹, que segundo a APP- Sindicato (2022) abriu um edital para grupos empresariais assumirem a gestão de 27 escolas da rede estadual. Esse projeto, caso seja efetivado, poderá vir a ser um modelo que inviabilize a manutenção das escolas públicas, como um direito constituído.

¹⁰¹ Privatização das escolas públicas no Paraná ameaça sistema público da educação e pode se espalhar pelo país. O projeto chamado Parceiro da Escola tem a missão de contratar empresas para fazer “o gerenciamento da área administrativa, financeira e estrutural, além da supervisão e apoio na gestão pedagógica das Instituições de Ensino” porque, segundo o governo, a secretaria de educação não vai dar conta de cuidar das mais de duas mil escolas do estado.
<https://www.cnte.org.br>

4- METODOLOGIA APLICADA: TESTANDO O SURVEY

Neste último capítulo, apresentamos as percepções do/da estudante sobre a escola que frequenta e atende em período integral, com o intuito de destacar a relação entre os/as estudantes e a comunidade escolar, os tempos e os espaços formativos a partir da interpretação de dados coletados junto aos estudantes. Para finalizar, apresentamos uma série de perspectivas sobre a educação em Tempo Integral como possibilidade de ensino aprendizagem e como os resultados obtidos podem ressignificar o debate acerca das mudanças postas com a nova BNCC e a Reforma do Ensino Médio, no contexto da pandemia da Covid-19.

Com o propósito de realizar a observação e atuando como professora, que por meio da interação com os estudantes do Colégio Estadual Jayme Canet, durante os anos em que estiveram matriculados nesta escola, e desde a primeira série até a terceira série, ou seja, do início ao término do Ensino Médio possibilitou uma investigação minuciosa. Durante este período, os/as estudantes vivenciaram muitas mudanças, desde a matrícula em 2019, seguindo uma estrutura curricular anterior que vigorou de 2017 a 2019, passando por alteração na grade de ensino curricular em 2020, juntamente com a pandemia da Covid-19, que teve início em março do mesmo ano, até terminarem os estudos em 2021, quando, novamente, houve uma readequação curricular. Para analisar todas essas mudanças e adaptações surgiu a ideia de formular um questionário com perguntas sobre as *vivências* e *percepções* dos/as estudantes.

Para compreender o processo e permitir conhecer um pouco mais sobre os estudantes e suas vinculações com a escola e com a comunidade escolar, bem como o papel da escola em sua formação acadêmica, propôs-se realizar a descrição deste processo, por meio de um questionário *Google Forms*. Os/as estudantes que responderam os questionários tinham entre 17 e 19 anos de idade e frequentavam a terceira série do Ensino Médio. Foram elaboradas cinquenta questões de múltipla escolha entre alternativas previamente formuladas sobre o período da pandemia e o modo de vida de cada um. Também havia questões em que o/a estudante poderia escrever suas próprias respostas. De um total de 43 estudantes que tiveram acesso às questões, 37 formulários foram respondidos, constituindo nossa base de dados sobre os/as jovens estudantes do ensino médio e suas *percepções* e *vivências* durante a pandemia.

4.1- Descrevendo e interpretando as respostas dos estudantes

Ao analisar os dados coletados e, com o intuito de conhecer os estudantes, suas famílias, seus anseios e pretensões, poderemos refletir sobre a formação de estudantes de uma escola de Ensino Médio em Tempo Integral. Poderá assim, dar subsídios para pensar sobre esta modalidade de ensino, bem como refletirem sobre o dia a dia de estudantes durante a pandemia e seus desdobramentos. Através da análise de alguns dados selecionados, eles poderão colaborar para ter uma noção de como as famílias e seus estudantes atravessaram e ainda percebem a pandemia da Covid-19 e seus efeitos.

Durante o ano de 2020 e 2021 os estudantes experienciaram o ensino presencial no início do ano letivo, depois o ensino remoto emergencial (ERE) e suas implicações até a finalização daquele ano letivo. Já em 2021, as aulas iniciaram no ensino remoto até agosto de 2021, principalmente por causa de decretos municipais que acabaram por evidenciar maior cuidado com a saúde de estudantes, funcionários e professores do município. Mesmo com a pressão por parte do Núcleo Regional de Educação de Londrina, bem como a SEED, que desde maio de 2021 já haviam autorizado o retorno presencial às aulas. Num primeiro momento a volta às aulas ocorreu de maneira híbrida, ou seja, parte dos alunos assistiam as aulas em tempo real de suas casas, acompanhando por vídeos de chamadas ou Google Meet. Lembrando também que 3 estudantes não retornaram presencialmente para o colégio e tiveram aulas e atividades durante todo o ano letivo de 2021. Vamos aos dados.

Para não comprometer os dados coletados, os endereços de e-mail dos estudantes, foram coletados automaticamente, mas foram descartados, por se tratar de um formulário *on line*. Antes de responder às questões os estudantes foram informados da confiabilidade de seus dados que também ficam à disposição do administrador e mantenedor dos endereços eletrônicos, no caso da Secretaria de Estado da Educação, já que o formulário foi postado na sala de aula, ou Classroom da disciplina de Sociologia.

A coleta de dados mostrou como parte dos 43 estudantes que concluíram o ensino médio em 2021, perceberam e vivenciaram sua formação, o período da pandemia e o retorno às aulas. Para elucidar alguns aspectos importantes sobre esses estudantes que ao todo responderam 50 questões sobre vários temas

referentes à sua formação como a família, a escola, os estudos em geral, saúde e perspectivas de futuro. Para melhor compreender as respostas foram transcritas para que a análise dos dados fosse efetivada.

Também foram separadas por temáticas para melhor que as percepções e vivências fossem percebidas como o objeto de estudo a que foi proposto. Dos 43 estudantes, obtive 37 respostas (dentre elas uma foi invalidada pois não atendeu os requisitos da pesquisa), totalizando 36 respostas que atendiam todos os itens questionados. A coleta de dados ocorreu entre os dias 18 e 30 de novembro de 2021.

Os/as estudantes antes de iniciarem a pesquisa leram e consentiram em responder a mesma, já que estava vinculado às plataformas educacionais, ou seja, o Classroom da disciplina de Sociologia. Nele constava um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), ele encontra-se em anexo a dissertação.

Num primeiro momento as questões referiam-se aos aspectos sociais e econômicos das famílias a saber:

Questão 1 até a 7, são dados pessoais e familiares e estão repetitivas

Questão 8 a 14, os dados referem-se à ocupação dos familiares e responsáveis pelos/pelas estudantes

Questão 15 a 18, referem-se à constituição familiar, renda, profissão e nível de escolaridade entre outros.

- Questão 19 até 31, referem-se a atividades relacionadas ao período da pandemia, quanto o acesso à internet, plataformas, ocupação do tempo e dificuldades encontradas.

- Questão 32 até 34, referem-se ao estudo relativo à presença da Sociologia no contexto da pandemia e suas especificidades.

-Questão 35 e 36 referem-se à saúde dos estudantes, bem como suas rotinas. que responderam às questões

-Questão 37 a 40 referem-se à escola como se relacionam e o que pensam

-Questão 41 a 49 referem-se aos estudos e às expectativas com o futuro.

Por último a questão 50 refere-se a como o estudante relaciona o impacto da pandemia em sua vida.

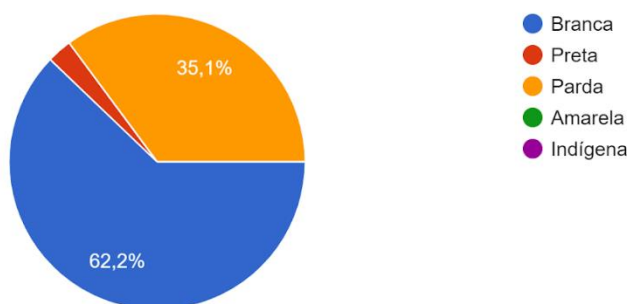
Os dados coletados estão em consonância com as respostas coletadas via Google Forms, que a seguir podem ser observadas.

1. Data de nascimento.

As respostas foram 1 (um) estudante anterior a 2002, 5 (cinco) estudantes nasceram em 2003 e 30 (trinta) estudantes nasceram no ano de 2004.

2- Como você se identifica quanto a sua cor? Escolha apenas uma das opções a seguir.

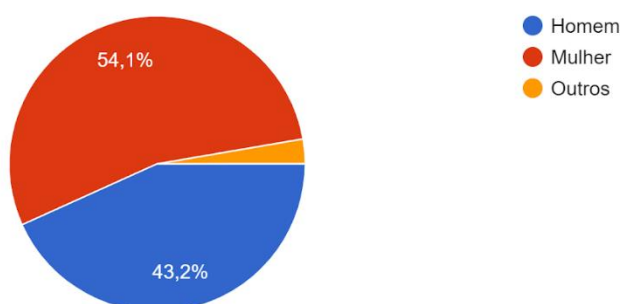
37 respostas



Uma das questões que foram apresentadas e respondidas dizia respeito à identificação de cor/raça. Do total de respostas 62,2% se identificam ou se reconhecem como da cor branca 35,1 da cor parda a e apenas 2,7 da cor preta. Havendo, portanto, uma prevalência de reconhecimento da cor branca. Mas evidencia também que no estado do Paraná, segundo o IBGE cerca de 35% da população se reconhece como negra ou parda, esse índice é o mesmo que no restante do estado.

3- Quanto a sexualidade : Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

37 respostas

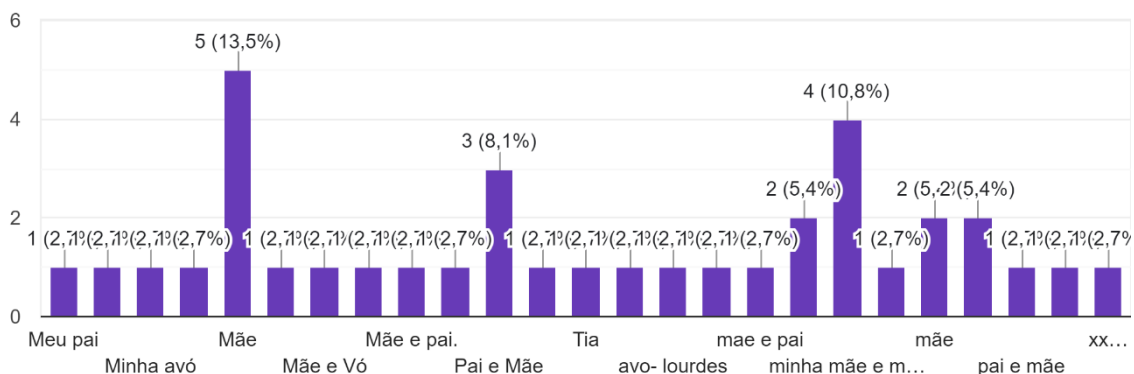


Em relação ao item sexualidade: 54,1% se reconhecem como mulheres, 43,2% se reconhecem como homens e apenas 2,7% não se identificaram. Nesse caso, nota-se um número maior de mulheres entre os estudantes que responderam

às questões.

4- Quem é o responsável por você? * Por favor, coloque sua resposta aqui:

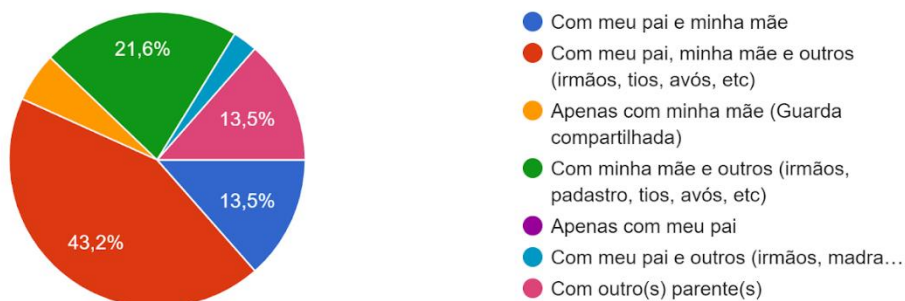
37 respostas



Esta questão era aberta para diferentes respostas e os estudantes escreveram como entenderam-na. As respostas dão conta que 13,5% têm a mãe como responsável, 10,8%, mãe e pai, 8,1% pai e mãe, e em menor proporção as respostas foram: mãe, pai, mãe e avó e tia.

5- Com quem você mora ? Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

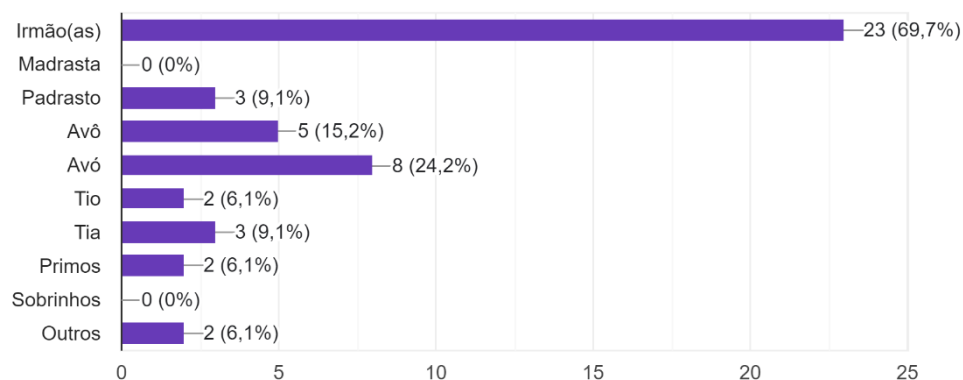
37 respostas



Sobre a composição da família, as respostas foram as seguintes: 43,2% moram com pai, mãe e irmãos e outros familiares, 21,6% com a mãe e irmão e outros familiares, 13,5% apenas com pai e a mãe, 13,5% com outros parentes, e 8,2% responderam moram apenas com o pai ou apenas com a mãe e irmãos.

6- Quem são as outras pessoas que você indicou na questão anterior? (Pode indicar quantos forem necessários)

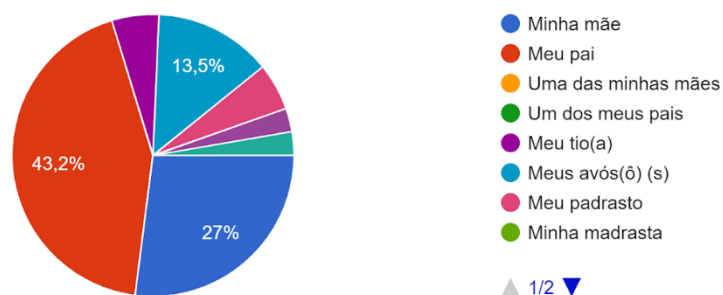
33 respostas



Em relação a composição da família, os estudantes podiam escolher mais de uma opção, portanto as respostas são variáveis e não são fechadas a um indicativo apenas. Sobre os dados mostrou-se que 69,7% moram com os irmãos, 24,2% tem as avós como moradoras na casa, assim como 15,2% tem os avôs como moradores, bem como 9,1% tem padrastos, 9,1% tem tias, 6,1% tem tias, 6,1% tem primos e 6,1% responderam outros moradores.

7- Quem é a pessoa da sua casa, onde você mora, que dá a maior contribuição de dinheiro/renda para o sustento da sua família? * Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

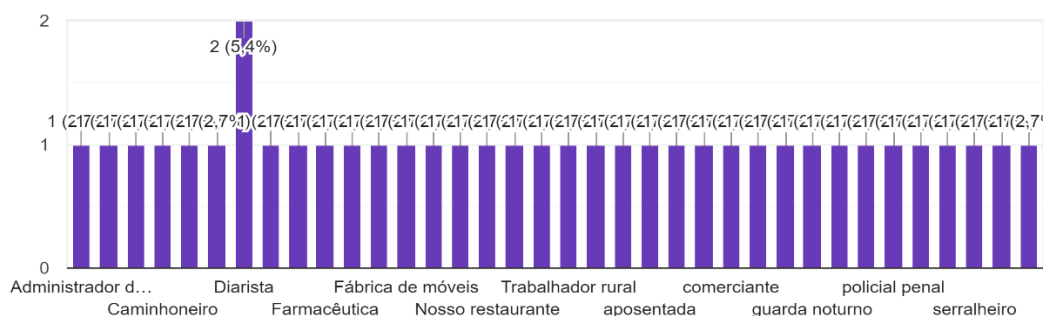
37 respostas



Ao serem questionados sobre o sustento da família as respostas foram: 43,2% o responsável é o pai, 27% é a mãe, 13,5 são os avós e 16,3% se dividem entre tios, padrastos e outros.

8- Qual é o trabalho/profissão/atividade da pessoa que mais contribui com dinheiro/renda para o sustento da sua casa/família? Por favor, coloque sua resposta aqui:

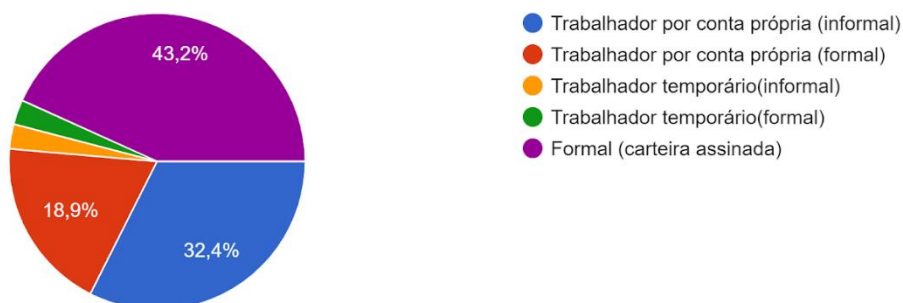
37 respostas



Sobre a atividade profissional da pessoa que mais contribui com dinheiro ou renda as respostas foram: administrador de fazenda, advogado, ajudante de empilhadeira, aposentado/a (5), auto peças, cabelereira, caminhoneiro, comerciante, costureira ,Designer/empresário, diarista (3), dona de casa, enfermeira, fabricante de móveis, farmacêutica, faz instalações de gás ,funcionário público(2), guarda noturno, lava- rápido, mecânico, pedreiro, porteira, policial penal, professora, proprietário de restaurante, segurança, serralheiro (2) , trabalha na empresa JBS, trabalhador rural .

9- Nesse trabalho ele/ela é : Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

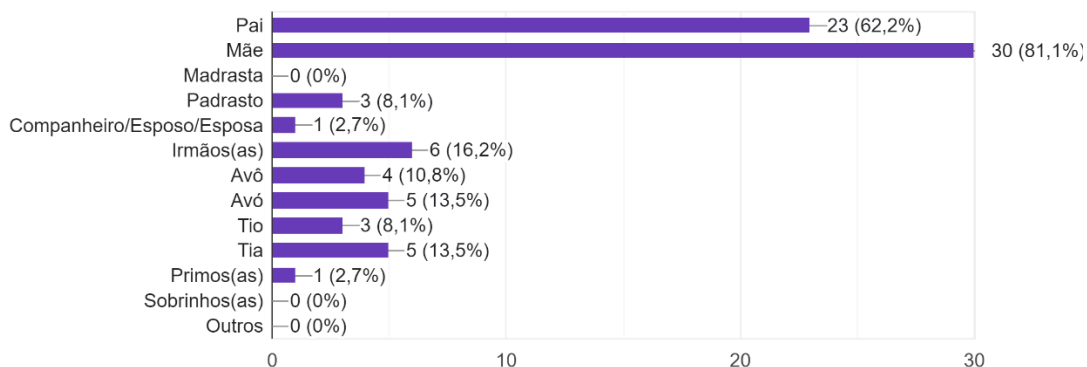
37 respostas



No tocante ao tipo de trabalho e o vínculo empregatício, percebe-se que 43,2% têm carteira assinada ou trabalho formal, 32,4% são trabalhadores por conta própria ou informal e 18,9% trabalham por conta própria de modo formal e ainda 5,5% são trabalhadores temporários formais ou informais.

10- Quais pessoas contribuem com dinheiro/renda para o sustento de sua casa ? Por favor, escolha as opções que se aplicam:

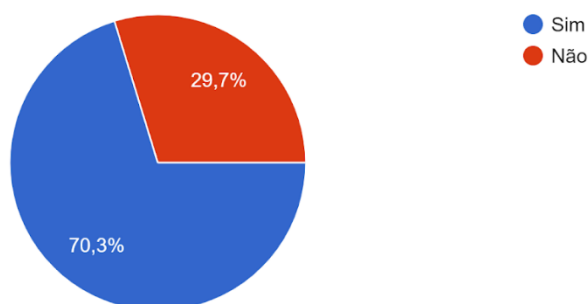
37 respostas



Nesta questão os estudantes podiam escolher mais de uma alternativa. Assim estes dados não refletem uma totalidade fechada. A renda ou dinheiro para o sustento da casa está disposto da seguinte forma: 81,1% é a mãe, em 62,2 o pai é o que mais contribui, bem como 16,2% é proveniente de irmãos(ãs), 13,5% provêm da avó, 13,5% em relação à tia, 10,8% em relação ao avô, 8,1% em relação ao padrasto e 8,1% é proveniente de tios, entre outros. Dessa forma é possível observar que a maioria da renda que é responsável pelo sustento da casa é proveniente da mãe e do pai, respectivamente.

11-Atualmente sua mãe tem ou exerce algum trabalho ou atividade remunerada ? Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

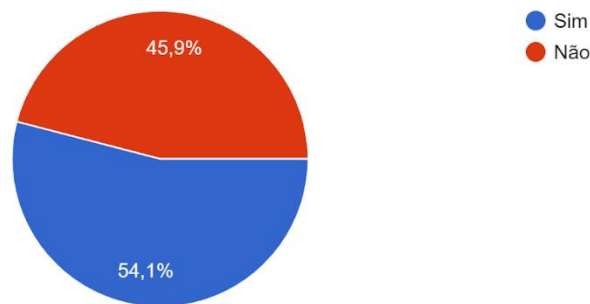
37 respostas



Com relação ao fato de a mãe ser trabalhadora, as respostas formam as seguintes: 70,3% das mães trabalham a 29,7% das mães não trabalham ou

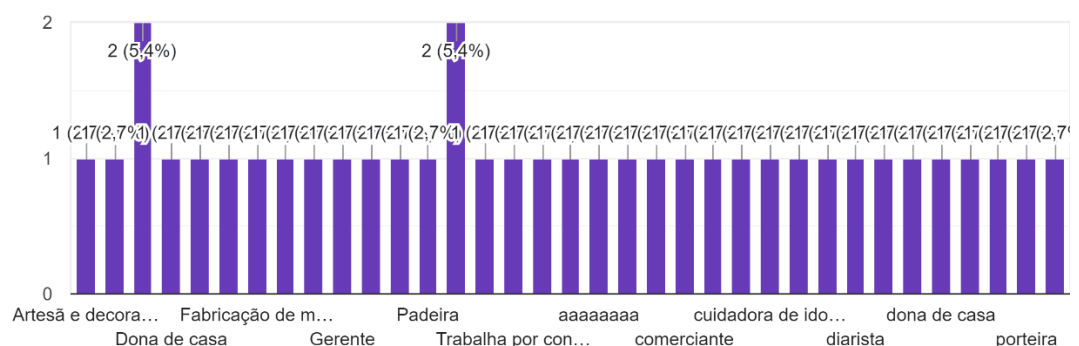
desempenham atividades econômicas. Esse dado reforça a teoria de que as mães colaboram muito para a manutenção das despesas da casa.

12- Sua Família recebeu o auxílio emergencial do Governo ?
37 respostas



No período da pandemia, aqueles que receberam auxílio do governo para contribuir com o sustento da família, 54,1 afirmaram ter recebido, enquanto 45,9 responderam que não receberam o auxílio emergencial do Governo Federal. Esse dado evidencia que muitas famílias, notadamente dos/das estudantes do colégio, necessitaram de ajuda financeira durante a pandemia.

13- Qual é a profissão de sua mãe ? Por favor, coloque sua resposta aqui:
37 respostas

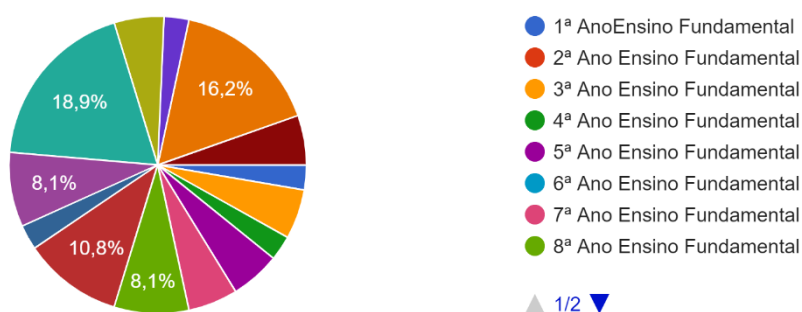


Em relação à atividade profissional ou profissão da mãe as respostas foram as seguintes: Artesã e decoradora, atendente de caixa , caixa , comerciante, costureira, cuidadora de idoso, cuidadora de idosos e ajudante de empacotamento de balões de festa, dá aula de música, desempregada, 3 são Diaristas, diarista e cabelereira, 3 são

Dona de casa, do lar/ costureira, Empregada doméstica, Enfermeira, Farmacêutica ,Fabricação de móveis , Fonoaudióloga, Gerente , 2 não trabalham, Nenhuma por enquanto, Padeira, Passadeira de roupa, porteira ,2 são Professoras, Revendedora de semi-jóias , Técnica de enfermagem , trabalha na JBS(big frango), Trabalha por conta própria fazendo bolos, Trabalhadora rural.

14 - Até que ano da escola sua mãe estudou (mesmo que não conviva com ela)?Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

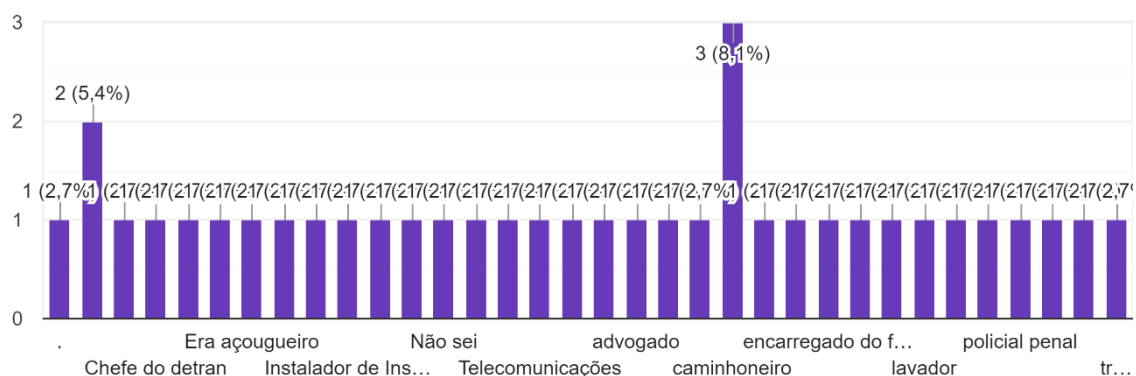
37 respostas



Ao serem questionados sobre o grau de escolaridade da mãe, as respostas dão conta que 18,9% possuem ensino médio completo, 16,2% possuem superior completo, 10,2% estudaram até o 9º (nono) ano do ensino fundamental e 8,1% estudaram até o 2º(segundo) ano do ensino médio e 8,1% estudaram até o 8º (oitavo) ano do ensino fundamental, 5,4% estudaram até o 7º ano do ensino fundamental, ainda 5,4% estudaram até o 4º (quarto) ano do ensino médio, 5,4% possuem pós-graduação. Ainda que 2,7% cursaram o ensino superior incompleto, 2,7 % estudaram até o 1º (primeiro) ano do ensino médio, 2,7% estudaram até o 4º (quarto) do ensino fundamental, 2,7% 3º ano do ensino fundamental, 2,7% têm apenas o 1º (primeiro) ano do ensino fundamental.

15 - Qual é a profissão de seu pai ? Por favor, coloque sua resposta aqui:

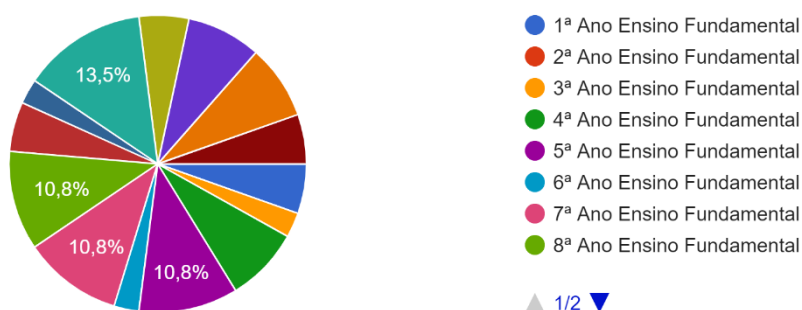
37 respostas



Questionados em relação à profissão do pai, as respostas forma as seguintes: advogado, aposentado, ajudante de empilhadeira, Chefe do DETRAN, Comerciante, caminhoneiro (4), Carpinteiro, Era açougueiro, diarista e cabelereira, Designer gráfico, encarregado do frigorífico, falecido, Faz instalações de gás Funcionário público, guarda noturno, Instalador de Insulfilm, não o conhece, lavador , Mecânico , Não sabe ,Nenhuma, Pedreiro, policial penal, Serralheiro (2) Técnico de enfermagem, Telecomunicações, Trabalhador rural (3), trabalhava numa empresa.

16- Até que ano da escola seu pai estudou (mesmo que não viva com ele)? Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

37 respostas

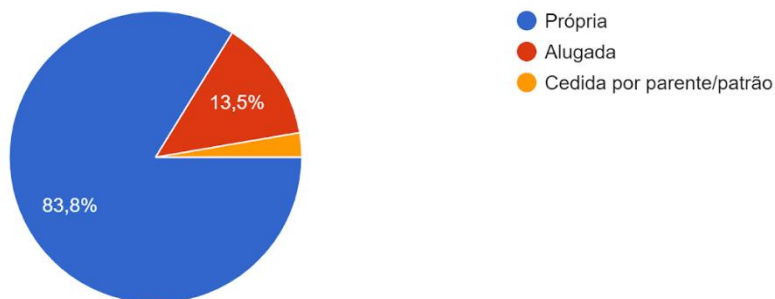


Ao serem questionados sobre o grau de escolaridade dos pais, as respostas foram as seguintes: 13,5% concluíram o ensino médio, 10,8% estudaram até os 8º 9 oitavos) ano do ensino fundamental, 10,8% estudaram até o 7º (sétimo) ano do ensino fundamental e 10,8% estudaram até o 5º (quinto) ano do ensino fundamental. Já 5,4 responderam que o pai possui pós-graduação, 5,4% estudaram até o 9º (nono) ano

do ensino fundamental, enquanto 2,7% estudaram até o 1º(primeiro) ano do ensino médio e 2,7% estudaram até o 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

17- Sua casa é :

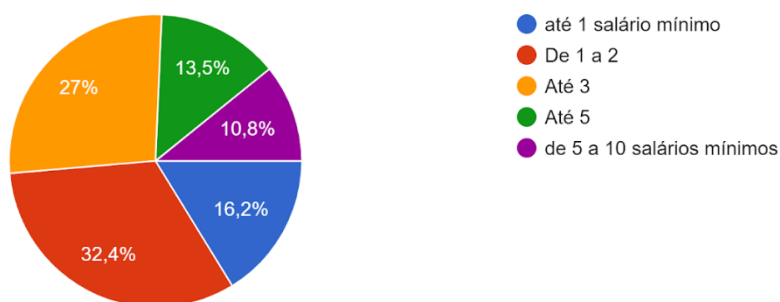
37 respostas



Sobre as condições de moradia 83,8 % afirmaram possuir casa própria, em menor número são casas alugadas, com 13,5 % e ainda 2,7% residem em imóveis cedidos por parentes ou outros. Contrariando as expectativas, por serem famílias que receberam o auxílio do Governo Federal, a maioria dos entrevistados/as afirmaram ter residência própria.

18-Incluir faixa salarial de sua família- renda total todas as pessoas que contribuem (referencia salario mínimo 1100,00 reais)

37 respostas



Questionados sobre as condições de renda e poder aquisitivo, as respostas apresentam os seguintes dados: 32,4% ganham entre 1 e 2 salários-mínimos, 27%

ganham até 3 salários-mínimos, 16,2% até 1 salário-mínimo, 13,5 % até 5 salários-mínimos, e ainda 10,8 % afirmaram que a renda familiar é de mais de 5 e até 10 salários-mínimos. Outro dado que reforça a renda familiar em comparação com os dados do município, que são em média 2 salários-mínimos.

4.2 – Os impactos da pandemia

Num primeiro momento a oferta de atividades em plataformas de estudos proporcionada pelas mudanças tecnológicas, e adaptadas ao período da pandemia, acabaram por fazer parte do cotidiano dos estudantes e foram ainda mais aprimoradas, passando a contar com plataformas de redação, de inglês, de leituras, e de atividades de *quizzes*, entre outros. A efetivação dessas plataformas acaba por gerar uma espécie de automatização das atividades que os estudantes são obrigados a desenvolver. A oferta de aparatos tecnológicos de forma crescente e indiscriminada, sem a garantia que isso gere o aprendizado que a formação educacional requer, acaba por menosprezar a capacidade intelectual dos estudantes e a liberdade dos professores em propor avaliações diferenciadas e inclusivas.

O aperfeiçoamento de sistemas de gestão implantados nas escolas públicas do Paraná, ainda está em fase de expansão notadamente no que se refere à frequência e desempenho individual dos estudantes, visto que o controle de presenças já ocorre através de reconhecimento facial e a quantidade de atividades realizadas nas plataformas pode ser utilizada para verificação de aprendizagens através de suas notas no trimestre. A parafernália tecnológica disponibilizada está subordinada também ao desempenho das equipes diretivas, que são assessoradas por especialistas em educação ou técnicos em educação. Isso na verdade, acaba por gerar índices de realização de tarefas e não de aprendizados. A vigilância constante tem causado estresse e adoecimento dos profissionais da educação, desde os professores, equipes pedagógicas, auxiliares administrativos e os demais trabalhadores das escolas. Tudo para atingir metas, desconsiderando a falta de tratamento humanizado tão necessário àqueles que educam os filhos de nossa sociedade.

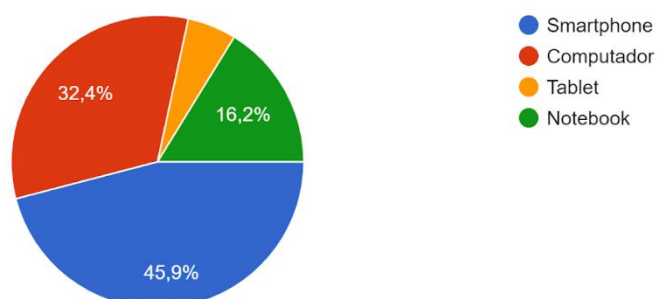
O processo de implantação das ferramentas e seu impacto na formação dos alunos, neste período de pandemia, mostrado desafiador. Ao observar o desempenho

dos alunos, a frequência de realização das atividades, o tempo e a quantidade de exercícios propostos em todas as disciplinas ofertadas, pode -se inferir que muitos deles não conseguiram organizar seus estudos de modo satisfatório. A percepção dos alunos e sobre as angústias, os receios que a pandemia trouxe consigo, as perdas de vidas e a banalização do sofrimento por parte de muitos, pode ter influenciado neste desempenho.

Ao longo deste período como docente e observadora de comportamentos, atitudes e expectativas, pressupõe-se que os estudantes tiveram pouco ou nenhum apoio por parte de órgãos competentes que se empenhassem em ouvir as necessidades dos estudantes, priorizando suas demandas, angústias e necessidades. A análise de dados sobre período mais intenso da pandemia, podem colaborar para compreender os desafios enfrentados pelos estudantes.

19- Durante a pandemia : Como acessou as atividades on line ?

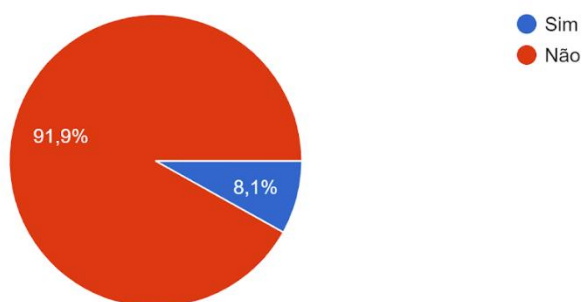
37 respostas



Questionados sobre como o/a estudante acessou as atividades on line, as respostas dão conta que a maioria com 45,9% acessou através de smartphone, 32,4% acessaram através de computadores, 16,2% acessaram através de notebook e ainda 5,4% usaram tablets para acessar as atividades on line. Diferentemente do restante de dados coletados em todo o estado, e em relação ao país, os/as estudantes do colégio tiveram acesso às atividades on line.

20- Assistiu as aulas pela TV?

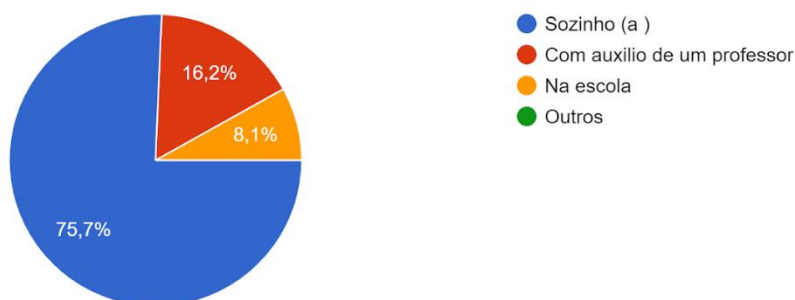
37 respostas



Ao serem questionados sobre terem assistido aulas disponibilizadas pela TV durante a pandemia, 91,9 % dos alunos responderam não terem assistido as aulas transmitidas pela TV, enquanto apenas 8,1% disseram ter assistido aulas pela TV. Dessa forma, em relação à disponibilização de aulas pela TV, poucos estudantes utilizaram este recurso em seus estudos durante a pandemia. Mesmo assim o governo do estado do Paraná afirmou em vários momentos a necessidade de ofertar este tipo de modalidade de aulas, até depois da diminuição de casos graves e o retorno às aulas presenciais. Esse dado contribui para reforçar a ideia de que o estado do Paraná desconhece a realidade dos/das estudantes e por conta própria tentou impor um modelo de aulas que só beneficiou as emissoras contratadas para reproduzirem os conteúdos escolares.

21- Como aprendeu a acessar o classroom ?

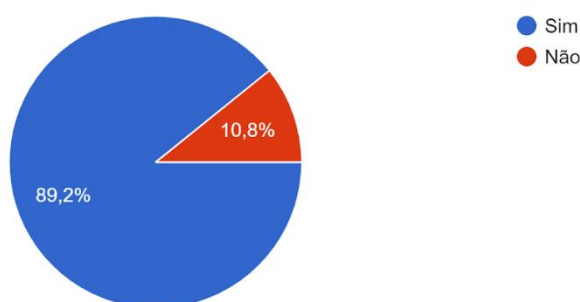
37 respostas



Ao serem questionados sobre a forma que aprenderam a acessar o Classroom e as plataformas de ensino, 75,7% responderam que aprenderam sozinhos, enquanto 16,2% contaram com a ajuda de um professor e apenas 8,15 aprenderam na escola. Por se tratar de estudantes que já acessavam atividades no Classroom com alguns professores no colégio, muitos deles não encontraram dificuldades em acessar e realizar as atividades. Diferentemente de outros estabelecimentos de ensino em todo o estado e no país.

22- Teve facilidade em acessar as atividades?

37 respostas



Ao serem questionados sobre a facilidade em acessar as atividades disponibilizadas através do Classroom, 89,2% responderam que sim, enquanto 10,8% afirmaram que não tiveram facilidade ao acessar o Classroom. Evidencia também que já conheciam a forma de realizar as atividades.

23- Se sim, por que?

33 respostas

Internet boa

Pq já tenho uma certa facilidade com tecnologia

Falta de internet

*Porque já havia aprendido na escola como acessar as atividades
estou acostumada*

*a plataforma é intuitiva e eu já tinha bastante contato com outras tecnologias
aprendo rápido*

porque foi fácil aprender a mexer

Tinha fácil acesso as plataformas digitais.

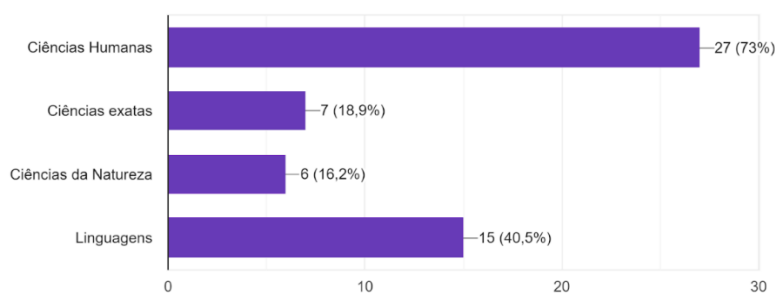
*por que eu tenho internet e também tenho facilidade para acessar o computador, mas na
pandemia estava sem celular e não consegui ver todas as aulas :(
pois tive acesso e facilidade com a plataforma de estudo.*

Porque tive a ajuda dos professores

pois eu procurei sozinha e aprendi.
 porque sempre tive acesso ao conteúdo
 Tive ajuda dos professores e colegas de classe
 pq eu tinha tudo o que precisava, celular, computador e internet
 Porque é fácil
 É um aplicativo simples.
 porque era fácil
 pq era fácil achar as coisas
 porque eu tinha internet na minha casa
 Porque era fácil.
 Porque era fácil
 tenho fácil acesso a internet
 na minha casa tinha internet
 porque eu sabia mexer
 Era simples, mesmo que em uma interface não tão limpa.
 por que sim kkkk
 Porque tenho uma certa facilidade para mexer em aparelhos eletrônicos.
 Pois n era algo difícil
 tenho facilidade em utilizar a internet
 Porque eu achei fácil usar as plataformas de estudo.
 não tive facilidade

Entre os estudantes que responderam esta questão, 33 respostas ficaram registradas e foram transcritas acima. A maioria das respostas contudo dão conta de que acesso à internet como principal dado, assim como a facilidade com que a maioria já tinha em realizar atividades com uso de ferramentas digitais. Muitos/as ressaltaram que as plataformas são relativamente fáceis de acessar e realizar atividades propostas, pois eram simplificadas. As ferramentas foram utilizadas, mas muitos/as evidenciaram serem consumidores de produtos digitais, mas não sabem produzi-los.

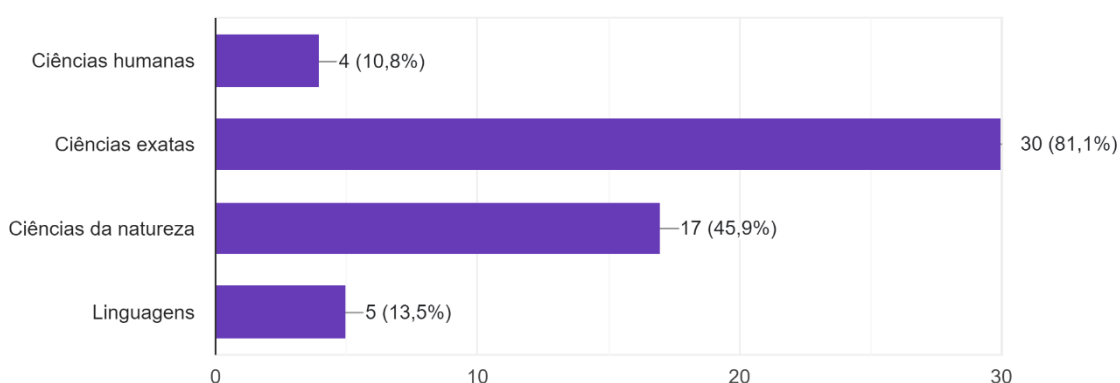
24- Quais as áreas que teve mais facilidade em acompanhar /aprender ?
 37 respostas



Com relação às áreas em que os estudantes tiveram mais facilidades para acompanhar ou aprender os conteúdos ou temas, as respostas foram: 73% tiveram facilidade com a área de ciências humanas, enquanto 40,5% tiveram facilidade com as Linguagens, 18,9% com as ciências exatas e 16,2% tiveram facilidade com as ciências da natureza. Nesta questão os estudantes podiam escolher mais que uma alternativa, o que pode demonstrar as áreas que tiveram mais facilidade em acompanhar a oferta de conteúdos disponibilizados foram as ciências humanas e as linguagens, pois podiam ser mais bem interpretadas e assimiladas.

25- Quais as áreas que teve mais dificuldade em acompanhar/ Aprender ?

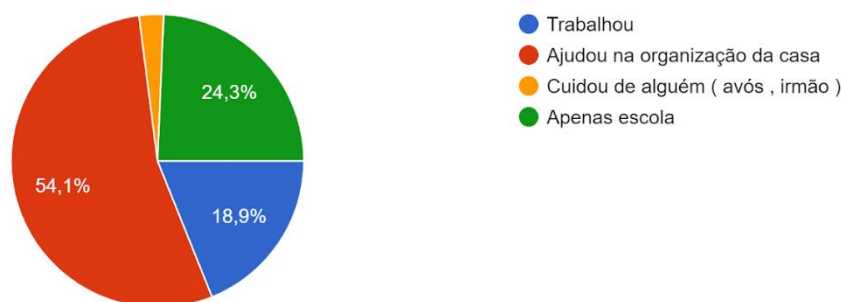
37 respostas



Ao serem questionados sobre a dificuldade em acompanhar ou aprender os diferentes conteúdos disponibilizados as respostas dão conta que 81,1% tiveram dificuldade de acompanhar/aprender a área de exatas, bem como 45,9% tiveram dificuldade com as ciências da natureza, enquanto 13,5% tiveram dificuldade com as Linguagens e apenas 10,8% tiveram dificuldades em acompanhar/aprender as ciências humanas. Nesse caso, notou-se que as áreas exatas apresentaram maiores dificuldades de aprendizagem tanto no atendimento emergencial quanto no atendimento presencial, fato que foi notado e descrito por muitos no retorno às aulas presenciais.

26-Que atividades realizou durante a pandemia?

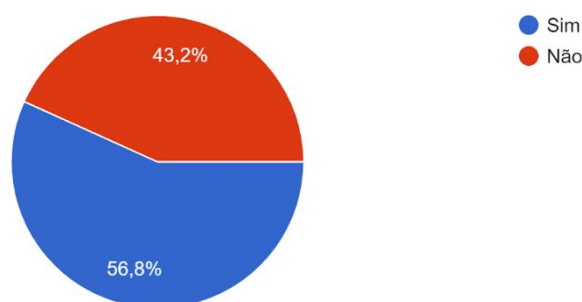
37 respostas



Ao serem questionados sobre as atividades que realizaram durante a pandemia, responderam num total de 54,1% ajudaram na organização da casa, 24,3% realizaram apenas atividades da escola e 18,9% trabalharam e ainda 2,7% cuidaram de familiares, avós ou irmãos. Esse fato pode evidenciar que o convívio familiar teve um papel fundamental no enfrentamento à pandemia, com responsabilidades assumidas pelos/pelas estudantes na manutenção das atividades da casa.

27 -Praticou alguma atividade física durante a pandemia ?

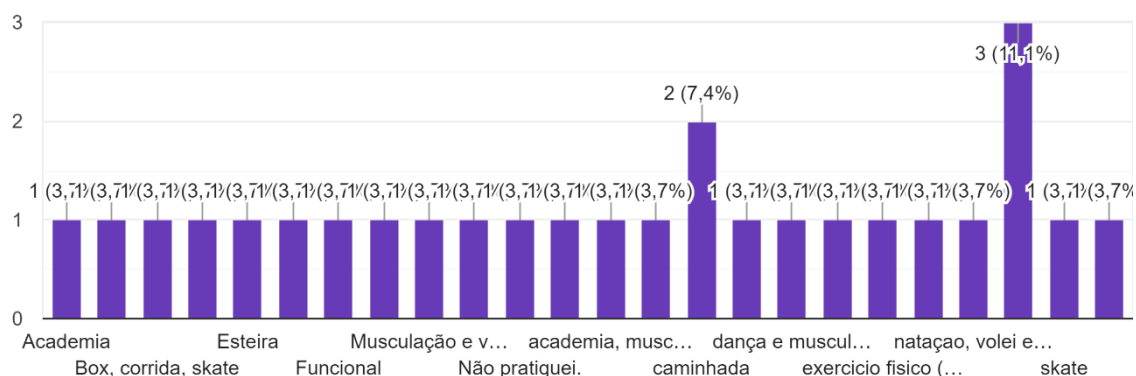
37 respostas



Ao serem questionados sobre a prática de atividade física durante a pandemia, em que ficaram apenas em casa, as respostas foram 56,8 % afirmaram que sim e 43,2 responderam que não praticaram atividade física. Essa questão pode evidenciar que os/as estudantes sentiram ou não a necessidade de realizar atividades físicas, e que esse fato pode ter colaborado para o melhor enfrentamento da pandemia.

28- Se sim, qual/quais?

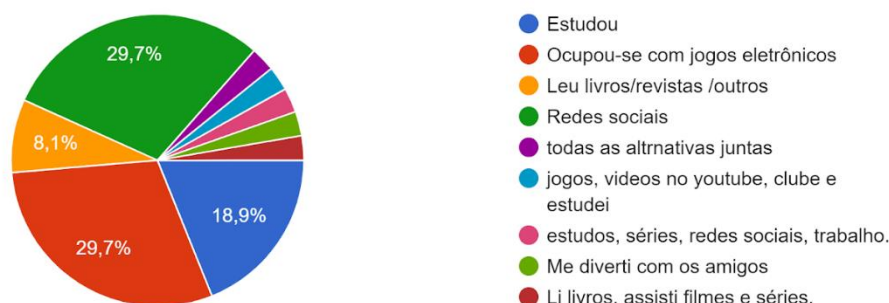
27 respostas



Para aqueles que praticaram atividade física, ao serem questionados as respostas dão conta que as atividades físicas mais praticadas foram: academia, academia em casa, andou de bicicleta, box, calistenia (exercícios físicos para manter a forma), caminhada, corrida, dança, exercícios e alongamento, funcional, musculação, natação, skate e vôlei. Nota-se, que muitas dessas atividades são realizadas em grupo, o que contraria as orientações referentes ao enfrentamento da pandemia.

29 - Como ocupou seu tempo durante a pandemia ?

37 respostas

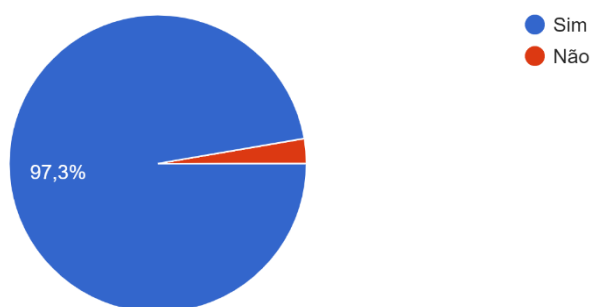


Ao serem questionados sobre os hábitos e como ocuparam o tempo no período da pandemia as respostas foram: 29,7% ocuparam-se com jogos eletrônicos, 29,7% ocuparam-se com as redes sociais, 18,9% responderam que ocuparam o tempo com os estudos, 8,1% responderam que leram livros, revistas/outros, enquanto 2,7%

responderam que ocuparam o tempo com jogos, vídeos no youtube, clube e estudos, 2,7% responderam que se divertiram com amigos, 2,7% ocupou o tempo com estudos, série, redes sociais e trabalho e ainda 2,7% escolheu a opção de todas as alternativas juntas. Nesse item sugere que os/as estudantes encontraram outras formas de manterem contatos sociais, de forma indireta, e que, os estudos ficaram em segundo plano. Aqui nota-se a necessidade de manter-se conectado e a possível influência das redes sociais e os jogos na vida dos estudantes.

30 - Em sua casa você tinha acesso à Internet?

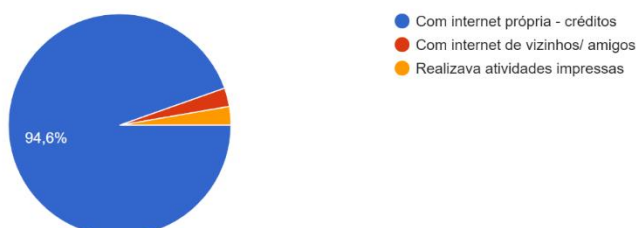
37 respostas



Ainda em relação ao acesso à internet os estudantes responderam que 97,3% tiveram acesso à internet em casa contra apenas 2,7%, ou seja, apenas 1 estudante não tinha acesso à internet em sua casa. Contrariando outros dados de pesquisas realizadas durante a pandemia, os/as estudantes do colégio majoritariamente possuíam os meios para realizar as atividades ofertadas durante a pandemia, enquanto no restante do estado e do país muitos/muitas estudantes não tiveram a mesma sorte.

31 - Como realizava as atividades escolares durante a pandemia?

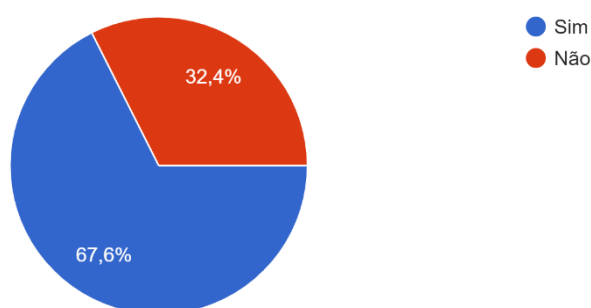
37 respostas



Questionados sobre a disponibilidade de acesso à Internet e aos materiais impressos disponibilizados pela escola, as respostas foram: 94,6% tinham internet própria ou com créditos, enquanto 2,7% utilizaram internet de vizinhos ou amigos e apenas 2,7% realizavam atividades impressas. Esse dado revela que a pandemia consolidou a necessidade de os/as jovens estudantes estarem conectados à Internet como meio de existir real e virtualmente, e assim poderem participar de grupos sociais diversos e receberem informações sobre diversos assuntos, inclusive as chamadas Fake News disseminadas durante toda a pandemia.

32- O estudo da disciplina de Sociologia colaborou para refletir sobre a pandemia e seus efeitos ?

37 respostas



Ao serem questionados sobre o fato de o estudo da disciplina de Sociologia ter colaborado para refletir sobre a pandemia e seus efeitos, 67,6% responderam que sim, enquanto 32,4% responderam que a disciplina de sociologia não colaborou para refletir sobre a pandemia e seus efeitos. Esse dado ressalta a importância da Sociologia no contexto escolar como forma de pensar a realidade em que o/a estudante está inserido, contrariando as determinações legais do estado do Paraná que diminuiu sua oferta no Ensino Médio. Pode evidenciar também que os/as estudantes não se encontram satisfeitos com as mudanças em suas grades curriculares.

33) Se sim, qual foi o conteúdo ou temática que o fez refletir sobre a pandemia?

Desigualdade.
Ideologia

Questões sociais no geral

nada

positivismo, porque fala que quanto mais o homem se desenvolve cientificamente melhor é, isso tem um pouco de razão até porque o desenvolvimento científico trouxe coisas positivas como a vacina, sem a qual não teríamos a cura para esse vírus, porém esse desenvolvimento nem sempre é tão benéfico pois também foi o que fez o vírus surgir devido ao contato do homem com a natureza.

sobre os efeitos da pandemia

todos

Aula online

bom, na real não teve nem um específico, por que nas aulas eu refletia por conta própria, em quanto a aula rolava eu ficava pensando na situação de estar em uma pandemia

filosofia e sociologia

Democracia

sociedade.

toda a matéria.

Ruim, mas foi importante para a segurança

não sei

Não

cotidiano, situações em que vivemos

....

Direitos humanos

Direitos humanos.

não lembro

não lembro

Nenhum

em como a pandemia mudou o mundo e nossa forma de pensar

Nenhum.

nas conversas de como a pandemia nos afetou

Ver como a sociedade se comporta em meio as dificuldades que passamos.

Nesta questão que o estudante podia descrever os temas abordados, foram preservadas as respostas integralmente, podendo servir como referência de estudos dos conteúdos mais relevantes para esses estudantes que responderam às questões. Entre elas surgiram; direitos humanos, comportamento social, positivismo, questões sociais, desigualdades, ideologia, cotidiano, democracia, efeitos da pandemia, sociedade entre outras respostas. Esses dados podem evidenciar que os conteúdos programáticos da Sociologia são assimilados e pensados pelos/pelas estudantes, e como eles se relacionam com as suas vivências pessoais, como é o caso da imaginação sociológica, que eles tiveram contato na primeira série do Ensino Médio

34) Ainda sobre as aulas de Sociologia, comparadas ao primeiro ano do Ensino Médio, o que você acha da diminuição da carga horária dessas aulas?

Péssima, sociologia ajuda a refletir

Acho que antes dava pra aprender melhor

Péssimo, pois as aulas de Sociologia nos ajudam a tentar entender coisas que acontecem na sociedade

Um desperdício, sociologia é necessária errado

Acho que piora a qualidade do ensino, principalmente em ciências humanas ruim

poderia ter mais aulas de sociologia para descobrir várias coisas sobre a aula

Péssimo, as aulas eram de grande ajuda para o desenvolvimento do aluno.

não gostei por que acho a matéria muito util.

péssimo, pois essa matéria é importante para refletirmos sobre a sociedade.

Ruim, pois com a disciplina de sociologia conseguimos entender mais o nosso papel na sociedade, e com a diminuição das aulas, houve um pouco de "prejuízo".

Desnecessário, e muito prejudicial a formação dos alunos, seja de conteúdo e como pessoa.

Com a diminuição da aula de sociologia prejudicou o aprendizado de alunos; deveria ser uma matéria obrigatória.

a sociologia e filosofia são matérias essenciais na formação do ser humano, na minha opinião acho que deveria adicionar mais aulas semanais.

Péssima, sociologia é uma matéria extremamente importante que faz os alunos conhecerem e refletir sobre a sociedade sua história e seus direitos

Não gostei, as aulas são importantes e gostaria que tivesse mais aulas.

achei que prejudicou muito, é uma matéria muito importante

Péssimo

Acho que deveria ter mais aulas

Errado, os alunos precisam pensar e refletir mais e as aulas de sociologia nos proporciona isso.

acho uma verdadeira bagunça, precisamos de aula de sociologia

péssimo

Isso não deveria ter acontecido.

Desnecessário.

acho ruim pois deveríamos ter o ensino pois e importante iguais as outras matérias

péssima

eu acho que isso deveria ser mudado.

Ruim. Acho uma matéria importante para o ensino médio.

uma pena

Ruim, era legal as aulas

Acho que afetou muito as pessoas que precisam estudar essa matéria para prestar vestibular e também fazerem faculdade.

Péssima decisão

não acho certo pois sociologia é uma matéria muito importante e deveria ter mais aulas

Acho ruim, pois a sociologia é uma matéria importante e deveria ter uma carga horária maior.

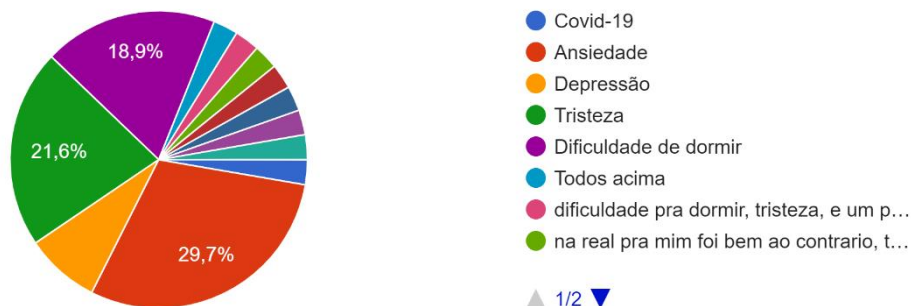
acho muito ruim pois é uma matéria necessária

Ruim, pois é uma matéria essencial

Ao serem questionados sobre a redução das aulas de Sociologia, os estudantes tiveram a oportunidade de contribuir com suas percepções sobre a importância de estudar a sociologia na escola. Dentre as que tiveram destaque estão: *desnecessário, péssimo, achou ruim, muito ruim, não achou certo, errado, não gostei, prejudicou muito, uma pena, uma verdadeira bagunça*, entre outros que poderão ser analisados mais especificamente. Esse dado pode evidenciar que os/as estudantes não participaram dos processos decisórios que os afetam, não tendo escolhas reais, como sugeriram as falsas informações que circularam nas mídias sobre as mudanças no Ensino Médio.

35 -Teve problemas de saúde ou emocional , durante a pandemia ?

37 respostas



Ao serem questionados sobre problemas de saúde ou emocionais durante o período em que estiveram em isolamento social devido a pandemia as respostas foram as seguintes: 29,7% responderam que tiveram ansiedade, 21,6% responderam que sentiram tristeza, 18,9% responderam que tiveram dificuldades para dormir e 8,1% responderam que tiveram depressão. No entanto para 2,7% respondeu que tiveram todos os itens, assim como 2,7% respondeu que teve tristeza, dificuldade para dormir e tristeza, 2,7% responderam que teve todos os itens excetuando o Covid, 2,7% responderam que aproveitou para refletir sobre sua existência e tudo que já tinha vivido. Enquanto 2,7% responderam ter tido Covid, também 2,7% responderam que não teve nenhum dos sintomas ou problemas de

saúde. Novamente os dados coletados corroboram com dados de muitas pesquisas e suposições que a saúde mental dos/das estudantes foi afetada, e ainda é um dos principais problemas de saúde entre os/as estudantes.

36) Relate brevemente sua rotina durante a pandemia.

Aulas o dia todo.

Acordar, ver aula, almoçar, ver aula ir à academia jantar e dormir

De manhã fazia as tarefas domésticas, depois eu fazia as atividades impressas, e a tarde eu assistia as novelas mexicanas e de vez em quando eu andava de bicicleta.

Estudava, jogava, assistia televisão, às vezes saía

acordar tarde, cuidar da casa, estudar as vezes

acordava, comia, me arrumava, estudava, e comia, as vezes saía para caminhar ou andar de bike.

acordar entrar na aula, quando terminar a aula comer e dormi ou assistir

acordava ia no celular ver as redes sociais depois caminhava

Levantava ainda pela manhã, tomava café. Estudava até a noite e dormia.

acordava, almoçava depois do almoço eu tentava ver aula enquanto eu trabalhava no meu tio

Assistia aulas no Meet, e realizava outras atividades

Era basicamente assistir as aulas em tempo integral e quando acabava eu realizava as tarefas de casa.

estudar e trabalhar.

dormia bastante, acordava assistia aula as vezes assistia enquanto limpava a casa, assistia anime e ouvia música.

acordar, as vezes ver aula e jogar vídeo game

Dormir, assistir as aulas on-line, trabalhar.

dormia, acordava, assistia aula e comia

Estudo e treino

Estudo e treino

Acordava, assistia às aulas, almoçava, assistia às aulas...

acordava entrava nas aulas, nas horas do intervalo arrumava a casa.

dormia muito tarde, troquei o dia pela noite

acordava, fazia ativ física e estudava

Acordar, entrava na Meet, almoçava, votava a assistir Meet, tempo livre e dormia.

Acordava, entrava na Meet, comia, lia livros, assistia filmes e séries e dormia.

acordar cedo para estudar, almoçar e estudar novamente

acordava, assistia aula

acordava, comia, jogava e dormia

Acordava tarde e jogava com amigos.

trabalho casa jogo

Jogava, comia dormia e as vezes assistia as aulas

Acordava, estudava, almoçava, estudava e depois jogava um pouco.

dormia, jogava e comia

dormi muito, comi pouco e não saí de casa

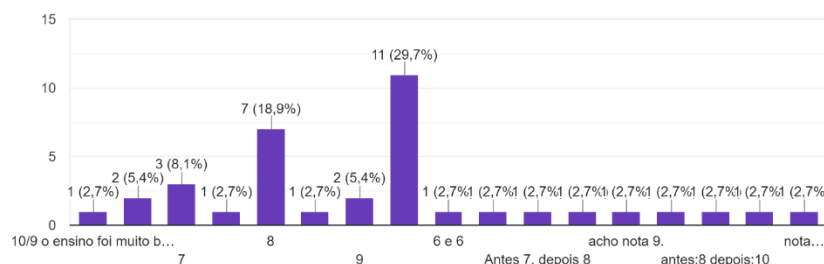
Eu frequentava as aulas online e ajudava nas tarefas de casa.

eu trabalhei, cuidei da minha casa, do meu sobrinho, fiz as atividades da escola e tive muitas crises de ansiedade

Acordava, acessava as aulas, depois ia arrumar a casa, após isso ia almoçar, entrava na aula novamente e depois da aula ia treinar.

Alguns relatos sobre a rotina que vivenciaram durante a pandemia podem colaborar para compreender este período ímpar na história de vida de cada um, e consequentemente possibilita interpretar o período em que a casa e a escola se configuraram num mesmo local. Rotinas e atividades parecidas entre os estudantes e as relações sociais pautadas pelos meios de comunicações e as interações disponibilizadas pelos mecanismos criados na modernidade. Esses dados ressaltaram a problemática da saúde mental que afetou e ainda afeta muitos/muitas estudantes, dado que também se verifica em outros estudos que se referem ao restante do país.

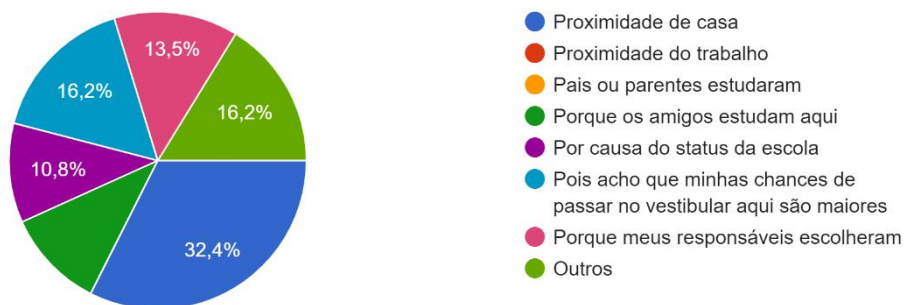
37- Antes e depois da pandemia , responda : Como considera a escola em que você estuda? Dê uma nota de 0 a 10. Cada resposta deverá estar com...tre 0 e 10. Por favor, coloque sua resposta aqui:
37 respostas



Ao responderem sobre a nota que atribuíam à escola antes e depois da pandemia, os estudantes atribuíram as seguintes notas: 29,7% responderam que a nota era 10. Para 18,9% a nota seria 8, ainda para 5,4% a nota ficou em 9 e para também 5,4% a nota seria 6, assim também 2,7% responderam que a nota seria 7. No entanto 2,7% informaram que antes da pandemia a nota seria 7 e na pandemia avaliou-se 8, ainda 2,7% atribuíram nota 9 e ainda podia melhorar, também 2,7% atribuíram 9 e depois com nota 7. Também 2,7% atribuíram nota 10 e depois nota 4, assim também 2,7% atribuíram nota 2, e 2,7% atribuíram nota 6. Teve ainda 2,7% que atribuiu nota 8 e 2,7% que atribuiu nota 9. Ao observar a variação de notas atribuídas pelos estudantes percebe-se que apesar de a notas variarem, a maioria avaliou que a escola atendeu bem as necessidades dos estudantes antes e depois do período avaliado. Esses são contrapontos sobre o que pensam sobre a escola que conheceram no referido período.

38 - Por que você estuda nesta escola ? Escolher apenas uma das opções a seguir:

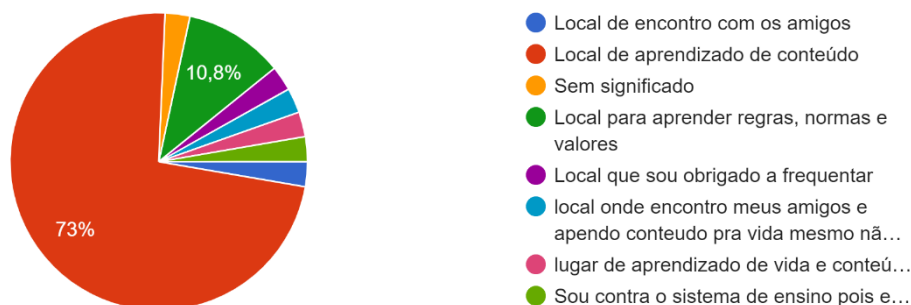
37 respostas



Ao serem questionados pelo motivo que escolheram estudar nesta escola a resposta evidenciou que 32,4% a escolheram pela proximidade de casa, 16,2% escolheram porque acham que as chances de passar no vestibular são maiores, ainda 16,2% escolheram outros motivos, e 13,5% porque os responsáveis escolheram, 10,8% escolheram por causa do status da escola e ainda 10,8% responderam que a causa foi que os amigos estudam aqui. Esse dado reforça a ideia de escolha por essa escola pela facilidade de acesso e a centralidade, acompanhados pela possibilidade de ter uma formação escolar que permita continuar os estudos posteriormente.

39- O que a escola significa pra você? Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

37 respostas



Em relação ao significado da escola para o estudante as respostas dão conta de que para 73% avaliaram que é um lugar de aprendizado de conteúdos, para 10,8% avaliaram que é um local para aprender regras, normas e valores, e ainda 2,7% avaliaram que não tem significado, 2,7% responderam ser um local que é obrigado a frequentar, 2,7% responderam ser um local de aprendizado de vida e conteúdo, sendo a segunda casa. E ainda, 2,7% escolheram ser um local de encontro com os amigos e 2,7% optaram por ser contra o sistema de ensino pois testa a memória e não a inteligência. Esse dado colabora com a investigação sobre o papel da escola como formação social baseado em conhecimentos e conteúdos científicos, sendo ul local de estudos.

40- O que motiva você a estudar ? Favor escolher apenas uma das opções a seguir

37 respostas

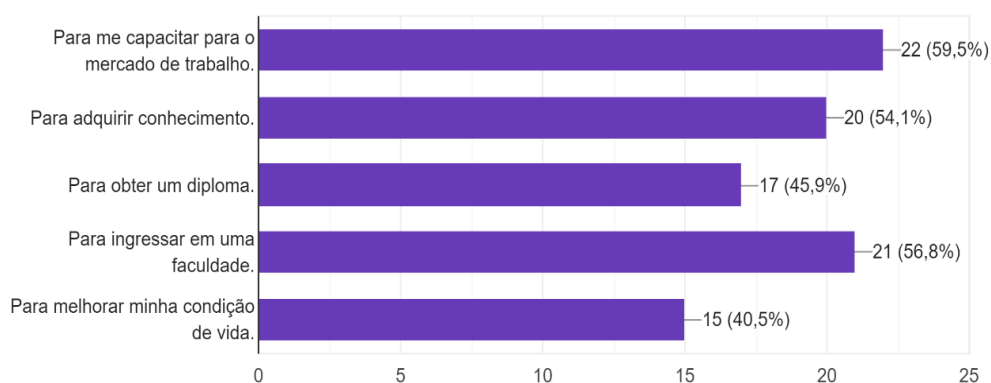


Questionados pelo motivo que estudam, as respostas de 64,9% foi para passar no vestibular. Para 13,5% optaram para entrar no mercado de trabalho e 10,8%

optaram para buscar vagas de emprego que exigem mais qualificação. E ainda 10,8% escolheram que não tem nenhuma motivação. Nesse ponto percebe-se o papel atribuído ao ensino médio como etapa importante de formação e a expectativa de acessar um curso superior.

41- Em sua opinião, para que serve o Ensino Médio ?Por favor, escolha as opções que se aplicam:

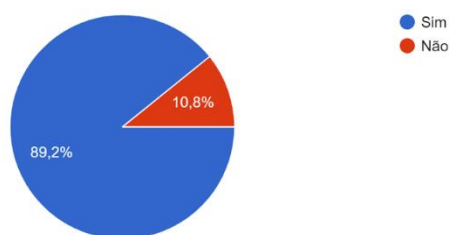
37 respostas



As questões escolhidas pelos estudantes em relação ao Ensino Médio dão conta que para 59,5% serve para capacitar para o mercado de trabalho, para 56,8% escolheram para ingressar em uma faculdade, 54,1% escolheram para adquirir conhecimento, para 45,9% escolheram para obter um diploma e ainda 40,5% escolheram para melhorar a condição de vida. Ao serem questionados para que serve o Ensino Médio, os estudantes podiam escolher mais que uma opção, portanto as opiniões variaram bastante e podem evidenciar que esta fase de ensino ainda é carregada de diferentes significados. Esses dados dão conta de que os/as estudantes têm consciência sobre a importância do ensino médio como fator preponderante para o mundo do trabalho, mas que também colabora para continuar estudando, e assim melhorar suas condições materiais.

42- Pretende fazer faculdade ?

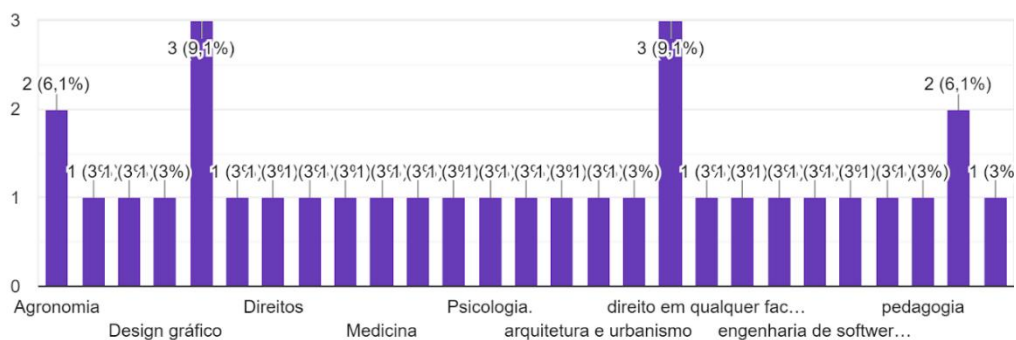
37 respostas



Sobre as pretensões de fazer faculdade e continuar os estudos, 89,2% responderam que sim enquanto 10,8% não pretendem fazer faculdade. Corroborando com as questões anteriores sobre a valorização dos estudos. O dado pode ser um indício de que o sonho de cursar uma faculdade acompanha os/as estudantes como projeto de realização pessoal.

43- Se sim, qual?

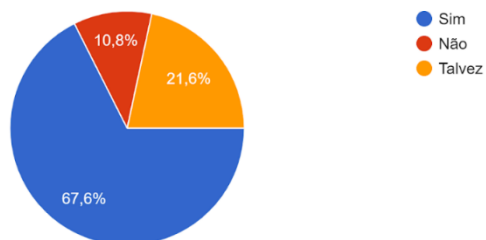
33 respostas



Ao serem questionados sobre as áreas ou cursos que gostariam de realizar, encontram-se Direito, Agronomia, Psicologia, Medicina, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Software ou Programação, Pedagogia, Enfermagem, Estética, Ciências Contábeis, Medicina Veterinária, Designer Gráfico e Marketing, Educação Física e Gastronomia.

44- Acredita que precisará trabalhar enquanto cursar a faculdade? Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

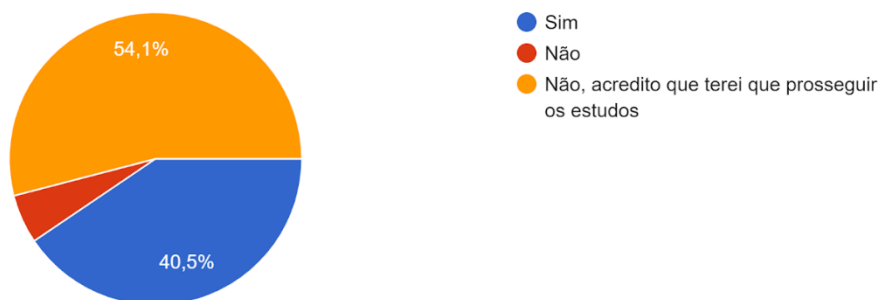
37 respostas



Sobre o fato de precisar trabalhar enquanto cursar a faculdade as respostas para 67,6 % afirmaram que sim, 21,6% optaram por talvez ter que trabalhar e para 10,8% escolheram que não precisarão trabalhar enquanto fizerem faculdade. O dado permite concluir que a maioria dos/das estudantes por pertencerem às classes populares, necessitarão trabalhar para poderem continuar os estudos.

45- Você acredita que a certificação do ensino Médio lhe possibilitará um emprego com bom salário? Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

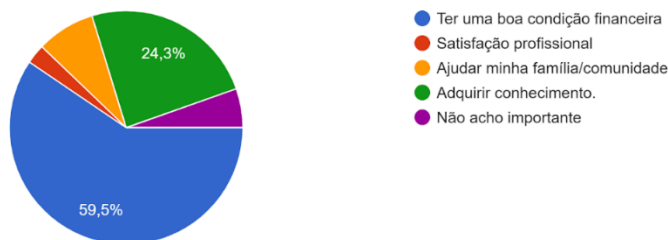
37 respostas



Para 54,1% dos estudantes que responderam as questões referentes a certificação do ensino médio acreditam que terão que prosseguir com os estudos, enquanto 40,5% responderam que a certificação possibilitará um bom emprego com bom salário e apenas 5,4% acreditam que a certificação do ensino médio não possibilitará um bom emprego com bom salário. O que permite concluir que a maioria acredita ser necessário continuar estudando para ter melhores possibilidades de trabalho.

46- Você acha importante continuar os estudos para: Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

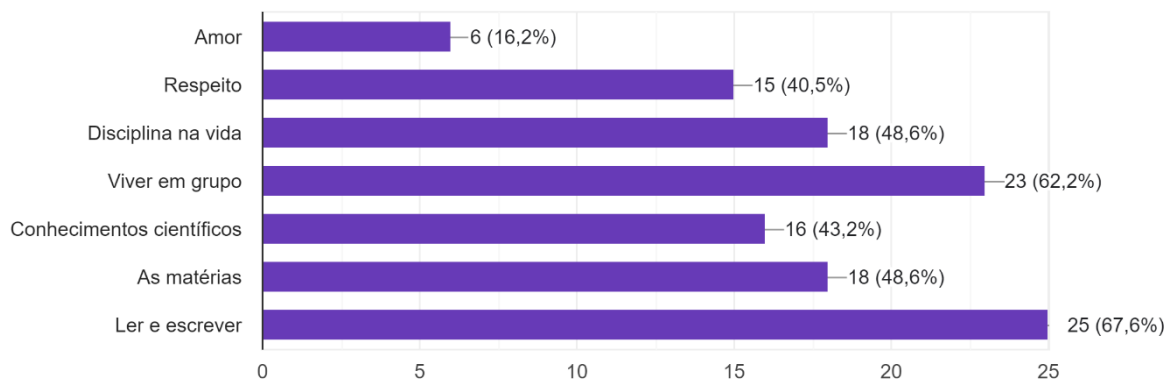
37 respostas



Para quase 60% dos jovens estudantes é necessário continuar os estudos após a conclusão do ensino médio, para ter uma boa condição financeira, seguido de mais de 24% que acreditam que é necessário adquirir conhecimento e cerca de 16% se dividem entre continuar os estudos para a satisfação pessoal e ou ajudar a família e dentre esses alguns não acham importante continuar os estudos depois do ensino médio.

47- O que considera mais importante ter aprendido na escola ? Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

37 respostas

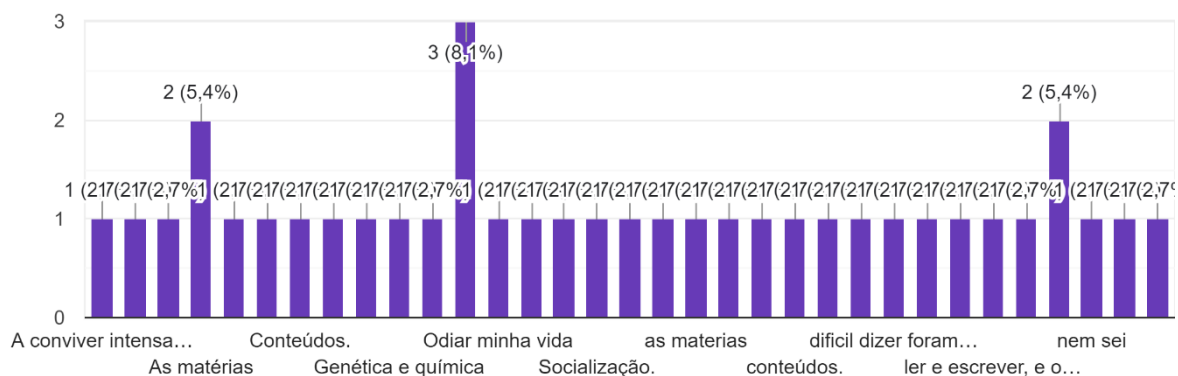


Ao serem questionados sobre o que é mais importante ter aprendido na escola, apesar de ser solicitado para escolher apenas uma alternativa, os estudantes escolheram várias opções entre elas 67,6% optaram por ler e escrever, 62,2% escolheram viver em grupo, 48,6% optaram para terem disciplina na vida e ainda 48,6% acharam importante ter aprendido as matérias escolares, bem como 43,2%

optaram por conhecimentos científicos e , 40,5% escolheram respeito e 16,2% escolheram que achavam importante aprender sobre amor.

48- O que aprendeu somente na escola ?

37 respostas



Ao serem questionados sobre assuntos ou temas que aprenderam somente na escola, as respostas estavam em consonância com a questão anterior. Ler e escrever, as matérias escolares, a socializar e viver em grupo, comprometimento, conteúdos e mais conteúdos, disciplinas acadêmicas, a fazer contas, Genética e Química, ler, a trabalhar em grupo, disciplina e conhecimento, fazer coisas nos devidos prazos, ter paciência, saber fazer amizades, e ainda um relato sobre a importância da ética.

49) O que esperava aprender na escola e não aprendeu?

nada

não sei

aaaaaaaaaa

Como cuidar da saúde mental

Humanas

Química

Não sei

Como prosseguir depois de formar, sobre mercado de trabalho, sobre a vida depois de formar

saber como interpretar questões de vestibulares

como lidar com o mercado de trabalho

acho que várias coisas

Matemática

química

matemática.

Em relação ao conteúdo, eu esperava aprender logaritmo em matemática.

mais conteúdos de filosofia, sociologia e contas de banco, como é o funcionamento de uma faculdade.

matemática

Ciências exatas

Algumas contas

física

Estou satisfeito

Física avançada como dilatação de tempo e a relatividade do espaço-tempo

esperava saber ao menos como era entrar no trabalho de mercado através de estágios

Educação sexual.

Educação Sexual.

Coisas que parecem simples, mas não são tão bem explicadas que acontecerão com frequência após o fim do ensino médio.

matemática

Como viver na vida adulta

Regra de 3 composta.

Como prosseguir com a vida adulta, certamente não vou usar metade das coisas q eu "aprendi"

aprendi o necessário

Coisas básicas que precisamos aprender após terminar o ensino médio.

aprendi o necessário

Como me comportar no mercado lá fora

As respostas para esses questionamentos parecem supor que os estudantes além de aprenderem sobre as disciplinas curriculares também mostram seus anseios sobre o futuro, e questionam sobre o papel da escola e sua função social. Além disso, demonstram suas preocupações com temas relacionados ao mercado

de trabalho, saúde mental, questões ligadas à sexualidade, bem como os desafios da vida adulta.

50) Como você acha que a pandemia impactou sua vida? Descreva.

Nos estudos pro vestibular

Deixou minha vida de cabeça para baixo de todas as formas possíveis

Me impactou de diversas formas, mas a que mais doeu foi ter perdido duas pessoas da minha família pra covid-19

Me fez mudar meu modo de agir, pensar e viver

impactou na economia, tivemos problemas com contas a pagar, desenvolvi alguns problemas psicológicas

me trouxe vários problemas emocionais e me dificultou na busca dos meus sonhos, além de eu perder familiares e ficar mais distante de alguns

arruinou minha escolaridade, meus sentimentos e meu psicológico

tempo perdido

Não em muitas coisas, apenas o afastamento escolar.

a pandemia me ajudou em um aspecto de me encontrar como ser humano, mais também me atrapalhou muito na questão social

Acho que me impactou positivamente, pois tive mais tempo com minha família, aprendi a lidar melhor com meu emocional.

Eu acredito que impactou no meu aprendizado e me causou problemas emocionais.

Nos meus estudos de uma maneira negativa e me fez ver o mundo de outros ângulos. Amadureci mais e criei mais visão de mundo e responsabilidade.

ansiedade

Atrapalhou a sair, ir a escola conviver com meus amigos, para eu que sou jovem e quero sair ser obrigado a ficar em casa é horrível

Aprendi a viver e ver a vida de uma forma diferente

impactou em tudo, em todos os sentidos

Sim, ficou triste sem os amigos

Diminuindo o contato social

De uma maneira que não esperava, e que o impacto será maior no futuro.

de forma negativa, destruiu minha saúde mental

negativamente, pois me causou problemas psicológicos.

Fiquei sedentária, fiquei mais antissocial e não aprendi muita coisa.

Fiquei mais antissocial e preguiçosa.

a ter mais contato com a família, ficar mais perto de quem amamos

negativamente

me afastou de muitas pessoas e muitos hábitos

Muito mal. Me causou muitos problemas mentais.

em nada

Impactou positivamente, fiquei em casa sem fazer nada

Atrapalhou os meus estudos.

Ainda não descobri

impactou de uma forma negativa, pois me acostumei a ficar sozinha e afastada dos lugares e das pessoas

Ela teve um impacto muito ruim, porque fiquei afastada dos meus amigos.

impactou muito, pois fez com que eu retrocedesse em algumas coisas como a comunicação com as pessoas e receio de ir para lugares

Nos estudos e atrapalhando na realização de algumas metas

Esses dados podem evidenciar que a pandemia trouxe muitos problemas relacionadas à aprendizagem e que pode levar ainda muito tempo para serem compreendidos, mas já ressaltam que os problemas com o convívio social e saúde mental podem ter sido aumentados em relação ao período anterior à pandemia. A preocupação com as questões emocionais e psicológicas podem evidenciar o aumento de casos de depressão/ansiedade entre os/as jovens estudantes e tantos outros problemas relacionados à saúde mental.

O fato de ter vivenciado a pandemia teve diferentes impactos sobre cada um dos estudantes que contribuíram com esse trabalho. Procurando descrever suas experiências pessoais aqui compartilhadas, podemos compreender que as relações entre a escola e a casa foram as mais variadas possíveis, enquanto alguns preocuparam -se com o afastamento social causado pela pandemia, outros descreveram a dor da perda dos entes queridos, bem como os efeitos da pandemia na saúde mental. A possibilidade de refletir sobre os próprios limites, a interação com os grupos familiares mais intenso, e ainda as preocupações com as despesas diárias, e a manutenção de uma rotina de estudos.

Tudo isso somado às mudanças corporais, as preocupações com a saúde, as responsabilidades adquiridas, os sonhos interrompidos e tantas outras sensações que

só poderão ser descritas em outros momentos de suas vidas. A fim de preservar as percepções dos jovens estudantes que participaram dessa pesquisa e colaboraram com suas experiências, algumas questões não foram comentadas ou tabuladas para que pudessem servir de base para novas reflexões.

Outro dado a ser debatido é

Como o conhecimento sociológico pôde ser uma possibilidade de apreender a pensar e refletir sobre essa realidade ímpar. O esforço em compreender o que os/as jovens estudantes pensam a respeito da escola e a educação em tempos de pandemia, esbarra no acesso à educação como um direito garantido e assegurado na Constituição Federal, e que passou por um processo de ressignificação.

4.3– Perspectivas para a Educação Integral.

A Educação Integral como possibilidade de construção de uma nova geração de cidadãos passa também pela reflexão sobre a questão do direito à educação como sendo fundamental para a efetivação de outros direitos. Mas a percepção de que não é apenas aumentar ou ampliar o tempo de permanência na escola, mas a qualidade deste tempo. Segundo Arroyo (2012),

uma política de estado que garanta mais tempo compulsório de escola poderá ser uma forma de avançar nesses direitos e uma forma de garantir tempos - espaços de um viver mais digno. muitas escolas e redes de educação entendem esses vínculos históricos entre esses programas e o movimento social por direitos. tentam ser fiéis aos significados político, ético e educativo que foram acumulados em décadas de movimento popular pelo direito a proteção, cuidado e tempos de dignidade para a infância--adolescência populares. (ARROYO, 2012, p. 35)

Lembrando que a conquista do direito de cursar o ensino médio não pode representar apenas um campo de disputas entre os interesses do estado e dos empresários que tem financiado o empreendimento voltado à educação dita Integral. Esse tempo ampliado seria para aprender mais e melhor, experimentar relações e situações mais abrangentes. A experimentação, o diálogo, a troca, a convivência e o respeito intersubjetivo, passaria pela valorização da escola pública, para que então seja possível desenvolver e reproduzir habilidades e potencialidades necessárias a

cada um. Desse modo Arroyo (2012), defende a educação Integral como uma política de Estado. Seria necessário então,

alargar a função da escola, da docência e dos currículos para dar conta de um projeto de educação integral em tempo integral que articule o direito ao conhecimento, às ciências e tecnologias com o direito às culturas, aos valores, ao universo simbólico, ao corpo e suas linguagens, expressões, ritmos, vivências, emoções, memórias e identidades diversas.
(ARROYO, 2012, p.44)

Por outro lado, temos a disputa por esses espaços educativos com os interesses de empresários e institutos que deram início às gestões educacionais com o intuito de controlar a formação de estudantes que estejam prontos para os desafios impostos pelas reestruturações dos capitais. Um trabalhador que colabore com a manutenção de uma economia cada vez mais excludente e desumanizadora. O direito à educação não pode ser entendido como um produto a ser comercializado.

Ainda de acordo com Arroyo (2012), são necessárias políticas integradas orientadas por uma ética gestora e profissional de compromisso com a totalidade da condição humana. Os direitos humanos são de totalidades humanas indivisíveis. Fragmentá-los é negá-los. A Reforma do Ensino Médio, acabou por criar as condições para que os interesses mercadológicos guiassem os rumos da educação brasileira. Política pública não pode ser transformada em política econômica, em oferta de um bem a ser adquirido com a finalidade de atender os interesses do capital.

Para que a Educação em Tempo Integral torne sua oferta viável a longo prazo, muitas considerações ainda deverão ser feitas para que possa realmente contribuir com a formação de jovens estudantes e os considerem como sujeitos de aprendizagens significativas e emancipadoras. E, no caso do estado do Paraná, o estudante não seja apenas vistos como consumidores de tecnologias educacionais através do aumento da plataformização do ensino, da repetição sistemática de avaliações e a busca incessante de resultados que não atestam a aprendizagem, mas que promovem um esvaziamento pedagógico sem precedentes.

Desse modo, a organização escolar necessita ser repensada e para tanto a Escola de Tempo Integral, pode vir a ser um modelo de ensino mais humanizador e transformador, mesmo que ainda não consiga ser ofertada a todos os jovens estudantes que continuam a ser cooptados pelo trabalho precoce.

Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo abrange o debate da educação integral - consideradas necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação. Quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (MOOL, 2012, p. 96).

Por fim, a educação não pode ficar à mercê de grupos empresariais que dominam a lógica da educação e servirem apenas como representação do capital e do mercado. Desse modo, as perspectivas para a Educação em Tempo Integral devem ser debatidas com as comunidades em que estão sendo ofertadas e com toda a sociedade brasileira, para que possa ser um modelo de ensino e não apenas a reprodução de valores impostos por grupos hegemônicos.

4.4 Desafios a serem contornados

Pensar sobre a Educação em Tempo Integral, requer, portanto, refletir sobre uma diversidade de situações que podem influenciar em seu sucesso, mas também em sua inviabilidade. Que estratégias serão utilizadas para que os estudantes permaneçam nessa modalidade de ensino e alcancem suas potencialidades? Como os jovens estudantes e suas famílias podem optar por um tipo de educação que pode ser mais potencialmente formativa, sem que, no entanto, lhe seja imputado a necessidade de começar as atividades laborais mais precocemente?

Assim a escola em Tempo Integral poderá ser apresentada como possibilidade de formação integral apenas para aqueles estudantes que dispõem de meios para que o acesso, a permanência e a conclusão dessa modalidade de ensino estão direcionadas a uma determinada condição social, cultural e econômica. Como sinaliza alguns críticos dessa modalidade de ensino.

Finalmente, a crítica se faz à extensão da carga horária, que inviabiliza o acesso ao ensino médio aos jovens que trabalham; por um lado, permanecer na escola por sete horas, com qualidade, é seu direito. Contudo, considerável parcela da população jovem trabalha, contribuindo de forma indispensável para a sobrevivência familiar, o que não é compatível com a permanência na escola por tempo integral. (KUENZER, 2017, p. 336)

De um lado o mercado e os empresários atrelados a um discurso de eficiência e de formação para os desafios do século XXI, e de outro as famílias de estudantes

das classes trabalhadoras que, tal como outrora sempre necessitam de uma força de trabalho cada vez mais precoce para manter sua própria existência. Que aprendizagens são necessárias para viver neste século?

Após conhecer melhor as determinações e os acordos feitos entre a SEED e os ICE's é possível perceber que muitas coisas mudaram neste colégio, que passou a ter uma gestão pautada em interesses estranhos aos próprios estudantes. Com o aumento de exposição nos meios midiáticos e competitivos e, que por diversas vezes, nos anos entre 2020 até 2022, houve a afirmação de que a escola era sim uma empresa, contrariando todas as teses de formação humana e integral. Uma máquina de formar pessoas não pode formar a si mesma.

A experiência de gestão compartilhada entre a SEED e o ICE, bem como a nomeação da equipe diretiva, que exclui a participação democrática, gerou descontentamento entre os docentes, pois apesar de todos os esforços e de utilização de metodologias diferenciadas não existe respaldo no sentido de contratação de mais recursos humanos para atender a demanda sobrecarregando os profissionais da escola. Os estudantes não podem ficar sem aulas, pois é um direito que todos têm ao se matricular em qualquer escola. Mas os professores nem sempre podem contar com os profissionais necessários para a manutenção de todas as atividades diárias, sobrecarregando-os, o que compromete o planejamento das aulas.

Com esse gerenciamento compartilhado, as reuniões de alinhamento realizadas semanalmente com a equipe diretiva e os docentes da escola, tornam-se momentos de tensão, onde apenas são apresentados os interesses e a disseminação das práticas educativas defendidas pelos Institutos de Corresponsabilidade pela Educação. Fica evidente que o professor tem um papel secundário no processo educativo, e ainda evidencia a centralidade do estudante, através de seu pretense protagonismo e atrelados ao seu Projeto de Vida, tão em voga, mas também tão incerto. Em um país que ainda não se tem claro qual é o projeto de sociedade que se defende, responsabilizar o estudante por seu próprio destino, é sem dúvida uma responsabilização por seu sucesso ou fracasso, típico do Liberalismo.

Muitas vezes os estudantes ainda não têm maturidade para fazer todas as escolhas que vão impactar seu processo formativo, especialmente em se tratando da escolha dos percursos formativos a partir da 2ª série do Novo Ensino Médio. De acordo com o debate sobre esses e outros aspectos, essa gestão compartilhada

acaba por retirar a autonomia da escola, que não dispõe de propostas de ensino mais atentas ao contexto local.

Outro desafio é melhorar a infraestrutura das escolas que atendem em Tempo Integral, e disponibilizar meios mais atrativos ao convívio dos estudantes, com locais mais adequados às refeições, áreas de descanso e incentivo às artes e aos esportes realizados em locais adequados e equipados. Muitos colégios apresentam estruturas decadentes, mesmo que em alguns colégios que dispõem de vários equipamentos tecnológicos, como é caso do colégio onde se realizou esta pesquisa, e tendo lousas digitais em todas as salas de aulas, não existem banheiros adequados a permanência dos jovens estudantes por tantas horas de convivência diária.

Um exemplo disso foi a chegada de notebooks que servirão para os estudantes acessarem as plataformas de Redação, de Inglês e de atividades obrigatórias em outras plataformas atreladas ao sistema de acompanhamento e gestão de resultados, o BI. Os equipamentos não têm por objetivo incentivar a pesquisa, mas para cumprir as metas de qualidade educativas permeadas e medidas pelo IDEB. Não tem disponibilidade de acesso à Internet gratuita aos estudantes e para as aulas de Robótica, elaboradas para o Novo Ensino Médio do Paraná, não são disponibilizados os materiais substituíveis para que os professores possam trabalhar uma diversidade de possibilidades e desenvolver as habilidades dos estudantes.

Já as aulas de Pensamento Computacional, ocorrem sem que todos os professores tenham sido habilitados para desenvolver previamente suas próprias potencialidades. O laboratório de Química, Física e Biologia, tão necessário às aulas de práticas experimentais, encontra-se obsoleto, defasado de materiais e produtos utilizados no dia a dia das aulas. Improvisação e falta de investimentos, degradaram o local de aprendizagens significativas e a tal exaltada utilização de metodologias ativas, o carro chefe das inovações em sala de aula, tão propalada, tão necessária e cobrada daqueles que vendem uma ilusão de que podem melhorar a qualidade de ensino, com inovações tecnológicas que não respeitam a autonomia de educadores, mas os mantém aprisionados em obrigações de alimentar o sistema, numa educação de resultados e não de efetivos saberes.

As políticas educacionais de oferta do Ensino em Tempo Integral deveriam ser elaboradas e revistas para os níveis de Ensino Fundamental I e II, bem como as propostas para o Ensino Médio. Por fim, aulas de uma série de itinerários e percursos

formativos ofertados aos estudantes sem nenhum viés científico e sem a possibilidade de refletir sobre si mesmo e a sociedade em que vive. Com a diminuição das aulas de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física e a introdução desses itinerários ou percursos, poderemos verificar que o Novo Ensino Médio deve ser repensado ou extinto. Os estudantes enfrentam atualmente dois desafios, o de superar os efeitos da pandemia em sua formação acadêmica e ainda de estarem sujeitos a esse Novo Ensino Médio que se coloca como experimental, e do qual ainda nada se conhece efetivamente, nem como se implementará, seus resultados ou efeitos. Serão suas vítimas ou seus sujeitos de transformação? Seria necessário a revogação das mudanças realizadas nessa etapa de ensino, que podem ser desastrosas a longo prazo.

Sobre este período, também é necessário o observar os dados sobre o surgimento do vírus, sua expansão e o desenvolvimento da pandemia. Assim, podemos observar e acompanhar a trajetória de casos e óbitos entre os anos de 2020 até 2022. Para tanto, é possível consultar os dados sistematizados sobre o período em questão, que demonstram a crueldade do vírus e como ele foi tratado pelas autoridades competentes. Vejamos:

Em 2020	Número de casos	Número de óbitos
Brasil	7.563.551	192.681
Paraná	413.412	7.912

Fontes: Dados Mundo e Brasil disponibilizados pela OMS. Disponível em: <https://covid19.who.int/>, consultados no dia 31/12/2020, às 12h. Dados de casos confirmados de residentes no Paraná consultados da planilha de monitoramento diário de casos do CVIE/DAV/SESA no dia 31/12/2020, às 12h. Dados preliminares, sujeitos a alterações.

2021	Número de casos	Número de óbitos
Brasil	22.184.824	616.691
Paraná	1.591847	40.665

Fontes: Dados do Mundo disponibilizados pela OMS, disponível em <https://covid19.who.int/> e consultados no dia 31/12/2021 às 12h. Dados do Brasil disponibilizados no portal Coronavírus Brasil, disponível em <https://covid.saude.gov.br/> e atualizado no dia 09/12/2021 às 17h50. Dados de casos confirmados de residentes no Paraná consultados da planilha de monitoramento diário de casos do CVIE/DAV/SESA no dia 31/12/2021, às 12h. Dados preliminares, sujeitos a alterações

2022	Número de casos	Número de óbitos
------	-----------------	------------------

Brasil	32.206.954	670.848
Paraná	2.611.712	43.534

* Dados referentes ao fim do primeiro semestre, extraídos do Portal Coronavírus

Ao final do ano de 2022, o Brasil chegou à marca de 36 milhões de infectados e o número de óbitos foi de 692 mil, nesse período o estado do Paraná acumulou 2,84 milhões de casos e mais de 45.643 óbitos. Todos esses dados corroboram para compreender o impacto que a pandemia trouxe à vida dos brasileiros e dos paranaenses, mas também pode sugerir como o estado e o país enfrentaram os desafios trazidos pela expansão no número de casos e, conseqüentemente o número de mortes.

Ainda é prematuro concluir como o processo ensino-aprendizagem foi impactado por este período de pandemia, bem como a educação foi vista pelos governantes e pela própria sociedade. Como educadores e educandos vivenciaram o cotidiano da pandemia, o que ela nos ensinou? Como sobrevivemos a tanto sofrimento e tanta banalização por parte de muitos?

Aos pesquisadores caberá decifrar os índices e os resultados, aos educadores caberá explicar como a sociedade lidou com a pandemia, aos estudantes de ontem e hoje impõem -se as experiências vividas e compartilhadas, as dores, as marcas que a pandemia deixou na sociedade, em cada família e em cada pessoa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo poderá contribuir com o debate sobre a Educação em Tempo Integral e as relações dos/das jovens estudantes com a escola, com o saber e como os estudantes vivenciaram a Reforma do Ensino Médio durante a pandemia da Covid-19. Também apresenta um referencial sobre como as legislações ao longo dos tempos foram favorecendo a implantação e estruturação do modelo de Ensino Médio em Tempo Integral em alguns estados brasileiros, como em Pernambuco, e posteriormente no Paraná. Como o estado do Paraná conduziu a Reforma e acabou por implantar o NEM (Novo Ensino Médio) nas escolas públicas. Como o modelo de gestão por resultados, e a aplicação de metodologias e técnicas informacionais acabou colaborando por legitimar um sistema de vigilância constante sobre os profissionais da educação e condicionando os/as estudantes a utilizarem plataformas educacionais para realização de tarefas e avaliações.

Esta pesquisa/observação/participação possibilitou registrar e discutir fenômenos ocorridos em tempo real que marcaram a nossa época, e poderá fomentar tantas outras discussões no futuro próximo. Os efeitos da pandemia em seus momentos mais críticos e todo o sofrimento vivido e experienciado por estas jovens estudantes vão permanecer ainda por muitos anos. Os impasses da vacinação, a falta de doses, a demora de aquisição de vacinas por parte do Governo Federal e tantos outros problemas já destacados fizeram com que o Brasil expusesse seus muitos outros problemas preexistentes, tais como, o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e educacionais. Por outro lado, evidenciou para toda a sociedade a força do Sistema Único de Saúde (SUS) que mesmo com todos as dificuldades mostrou-se eficiente, destoando da condução do Ministério da Saúde e do Governo Federal.

Os anos letivos de 2020 a 2021 foram tempos de incertezas, angústias e todo tipo de problemas enfrentados pelos jovens estudantes do Brasil e, em particular, pelos jovens do Colégio Estadual Jayme Canet alvos desta pesquisa. Percebemos a complexidade das dificuldades de enfrentadas pelos estudantes e docentes do referido colégio, desde os primeiros contatos por meio dos grupos de WhatsApp, sobre a suspensão de aulas até a retomada gradativa em agosto de 2021. Desde o estudante que tinha todo um aparato tecnológico em suas residências até aqueles que foram deixados à própria sorte, desconectados das amizades e de todos os

referenciais da convivência social. Esperar que o atendimento ao turno integral dessa conta de tantos anseios e tantas situações inerentes à ampliação do tempo de estudos e atividades previstas para o período, é mascarar a realidade vivida pelos/pelas estudantes. Imagine conseguir a permanência por oito horas *online*!?

O cenário da pandemia, que se iniciou em março da 2020, expôs ainda mais as fragilidades dessa modalidade de educação na etapa do Ensino Médio. O ensino remoto, portanto, fez com que escolas, professores, alunos e familiares percebessem o quanto o ensino presencial é importante. As mudanças, as adaptações, as tentativas de tornar a educação meramente técnica e reprodutiva foi duramente questionada.

Assim os estudantes e os docentes vivenciaram o processo de implantação da reforma do Ensino Médio, que em plena pandemia reorganizou e descaracterizou as áreas de conhecimento, com a criação dos itinerários formativos e toda a carga de responsabilidade postas aos Projetos de Vida de jovens que não são pensados pelas políticas públicas de Estado, mas simplesmente como força de trabalho que se adequa às condições de trabalho cada vez mais precarizados.

A oferta de aulas de robótica, pensamento computacional e educação financeira, entre outros, em substituição à arte, filosofia e sociologia poderá pôr fim ao pensamento crítico e criativo de tantos jovens estudantes, que no intuito de prepará-los para os desafios do século XXI, os coloca apenas como coadjuvantes e não como protagonistas de suas próprias vidas. Evidenciou também o papel da Sociologia como componente curricular, o olhar sociológico diante de uma realidade educacional que se descortinou à frente desse período.

Lembrando que tornar uma escola adequada à permanência de estudantes por mais de cinco ou até oito horas por dia, não é uma tarefa fácil, pois existem os limites de infraestrutura, como espaços adequados à convivência dos estudantes tais como, refeitórios e banheiros com chuveiros e armários e tantos outros itens de infraestrutura que ainda não existem nesta escola. Faltam também recursos humanos, como por exemplo, os profissionais de apoio ao serviço de limpeza e manutenção, bem como o acompanhamento e responsabilidade pedagógica e não o gerenciamento de pessoas com base em políticas de resultados e vigilância contínua sobre os profissionais da educação, que passaram a ser monitorados, mas com a falsa ideia que estão contribuindo com a formação de pessoas. Mas ainda não sabemos que tipo de pessoas estamos formando.

Talvez ainda seja cedo para inferir sobre os caminhos que o Ensino Médio em Tempo Integral possa tomar, as mudanças ocorridas ao longo desses anos revelou que as políticas públicas são idealizadas para serem implementadas com êxito, mas na prática elas podem apresentar outros resultados que devem ser observados atentamente, mas o que temos são jovens que refletem sobre seus futuros e não estão nada satisfeitos com as possibilidades. Cada escola apresenta uma realidade, um contexto sociocultural, uma particularidade que as caracterizam como lugar de aprendizagens ou de reprodução de padrões meramente convencionais.

Dessa forma o tempo que os/as estudantes passam na escola tornou-se um elemento a ser pensado, mais especificamente a qualidade deste tempo. As atividades pensadas e planejadas pelos professores e pela equipe pedagógica deveriam primar para atender às necessidades dos/as estudantes, que vão desde despertar a criatividade até o gosto pelo tempo de leituras, das artes, dos esportes, enfim da avaliação da realidade pelo olhar crítico e analítico, e não apenas realizadores de tarefas como é o caso do uso intensivo das plataformas educacionais atreladas a sistemas de controle e notas que se impôs aos/às estudantes paranaenses.

Além dos fatores internos indicados acima, destaca-se os fatores externos, como o fato de que muitos/as estudantes precisarem trabalhar para ajudar nas despesas de sua família. Alguns/algumas estudantes trabalham com as próprias famílias em pequenos comércios ou sítios, outros a partir dos dezesseis anos de idade buscam trabalhos remunerados nos supermercados e similares, operando como entregadores ou repositores de mercadorias. Muito comum entre as estudantes do sexo feminino eram e ainda são, os trabalhos como babás ou cuidadoras de crianças o dia todo ou em períodos específicos. Outra atividade que também é realizada por elas é de atendentes ou mesmo caixas de supermercados, quando os empregadores não exigem experiência anterior.

A partir da análise desses e de outros dados que evidenciamos os entraves para a adoção da Educação em Tempo Integral de forma generalizada. Apesar das exposições midiáticas e da propagação de uma “*educação diferenciada*” e atendimento em tempo integral aos estudantes, ou a ampliação de tempos e espaços observou-se que não são todas as escolas que se adaptam a este formato de atendimento. Em muitos casos, como é o do Colégio Estadual Jayme Canet, onde se

realizou esta reflexão sobre os limites e possibilidades da Educação em Tempo Integral, e que já atende nesta modalidade desde 2017, ocorreu bastante rotatividade de remanejamentos entre os turnos e até a transferência para os demais colégios do município que ofertam o ensino médio em apenas um turno.

Assim os estudantes e os docentes vivenciaram o processo de implantação da reforma do Ensino Médio, que em plena pandemia reorganizou e descaracterizou as áreas de conhecimento, com a criação dos itinerários formativos e toda a carga de responsabilidade postas aos projetos de vida de jovens que não são pensados pelas políticas públicas de Estado, mas simplesmente como força de trabalho que se adequa às condições de trabalho cada vez mais precarizados. A oferta de aulas de robótica, pensamento computacional e educação financeira, entre outros, em substituição à arte, filosofia e sociologia poderá pôr fim ao pensamento crítico e criativo de tantos jovens estudantes, que no intuito de prepará-los para os desafios do século XXI, os coloca apenas como coadjuvantes e não como protagonistas de suas próprias vidas.

Pensando no papel desempenhado pelos docentes desse estabelecimento de ensino, e que fazem parte da rede estadual e atuam como profissionais concursados, percebe-se que muitos são resistentes às mudanças por entenderem que são impulsionadas pelas circunstâncias da privatização da gestão. Apesar de serem parte da escola, não se sentem valorizados e são desconsiderados na tomada de decisões, o que não ocorria quando a gestão era democrática. Ao se oporem às diretrizes instituídas no ambiente escolar, caracterizado pelo excesso de controle interno e externo, muitos deles tiveram e ainda tem sua saúde mental fragilizada. O ensino baseado apenas em resultados, pode descaracterizar o papel do professor/educador também como agente de mudanças.

Depois de analisar as diferentes fases desta pesquisa que se iniciou em meados de 2020, passando pelo turbulento ano de 2021, experienciando todas as fases de ensino remoto, híbrido e presencial, chega-se argumentos e sínteses, sobre o fato da gestão de escolas públicas por institutos privados descaracterizarem a identidade e regionalidade da educação paranaense, em detrimento de uma suposta eficiência que adocece tantos profissionais de tantas escolas e colocam os estudantes como reprodutores de ideologias neoliberais que fracassaram em todo o mundo. O

Ensino Médio como campo de disputas entre o público e o privado, entre os interesses da juventude e os interesses do mercado.

Atentos aos desdobramentos das políticas educacionais e em diálogo com outros pesquisadores da educação e de tantas outras áreas do conhecimento, sobre o efeito da pandemia nos diversos níveis de educação e suas especificidades, ainda há muito a ser discutido e mensurado. Depois de mais de 36 milhões de casos de contaminação pelo Covid-19, com cerca de 700 mil óbitos em todo o Brasil, e no Paraná 2,84 mi infectados e 45.643 mortes. Depois de tanto sofrimento, indignação e até indiferença por parte de autoridades e pessoas comuns, chegamos ao fim deste estudo.

Mesmo com a experiência de trabalhar numa pequena escola, onde a maioria dos estudantes tiveram acesso às tecnologias disponibilizadas através dos meios de comunicação e à internet, alguns questionamentos ainda podem ser feitos com relação ao período mais crítico da pandemia. Um deles é como o período da pandemia afetou a saúde mental de estudantes e professores, que foram forçados a participarem de um sistema de gestão controlado por mecanismos tecnológicos e cumprimento de metas, tal qual uma empresa ou fábrica, que zela pela produtividade e não a humanização e a construção de um espaço privilegiado para pensar e agir como cidadão, que é a função social da escola.

Como resultados da pesquisa sobre a simultaneidade de modificações curriculares no colégio estudado podemos sintetizar e evidenciar as particularidades e as generalidades durante o período da pandemia dentre eles destaca-se:

- O fato de que os/as estudantes tinham alguma facilidade com os aplicativos e ferramentas implantados na pandemia; e que alguns demoraram para se adaptarem por falta de equipamentos e de conhecimentos sobre as ferramentas;

- A maioria tinha acesso à internet em casa, diferenciando-se dos dados do Brasil em geral e do estado em particular, como foi constatado pelas respostas dadas.

- Muitos/muitas estudantes indicaram sentir muita ansiedade durante o isolamento social e relataram maior dificuldade com a área de exatas se comparadas com a área de humanas;

- Ocorreu maior controle do trabalho docente e discente e a plataformização do ensino se intensificou na pandemia e seguiu se aperfeiçoando mesmo depois do retorno presencial.

Considerando que o Novo ensino Médio começou a ser implantado no ano de 2022, ao finalizar esta pesquisa, os alunos ainda têm dúvidas sobre os percursos formativos que irão escolher, como se dará na prática essas aulas e como serão formados num novo sistema de ensino que ainda não está totalmente definido e nem como poderá contribuir com a formação de estudantes de todo o país. Também é notável as mobilizações que se fizeram em 2016 contra a Reforma do Ensino Médio, e que ganharam força novamente no período de transição do Governo Federal, e que ainda estão ocorrendo, poderá dar novos rumos à educação brasileira. A essa perspectiva junta-se o Novo Ensino Médio ao ensino em Tempo Integral. Parece ser demais, mas o que se vê no dia a dia é que o NEM já nasceu velho, pois surge com o intuito de preparar para o trabalho que talvez nem exista.

Muito ainda há de ser escrito como testemunhas da pandemia, mas somos aqueles que tentaram registrar e conhecer as interfaces dos seres humanos em momentos de extremas mudanças e adaptações que ocorreram no modo de vida social. Lembrando Bernard Charlot (2021), a tecnologia, a informatização e todos os recursos de plataformas e aplicativos nunca poderão substituir o olhar de um estudante para seus professores. É nisso que acreditamos e lutamos para que a educação seja democrática, gratuita e justa. Uma forma de resistência às mudanças em curso na educação brasileira, e em especial em meu local de trabalho, é registrar esses acontecimentos. O tempo dirá se valeu a pena. Registrar é resistir, reagir.

6. REFERÊNCIAS

- ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JR, Jaime. (org.). Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP. São Paulo, 2016. 99 páginas.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). Ensino médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO; MEC, 2003.
- ALMEIDA, Gilmar de. Para o “novo” ensino médio uma “nova” Sociologia. Dissertação Mestrado em Sociologia. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020. (Intervenção Didática)
- ALMEIDA, M. A. de; DAMIAN, I. P. M. Humanidades Digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)
- ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da educação integral no Brasil. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRANDÃO, C. R.; STECK, D. Pesquisa participante: a partilha do saber. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante: o saber da partilha. São Paulo, Aparecida: Ideias e Letras, 2006. 295 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular - Ensino Médio. Brasília: MEC, p. 7-22 e 547-566, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Guia de livros didáticos: PNLD 2018: Sociologia. Brasília: MEC, 2017.
- _____. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio volume 3) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf
- _____. Ministério da Educação Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.
- _____. Portaria nº 1.145, de 19 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral. Criada pela medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Edição :196. Seção 1, p 23
- CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria / Bernard Charlot: trad. Bruno Magne. - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHARLOT, Bernard, org. et al Por uma Educação Democrática e Humanizadora. ed. UniProsa – Universidade que versa a prosa São Paulo - SP 2021

CAMPOS, Fábio Guimarães O lugar da Sociologia no novo Ensino Médio: os impactos da BNCC para o ensino, currículo e integração curricular. – Juazeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2020

CARVALHO, Marie Jane Soares. Educação 3.0: trabalho colaborativo entre professores e alunos para geração de conhecimento na Educação Básica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2016.

CENPEC. Tendências para Educação Integral. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2011.

COSTA, A. C. G. Pedagogia da presença: da solidão ao encontro. 2. ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

DACOS, M. Manifesto das humanidades digitais. THATCamp Paris, 2011. <https://tcp.hypotheses.org/497>. Acesso em: 02/03/2022

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105- 1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>

DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, C. L. Juventude e ensino médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/wp#content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf

DIAS, Sandra Maria Mattar. 2016. Sociologia no Ensino Médio no Brasil: da intermitência à invisibilidade. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília (DF), v. 24, n. 22, p.5-34, 2007.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. A socialização e a formação escolar. Revista Lua Nova, n.40-41, p.241-266. 1997-Tradução de Carlos Thadeu C. de Oliveira

DUBET, François. Os limites da igualdade de oportunidade. Buenos Aires, n. 239, mayo-junio de 2012. p. 42- 50. Disponível em www.nuso.org. Trad. do francês de Aldo Giacometti. Tradução para o português de Antônio A. G. Batista. Cadernos Cenpec

DUBET, F. Sociologia da experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. 14. ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS. Luiz Carlos, Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out. Dez., 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GADOTTI, Moacir. A Educação Integral no Brasil :Inovações em Processo” Moacir São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009

GARCIA, Sandra Regina Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide Silva. A minimização da formação dos jovens brasileiros: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017. Educação

(UFSM), [s.l.], v. 42, n. 3, p. 569-582, 28 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644429481>.

GUIMARÃES, Lislaine Mara da Silva – O Ensino Remoto Emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no estado do Paraná diante da pandemia de Covid-19 Prof socio /UFPR 2021

HANDFAS, A.; POLESSA, J. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 1, n. 74, p. 45-61, 2014. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-74/8799-o-estado-da-arte-daproducao-cientifica-sobre-o-ensino-de-sociologia-na-educacao-basica/file> >

KUENZER, A. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, jun.2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf>>

LACERDA, Lilian dos Santos. Espaço e tempo integral na escola: os impasses da formação na sociedade moderna. 2019. 187 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 326p.

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. Trad. Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997

LAHIRE, B. Retratos sociológicos – disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LÉVY, P. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MACHALA, Bárbara Nassif A reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino da sociologia. in: Revista 3 pontos v. 14 n. 2 (2017): Dossiê "Ensino de Sociologia: Docência e Experiências na Educação Básica" 2019-04-03

MARTINS, Rogéria e FRAGA, Paulo. Modalidades diferenciadas de ensino e ensino de sociologia: uma questão de reconhecimento ou redistribuição? Revistas. Unisinos Dossiê: Ensino de Sociologia na Educação Básica –ENESEB2015

MEUCCI, S. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. Revista Brasileira de Sociologia, v.2, n.3., p. 209-232, jan./jun., 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jacqueline e LECLERC, Gesuína de Fatima Elias. (Org) Políticas de educação integral em jornada ampliada. Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p. 1-214, jul./dez. 2012

MONTEIRO, J. Quem são os jovens Nem-Nem? uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Texto para Discussão n.34, Rio de Janeiro: FGV-IBRE, Set. 2013.

OLIVEIRA, Luís Felipe Rosa de; MARTINS, Dalton Lopes. O Estado da Arte em Pesquisas sobre Humanidades Digitais no Brasil. **PRACS - Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 10, n. 1, p. 09-20, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 02/03/2022

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de (org.). *Escolas em quarentena: o vírus que nos levou para casa.* / Organizadora: Sandra Regina Ferreira de Oliveira. 1. ed. Londrina, PR: Editora Madrepérola, 2020.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). In.: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>. Acesso em 04/04/2022

PACHECO, Carolina Simões. *Ocupar e Resistir: as ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil no Brasil*, 2018, 271 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PAIS, J. M. A construção Sociológica da Juventude - alguns contributos. *Análise Social*, v. XXV, p. 139-165, 1990.

PALETTA, F. C. *Ciência da Informação e Humanidades Digitais: Uma reflexão.* In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina, 2018.

PARANÁ. *Caderno de Itinerários Formativos 2022. Ementas das unidades curriculares ofertadas em 2022.*

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações.* Curitiba: SEED/DEB, 2018.

PINHEIRO, Marcelo Rangel. 2018. *Ensino Médio em Tempo Integral e seus sentidos: a experiência da Escola Matias Beck em Fortaleza- CE.* 128 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual do Ceará.

QUEIROZ, José Eduardo de. *Educação Integral no PNE 2014-2024.* In: GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa de (Org.). *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas.* Brasília: Centro de Documentação e Informação – Edições Câmara, 2015

SAVIANI, Dermeval. *O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC.* *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 28, n. 100 Especial, p. 1.231-1.255, out. 2007a.

_____. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.* *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007b. Disponível em: _____.

_____. *A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira.* In: SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.* Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Andréa Giordanna Araújo da. *Ensaio (em tempo) Integral. As propostas oficiais na dinâmica do real.* Dissertação de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. Ramon de Oliveira RECIFE, PE 2016

SILVA, I. L. F.; ALVES NETO, H. F.; VICENTE, D. V. *A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015,* *Ciências Sociais Unisinos*, v.51, n.3, p. 330-342, set./dez., 2015. Disponível em:

SILVA, Ileizi L. Fiorelli. *O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas.* In: In: MORAES, Amaury Cesar (org.). *Sociologia: ensino médio.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 15-44. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).

SILVA, Ileizi L. Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin. *Desafios e possibilidades para o futuro da Sociologia na educação básica.* In: SILVA, Ileizi L. Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). *A Sociologia na educação básica.* São Paulo: Annablume, 2017. p. 389-398.

SILVA, Janete Araújo da. 2013. *As tecnologias da informação e da comunicação e o ensino de sociologia nas escolas públicas do Distrito Federal: Inclusão Digital e capital*

tecnológico-informacional. Mestrado em Sociologia. Universidade De Brasília, Brasília.

SILVA, Mônica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. Revista Retratos da escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-32, jan.- jun. 2017.

SILVA, Monica Ribeiro. O Ensino Médio como um campo de disputas: Interfaces entre Políticas Educacionais e Movimentos Sociais. Educação, Movimentos sociais e políticas governamentais. Reunião Científica Regional da ANPED, UFPR. Curitiba, 2016

SILVA, M. R. da, & Jakimiu, V. C. de L. (2022). Direito à educação e universalização do ensino médio no Brasil: Ações do poder legislativo federal (2009-2016). Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 30(6). <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6135>

SILVA, Rogério Nunes da Silva. Diários de aprendizagem nas aulas de sociologia: reflexões sobre juventude, escola e avaliação - Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2020

SOUSA, Josiane Carla Medeiros. 2016. O ensino de Sociologia mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação: saberes e práticas docentes. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

TEIXEIRA, A. S. Educação não é privilégio. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____, Anísio. Educação é um direito: dependência essencial da democracia na efetivação desse direito; a educação como problema político e sua organização e administração como serviço público especial e autônomo; bases para um plano de organização dos sistemas estaduais de educação. São Paulo: Nacional, 1967. (Biblioteca de educação, ciência e cultura, v. 7)

_____. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

_____. Educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. (Atualidades pedagógicas, v. 132).

TORINI, Danilo. Questionários on-line. in: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016

VALÉRIO, Alexandre S.S. *Relação dos Professores de Sociologia com a utilização das tecnologias digitais para o ensino*: desenvolvimento de um material didático. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional – de Sociologia (PROFSOCIO), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2020. 117 p.

VELLOSO, Maria Jacy Maia. Letramento no contexto digital: diferentes perspectivas conceituais. In: TAVARES, R. H.; GOMES, S. S. (org.) Sociedade, Educação e Redes: desafios à formação crítica. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2014. 448p.

VICENTE, E. Do rádio ao podcast: as novas práticas de produção e consumo de áudio. In: Rosana de Lima Soares; Gislene Silva. (Org.). EMERGÊNCIAS PERIFÉRICAS EM PRÁTICAS MIDIÁTICAS. 01ed.São Paulo: ECA/USP, 2018, v. 01, p. 88- 107.

WINNER, L. Sujeitos e cidadãos no mundo digital. In: SILVEIRA, S. A. da. (Org.). Cidadania e redes digitais. 1. ed. Traduções de Daniela B. Silva, Diana Pellegrini, Flavio Augusto Paraná Pintinha e Renata Miyagusku. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil/Maracá Educação e Tecnologias, 2010, p 35-59. Edição bilíngue.

7. Apêndice

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE¹⁰²

(ALUNOS QUE RESPONDERÃO AOS QUESTIONÁRIOS)

Prezado (a) ALUNO

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa

A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020/2021): UM ESTUDO DE CASO.

O objetivo geral da pesquisa é: relatar as diversas situações e percepções que envolvem os estudantes do Colégio Estadual Jayme Canet Ensino Médio e Integral, a fim de problematizar o processo de inserção das plataformas digitais de educação no contexto da pandemia da Covid-19. Refletir sobre a utilização das ferramentas digitais implantadas pela SEED-PR, identificar e desenvolver uma análise sociológica sobre o período da pandemia e seus desdobramentos. Para analisar os dados coletados serão utilizados os instrumentos e métodos de pesquisa das Ciências Sociais. A pesquisa será completamente anônima, e voluntária. Este procedimento está vinculado a **Angela do Carmo Alvin Pires**, aluna regular do **Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia (PROFSOCIO)**, **Universidade Estadual de Londrina-UEL**, sob a orientação da Profa.: Ileizi Luciana Fiorelli Silva.

Desde já agradeço. Peço sua atenção ao responder as questões

Li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

¹⁰²Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado, atendendo, conforme normas da Resolução nº 466/2012 e nº 510/2016.

FORMULÁRIO

1. Data de nascimento? *

2- Como você se identifica quanto a sua Cor/ Raça? Escolha apenas uma das opções a seguir. *

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

3- Quanto a sexualidade: Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Homem

Mulher

Outros

4- Quem é o responsável por você? Por favor, coloque sua resposta aqui:*

5- Com quem você mora ? Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Com meu pai e minha mãe

Com meu pai, minha mãe e outros (irmãos, tios, avós, etc)

Apenas com minha mãe (Guarda compartilhada)

Com minha mãe e outros (irmãos, padrasto, tios, avós, etc)

Apenas com meu pai

Com meu pai e outros (irmãos, madrasta, tios, avós, etc)

Com outro(s) parente(s)

6-Quem são as outras pessoas que você indicou na questão anterior? (Pode indicar quantos forem necessários) *

Irmão(as)

Madrasta

Padrasto

Avô

Avó

Tio

Tia

Primos

Sobrinhos

Outros

7- Quem é a pessoa da sua casa, onde você mora, que dá a maior contribuição de dinheiro/renda para o sustento da sua família? * Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Minha mãe

Meu pai

Uma das minhas mães

Um dos meus pais

Meu tio(a)

Meus avós(ô) (s)

Meu padrasto

Minha madrasta

Meus irmãos(ãs)

Meu cônjuge (namorado (a), companheiro (a), esposa, marido)

Não sei

Outros

8- Qual é o trabalho/profissão/atividade da pessoa que mais contribui com dinheiro/renda para o sustento da sua casa/família? Por favor, coloque sua resposta aqui:

9- Nesse trabalho ele/ela é : Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Trabalhador por conta própria (informal)

Trabalhador por conta própria (formal)

Trabalhador temporário(informal)

Trabalhador temporário(formal)

Formal (carteira assinada)

10- Quais pessoas contribuem com dinheiro/renda para o sustento de sua casa? Por favor, escolha as opções que se aplicam: *

Pai

Mãe

Madrasta

Padrasto

Companheiro/Esposo/Esposa

Irmãos(as)

Avô

Avó

Tio

Tia

Primos(as)

Sobrinhos(as)

Outros

11-Atualmente sua mãe tem ou exerce algum trabalho ou atividade remunerada? Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Sim

Não

12- Sua Família recebeu o auxílio emergencial do Governo? *

Sim

Não

13- Qual é a profissão de sua mãe? Por favor, coloque sua resposta aqui: *

14 - Até que ano da escola sua mãe estudou (mesmo que não conviva com ela)?Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

1ª Ano Ensino Fundamental

2ª Ano- Ensino Fundamental

3ª Ano -Ensino Fundamental

4ª Ano -Ensino Fundamental

5ª Ano -Ensino Fundamental

6ª Ano -Ensino Fundamental

7ª Ano -Ensino Fundamental

8ª Ano -Ensino Fundamental

9ª Ano -Ensino Fundamental

1º Ano -Ensino Médio

2º Ano -Ensino Médio

3º Ano -Ensino Médio

4º Ano -Ensino Médio

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Pós -graduação

15 - Qual é a profissão de seu pai? Por favor, coloque sua resposta aqui: *

16- Até que ano da escola seu pai estudou (mesmo que não viva com ele)? Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

1ª Ano -Ensino Fundamental

2ª Ano- Ensino Fundamental

3ª Ano -Ensino Fundamental

4ª Ano- Ensino Fundamental

5ª Ano- Ensino Fundamental

6ª Ano -Ensino Fundamental

7ª Ano- Ensino Fundamental

8ª Ano -Ensino Fundamental

9ª Ano -Ensino Fundamental

1º Ano- Ensino Médio

2º Ano -Ensino Médio

3º Ano -Ensino Médio

4º Ano -Ensino Médio

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Pós- graduação

17- Sua casa é : *

Própria

Alugada

Cedida por parente/patrão

18-Incluir faixa salarial de sua família- renda total todas as pessoas que contribuem (referência salário mínimo 1100,00 reais) *

até 1 salário mínimo

De 1 a 2

Até 3

Até 5

de 5 a 10 salários mínimos

19- Durante a pandemia: Como acessou as atividades on line? *

Smartphone

Computador

Tablet

Notebook

20- Assistiu as aulas pela TV? *

Sim

Não

21- Como aprendeu a acessar o Classroom? *

Sozinho (a)

Com auxílio de um professor

Na escola

Outros

22- Teve facilidade em acessar as atividades? *

Sim

Não

23- Se sim, por quê?

24- Quais as áreas que teve mais facilidade em acompanhar /aprender? *

Ciências Humanas

Ciências exatas

Ciências da Natureza

Linguagens

25- Quais as áreas que teve mais dificuldade em acompanhar/ Aprender? *

Ciências humanas

Ciências exatas

Ciências da natureza

Linguagens

26-Que atividades realizou durante a pandemia? *

Trabalhou

Ajudou na organização da casa

Cuidou de alguém (avós , irmão)

Apenas escola

27 -Praticou alguma atividade física durante a pandemia? *

Sim

Não

28- Se sim, qual/quais?

29 - Como ocupou seu tempo durante a pandemia? *

Estudou

Ocupou-se com jogos eletrônicos

Leu livros/revistas /outros

Redes sociais

Outro: _____

30 - Em sua casa você tinha acesso à Internet? *

Sim

Não

31 - Como realizava as atividades escolares durante a pandemia? *

Com internet própria - créditos

Com internet de vizinhos/ amigos

Realizava atividades impressas

32- O estudo da disciplina de Sociologia colaborou para refletir sobre a pandemia e seus efeitos? *

Sim

Não

33- Se sim, qual foi o conteúdo ou temática que o fez refletir sobre a pandemia? *

34- Ainda sobre as aulas de Sociologia, comparadas ao primeiro ano do Ensino Médio, o que você acha da diminuição da carga horária dessas aulas? *

35 -Teve problemas de saúde ou emocional, durante a pandemia? *

Covid-19

Ansiedade

Depressão

Tristeza

Dificuldade de dormir

Outro: _____

36 - Relate brevemente sua rotina durante a pandemia *

37- Antes e depois da pandemia, responda: Como considera a escola em que você estuda? Dê uma nota de 0 a 10. Cada resposta deverá estar compreendida entre 0 e 10. Por favor, coloque sua resposta aqui: *

38 - Por que você estuda nesta escola? Escolher apenas uma das opções a seguir: *

Proximidade de casa

Proximidade do trabalho

Pais ou parentes estudaram

Porque os amigos estudam aqui

Por causa do status da escola

Pois acho que minhas chances de passar no vestibular aqui são maiores

Porque meus responsáveis escolheram

Outros _____

39- O que a escola significa pra você? Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Local de encontro com os amigos

Local de aprendizado de conteúdo

Sem significado

Local para aprender regras, normas e valores

Local que sou obrigado a frequentar

Outro: _____

40- O que motiva você a estudar? Favor escolher apenas uma das opções a seguir *

Passar no vestibular

Entrar no mercado de trabalho

Buscar vagas de emprego que exigem mais qualificação

Não tenho nenhuma motivação

41- Em sua opinião, para que serve o Ensino Médio? Por favor, escolha as opções que se aplicam: *

Para me capacitar para o mercado de trabalho.

Para adquirir conhecimento.

Para obter um diploma.

Para ingressar em uma faculdade.

Para melhorar minha condição de vida.

42- Pretende fazer faculdade? *

Sim

Não

43- Se sim, qual?

44- Acredita que precisará trabalhar enquanto cursar a faculdade? Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Sim

Não

Talvez

45- Você acredita que a certificação do ensino Médio lhe possibilitará um emprego com bom salário? Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Sim

Não

Não, acredito que terei que prosseguir os estudos

46- Você acha importante continuar os estudos para: Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Ter uma boa condição financeira

Satisfação profissional

Ajudar minha família/comunidade

Adquirir conhecimento.

Não acho importante

47- O que considera mais importante ter aprendido na escola? Favor escolher apenas uma das opções a seguir: *

Amor

Respeito

Disciplina na vida

Viver em grupo

Conhecimentos científicos

As matérias

Ler e escrever

Outro:

48- O que aprendeu somente na escola? *

49- O que esperava aprender na escola e não aprendeu? *

50- Como você acha que a pandemia impactou sua vida? Descreva. *

*Formulário criado pela autora da pesquisa com base em dados da Fundação Carlos Chagas e Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia LENPES/UE

8.Anexos

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL

NRE: Londrina / cod. 18		Município: Bela Vista do Paraíso / cod. 0280				
Instituição de ensino: Colégio Estadual Jayme Canet - Ensino Médio e Normal / cod. 00014						
Endereço: Rua Rocha Pombo, 953						
Telefone: (043) 3242-1372						
Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná						
Curso: Ensino Médio						
Turno: Integral		Total de Carga Horária: 5.400				
Ano de Implantação: 2017		Forma: Gradativa				
Componentes Curriculares				Aulas Semanais		
				Anos		
				1ª	2ª	3ª
Base Nacional Comum	Linguagem, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	6	6	6	
		Educação Física	3	3	3	
		Arte	3	3	3	
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	6	6	6	
		Química	3	3	3	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física	3	3	3	
		Biologia	3	3	3	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2	
		Geografia	2	2	2	
		Filosofia	2	2	2	
		Sociologia	2	2	2	
	Total de Aulas Disciplinares:			35	35	35
	Parte flexível	LEM - Inglês		2	2	2
		LEM - Espanhol		2	2	2
Mundo do Trabalho		2	2	2		
Protagonismo Juvenil		2	2	2		
Componente Curricular Eletivo		2	2	2		
Total Parte flexível:			10	10	10	
Total de Carga Horária:			45	45	45	
Base Legal: LEI FEDERAL Nº 9394/96; PARECER CNE/CCEB Nº 05/2011; PARECER CNE/CEB Nº 07/2010; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 02/2012; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4/2010						

COLÉGIO ESTADUAL JAYME CANET
Ensino Médio e Normal
Resolução 2976/83
Rua Rocha Pombo, 953
Fone/Fax: (43) 3242-1372
BELA VISTA DO PARAÍSO - PR

Carvalho
Cátia Maria M. de Carvalho
Res. 741/2016 - DOE 04/03/16
Diretora

FIGURA 1- GRADE CURRICULAR DE 2017

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NÚCLEO: 18 - LONDRIANA		MUNICÍPIO: 0280 - BELA VISTA DO PARAÍSO		
ESTAB.: 00014 - JAYME CAHET, C E-EM		ENT. MANTEN.: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ		
CURSO: 0014 - ENSINO MÉDIO		ANO IMPLANT.: 2020 - SIMULTÂNEA		
TURNO: INTEGRAL				
DISCIPLINAS	/ SERIE	1	2	3
BNC	ARTE	2	2	2
	BIOLOGIA	3	3	3
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	FILOSOFIA	1	1	1
	FÍSICA	3	3	3
	GEOGRAFIA	4	4	4
	HISTÓRIA	2	2	2
	LÍNGUA INGLESA	2	2	2
	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6	6
	MATEMÁTICA	6	6	6
	QUÍMICA	3	3	3
	SOCIOLOGIA	1	1	1
BNC	SUB-TOTAL	33	33	33
PD	DISCIPLINAS ELETIVAS	2	2	2
	ESTUDO ORIENTADO	6	6	6
	PRÁTICAS EXPERIMENTAIS	2	2	2
	PREPARAÇÃO PÓS-MÉDIO			2
	PROJETO DE VIDA	2	2	
PD	SUB-TOTAL	12	12	12
	TOTAL GERAL	45	45	45

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB N. 9394/96

DATA DE EMISSÃO: 19 DE Maio DE 2020

ASSINATURA DO CHEFE DO NRE
Jéssica E. Gonçalves Pieri
 RG: 4.349.284-5 - Decreto 1437/19
 CHEFE/NRE - LONDRIANA

FIGURA 2 – GRADE CURRICULAR DE 2020

NUCLEO: 18 - LONDRINA		MUNICIPIO: 0280 - BELA VISTA DO PARAISO					
ESTAB.: 00014 - JAYME CANET, C. E-EM		ENT. MANTEN.: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ					
CURSO: 0014 - ENSINO MEDIO		TURNO: INTEGRAL		ANO IMPLANT.: 2021 - SIMULTANEA			
DISCIPLINAS / SERIE		1	2	3			
BNC	ARTE	2	2	2			
	BIOLOGIA	3	3	3			
	EDUCACAO FISICA	2	2	2			
	FILOSOFIA	1	1	1			
	FISICA	3	3	3			
	GEOGRAFIA	2	2	2			
	HISTORIA	2	2	2			
	LINGUA PORTUGUESA	6	6	6			
	MATEMATICA	5	5	5			
	QUIMICA	3	3	3			
	SOCIOLOGIA	1	1	1			
	BNC SUB-TOTAL	30	30	30			
PD	DISCIPLINAS ELETIVAS	2	2	2			
	EDUCACAO FINANCEIRA	1	1	1			
	ESTUDO ORIENTADO	6	6	6			
	L E M-ESPANHOL	4	4	4			
	L E M-INGLES	2	2	2			
	PRATICAS EXPERIMENTAIS	2	2	2			
	PREPARACAO POS-MEDIO			2			
	PROJETO DE VIDA	2	2				
	PD SUB-TOTAL	19	19	19			
TOTAL GERAL		49	49	49			

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB N. 9394/96

DATA DE EMISSAO: 06 DE Janeiro DE 2021

ASSINATURA DO CHEFE DO NRE

Jéssica E. Gonçalves Pieri
RG: 4.349.284-5 - Decreto 1437/19
CHEFE/NRE - LONDRINA

FIGURA 3 – GRADE CURRICULAR DE 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Extrato de Contrato Protocolo: 16.182.179-9
Contratada: FCA FIAT CHRYLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.
CNPJ 16.701.716/0001-56 **Objeto:** Contrato nº 028/2019 – Aquisição de Veículos tipo Van, SRP 908/2018. **Valor Total:** R\$ 124.126,43 (cento e vinte quatro mil, cento e vinte seis reais e quarenta e três centavos).
Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir do dia 13/11/2019. **Dotação Orçamentária:** 4130.12.368.03.4100 – Manutenção e Gerenciamento do CEPR. **Rubrica Orçamentária:** 4490.5252. Fonte de Recurso 116. **Tânia Maria Acco DIRETORA GERAL DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ DECRETO Nº 1437/2019 - DOE 23/05/2019.**

112713/2019

Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 1242/2019 GMS – SEED
Processo nº 15.804.319-0
Objeto: Prestação de serviços de impressão de 17.000 coleções de livros - REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ: PRINCÍPIOS, DIREITOS E ORIENTAÇÕES, organizados em 5 volumes, totalizando 85.000 (oitenta e cinco mil) livros, confecção de 17.000 (dezesete mil) caixas de mesa para livros, e distribuição dos mesmos às escolas que fazem parte das redes de ensino público do território paranaense, para atender a todos os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
Autorizado por: Elisandro Pires Frigo
Data da Licitação: 04/12/2019
Horário: 10:00
Valor Máximo Admissível de R\$ 659.770,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta reais).
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br - PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada e o n.º da licitação. ID do Banco do Brasil nº 794638.

Curitiba, 20 de novembro de 2019.

Comissão Permanente de Licitação

113612/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

Extrato de Termo de Doação de Bens Móveis

Doador: ESTADO DO PARANÁ
Donatário: Prefeitura Municipal de Paranavai
Termo de Doação: nº 1828247
Autorização: Exarada no Protocolo nº 16.078.569-1
Ano do veículo: 2013/2013
Descrição do Bem / Marca: Ônibus / Man Latin América
Placa: AXG 8161 **Renavan:** 558980899
Cor: Amarela

113827/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Extrato do Acordo de Cooperação n.º 2019000013

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED, denominada Concedente, e o Instituto Sonho Grande – ISG, CNPJ/MF n.º 22.915.504/0001-74, o Instituto Natura – IN, CNPJ/MF n.º 12.384.445/0001-00, e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, CNPJ/MF n.º 05.364.274/0001-83, denominados Convenentes.

OBJETO: Disponibilização pelos Convenentes à Concedente de recursos técnicos e pedagógicos para o desenvolvimento de ações relativas ao modelo educacional Escola da Escolha na implementação do Ensino Médio em Tempo Integral, objetivando a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público de nível médio do Estado, assegurando a efetividade de suas ações no âmbito da rede pública, conjugado com ações comunitárias, conforme especificações contidas no Plano de Trabalho.

RECURSOS: Os recursos técnicos e financeiros para atendimento à execução do presente Acordo pela Concedente correrão à conta de Dotação Orçamentária própria, destinada ao custeio da organização e gestão da rede escolar na educação básica, incluídos no orçamento geral do Estado e alocados conforme a sua natureza, em cada exercício, sem que haja transferência destes recursos a quaisquer das demais Partes.

Não é objeto do presente Acordo a realização e/ou contratação de obras, merenda escolar e/ou transporte, bens ou serviços necessários ao funcionamento da rede pública de ensino; a seleção, contratação e/ou pagamento de remuneração do quadro de servidores e/ou funcionários atuantes na rede pública de ensino.

Os custos das ações realizadas pelos Convenentes, incluindo transferência de tecnologia das inovações pedagógicas e de gestão, formação e capacitação das equipes da Secretaria e das Escolas, passagens aéreas, hospedagens e direito de uso do material didático-

não implicarão nenhum ônus para a concedente.

VIGÊNCIA: O Acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, mediante concordância das partes, devendo para tanto os Convenentes apresentar a solicitação de prorrogação à Concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência prevista e desde que, a soma da parceria inicial e seus aditamentos, não ultrapassem o prazo de 5 (cinco) anos.

GESTORES: O Gestor indicado por cada uma das Partes será responsável pelo acompanhamento do cumprimento do Acordo e atuará como interlocutor para os assuntos relacionados a este instrumento.

Gestor da Concedente: Geceoni Fátima Cantéli Jochelavicius, CPF n.º 537.934.989-72.

Gestor do Instituto Sonho Grande: Ludmila Barros Serpa da Rocha, CPF n.º 110.274.117-54.

Gestor do Instituto Natura: Lucila Schieck Valente Ricci, CPF n.º 222.555.128-66.

A substituição do Gestor/Fiscal do presente Acordo de Cooperação será por meio de Portaria, devendo recair, preferencialmente, sobre agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração Pública.

PROTOCOLO n.º 15.793.803-7

Curitiba, 31 de outubro de 2019.

Renato Feder

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

David Saad	Igor Xavier Correia Lima	Marcos Antônio Magalhães
Instituto Natura	Instituto Sonho Grande	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

113935/2019

Secretaria da Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

RESULTADO DE LICITAÇÕES

Protocolo n.º 15.555.747-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 957/2019-SESA – REVOGADO pelo Sr Secretário de Estado da Saúde em 05/11/2019

Curitiba, 20 de novembro de 2019

Coordenador de Licitações
Caetano da Rocha

pedagógico de propriedade intelectual dos Convenentes

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 1249/2020 – GS/SEED
CALENDÁRIO ESCOLAR - 2020
ADEQUAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR - DECRETO Nº 4258/2020

Janeiro							Fevereiro							Março							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4							1	1	2	3	4	5	6	7	
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	8	9	10	11	12	13	14	
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	15	16	17	18	19	20	21	
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	22	23	24	25	26	27	28	
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	29	30	31					
16 d							15 d							14 d							
Abril							Maio							Junho							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4						1	2	1	2	3	4	5	6		
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					
16 d							20 d							20 d							
Julho							Agosto							Setembro							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4							1	1	2	3	4	5	6		
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				
18 d							21 d							21 d							
Outubro							Novembro							Dezembro							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4	5
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	
25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31			
21 d							20 d							14 d							

1 Jan - Ano Novo	21 Abr - Tiradentes	7 Set - Independência	2 Nov - Finados	25 Dez - Natal
10 Abr - Paixão	1 Mai - Dia do Trabalho	12 Out - N. Sra Aparecida	15 Nov - Proclamação da República	
12 Abr - Páscoa	11 Jun - Corpus Christi	15 Out - Dia do Professor	19 Dez - Emancipação Política do Paraná	

	Férias 02/01 a 31/01
	Estudo e Planejamento 03 e 04/02, 01/08 e 12/09
	Antecipação do recesso escolar Decreto nº 4258/2020 - 20/03 a 05/04
	Recesso escolar 20 a 26/07, 21 a 31/12
	1º Trimestre - 05/02 a 29/05 2º Trimestre - 01/06 a 11/09 3º Trimestre - 14/09 a 18/12
	Início das atividades remotas 06/04
	Resultado/término do ano letivo - 19/12
	Feriados

Avaliação Trimestral
1º Trimestre - 05/02 a 29/05 → 65 dias letivos
2º Trimestre - 01/06 a 11/09 → 67 dias letivos
3º Trimestre - 14/09 a 18/12 → 68 dias letivos
Total = 200 dias letivos
1º Semestre de 03/02 e 17/07
2º Semestre de 27/07 e 19/12

Observações
1. Os recessos e feriados determinados na Resolução nº 3592/2019 permanecem os mesmos.
2. Não estão previstos os feriados municipais.
3. Cursos técnicos que precisam de 100 dias letivos por semestre, podem utilizar os recessos como dia letivo.
4. O resultado do ano letivo será determinado pelo decreto pelo Governador do Estado e deverá ser indicado no calendário escolar de cada instituição de ensino.

Termo de compromisso do protocolo de segurança da covid



Governo do Estado do Paraná
Casa Civil
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte

ANEXO 1

TERMO DE COMPROMISSO COM O PROTOCOLO DE SEGURANÇA DO COVID-19

Nova versão!!!!

Eu, _____,

portador do CPF número: _____ responsável pelo

estudante _____, matriculado no _____ ano,

turma _____, da Instituição de Ensino _____,

DECLARO que:

- estou ciente sobre os protocolos de segurança necessários durante a pandemia de Covid-19
- o estudante matriculado nesta instituição de ensino não apresentou, nos últimos 14 (quatorze) dias nenhum dos sintomas de contaminação, tais como febre, tosse ou que teve o diagnóstico de infecção pelo Covid-19.
- entrarei em contato com a instituição de ensino caso o estudante apresente quaisquer dos sintomas causados pela infecção do Covid-19.
- o estudante está ciente de que necessita usar constantemente a máscara de tecido assim como realizar a correta higienização das mãos por meio de lavagens com água e sabão e por uso do álcool em gel, bem como RESPEITAR TODAS AS DIRETRIZES CONSTANTES NO PROTOCOLO DE SEGURANÇA DE RETORNO ÀS AULAS.
- caso o estudante seja contaminado com a Covid-19, todos os membros da família deverão ficar em isolamento.
- o estudante, mesmo retornando ao modelo presencial necessita continuar a realizar as atividades remotas, nos dias de revezamento em que o estudante estiver nas atividades à distância.

Data: ____/____/____

Assinatura do Responsável

Assinatura do Estudante

PROTOCOLO DE RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

O RETORNO DAS AULAS ESTÁ CONDICIONADO A AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA



MEDIDAS PREVENTIVAS

Decreto nº 4230 -16/03/2020, do Governo do Paraná, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - Covid-19

As aulas nas instituições de ensino da rede pública e privada foram suspensas por tempo indeterminado a partir do dia 20 de março de 2020.

AULA PARANÁ

⊕ Início em 06 de abril de 2020

Pacotes gratuitos de dados 3G e 4G

Aplicativo Aula Paraná

Computador e celular

Google Classroom

Google Meet

Três canais de TV aberta

Canal do YouTube

Kits pedagógicos impressos

RETORNO ÀS AULAS / COMPRA DE EPIS

Álcool em gel (5L) 200.000 litros / mês	Álcool 70% (5L) 200.000 litros / mês	Luva látex 95.759 unidades	Touca 15.425 unidades
Termômetros 10 mil unidades	Dispenseres 105 mil unidades	Macacão 15.425 unidades	Máscara tecido 5.100.000 unidades
Luva emborrachada 15.425 pares	Botas 15.425 pares	Máscara acrílica 15.425 unidades	

ORIENTAÇÕES

As Instituições de Ensino deverão seguir as recomendações mais recentes das Secretarias de Estado da Saúde e da Educação e do Esporte do Paraná.

Estudantes:
divididos em grupos, revezamento uma semana em aulas presenciais uma semana em aulas remotas (on-line).



Nivelamento EaD
atividades, retomada de conteúdos e recuperação escolar.



Instituições de Ensino
organizar escalas para atender presencialmente pelo menos uma vez na semana.

PEDAGÓGICAS

O ensino híbrido facultativo.
Aulas remotas diariamente
Aulas presenciais forma escalonada.



Contabilizar
Pesquisa: quantos estudantes retornarão às aulas presenciais continuarão no ensino on-line.



Contabilizar
número máximo de pessoas na escola com o distanciamento mínimo de 1,5m.



Suspensão
da utilização de salas ambientes, e o manuseio de materiais.



RETORNO DE FORMA ESCALONADA

Estudantes 3º ano do Ensino Médio e 9º ano do Ensino Fundamental

1

Estudantes do Ensino Médio

2

Estudantes do Ensino Fundamental I e II

3

Estudantes da Educação Infantil

4

Estudantes menores 2 anos: não ocorrerá retorno
Instituições privadas: - plano específico para sua rede.

5

6

Poderá ocorrer fechamento das escolas por regiões, conforme desenvolvimento da pandemia e de acordo com a SESA.

DISTANCIAMENTO FÍSICO



SESA indica a distância mínima de 1,5 metros entre as pessoas.

Horários de: entrada e saída; intervalo/recreio devem ser redefinidos e intercalados para evitar a aglomeração de pessoas e a circulação simultânea nas áreas comuns e nos arredores do estabelecimento.

Marcação do distanciamento necessário a fim de evitar aglomerações na entrada e saída da escola.



LIMITAÇÃO DO ACESSO AO

Instituições de Ensino:



limitar o acesso às suas dependências somente às pessoas indispensáveis a seu funcionamento que não apresentem fatores de risco e de uso de máscara.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Atendimento ao público:

forma on-line ou via telefone. atendimento presencial deverá ser previamente agendado.



INTERVALO / RECREIO

Horários do recreio e Parque devem ser organizados de forma escalonada, necessitando de limpeza a cada troca de turno e sempre que possível, após os intervalos..



Escalonar o horário de ida aos banheiros.

E MERENDA ESCOLAR

Sugere-se:

que estudantes e professores tragam lanche individuais;

Merenda da escola:

distribuição escalonada, limpeza prévia do local e respeitando o distanciamento mínimo recomendado para que não haja aglomeração no ambiente.



HIGIENIZAÇÃO

Triagem de temperatura:

diariamente por meio de termômetros infravermelhos sem contato direto com a pele. temperatura registrada maior ou igual a 37°C, estudante será isolado e a escola deverá entrar em contato com os responsáveis a fim de buscarem atendimento médico.



Orientar a higienização correta das mãos, sabão e água ou álcool gel 70%



Janelas e portas abertas para ventilar os espaços. **Evitar:** uso do ar condicionado e ventilador deve ser evitado, caso necessário verificar, manutenção e higienização rigorosa..



Transporte escolar : reforçar as medidas de higienização respeitar o limite de ocupação de 50% obrigatório o uso de máscaras, por todos e durante todo o trajeto; mochilas - higienizadas no momento da retirada do veículo, antes da entrega para a criança, professor ou pais/responsáveis.

Caso ocorra contaminação :

entre estudantes e/ou professores: escola interditada por 14 dias, retornando para as aulas 100% on-line durante este período.



Os responsáveis assinarão um termo de consentimento para aulas presenciais.

